Procuradoria

Geral

do

Estado

AÇÃO DEMARCATÓRIA

— O Registro do Vigário não é título hábil a outorgar domínio a seu beneficiário.

— Formalidades intrínsecas e extrínsecas reputadas indispensáveis pelo direito pré-codificado para a validade das escrituras de mão.

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Pedro Afonso.

O Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, por seus representantes legais, os Procuradores do Estado infrafirmados, nos têrmos do Artigo 14, n.II da Lei nº 5.550, de 14/11/64, vêm, na atempação legal, contestar a presente ação demarcatória do imóvel denominado "Panela de Ferro", que se diz situado no município de Tupiratins, têrmo judiciário dessa Comarca, proposta por J.A.F. e sua consorte, d. E.L.F., brasileiros, casados, proprietários, residentes e domiciliados no município de Carolina, Estado do Maranhão, alegando os fatos a seguir alinhavados:

1º — A ação de demarcação compete, nos precisos têrmos do art. 415 do Código do Processo Civil, "ao proprietário, ou condômino, de um prédio contra os possuidores dos prédios confinantes, par afixação de rumos novos ou aviventação dos existentes".

Preceito semelhante estampa o artigo 569 do Código Civil: "todo proprietário pode obrigar o seu confinante a proceder com êle à demarcação dos dois prédios..."

Vê-se, dos autos, à vista da documentação exibida, que aos requerentes falece a condição de proprietários, que **os autorizaria** a valer-se da "finium regundorum", porquantos os documentos que lhes beneficiam, não tem o condão de atribuir dominialidade privada ao imóvel em tela.

2º — O título primeiro da cadeia dominial do imóvel "Panela de Ferro" — suporte dos demais — remonta aos idos de 1854, quando, por disposição expressa do artigo 91 e seguinte, do Regulamento n.º 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que prescrevia a obrigatoriedade de os possuidores de terras levarem-nas a registro, F.M.B. apresentou-se ao pároco da freguesia de N. Senhora da Consolação da Vila de Boa Vista e declarou possuir os terrenos compreendidos entre "RIBEIRÃO LAGEADO ao NORTE, RIBEIRÃO LAGINHAS ao SUL, o TOCANTINS ao OCIDENTE, e as

---

* — **Contestação oferecida pelos Drs. Luiz Francisco Guedes de Amorim e Hellion B. Oliveira, Procuradores do Estado, no processo de demarcatória do imóvel "Panela de Ferro". — A Redação.**

TERRAS DE J.P.B. ao NASCENTE, com a extensão de "seis léguas de frente e largura cinco léguas".

Cumpre acentuar que êsse registro instituído pela Lei de 1.850, artigo 13, era levado a efeito pelo vigário da freguesia da situação do imóvel, e ao qual, segundo Aviso Imperial da época, era vedado pesquisar acêrca da veracidade das declarações prestadas pelos registrantes; sua função limitava-se, tão-sòmente, em anotar em livro próprio tôdas essas informações que lhe eram fornecidas pelos interessados.

Por aí já se vê que, à luz da legislação vigente à época, a simples declaração, desnuda de qualquer comprovação, não tinha fôrça a atribuir domínio ao declarante. Já Teixeira de Freitas, o notável autor da Consolidação das Leis Civis, comentando êsse registro, em nota ao artigo 91 e seguinte, do regulamento 1.318, de janeiro de 1854, e ao artigo 905 de sua Consolidação, proclama: "Com êsse registro nada se predispõe, como pensam alguns, para o cadastro da propriedade imóvel, base do regime hypothecário germânico. Teremos uma simples descrição estatisaica, mas não uma exacta conta corrente de tôda propriedade imóvel do paiz, demonstrando sua legitimidade e todos os seus encargos. O systema cadastral é impossível entre nós".

Tinha, assim, o registro do vigário finalidade meramente estatística: era um levantamento a respeito de tôdas as terras do nosso país que, em determinado momento, se encontravam apossadas.

3.º — Acresce, ainda, e como remate a êsse ponto, a circunstância de que, pela Lei de 1.850, eram defesas as aquisições de terra, a não ser pela compra. Prescreve ela, em seu artigo primeiro: "Ficam prohibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja de compra".

Vê-se que a própria lei que instituiu, no seu artigo 13, o registro paroquial, não o considerou título dominial, tanto que proibiu, no seu artigo primeiro, tôdas as aquisições de terras devolutas, a não ser pela compra. E essas terras, cumpre relevar, o Estado não as vendeu. Na mesma esteira de Teixeira de Freitas e adotando o entendimento de que o paroquial não é título dominial, voga todo o elenco de autores clássicos, à frente Francisco Morato, Lafaytte, J. O. Lima Pereira, Whitaker, Messias Junqueira, Rui Cirne de Lima. Evidenciado, à saciedade e exaustivamente, fica assim falecer ao título primeiro dos que se arvoram em proprietários do imóvel "Panela de Ferro", fôrça para desincorporar ditas terras do patrimônio público.

4.º — Os documentos seguintes da cadeia dominial do imóvel "Panela de Ferro" se traduzem por três escritos particulares de compra e venda que estampam datas de 17/8/1.900, de 14/3/1.904 e, novamente, de 14/3/1904, vias dos quais J.F.B., J.R.L. e P.B.G.M. alienaram ao Cap. H.S.M.P., meia légua de terra, uma parte de terra, e duas partes de terra, respectivamente, no lugar "Panela de Ferro".

Repesando os documentos em epígrafe, vê-se, de intróito, que não guardam êles vinculação jurídica com o paroquial de 1.854; a escritura particular de 17/8/1.900 refere-se à alienação que J.F.B. fêz de meia légua de terra no lugar "Panela de Ferro" ao Capitão H.S.M.P., não rezando, contudo, a procedência de que J.F.B. adquiriu terras no imóvel em apreço.

Há, assim, um hiato na cadeia dominial dos promoventes, por isso que tôda a documentação restante que beneficia os autores é absolutamente alheia ao registro de 1.854, donde se conclui que as terras pressumìvelmente ocupadas pelo declarante de 1.854, jamais foram por êle transferidas. Observa-se, assim, que a posse eventualmente exercida por F.M.B. no lugar denominado "Panela de Ferro' foi por êle abandonada, porque delas não dispôs por qualquer título de alienação. A escritura de 1.900, tendo por objeto o imóvel "Panela de Ferro", foi, não há negar, passada a **non domino**, de quem delas não era dono, de quem delas não tinha a faculdade de disposição, ressentindo-se, assim, êste título privado de 1.900 do vício de falsidade ideológica.

5.º — A par de se não relacionar com o registro do vigário de 1.854, mostra-se essa escritura de mão carente de um dos elementos integrantes do contrato de compra e venda jurìdicamente perfeito: o consentimento do adquirente. Cumpre notar que desde os tempos do Brasil Colônia, o escrito particular fôra considerado título hábil a operar transferência de bens, exigindo-se, contudo, para sua validade, fôsse feito e assinado ou **sòmente assinados pelas partes** e subscrita por duas testemunhas presenciais. (Grifamos). O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, em brilhante acordão, já teve oportunidade de decidir, assentado no Parecer do Prof. Gabriel Rezende Filho, in Rev. dos Tribs., vol. 175, pág. 498: "Era legítima a forma de escrito particular, como ainda, para sua validade, nada mais se exigia senão o cumprimento das formalidades das Ordenações, E. 1º, tít. 78, § 4º, as quais mandavam que no escrito apusessem suas assinaturas a parte ou partes interessadas e duas testemunhas, e quando uma das partes não soubesse escrever, por ela assinasse a rôgo um terceiro, com especial menção do fato do escrito".

6.º — À época da lavratura do escrito particular de 1.900 vigia o Decreto-Lei n.º 370 de 1.890, que exigia expressamente, no instrumento particular translativo de domínio, a assinatura das partes celebrantes. Efetivamente, reza o artigo 74, do citado decreto: "Não são admissíveis para os atos de registro, senão os títulos seguintes: instrumento público; os escritos particulares, assinados pelas partes que nêle figurarem, reconhecidas pelos Oficiais do Registro, e selados com os selos competentes". Também Lysippo Garcia ensinava que a falta da assinatura do comprador no instrumento particular de compra e venda, induzia nulidade substancial do ato, mesmo no direito antigo: 'O instrumento particular de compra e venda, além de escrito ou simplesmente assinado pelo vendedor e duas testemunhas deve também ser assinado pelo comprador, assignatura que manifesta o seu consentimento, indispensável para que se dê o acôrdo de vontades, e, portanto, para validade do contrato". (Lysippo Garcia, O Registro de Imóveis, 1.º vol., A Transcripção, pág. 174).

7.º — Sem embargo de se mostrar falta da assinatura do comprador, apresenta, ainda, referida escritura privada, faltas insanáveis, tôdas elas, de per si, capazes de invalidar aquêle ato privado: assinatura de terceiro, a rôgo do vendedor, e a falta de reconhecimento das firmas dos signatários daquele documento. Se é assente que, desde as Ordenações, pudesse o analfabto outorgar mandato verbal a terceiro, para que por êle assinasse nos instrumentos particulares de compra e venda de bens de raiz não excedentes a 200$000 — entendimento também acolhido pela Lei 1.237 de 24-9-1.864, pelo Decreto nº 3.453, de 26-4-1.865, e pelo Decreto nº 169/A de 19-1-1.890, não menos assente é que, a partir da vigência da Lei nº 79 de 23-8-1892, ficou expressamente vedada a possibilidade de, nos escritos particulares translativos de bens de raiz, de terceiros assinarem a rôgo do vendedor. Essa é a lição de J.L. Ribeiro de Souza: "Pela Lei nº 79 de 23-8-1892, foi que se firmou: "As pessoas que podem pasasr procuração de próprio punho estão habilitadas para contrahir por instrumento particular, FEITO E ASSIGNADO DE PRÓPRIO PUNHO E COM DUAS TESTEMUNHAS, obrigações e compromisso, qualquer que seja o valor da transacção". Logo, a partir do Decreto nº 79 citado SÓ ERAM VÁLIDOS OS CONTRACTOS PARTICULARES, de valor não excedente a 200$000, transmissivos de bens de raiz, FEITOS E ASSIGNADOS PELO PUNHO DO VENDEDOR E SUBSCRIPTOS POR DUAS TESTEMUNHAS". (Ribeiro de Souza in Acções Possessoriais, pág. 168/169).

8.º — Além dessa falta, o direito anterior sempre exigiu, para validade dêsses documentos, o reconhecimento da firma dos celebrantes, o que no caso em pauta não se verificou. Nos autos de apelação cível nº 3.640, da comarca de Niquelândia, assentou a Egrégia Instância Revisional do Estado: "Sempre se exigiu, porém, como condição para sua validade, o reconhecimento das firmas dos signatários do documento por tabelião, conforme o artigo 8º, § 2º, da Lei 1.237, de 24.9.864, artigo 77, § 2º, do Decreto 3.453, de 26-4-1865 e artigo 8º, § 2º, do Decreto nº 169/A, de 19-1-1.890. No caso dos autos, entretanto, vigia, à época da celebração da escritura privada, a Lei n.º 79, de 23-8-1.892, que, na pegada da legislação anterior, exigia, também, o reconhecimento das firmas dos signatários do documento para sua validade, como expressamente declara no seu artigo 3º a Lei n.º 79 atrás referida.

Outro não é o ensinamento de Ribeiro de Souza: "De forma que tôdas essas formalidades são precisas, — para que se possa dar a transmissão do domínio, ou melhor: — se o documento não foi feito e assignado pelo próprio punho do vendedor subscripto por duas testemunhas não têm a

firma do registro reconhecida por tabelião" (Op. e pág. citados).

...**O direito anterior, à míngua de formalidades**, já intrínsecas, já extrínsecas, reputadas por êle como substanciais, deu realce à imprestabilidade da escritura privada de 1.900 como título hábil a transferir domínio.

9º — As outras duas escrituras particulares de 14-3-1.904, via das quais J.R.L. e P.B.G.M. alienaram, respectivamente, uma e duas partes de terras no lugar "Panela de Ferro" ao Capitão H.S.M.P.; também elas não guardam vinculação jurídica ao paroquial de 1.854.

Vê-se, de seus contextos, que tanto J. R.L. como P.B.G.M. referem ter havido as terras alienadas pelo escrito de 1904 por herança de seu marido e pai G.G.M. Dos autos, entretanto, não consta nem um título, através do qual o registrante no paroquial F.M.B. haja alienado partes de terras no lugar "Panela de Ferro" a G.G. M., donde se conclui estar a venda feita pelos herdeiros de G.G.M. ao Capitão H.S. P., contaminada, também, do vício de falsidade ideológica, feita por quem não tinha disposição das terras, objeto do escrito particular de compra e venda.

Além de se não amarrarem ao paroquial, mostram-se as duas escrituras de 1.904 imprestáveis como títulos translativos de domínio, por não estar em seu contexto a assinatura do comprador, formalidade indispensável ao aperfeiçoamento do contrato de compra e venda. Consoante já se expôs no item 6 desta peça, e ao qual ora se reporta, a falta da assinatura do adquirente, nos instrumentos particulares de compra e venda, invalida o contrato.

10º — Semelhantemente ao de 1.900, ambos êsses escritos de 1.904 revelam-se faltos de dois requisitos reputados indispensáveis pelo direito antigo para validade dêsses títulos, como instrumentos aptos a transferir domínio de bens de raiz, **id est**, a assinatura de terceiros, a rôgo do vendedor, e a inexistência do reconhecimento da firma dos contratantes, conforme proclamam doutrinadores e jurisprudência indígenas (ressaltados nos artigos 5, 6, 7 e 8 desta contestação).

11º — Como último documento da cadeia dominial do imóvel "Panela de Ferro", que beneficia os requerentes, aparece a escritura particular de 15-7-932, através da qual L.P.M. alienou três posses de terras no imóvel em aprêço aos promoventes da presente ação demarcatória. Noticia êsse documento particular de 1.932 ter a alienante havido as três posses de terras por herança de seu marido, Cap. H.S.M.P.

Porta êle o mesmo vício dos antecedentes, já que não estampa a assinatura do comprador, requisito êsse reputado por Lysippo Garcia e Serpa Lopes como indispensável para o aperfeiçoamento do contrato de compra e venda (Cfr. Serpa Lopes, Tratado do Registro Público, 4.a ed., pág. 364/5).

Provada a exuberância, resta, assim, a imprestabilidade dos títulos apresentados para outorgar a seus beneficiários o domínio sôbre a terra demarcanda, devendo, de consequência, serem os autores julgados carecedores da ação em tela, sob color de lhes não assistir a condição de proprietários do imóvel objeto da ação.

12º — Desamparados ficam, pois, os possuidores precários das terras no lugar denominado "Panela de Ferro", com a destruição dos documentos em que assentavam seu domínio.

Estão, assim, no imóvel, na qualidade de possuidores precários, porquanto sua posse remonta, apenas, há poucos anos.

Nem alegar podem a posse "ad usocapionem" em seu favor porquanto, conformemente a nossa legislação, as terras devolutas são imprescritíveis, não se prestam ao usucapião, não constituem a "res habilis" um dos elementos configurativos da prescrição aquisitiva que, aliada à posse, ao lapso de tempo e ao "animus domini", completa e perfaz o instituto do usucapião.

Com o advento do Código Civil, os bens públicos — os de uso especial, os de uso comum e os patrimoniais —, nos têrmos expressos do artigo 67, foram declarados inalienáveis e, consequentemente, colocados fora do comércio e insuscetíveis de serem usucapidos.

Êsse entendimento é ponto pacífico entre os nossos doutrinadores e princípio consagrado pelos nossos excelsos Colégios de Juízes: "Os bens públicos não suscetíveis de usucapião na vigência do Cód. Civ. (Ac. da 2.a Turma do S.T.F., em 21-9-43, no Rec. Extr. de S. Paulo, Rel. Min. Bento de Faria, in Jurispr. do S.T.F., vol. 18, pág. 28). "Na vigência do Cód. Civ." não são usucapíveis os bens patrimoniais do Estado" (Ac. da Segunda Turma do S.T.F. Rel. Min. Edgar Costa, in Arq. Jud. vol. 93, pág. 19).

13º — É bem verdade que no direito anterior ou pré-codificado eram suscetíveis de serem usucapidas as terras devolutas, cumprindo ao prescribente provar sua posse mansa e pacífica por um lapso de tempo de, pelo menos, 40 anos, que há de ser completado antes da entrada em vigor do Cód. Civil.

A posse dos autores data de apenas poucos anos, não podendo êles, conseguintemente, valer-se da liberalidade dos nossos legisladores do direito anterior com respeito à prescrição dos bens públicos, porque, para tanto, é mister que os réus tenham posse anterior ao ano de 1.887, o que lhes torna de todo impossível adquirir o domínio de ditas terras pela posse "adusucapionem".

Falece-lhe, ainda, razão para invocar, em seu favor, o instituto da prescrição aquisitiva, pela inexistência de vários requisitos legalmente exigidos para se delinear o usucapião.

Assim, ressumbra evidente que as terras demarcadas são devolutas e constituem bem público dominial ou patrimonial do Estado de Goiás, **ex vi** do disposto no artigo 64 da nossa 1.a Constituição Republicana, visto que se não desincorporaram do seu patrimônio e nem se encontram no domínio particular por qualquer título legítimo.

14º — Ponto finalizando, outro argumento de grande relevância pode ser aqui apontado: o não existir no município de Tupiratins as terras, objeto da ação, com os limites descritos no paroquial de 1854, que reza: "O Ribeirão Lageado ao norte, Ribeirão Laginhas ao sul, o Tocantins ao ocidente, e as terras de J.P.B. ao nascente", com a extensão de "seis léguas de frente e largura cinco léguas".

Não demanda conhecimentos especializados o constatar-se não poder jamais o município de Tupiratins ter o rio Tocantins como limite oeste, e, sim, com êle se limita pelo lado leste; basta para comprová-lo o abrir-se do mapa do Estado.

Outro pormenor sintomático, e que mais ainda evidencia não se localizarem as terras demarcandas no município de Tupiratins, é o fato de se não locar no referido município o ribeirão Laginhas, a que se refere o paroquial, como limite sul do imóvel demarcado.

À vista disso, não há falar que as terras se encontrem no município de Tupiratins, pelo que aflora evidente a iliceidade do pedido dos autores, o que autoriza seja pedida a absolvição de instância, e é o que, preliminarmente, requer o Estado de Goiás, com fulcro no inciso 3 do art. 201 do Código de Processo Civil.

Se, porém, desprezada a preliminar argüida, pede o Estado que, no mérito, sejam julgados os autores carecedores da ação, por faltar de legitimação ativa.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito permitidos, inclusive vistoria.

P. e E. deferimento

Pedro Afonso, de de 1965

Luiz Francisco Guedes de Amorim

Procurador do Estado — Categoria inicial.

Hellion B. Oliveira

Procurador do Estado

AÇÃO POPULAR — AUMENTO DE SUBSÍDIOS DE DEPUTADOS — SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

— Em caso de Ação Popular contra aumento dos subsídios dos Deputados Estaduais, poderá ser suspenso o pagamento dos subsídios, até decisão final da Justiça, sem, no entanto, ferir seus possíveis direitos.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 262/64

Autor: Dr. José Crispim Borges

1 — C. N. e outros estão promovendo, no fôro desta Comarca, perante o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara e Cartório dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, uma **actio popularis**, com fundamento no art. 141, § 38, da Constituição Federal, visando à declaração de nulidade da Resolução nº 13, de 7 de novembro de 1963, da Augusta Assembléia Legislativa do Estado, que majorou os subsídios dos Nobres Deputados Estaduais.

2 — No bôjo da referida ação, os seus Autores pediram a notificação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Secretário de Estado da Fazenda, "para que suspendam qualquer pagamento aos Suplicados (Deputados Estaduais), ou a servidores de sua Secretaria, proveniente da Resolução nº 13, acima aludida, ou das vinculações a ela pertinentes", como se vê, claramente, do final de mandado de fls..

3 — Ao despachar a inicial, determinou o MM. Juiz de Direito a notificação pedida, acolhendo a medida acauteladora e de previsão de responsabilidade, adotada pelos Autores, no procedimento judicial em questão.

4 — Do que se expôs, se conclui, então, que há no fôro desta Comarca, em andamento, uma Ação Popular visando a anular ato lesivo ao patrimônio do Estado, estando os seus Autores interessados em que, enquanto a questão estiver **sub judice**, não dispenda o Estado de Goiás nenhum centavo com o ato inquinado de nulo, sob pena de, não o fazendo, responderem as autoridades referidas, pessoalmente, pelos prejuízos que, porventura, resultarem ao patrimônio do Estado, com o desfecho da demanda. E' a consequência jurídica da notificação, acolhida pelo MM. Juiz de Direito do feito.

5 — Colocada a questão nesse ponto, é pedida à Consultoria orientação jurídica de como proceder, para que não haja lesão de direitos e, muito menos, qualquer prejuízo ao Estado'

6 — Não resta a menor dúvida de que a notificação feita ao Estado de Goiás e aos seus dirigentes, pessoalmente, objetivou vinculá-los à **actio popularis** referida, dando-lhes, judicialmente, conhecimento da demanda e prevenindo-lhes as responsabilidades, nos têrmos da legislação em vigor sôbre a matéria.

7 — O bom caminho, agora, no terreno do Direito, é o da cautela e parcimônia com a coisa pública, sem nenhuma liberalidade, — conduta essa que tem a dupla vantagem de ir ao encontro dos interêsses do Estado, sem ferir os possíveis direitos nos Nobres Deputados, arrolados na dita ação popular. Isso porque, suspendendo o pagamento como foi pedido e determinado na notificação, pelo MM. Juiz do feito, estarão as autoridades estaduais procedendo com zêlo na administração da coisa pública; do mesmo tempo, êsse ato de cautela não resulta e nem resultará em qualquer prejuízo para os Nobres Deputados que, se vencedores da ação popular, — o que não acreditamos — terão oportunidade de receber a diferença de subsídios que, por direito, lhes couber, no momento oportuno.

8 — Acreditamos, até, que os Nobres Deputados, por questão moral e com o objetivo de fugirem a vexatórias ações regressivas, não terão interêsse em receber do Estado a parcela de subsídios, cuja legalidade foi posta em litígio, em Juízo, por pessoas do povo, através da mais pura e democrática das ações — que é a ação popular — a qual, ao contrário do comum das demandas, não visa ao bem dos promoventes, mas ao benefício coletivo, — que é o do Poder Público.

9 — Vale a pena frisar que na ação popular que se moveu, na Comarca de Anápolis, neste Estado, para anular ato da Câmara Municipal daquela Comarca, que majorara os subsídios de Vereadores, o seu Autor entendeu, até, de pedir "perdas e danos" contra os Vereadores que, porventura, venham receber pelo nôvo subsídio, **sabendo-o ilegalmente depois da Propositura desta "Actio Popularis"**, como se vê da respeitável sentença do MM. Juiz de Direito daquela Comarca, Doutor Jorge Salomão, **in Revista Forense**, vol .181, pág. 281/288, confirmada pelo Egrédio Tribunal de Justiça do Estado. E' verdade que, não tendo havido o recebimento no curso da ação, dado como ilícito por parte dos Vereadores, não houve a condenação pedida. Porém, fica patente o cabimento do pedido que é mais rigoroso e vexatório do que a medida acauteladora pleiteada na ação popular mencionada e objeto do presente estudo, isto é, a suspensão do pagamento da parcela dos subsídios dos Nobres Deputados, dada como ilícita, face ao § 38 do art. 141, da Constituição Federal.

10 — Assim, bem pesada a questão, em perfeita harmonia com a linha de conduta adotada pelo atual Govêrno, de zêlo e probidade na administração da coisa pública, entende a Consultoria Geral do Estado, através da Secretaria da Fazenda, deve acolher o pedido constante da notificação determinada pelo MM. Juiz de Direito da 2.a Vara desta Comarca, na ação popular de que dá conta o mandado de fls., mandando suspender, até sua decisão final, o pagamento de tôda e qualquer importância proveniente da Resolução nº 13, de 7 de novembro de 1963, publicada no Diário Oficial de 27 de dezembro de 1963, aos Nobres Deputados ou a qualquer outro servidor a ela vinculado.

Goiânia, 7 de abril de 1964.

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

AUTARQUIA — CONCORRÊNCIA PÚBLICA — DISPENSA

— É dispensável a concorrência pública para a execução dos trabalhos públicos que, por circunstâncias imprevistas ou de interêsse nacional, não permitirem a publicidade ou as demoras exigidas pelos prazos de concorrência.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 255/64

Autor: Dr. D. L. Santana

1 — Cogita-se, no presente processo, de dispensa de concorrência para construção de muros de arrimo da Ponte do Rio Bugre, na Rodovia GO-4, que liga Goiânia à cidade de Goiás.

2 — A necessidade de construção da aludida obra, considerada de natureza supletiva, constatou-se após a conclusão da

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

TERRAS DE J.P.B. ao NASCENTE, com a extensão de "seis léguas de frente e largura cinco léguas".

Cumpre acentuar que êsse registro instituído pela Lei de 1.850, artigo 13, era levado a efeito pelo vigário da freguesia da situação do imóvel, e ao qual, segundo Aviso Imperial da época, era vedado pesquisar acêrca da veracidade das declarações prestadas pelos registrantes; sua função limitava-se, tão-sòmente, em anotar em livro próprio tôdas essas informações que lhe eram fornecidas pelos interessados.

Por aí já se vê que, à luz da legislação vigente à época, a simples declaração, desnuda de qualquer comprovação, não tinha fôrça a atribuir domínio ao declarante. Já Teixeira de Freitas, o notável autor da Consolidação das Leis Civis, comentando êsse registro, em nota ao artigo 91 e seguinte, do regulamento 1.318, de janeiro de 1854, e ao artigo 905 de sua Consolidação, proclama: "Com êsse registro nada se predispõe, como pensam alguns, para o cadastro da propriedade imóvel, base do regime hypothecário germânico. Teremos uma simples descrição estatisaica, mas não uma exacta conta corrente de tôda propriedade imóvel do paiz, demonstrando sua legitimidade e todos os seus encargos. O systema cadastral é impossível entre nós".

Tinha, assim, o registro do vigário finalidade meramente estatística: era um levantamento a respeito de tôdas as terras do nosso país que, em determinado momento, se encontravam apossadas.

3.º — Acresce, ainda, e como remate a êsse ponto, a circunstância de que, pela Lei de 1.850, eram defesas as aquisições de terra, a não ser pela compra. Prescreve ela, em seu artigo primeiro: "Ficam prohibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja de compra".

Vê-se que a própria lei que instituiu, no seu artigo 13, o registro paroquial, não o considerou título dominial, tanto que proibiu, no seu artigo primeiro, tôdas as aquisições de terras devolutas, a não ser pela compra. E essas terras, cumpre relevar, o Estado não as vendeu. Na mesma esteira de Teixeira de Freitas e adotando o entendimento de que o paroquial não é título dominial, voga todo o elenco de autores clássicos, à frente Francisco Morato, Lafaytte, J. O. Lima Pereira, Whitaker, Messias Junqueira, Rui Cirne de Lima. Evidenciado, à saciedade e exaustivamente, fica assim falecer ao título primeiro dos que se arvoram em proprietários do imóvel "Panela de Ferro", fôrça para desincorporar ditas terras do patrimônio público.

4.º — Os documentos seguintes da cadeia dominial do imóvel "Panela de Ferro" se traduzem por três escritos particulares de compra e venda que estampam datas de 17/8/1.900, de 14/3/1.904 e, novamente, de 14/3/1904, vias dos quais J.F.B., J.R.L. e P.B.G.M. alienaram ao Cap. H.S.M.P., meia légua de terra, uma parte de terra, e duas partes de terra, respectivamente, no lugar "Panela de Ferro".

Repesando os documentos em epígrafe, vê-se, de intróito, que não guardam êles vinculação jurídica com o paroquial de 1.854; a escritura particular de 17/8/1.900 refere-se à alienação que J.F.B. fêz de meia légua de terra no lugar "Panela de Ferro" ao Capitão H.S.M.P., não rezando, contudo, a procedência de que J.F.B. adquiriu terras no imóvel em apreço.

Há, assim, um hiato na cadeia dominial dos promoventes, por isso que tôda a documentação restante que beneficia os autores é absolutamente alheia ao registro de 1.854, donde se conclui que as terras pressumìvelmente ocupadas pelo declarante de 1.854, jamais foram por êle transferidas. Observa-se, assim, que a posse eventualmente exercida por F.M.B. no lugar denominado "Panela de Ferro' foi por êle abandonada, porque delas não dispôs por qualquer título de alienação. A escritura de 1.900, tendo por objeto o imóvel "Panela de Ferro", foi, não há negar, passada a **non domino**, de quem delas não era dono, de quem delas não tinha a faculdade de disposição, ressentindo-se, assim, êste título privado de 1.900 do vício de falsidade ideológica.

5.º — A par de se não relacionar com o registro do vigário de 1.854, mostra-se essa escritura de mão carente de um dos elementos integrantes do contrato de compra e venda juridicamente perfeito: o consentimento do adquirente. Cumpre notar que desde os tempos do Brasil Colônia, o escrito particular fôra considerado título hábil a operar transferência de bens, exigindo-se,

contudo, para sua validade, fôsse feito e assinado ou **sòmente assinados pelas partes** e subscrita por duas testemunhas presenciais. (Grifamos). O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, em brilhante acordão, já teve oportunidade de decidir, assentado no Parecer do Prof. Gabriel Rezende Filho, in Rev. dos Tribs., vol. 175, pág. 498: "Era legítima a forma de escrito particular, como ainda, para sua validade, nada mais se exigia senão o cumprimento das formalidades das Ordenações, E. 1º, tít. 78, § 4º, as quais mandavam que no escrito apusessem suas assinaturas a parte ou partes interessadas e duas testemunhas, e quando uma das partes não soubesse escrever, por ela assinasse a rôgo um terceiro, com especial menção do fato do escrito".

6.º — À época da lavratura do escrito particular de 1.900 vigia o Decreto-Lei n.º 370 de 1.890, que exigia expressamente, no instrumento particular translativo de domínio, a assinatura das partes celebrantes. Efetivamente, reza o artigo 74, do citado decreto: "Não são admissíveis para os atos de registro, senão os títulos seguintes: instrumento público; os escritos particulares, assinados pelas partes que nêle figurarem, reconhecidas pelos Oficiais do Registro, e selados com os selos competentes". Também Lysippo Garcia ensinava que a falta da assinatura do comprador no instrumento particular de compra e venda, induzia nulidade substancial do ato, mesmo no direito antigo: 'O instrumento particular de compra e venda, além de escrito ou simplesmente assinado pelo vendedor e duas testemunhas deve também ser assinado pelo comprador, assignatura que manifesta o seu consentimento, indispensável para que se dê o acôrdo de vontades, e, portanto, para validade do contrato". (Lysippo Garcia, O Registro de Imóveis, 1.º vol., A Transcripção, pág. 174).

7.º — Sem embargo de se mostrar falta da assinatura do comprador, apresenta, ainda, referida escritura privada, faltas insanáveis, tôdas elas, de per si, capazes de invalidar aquêle ato privado: assinatura de terceiro, a rôgo do vendedor, e a falta de reconhecimento das firmas dos signatários daquele documento. Se é assente que, desde as Ordenações, pudesse o analfabto outorgar mandato verbal a terceiro, para que por êle assinasse nos instrumentos particulares de compra e venda de bens de raiz não excedentes a 200$000 — entendimento também acolhido pela Lei 1.237 de 24-9-1.864, pelo Decreto nº 3.453, de 26-4-1.865, e pelo Decreto nº 169/A de 19-1-1.890, não menos assente é que, a partir da vigência da Lei nº 79 de 23-8-1892, ficou expressamente vedada a possibilidade de, nos escritos particulares translativos de bens de raiz, de terceiros assinarem a rôgo do vendedor. Essa é a lição de J.L. Ribeiro de Souza: "Pela Lei nº 79 de 23-8-1892, foi que se firmou: "As pessoas que podem pasasr procuração de próprio punho estão habilitadas para contrahir por instrumento particular, FEITO E ASSIGNADO DE PRÓPRIO PUNHO E COM DUAS TESTEMUNHAS, obrigações e compromisso, qualquer que seja o valor da transacção". Logo, a partir do Decreto nº 79 citado SÓ ERAM VÁLIDOS OS CONTRACTOS PARTICULARES, de valor não excedente a 200$000, transmissivos de bens de raiz, FEITOS E ASSIGNADOS PELO PUNHO DO VENDEDOR E SUBSCRIPTOS POR DUAS TESTEMUNHAS". (Ribeiro de Souza in Acções Possessoriais, pág. 168/169).

8.º — Além dessa falta, o direito anterior sempre exigiu, para validade dêsses documentos, o reconhecimento da firma dos celebrantes, o que no caso em pauta não se verificou. Nos autos de apelação cível nº 3.640, da comarca de Niquelândia, assentou a Egrégia Instância Revisional do Estado: "Sempre se exigiu, porém, como condição para sua validade, o reconhecimento das firmas dos signatários do documento por tabelião, conforme o artigo 8º, § 2º, da Lei 1.237, de 24.9.864, artigo 77, § 2º, do Decreto 3.453, de 26-4-1865 e artigo 8º, § 2º, do Decreto nº 169/A, de 19-1-1.890. No caso dos autos, entretanto, vigia, à época da celebração da escritura privada, a Lei n.º 79, de 23-8-1.892, que, na pegada da legislação anterior, exigia, também, o reconhecimento das firmas dos signatários do documento para sua validade, como expressamente declara no seu artigo 3º a Lei n.º 79 atrás referida.

Outro não é o ensinamento de Ribeiro de Souza: "De forma que tôdas essas formalidades são precisas, — para que se possa dar a transmissão do domínio, ou melhor: — se o documento não foi feito e assignado pelo próprio punho do vendedor subscripto por duas testemunhas não têm a

firma do registro reconhecida por tabelião" (Op. e pág. citados).

...**O direito anterior, à míngua de formalidades**, já intrínsecas, já extrínsecas, reputadas por êle como substanciais, deu realce à imprestabilidade da escritura privada de 1.900 como título hábil a transferir domínio.

9º — As outras duas escrituras particulares de 14-3-1.904, via das quais J.R.L. e P.B.G.M. alienaram, respectivamente, uma e duas partes de terras no lugar "Panela de Ferro" ao Capitão H.S.M.P.; também elas não guardam vinculação jurídica ao paroquial de 1.854.

Vê-se, de seus contextos, que tanto J. R.L. como P.B.G.M. referem ter havido as terras alienadas pelo escrito de 1904 por herança de seu marido e pai G.G.M. Dos autos, entretanto, não consta nem um título, através do qual o registrante no paroquial F.M.B. haja alienado partes de terras no lugar "Panela de Ferro" a G.G. M., donde se conclui estar a venda feita pelos herdeiros de G.G.M. ao Capitão H.S. P., contaminada, também, do vício de falsidade ideológica, feita por quem não tinha disposição das terras, objeto do escrito particular de compra e venda.

Além de se não amarrarem ao paroquial, mostram-se as duas escrituras de 1.904 imprestáveis como títulos translativos de domínio, por não estar em seu contexto a assinatura do comprador, formalidade indispensável ao aperfeiçoamento do contrato de compra e venda. Consoante já se expôs no item 6 desta peça, e ao qual ora se reporta, a falta da assinatura do adquirente, nos instrumentos particulares de compra e venda, invalida o contrato.

10º — Semelhantemente ao de 1.900, ambos êsses escritos de 1.904 revelam-se faltos de dois requisitos reputados indispensáveis pelo direito antigo para validade dêsses títulos, como instrumentos aptos a transferir domínio de bens de raiz, **id est**, a assinatura de terceiros, a rôgo do vendedor, e a inexistência do reconhecimento da firma dos contratantes, conforme proclamam doutrinadores e jurisprudência indígenas (ressaltados nos artigos 5, 6, 7 e 8 desta contestação).

11º — Como último documento da cadeia dominial do imóvel "Panela de Ferro", que beneficia os requerentes, aparece a escritura particular de 15-7-932, através da qual L.P.M. alienou três posses de terras no imóvel em aprêço aos promoventes da presente ação demarcatória. Noticia êsse documento particular de 1.932 ter a alienante havido as três posses de terras por herança de seu marido, Cap. H.S.M.P.

Porta êle o mesmo vício dos antecedentes, já que não estampa a assinatura do comprador, requisito êsse reputado por Lysippo Garcia e Serpa Lopes como indispensável para o aperfeiçoamento do contrato de compra e venda (Cfr. Serpa Lopes, Tratado do Registro Público, 4.a ed., pág. 364/5).

Provada a exuberância, resta, assim, a imprestabilidade dos títulos apresentados para outorgar a seus beneficiários o domínio sôbre a terra demarcanda, devendo, de consequência, serem os autores julgados carecedores da ação em tela, sob color de lhes não assistir a condição de proprietários do imóvel objeto da ação.

12º — Desamparados ficam, pois, os possuidores precários das terras no lugar denominado "Panela de Ferro", com a destruição dos documentos em que assentavam seu domínio.

Estão, assim, no imóvel, na qualidade de possuidores precários, porquanto sua posse remonta, apenas, há poucos anos.

Nem alegar podem a posse "ad usocapionem" em seu favor porquanto, conformemente a nossa legislação, as terras devolutas são imprescritíveis, não se prestam ao usucapião, não constituem a "res habilis" um dos elementos configurativos da prescrição aquisitiva que, aliada à posse, ao lapso de tempo e ao "animus domini", completa e perfaz o instituto do usucapião.

Com o advento do Código Civil, os bens públicos — os de uso especial, os de uso comum e os patrimoniais —, nos têrmos expressos do artigo 67, foram declarados inalienáveis e, consequentemente, colocados fora do comércio e insuscetíveis de serem usucapidos.

Êsse entendimento é ponto pacífico entre os nossos doutrinadores e princípio consagrado pelos nossos excelsos Colégios de Juízes: "Os bens públicos não suscetíveis de usucapião na vigência do Cód. Civ. (Ac. da 2.a Turma do S.T.F., em 21-9-43, no Rec. Extr. de S. Paulo, Rel. Min. Bento de Faria, in Jurispr. do S.T.F., vol. 18, pág. 28). "Na vigência do Cód. Civ." não são usucapíveis os bens patrimoniais do Estado" (Ac. da Segunda Turma do S.T.F. Rel. Min. Edgar Costa, in Arq. Jud. vol. 93, pág. 19).

13º — É bem verdade que no direito anterior ou pré-codificado eram suscetíveis de serem usucapidas as terras devolutas, cumprindo ao prescribente provar sua posse mansa e pacífica por um lapso de tempo de, pelo menos, 40 anos, que há de ser completado antes da entrada em vigor do Cód. Civil.

A posse dos autores data de apenas poucos anos, não podendo êles, conseguintemente, valer-se da liberalidade dos nossos legisladores do direito anterior com respeito à prescrição dos bens públicos, porque, para tanto, é mister que os réus tenham posse anterior ao ano de 1.887, o que lhes torna de todo impossível adquirir o domínio de ditas terras pela posse "adusucapionem".

Falece-lhe, ainda, razão para invocar, em seu favor, o instituto da prescrição aquisitiva, pela inexistência de vários requisitos legalmente exigidos para se delinear o usucapião.

Assim, ressumbra evidente que as terras demarcadas são devolutas e constituem bem público dominial ou patrimonial do Estado de Goiás, **ex vi** do disposto no artigo 64 da nossa 1.a Constituição Republicana, visto que se não desincorporaram do seu patrimônio e nem se encontram no domínio particular por qualquer título legítimo.

14º — Ponto finalizando, outro argumento de grande relevância pode ser aqui apontado: o não existir no município de Tupiratins as terras, objeto da ação, com os limites descritos no paroquial de 1854, que reza: "O Ribeirão Lageado ao norte, Ribeirão Laginhas ao sul, o Tocantins ao ocidente, e as terras de J.P.B. ao nascente", com a extensão de "seis léguas de frente e largura cinco léguas".

Não demanda conhecimentos especializados o constatar-se não poder jamais o município de Tupiratins ter o rio Tocantins como limite oeste, e, sim, com êle se limita pelo lado leste; basta para comprová-lo o abrir-se do mapa do Estado.

Outro pormenor sintomático, e que mais ainda evidencia não se localizarem as terras demarcandas no município de Tupiratins, é o fato de se não locar no referido município o ribeirão Laginhas, a que se refere o paroquial, como limite sul do imóvel demarcado.

À vista disso, não há falar que as terras se encontrem no município de Tupiratins, pelo que aflora evidente a iliceidade do pedido dos autores, o que autoriza seja pedida a absolvição de instância, e é o que, preliminarmente, requer o Estado de Goiás, com fulcro no inciso 3 do art. 201 do Código de Processo Civil.

Se, porém, desprezada a preliminar argüída, pede o Estado que, no mérito, sejam julgados os autores carecedores da ação, por faltar de legitimação ativa.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito permitidos, inclusive vistoria.

P. e E. deferimento

Pedro Afonso, de de 1965

Luiz Francisco Guedes de Amorim
Procurador do Estado — Categoria inicial.

Hellion B. Oliveira
Procurador do Estado

AÇÃO POPULAR — AUMENTO DE SUBSÍDIOS DE DEPUTADOS — SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

— Em caso de Ação Popular contra aumento dos subsídios dos Deputados Estaduais, poderá ser suspenso o pagamento dos subsídios, até decisão final da Justiça, sem, no entanto, ferir seus possíveis direitos.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 262/64

Autor: Dr. José Crispim Borges

1 — C. N. e outros estão promovendo, no fôro desta Comarca, perante o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara e Cartório dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, uma **actio popularis**, com fundamento no art. 141, § 38, da Constituição Federal, visando à declaração de nulidade da Resolução nº 13, de 7 de novembro de 1963, da Augusta Assembléia Legislativa do Estado, que majorou os subsídios dos Nobres Deputados Estaduais.

2 — No bôjo da referida ação, os seus Autores pediram a notificação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Secretário de Estado da Fazenda, "para que suspendam qualquer pagamento aos Suplicados (Deputados Estaduais), ou a servidores de sua Secretaria, proveniente da Resolução nº 13, acima aludida, ou das vinculações a ela pertinentes", como se vê, claramente, do final de mandado de fls..

3 — Ao despachar a inicial, determinou o MM. Juiz de Direito a notificação pedida, acolhendo a medida acauteladora e de previsão de responsabilidade, adotada pelos Autores, no procedimento judicial em questão.

4 — Do que se expôs, se conclui, então, que há no fôro desta Comarca, em andamento, uma Ação Popular visando a anular ato lesivo ao patrimônio do Estado, estando os seus Autores interessados em que, enquanto a questão estiver **sub judice**, não dispenda o Estado de Goiás nenhum centavo com o ato inquinado de nulo, sob pena de, não o fazendo, responderem as autoridades referidas, pessoalmente, pelos prejuízos que, porventura, resultarem ao patrimônio do Estado, com o desfecho da demanda. E' a consequência jurídica da notificação, acolhida pelo MM. Juiz de Direito do feito.

5 — Colocada a questão nesse ponto, é pedida à Consultoria orientação jurídica de como proceder, para que não haja lesão de direitos e, muito menos, qualquer prejuízo ao Estado'

6 — Não resta a menor dúvida de que a notificação feita ao Estado de Goiás e aos seus dirigentes, pessoalmente, objetivou vinculá-los à **actio popularis** referida, dando-lhes, judicialmente, conhecimento da demanda e prevenindo-lhes as responsabilidades, nos têrmos da legislação em vigor sôbre a matéria.

7 — O bom caminho, agora, no terreno do Direito, é o da cautela e parcimônia com a coisa pública, sem nenhuma liberalidade, — conduta essa que tem a dupla vantagem de ir ao encontro dos interêsses do Estado, sem ferir os possíveis direitos nos Nobres Deputados, arrolados na dita ação popular. Isso porque, suspendendo o pagamento como foi pedido e determinado na notificação, pelo MM. Juiz do feito, estarão as autoridades estaduais procedendo com zêlo na administração da coisa pública; do mesmo tempo, êsse ato de cautela não resulta e nem resultará em qualquer prejuízo para os Nobres Deputados que, se vencedores da ação popular, — o que não acreditamos — terão oportunidade de receber a diferença de subsídios que, por direito, lhes couber, no momento oportuno.

8 — Acreditamos, até, que os Nobres Deputados, por questão moral e com o objetivo de fugirem a vexatórias ações regressivas, não terão interêsse em receber do Estado a parcela de subsídios, cuja legalidade foi posta em litígio, em Juízo, por pessoas do povo, através da mais pura e democrática das ações — que é a ação popular — a qual, ao contrário do comum das demandas, não visa ao bem dos promoventes, mas ao benefício coletivo, — que é o do Poder Público.

9 — Vale a pena frisar que na ação popular que se moveu, na Comarca de Anápolis, neste Estado, para anular ato da Câmara Municipal daquela Comarca, que majorara os subsídios de Vereadores, o seu Autor entendeu, até, de pedir "perdas e danos" contra os Vereadores que, porventura, venham receber pelo nôvo subsídio, **sabendo-o ilegalmente depois da Propositura desta "Actio Popularis"**, como se vê da respeitável sentença do MM. Juiz de Direito daquela Comarca, Doutor Jorge Salomão, **in Revista Forense**, vol .181, pág. 281/288, confirmada pelo Egrédio Tribunal de Justiça do Estado. E' verdade que, não tendo havido o recebimento no curso da ação, dado como ilícito por parte dos Vereadores, não houve a condenação pedida. Porém, fica patente o cabimento do pedido que é mais rigoroso e vexatório do que a medida acauteladora pleiteada na ação popular mencionada e objeto do presente estudo, isto é, a suspensão do pagamento da parcela dos subsídios dos Nobres Deputados, dada como ilícita, face ao § 38 do art. 141, da Constituição Federal.

10 — Assim, bem pesada a questão, em perfeita harmonia com a linha de conduta adotada pelo atual Govêrno, de zêlo e probidade na administração da coisa pública, entende a Consultoria Geral do Estado, através da Secretaria da Fazenda, deve acolher o pedido constante da notificação determinada pelo MM. Juiz de Direito da 2.a Vara desta Comarca, na ação popular de que dá conta o mandado de fls., mandando suspender, até sua decisão final, o pagamento de tôda e qualquer importância proveniente da Resolução nº 13, de 7 de novembro de 1963, publicada no Diário Oficial de 27 de dezembro de 1963, aos Nobres Deputados ou a qualquer outro servidor a ela vinculado.

Goiânia, 7 de abril de 1964.

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

AUTARQUIA — CONCORRÊNCIA PÚBLICA — DISPENSA

— É dispensável a concorrência pública para a execução dos trabalhos públicos que, por circunstâncias imprevistas ou de interêsse nacional, não permitirem a publicidade ou as demoras exigidas pelos prazos de concorrência.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 255/64

Autor: Dr. D. L. Santana

1 — Cogita-se, no presente processo, de dispensa de concorrência para construção de muros de arrimo da Ponte do Rio Bugre, na Rodovia GO-4, que liga Goiânia à cidade de Goiás.

2 — A necessidade de construção da aludida obra, considerada de natureza supletiva, constatou-se após a conclusão da

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

obra principal relativa à construção da ponte no local indicado. Os muros de arrimo compreendem, pelo que se vê exposto pelos órgãos técnicos, serviços de complementação da obra principal e tem caráter de urgência.

3 — E' bem verdade que a Lei Estadual nº 4.931, de 14 de novembro de 1963, estabelece em seu artigo 1º, § 1º, que o Estado sòmente executará obra por administração direta quando fôr impossível a concorrência pública administrativa ou coleta de preços e nos casos de calamidade pública que exige pronto socorro, bem como em se tratando de mão de obra gratuita.

4 — Entretanto, sendo as Leis de Contabilidade Pública aplicáveis pelo Estado, **ex vi** do que determina o artigo 183 da Constituição Estadual, é de se reconhecer que, na dependência de autorização governamental expressa, é dispensável a concorrência para a execução dos trabalhos públicos que, por circunstâncias imprevistas ou de interêsse nacional, não permitirem a publicidade ou as demoras exigidas pelos prazos de concorrências. Aludidos diplomas legais assim se anunciam:

> **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL** — "Art. 183 — Aplicam-se aos Estados e aos Municípios, no que contrariar os dispositivos desta Constituição, as leis de contabilidade pública".
>
> **Decreto nº 15.783, de 8-11-1922** — "Art. 246: Será dispensável a concorrência: a) — Para os fornecimentos, transportes e trabalhos públicos que, por circunstâncias imprevistas ou de interêsse nacional, a juízo do Presidente da República, não permitirem a publicidade ou demoras exigidas pelo prazo de concorrências".

5 — No processo está demonstrado que as obras relativas à construção da ponte, em que pêse ao estado de calamidade advindo com a destruição, há quase um ano, daquele trecho pelas enchentes da estação chuvosa, foram objetos de concorrência pública, não se dispensando, apesar de tudo, tal medida para que se empreitassem os serviços.

6 — Entretanto, nas especificações, não se fêz incluir a construção dos muros de arrimo, que, agora, se evidencia necessária, de caráter inadiável, para a segurança da obra, como sua própria complementação. A firma empreiteira oferece condições senão absolutamente vantajosas ao menos mais convenientes aos interêsses da administração, eis que, dada a urgência que o término da obra requer, já se sentem os reclamos públicos quanto à morosidade que o asfaltamento da Rodovia sofre, em que pêse ao interêsse governamental em levar de concluída tal realização em benefício das populações das cidades marginais pela GO-4, a fim de cumprir um solene compromisso, assumido com o povo, principalmente da ex-Capital do Estado.

7 — A proposta da firma empreiteira, com preços razoáveis pelo que se constata, com canteiro de obra ainda instalado no local, satisfaz o interêsse da administração e a necessidade de se extinguir essa angústia que a interrupção do trânsito pela citada Rodovia traz ao público, principalmente nessa época de escoamento da produção de vastas regiões, consideradas celeiros do Estado e fontes de crescimentos da arrecadação fazendária estadual.

8 — São essas as considerações que expendemos para justificar o nosso pronunciamento no sentido de que, dada a natureza suplementar das obras e a presente necessidade de vê-las concluídas o mais rápido possível, possibilitando o rápido encaminhamento da pavimentação asfáltica naquele trecho, haja por bem o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de autorizar a dispensa de concorrência para a execução dos muros de arrimo na referida ponte, tal como propõe o ilustre Secretário do Planejamento e Coordenação, aprovando a proposta da firma empreiteira para a execução dos aludidos serviços, com urgência, valendo-se da faculdade que lhe assegura o artigo 183, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 246 do Decreto-lei federal nº 15.783, de 8 de novembro de 1922, que regulamentou a Lei nº 4.536, de 22 de janeiro do mesmo ano (Código de Contabilidade Pública da União).

Goiânia, 3 de abril de 1964.

AUTARQUIA — CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO

— Interpretação do art. 1º da Lei nº 4.045, de 1962.
— Aval não pode ser considerado fiança.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 2095/64

Autor: Dr. Antônio Saturnino de A. Mello

1 — A Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO), via dos instrumentos que instruem o presente processo, celebrou com o Banco do Brasil S.A., agência local, um contrato de abertura de crédito no valor de Cr$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), oferecendo em garantia:

a) — o penhor industrial das máquinas e viaturas adquiridas com o produto do empréstimo;

b) — penhor mercantil de 1.040 obri- Estado de Goiás, no valor global de Cr$ 102.000.000,00;

c) — fiança do Banco do Estado de Goiás S.A.

2 — Obrigou-se a creditada, vale dizer, a CAESGO, a pagar o empréstimo em três parcelas anuais, iguais e consecutivas, das quais a primeira em 23 de agôsto do corrente ano.

3 — Por motivos que ignoramos, o contrato de fls., não obstante datado de agôsto de 1962, sòmente agora, depois de vencida a primeira prestação, foi encaminhado a registro no Egrégio Tribunal de Contas, oportunidade em que se verificou a não participação do Estado de Goiás na operação.

4 — Não contando o contrato com a garantia do Estado de Goiás, ilegal se tornou, conseqüentemente, o recolhimento, ao Banco do Brasil S.A., das Obrigações de que fala a guisa de fls. 35.

5 — Se isso não bastasse, o Estado de Goiás, que é absolutamente estranho à operação realizada entre a CAESGO e o Banco do Brasil S.A., vencida a primeira parcela. efetuou o seu pagamento, conforme se verifica do item 8 do expediente de fls. 47/49, ficando no desembôlso da importância de Cr$ 39.584.555,60.

6 — Pretende agora a CAESGO, a fim de legalizar uma situação de fato, que o Govêrno do Estado, via de ato aditivo a ser celebrado com o Banco do Brasil S.A. e na qualidade de fiador, assuma o encargo que, desde o comêço, foi intenção das partes obter no contrato.

7 — Cumpre-nos, antes de mais nada, examinar a autorização concedida ao Poder Executivo e consubstanciada na Lei nº 4.045, de 6 de julho de 1962, cujo artigo 1º reza:

> "Fica o Estado de Goiás autorizado a constituir-se avalista da Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO), perante o Banco do Brasil S.A., até o limite de Cr$ 120.000.000,00 destinado à aquisição de patrulhas mecanizadas".
>
> Autorizado a constituir-se AVALISTA, diz claramente a lei.

8 — Dada a analogia existente entre ambos, há generalizada confusão entre o aval e a fiança. São institutos distintos com evidentes diferenças em pontos essenciais.

Magarinos Tôrres doutrina: —

> "Chama-se aval a garantia pessoal, plena e solidária que se pode juntar

---

1 — Ex-Consultoria Geral do Estado.

na nota promissória à obrigação de qualquer dos obrigados".

"Distingue-se o aval de quaisquer outras garantias de direito comum, em ser firmado no próprio título e sujeito sempre aos rigores cambiais". (Nota Promissória, 6º ed. vol. 1, pág. 265).

"Da longa controvérsia sôbre a natureza jurídica do aval (Saraiva, § 92, pág. 270, Arruda, Vol. I pág. 65) só se pode apurar que tanto na doutrina nacional como na estrangeira, tendência predominante é para a distinção radical entre êsse instituto e o da fiança".

"Aval não é, pois, fiança, embora, como obrigação de garantia, que o é também declaradamente em nossa lei, suporte e exija a aplicação dos princípios da fiança que não ofende os princípios cambiais". (Obra citada, pág. 278-79).

"A fiança, contrato acessório de garantia pessoal, só pode ser dada por um terceiro estranho ao título, e fora dêle (porque no título é aval). — (Obra citada, pág. 235).

Paulo de Lacerda ensina: —

"Embora seja um instituto jurídico de reforço a outra obrigação cambiária, prestado pela pessoa que assina a declaração, e ligando-se de modo análogo à fiança, êle é "sui generis", peculiar à cambial, e em outros pontos essenciais diferindo da fiança, com a qual é êrro confundí-lo na doutrina e impossível perante a lei. (A Cambial no Direito Brasileiro — 6a. edição, pág. 163).

Whitaker opina: —

"Sem falar em que a fiança é um contrato, ao passo que o aval é um ato unilateral, o que desde logo irredutìvelmente os diferencia, aquela é essencialmente uma obrigação acessória, que nem se compreende, nem se admite, sem a obrigação principal, ao passo que êste, pôsto que formalmente possa ser tomado como obrigação acessória, substancialmente é uma obrigação autônoma, cuja validade não é afetada por nenhuma outra obrigação cambiaria, nem mesmo por aquela à qual é especìficamente equiparada. (Letra de Câmbio — 3º ed. pág. 173 — nota 277).

Pontes de Miranda, com a franqueza que lhe é peculiar doutrina:

"Exames superficiais apontam semelhança, senão identidade, com a fiança, confusão que tem sido responsável por erros sem conta na prática. Em verdade, a própria expressão **garantia**, com que se procura caracterizar o aval, é forte demais: o avalista mais se equipara ao avalizado que o garante. (Direito Cambiário — I, pág. 133).

Paulo J. da Silva Pinto, um dos mais festejados tratadistas do direito cambiário dos dias atuais, em nosso País, no verbête "Aval" inserto no Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro (Carvalho Santos) escreve:

"Aval não pode ser considerado fiança, pois é da essência desta a acessoriedade absoluta".

"A maioria dos autores afasta, em face do sistema da lei brasileira, o conceito de aval-fiança, para afirmar a autonomia da obrigação criada pelo aval".

"A melhor doutrina é a que tende para a conceituação do aval como garantia típica cambiária, não equiparável à fiança mas a esta semelhante em sua finalidade, a ponto de se justificar, em matéria de aval, a aplicação de certos preceitos previstos para fiança, sempre que se possam conciliar com os atributos da obrigação cambiária". (Vol. 5, págs. 231-233).

9 — Em rápida digressão, procuramos mostrar, com a opinião das maiores autoridades no assunto, que aval não é fiança, não podendo o Executivo ir, salvo melhor juízo, além da autorização legal, vale dizer, daquela faculdade outorgada pelo artigo 1º da Lei nº 4.045, de 6 de julho de 1962.

10 — Acontece que a pretensão da CAESGO vai muito mais longe. Pleiteia

ela que a Interventoria, em instrumento a ser firmado em aditamento das fls., legalize o penhor mercantil das 1.040 Obrigações da Dívida Pública Flutuante do Estado de Goiás, supostamente feito nos têrmos do diploma mencionado no item anterior. Dizemos supostamente porque a Guia de fls. 35 esclarece que o recolhimento dos títulos ao Banco do Brasil S. A. era nos têrmos da Lei n. 4.045, citada, que não contém tal autorização.

11 — Ante o exposto, entendemos, "data venia" que o Executivo não pode, sem prévia autorização legal, firmar, como se pretende, o instrumento aditivo, no qual ratifique o penhor mercantil das 1.040 Obrigações mencionadas no documento de fls. 35.

12 — Como, porém, se trata de negócio ajustado entre sociedades de economia mista, certamente com aprovação prévia do Executivo, animados todos da melhor intenção, mas levados inexplicàvelmente a um êrro, mister se torna encontrar uma solução que resguarde os interêsses do Banco do Brasil S.A., e o nome do Estado de Goiás e suas emprêsas.

13 — Pleiteia, ainda, a CAESGO, sob a alegação de que é emprêsa deficitária, que o Govêrno cubra os prejuízos que anualmente sofre, ou a transferência das máquinas e implementos agrícolas à propriedade de outro órgão governamental que possua recursos suficientes para suportar os prejuízos decorrentes do amparo à lavoura.

14 — Embora o assunto fuja à alçada da Procuradoria, e negócio de tamanho vulto exija exame também por ângulos outros que não sòmente o jurídico, entendemos que o Estado de Goiás, organizador e maior acionista da Sociedade, deva, com a necessária antecedência, examinar a situação econômica da CAESGO, a fim de evitar nôvo constrangimento à época do pagamento da segunda prestação do empréstimo a que se referem os documentos de fls.

Ante o exposto, opinamos para que: —

a) — o Executivo, em época oportuna, via de mensagem ao Legislativo, obtenha prévia autorização para oferecer ao Banco do Brasil S. A., em penhor mercantil, nos têrmos do art. 273 do Código Comercial cento e cinco milhões de cruzeiros (Cr$ ..... 105.000.000) de Obrigações da Dívida Pública Flutuante do Estado de Goiás, constante da emissão autorizada pela Lei nº 3.194, de 11 de novembro de 1960, em garantia do contrato de abertura de crédito nº 62/5, de 23 de agôsto de 1962 e instrumentos aditivos — para o que oferecemos a minuta anexa;

b) — via da Comissão para êsse fim especialmente designada, seja levantada a situação econômico-financeira da CAESGO, o inventário do seu equipamento moto-mecanizado, com os respectivos valôres e apresentação de minucioso relatório com o parecer conclusivo sôbre a proposta.

15 — E' o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Goiânia, 23 de dezembro de 1964.

AUTARQUIA — CONTRATO DE SERVIÇOS — CARGO EM COMISSÃO — VIGÊNCIA DO CONTRATO

— O afastamento do empregado, em virtude de encargo público ou serviço militar, não constitui motivo para rescisão do contrato de trabalho por parte do empregado, não se cogitando, também, do direito de se investir na função pública do cargo anterior, se foi empregado em emprêsa diferente da do cargo anterior. Entretanto, terá direito a reinvestimento de função, caso seja cargo na mesma emprêsa e se seu contrato do cargo anterior estiver ainda em vigor.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás

Parecer nº 2061/64

Autor: Dr. Elias B. Daher

1 — A esta Procuradoria foi encaminhado o incluso processo, em que o IDAGO solicita pronunciamento sôbre a situação dos Drs. W. O e E.M., que até há pouco prestaram serviços àquele órgão.

2 — Conforme se infere das peças dos autos, o Dr. W. O. foi contratado, inicialmente, pela Secretaria da Agricultura pelo prazo de um ano, isto é, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1962, e colocado à disposição do extinto Departamento de Terras e Colonização. E vencido êsse primeiro contrato, um outro foi celebrado com o mesmo órgão, para o período de 1º de janeiro a 1º de novembro de 1963.

3 — Logo ao expirar êste último instrumento, foi o Dr. W. O. nomeado ,por decreto governamental de 13 de novembro de 1963, para exercer o cargo de Diretor dos Serviços Gerais do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), com revalidação de seu exercício a partir de 1º de novembro do mesmo ano.

4 — E, finalmente, por ato datado de 2 do mês em curso, do Senhor Interventor Federal, foi êle exonerado do cargo em comissão, de Diretor dos Serviços Gerais do IDAGO, do qual já havia solicitado demissão desde 26 de novembro último.

5 — Pretende êle, agora, **indenização ou readmissão no cargo de Assessor Jurídico do IDAGO**.

6 — De início, observa-se que, vencido o segundo contrato firmado entre o interessado e a Secretaria da Agricultura, não houve renovação nem tampouco prorrogação do mesmo.

7 — Daí por que, ao ser nomeado para exercer o cargo de **confiança** de Diretor dos Serviços Gerais, não tinha êle mais nenhuma vinculação jurídica com a Secretaria da Agricultura, como também com o IDAGO, já que a relação contratual de prestação de serviço deixara de existir ao expirar o prazo determinado para a vigência do referido contrato.

8 — Nessas condições, a situação jurídica do Dr. W. O., no IDAGO, a partir de 1º de novembro de 1963, era a de ocupante de um cargo em comissão, de estrita confiança do Govêrno, demissível "ad nutum".

9 — A Lei nº 4.039, de 6 de julho de 1962, que criou o IDAGO, dispõe:

"Art. 3º — O IDAGO será representado legalmente pelo seu Presidente, e terá a gestão de suas atividades realizadas através dos seguintes órgãos:

I — ....

II — ....

III — SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA, Órgão central incumbido de promover a execução das atividades dos órgãos executivos centrais, bem como articular a execução das atividades das sociedades ou entidades bem como articular a evecução das atividades das sociedades ou entidavinculadas ao IDAGO, referidas no início seguinte, composto de um Diretor dos Serviços Gerais e um Diretor de Estudos e Planejamento e um Diretor de Colonização e Recolonização".

§ 1.º — O Presidente do IDAGO e os DIRETORES de que trata o inciso III dêste artigo serão livremente escolhidos, nomeados e demissíveis "ad nutuns", tendo ainda, vencimentos fixados pelo Governador".

direito à reclamação contra o ato demissório.

10 — Evidenciado está que, mesmo na hipótese do Dr. W. O. não houvesse solicitado sua demissão, esta se daria sem qualquer justificativa do Senhor Interventor Federal, dada a natureza do cargo que ocupava, e sem lhe assistir qualquer direito à reclamação contra o ato demissário.

11 — Entretanto, o que cabe examinar no presente caso, é se o Dr. W. O. tem direito de continuar a prestar serviços ao IDAGO como Assessor Jurídico, e, em caso afirmativo, no caso de rescisão de contrato, estaria a Autarquia obrigada ao pagamento das indenizações legais.

12 — Patente já ficou que, ao ser nomeado para o cargo de Diretor dos Serviços Gerais, o Dr. W. O. deixara de ser contratado da Secretaria da Agricultura, não podendo êle, portanto, em tais circunstâncias, invocar o art. 472, da Consolidação das Leis do Trabalho, que reza dêste teor:

"O afastamento do empregado em virtude de exigências do serviço militar ou outro encargo público, não constituirá motivo para a alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregado".

13 — E não pode invocar pela razão já exposta de que à época de sua nomeação para o último cargo ocupado, não tinha êle mais nenhuma relação de emprêgo com a Secretaria da Agricultura e nem com o IDAGO.

14 — Mesmo levando-se em conta que o prazo do contrato não estivesse expirado, ainda assim o citado art. 472, da Consolidação das Leis do Trabalho não serviria de arrimo à sua pretensão, porque o exercício do cargo de Diretor dos Serviços Gerais não constitui **encargo público**. E nem lhe socorre, por outro lado, o art. 450 da mencionada Consolidação, já que ali se trata dos empregados chamados a ocupar, em comissão, interinamente ou em substituição eventual ou temporária, cargo diverso do que exercer **na emprêsa**, assegurando-se-lhes a contagem do tempo naquele serviço como a volta ao cargo anterior. E não lhe socorre pelo motivo de não ser empregado da emprêsa (IDAGO), senão, é certo, de uma outra, qual seja a Secretaria de Agricultura.

15 — E' sabido que encargo público é o dever impôsto ao cidadão de prestar determinados serviços ao Estado. E', assim, uma **obrigação legal**, não podendo, de forma alguma, confundir-se com função pública.

> **"Encargo** apresenta sentido diverso de funções públicas, como se inscrevia no Código Civil: realmente, há funções públicas que não constituem **encargos** e que não obrigam o empresário a manter o ligame.
>
> ....
>
> O empregado que presta concurso e vai ocupar um cargo público não tem direito de ver mantido seu lugar. É preciso que haja um **caráter de obrigatoriedade** com relação à função que o obreiro vai exercer, para que se lhe garantam os direitos ao emprêgo" (Antônio Iamarca, **in** "Contrato de Trabalho", pág. 67/68).

16 — É bem de ver, pois, que o exercício do cargo de Diretor dos Serviços Gerais do IDAGO não constitui **encargo pú-**

blico, uma vez que não era uma obrigatoriedade imposta pela lei ao Dr. W. O. Ao revés de sua vontade exclusiva, dependeu aceitar a sua indicação, eis que essa aceitação não derivou de nenhuma obrigação legal.

17 — E aceitando a sua indicação para o cargo em aprêço, mesmo se existisse relação de emprêgo entre sua pessoa e a outra emprêsa, no caso a Secretaria da Agricultura, ficou ela rompida em definitivo.

18 — Ademais, e ainda no mesmo sentido, **encargo público,** nada mais é do que "a obrigação ou dever do cidadão de prestar certos serviços ao Estado, em correspondência aos seus direitos políticos; a função de mesário durante as eleições, a de jurado de ofício, etc." (José Náufel, **in** Nôvo Dicionário Jurídico Brasileiro, vol. II, págs. 281/282), não podendo, por isso, confundir-se com **função pública,** que é "em sentido lato, todo pôsto, tôda situação que implique da parte de seu titular em gestão da coisa pública" (ob. cit. vol. III, pág. 38).

19 — Ao teor do exposto, chega-se a uma conclusão lógica e juridicamente certa: ao Dr. W. O. não cabe direito algum à recondução ao cargo de Assessor Jurídico do IDAGO, onde se encontrava à disposição, contratado que era da Secretaria da Agricultura, nem o de ser indenizado na falta desta.

20 — No que tange ao Dr. E. M., nota-se que foi êle admitido, como engenheiro civil, do IDAGO, em 1º de dezembro de 1963, tendo sido designado na mesma data para a Chefia da Divisão de Normas Técnicas.

21 — Por decreto de 8 de junho de 1964, foi êle nomeado para exercer, em comissão, o cargo de Diretor do Departamento de Estudos e Planejamento do IDAGO, tendo sido exonerado na mesma data em que o foi o Dr. W. O., e do qual já havia solicitado demissão em ofício datado de 28 de novembro do corrente ano.

22 — Deseja a Presidência do IDAGO saber se o Dr. E. M. tem direito de ser reconduzido ao cargo de engenheiro civil, que ocupava inicialmente, em decorrência de sua exoneração do último cargo.

23 — À primeira vista se poderia supor da semelhança entre a situação jurídica do Dr. W. O. com o caso presente. Entretanto, uma difere da outra pela razão do primeiro ter sido contratado de uma emprêsa e ser chamado para exercer cargo de confiança em outra. No relativo ao Dr. E. M. era êle contratado como engenheiro civil do IDAGO quando foi nomeado, em comissão, para cargo na própria emprêsa.

24 — E em seu abono vem a letra da própria Consolidação das Leis do Trabalho, expressa em seu art. 450:

> **"Ao empregado chamado a ocupar, em comissão, interinamente ou em substituição eventual ou temporária, cargo diverso do que exercer na emprêsa, serão garantidas a contagem de tempo naquele serviço bem como a volta ao cargo anterior".**

25 — Segundo J. Antero de Carvalho, in "Cargos de Direção no Direito do Trabalho, os **cargos de confiança** são aquêles que demandam uma fé forte, de parte do empregador ,nas qualidades do empregado, sendo a êstes conferidas atribuições de direito, fiscalização, etc. (págs 176 e segs. 2ª ed.).

E' de ver, pois, que o **comissionamento** de um empregado corresponde ao desempenho de uma função de confiança, sem que tenha êle renunciado ao cargo anterior. E, no caso, como empregado da mesma emprêsa, cessada a comissão, voltará êle ao seu antigo lugar, de contratado, ou melhor, ao cargo que ocupava anteriormente, com os salários a êste relativos.

26 — Fora de qualquer dúvida, o Dr. E. M. atendeu ao chamamento para um cargo de confiança e em comissão, dentro da mesma emprêsa, e quando ainda em vigência o seu contrato de trabalho pelo art. 450, citado, da Consolidação das Leis do Trabalho.

27 — Por essa razão, o contrato de trabalho que o Dr. E. M. mantém com o IDAGO está em pleno vigor, ainda, tendo êle direito, portanto, de se investir na função de engenheiro civil, por fôrça de legislação vigente atinente à espécie.

Goiânia, 22 de dezembro de 1964.

AUTARQUIA — CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES PARA O IPASGO

— Interpretação do art. 3º da Lei nº 4.190, de 1962.

— Os servidores do IDAGO estão submetidos à disciplina jurídica da Lei Estadual que criou o IPASGO.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 206/64.

Autor: Dr. Zecchi Abrahão

1 — A proposição dos autos suscita uma prévia digressão. Pela Lei federal de nº 3.807, de 26 de agôsto de 1960, que dispõe sôbre a Lei Orgânica da Previdência Social, se incluem, em seu artigo 2º, como beneficiárias ou contribuintes compulsórios da Previdência Social, na qualidade de segurados, todos os que exercem emprêgo ou atividade remunerada no território nacional.

2 — Expressamente excluídos do regime, estão entretanto, por fôrça do precitado diploma federal (art. 3º), os servidores civis e militares da União, dos Estados, Municípios e dos Territórios, bem como **os das respectivas autarquias,** que estiverem sujeitos a regimes próprios de previdência.

3 — De sua vez, reiterando a disposição do diploma já mencionado, o Decreto federal de nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, aprovou, em seu art. 1º, sob a denominação de "Regulamento Geral da Previdência Social" o Regulamento que acompanha o mesmo ato do Executivo.

E êsse Regulamento, em seu art. 3º, repete a disposição da Lei de nº 3.807, ao dispor que ficam excluídos de seu regime os funcionários das autarquias estaduais, que "estiverem sujeitos a regime próprio de previdência social", e que determine sua filiação a sistema de seguro social diverso do previsto no aludido Regulamento.

4 — Êsse era o regime predominante no Estado de Goiás, até que, à superveniência da Lei Estadual de nº 4.190, de 22 de outubro de 1962, foi criado em Goiás o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores (IPASGO).

Ao conceituar a categoria dos segurados compulsórios, o art. 3º do diploma local, estabeleceu que, dentre êstes, se incluem "os servidores do Estado, inclusive das Autarquias", seguindo-se outras categorias de segurados facultativos.

5 — E mais, dando ênfase à expressão imperativa do artigo 3º, o artigo 8º, da citada Lei estadual de n.º 4.190, estabelece que os segurados compulsórios "serão inscritos **"ex officio"**, e, portanto, independentemente da própria manifestação ou recusa do servidor.

6 — Estamos, de conseqüência, face a dois diplomas, de hierarquia diversa: — uma lei federal e uma lei estadual.

Segundo o princípio da Hierarquia das Leis, o ato de inferior hierarquia deve estar em consonância com o ato de superior hierarquia, sob pena da eiva de ilegalidade, e passível, portanto, dessa argüição.

Mas ao que se vê da leitura de ambos os diplomas, a hipótese é diversa, não ferindo, em absoluto, o princípio que invocamos. Ao passo que a Lei federal de nº 3.807, reiterada pelo Decreto de nº..... 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, exclui do regime da previdência social os servidores das autarquias estaduais (art. 3º, item 1º), a lei local nada mais faz que instituir um organismo previdenciário de âmbito interno, chamando compulsòriamente para seus segurados e beneficiários os servidores do Estado, **"inclusive os das Autarquias",** e personalizando-se dito órgão

---

(1) — **Ex-Consultoria Geral do Estado**

(IPASGO) como de natureza hierárquica (art. 1º).

7 — Com instituir o próprio órgão, e organizar o seu quadro compulsório de contribuintes e beneficiários, aliás em moldes e sob administração padrões, o Estado de Goiás, através de sua Egrégia Assembléia Legislativa, nada mais féz, senão atender e cumprir o próprio texto da Lei federal de nº 3.807, que facultou implicitamente às unidades políticas internas, a criação de seu regime próprio de previdência social (art. 3.º, item 1, in fine).

8 — De sua vez, a recomendação constante do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes de Cargas (IAPETC), segundo se vê do Ofício de n.º 64/64 (fls. 3), refere-se "aos descontos para a Previdência Social, que serão efetuados nos vencimentos dos empregados dessa Companhia (IDAGO) e que vêm contribuindo regularmente para o IAPETC".

9 — Ora, o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDAGO), de cujos servidores pretende o IAPETC recolher as contribuições previdenciárias e incluí-los em seus quadros de associados compulsórios, é, de sua vez, outra entidade autárquica, criada pela Lei estadual de nº 4.039, de 6 de julho de 1962.

O artigo 1º, dêste diploma local, define o órgão como "Autarquia vinculada à Secretaria da Agricultura, com sede em Goiânia e jurisdição em todo o território do Estado".

10 — De conseqüência, os servidores do IDAGO pertencem à categoria de pessoal autárquico; e, como tais, não mais sujeitos ao regime previdenciário instituído pela Lei federal de nº 3.807, de 26 de agôsto de 1960, mas submetidos à disciplina jurídica da Lei estadual de nº 4.190, de 22 de outubro de 1962, que criou o IPASGO e determinou, de paralelo, que os servidores das autarquias fôssem, de ofício, inscritos como seus segurados compulsórios.

11 — Ademais, extreme de dúvidas é a competência do Estado de Goiás para instituir o seu próprio regime previdenciário, como é o caso dessa entidade modelar que é o IPASGO; e sendo indiscutível que o ato instituidor não feriu o Princípio da Hierarquia das Leis, antes deu seqüência a um preceito de lei federal, opinamos por que, se já o não sejam, passem os servidores do IDAGO a contribuir para o IPASGO, associados compulsórios e beneficiários que são da autarquia goiana, credora dos aplausos de todos funcionários do Estado, tanto pelos benefícios que vem prodigalizando à classe, tanto pela sua estrutura antiburocrática.

Goiânia, 11 de março de 1964.

CONTRATO — EMPREITADA — REAJUSTAMENTO DE PREÇO

— O reajustamento de preços quando o cumprimento do contrato, por motivos alheios à vontade da contratada, se torna impraticável, é assente em jurisprudência firmada na administração estadual, consubstanciada em preceitos do Código Civil Brasileiro.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 418/65

Autor: Dr. Cleomar Rizzo Esselim

O PEDIDO

1 — Neste volumoso processo, referente à Concorrência Pública nº 01/63, para execução de serviços de construção da ligação BR-95, trecho BARRO ALTO—URUAÇU, a firma vencedora da concorrência — T. S.A., às fls. 193 (última numeração), pede reajustamento de preços, invocando:

> "... baseia-se nosso pedido no Decreto 309, de 6-12-61, do Conselho de Ministros, que regulou o assunto de reajustamento e no parecer nº .... 892/63 da Consultoria Jurídica do Estado de Goiás, proferido pelo Dr. Antônio Saturnino de Araújo Mello".

2 — E, ainda, acrescenta no pedido:

> "As razões de nosso pedido acentase (sic) em que ultrapassou a 180 dias, da data da concorrência, o prazo da execução dos serviços e do aumento do valor do contrato, por acréscimo de obra, tendo havido, no período, elevação substancial no custo da construção".

3 — O ilustre Assessor Jurídico do DERGO, às fls. 195 a 197, proferiu longo parecer, opinando pela procedência do pedido de reajustamento, afirmando às fls. 196:

> "Verifica-se, mais, que o atraso na entrega da obra se deu por motivos alheios à vontade da empreiteira, eis que houve falta de elementos técnicos para o prosseguimento dos trabalhos quando o fornecimento dêles cabia ao DERGO: período excepcional de chuvas, acréscimo de obra, tudo previsto no contrato, assinado para se conceder prorrogação, segundo está expresso nas letras "a", "b" e "c" do contrato assinado".

4 — Prosseguindo, diz o parecer que "vem ainda em socorro da Empreiteira o Decreto Federal nº 309, de 6 de dezembro de 1961, decreto êsse que se aplica por extensão às obras a cargo do Govêrno Estadual, força o DERGO a conceder a revisão pleiteada".

5 — Por outro lado, o Conselho Executivo apresentou minucioso relatório e, na sessão do dia 3-11-64, indeferiu o pedido de reajustamento de preços.

6 — Não se conformando, a firma T. S.A. requereu revisão da decisão ao C.E., sem contudo lograr êxito (fls. 215).

7 — Às fls. 213, o Exmo. Sr. Diretor do DERGO, a pedido da firma reclamante, encaminhou o processo a esta Procuradoria, para emitir "parecer conclusivo sôbre recurso".

Descrevemos, até aqui, o pedido de reajustamento formulado pela firma reclamante.

OS FATOS

8 — Realmente, com facilidade se conclui que houve acréscimo de obras (158), consistente dos seguintes serviços:

---

(1) — Ex-Consultoria Geral do Estado

a — substituição de pontilhão da estaca 540 por bueiro ARMCO na estaca 421;

b — substituição do pontilhão da estaca 540 por bueiro de concreto de diâmetros de 1,20 e 1,00 metros;
c — variante da estaca 610 a 704;
d — modificação de projeto (fls. 178).

9 — No decurso das obras, alegando período excepcional de chuvas e demora na solução das obras de arte, por falta de pessoal do DERGO para atender às solicitações das diversas fontes de serviços, bem como demora na definição de variante entre as estacas 610 e 720, foi solicitada, pela firma reclamante, uma prorrogação de 60 (sessenta) dias.

10 — O ilustre Diretor do Dergo, com base no contrato firmado em 29-5-62, e tendo em vista as alegações da firma empreiteira, houve por bem conceder a prorrogação.

11 — O acréscimo de obras foi devidamente pago, conforme tivemos oportunidade de verificar com a documentação junta aos autos.

Assim, resta-nos tão-sòmente apreciar o recurso, na parte de reajustamento.

Antes porém, impõe-se como preliminar, frente ao disposto no Decreto Estadual nº 290, de 18 de maio de 1964 (regulamento do Dergo), conhecer da tempestividade do recurso e admiti-lo.

No artigo 8º, parágrafo único, do Decreto estadual citado, é dizer, o Regulamento do DERGO, está claro que:

"das decisões do Conselho Executivo (C. E.), caberá recurso ao Governador do Estado no prazo de 10 (dez) dias.

Segundo consta da anotação feita no final da Resolução n.º 10, fls. 215, pressumìvelmente a firma recorrente foi notificada daquela Resolução, vale dizer, do indeferimento do pedido, no dia 13-12-64 e, no dia 24-12-64, ou seja, 10 dias após, requereu ao Diretor do DERGO fôsse o processo encaminhado a esta Procuradoria para pronunciamento conclusivo.

Assim, tendo em vista que o pedido formulado pela firma empreiteira foi encaminhado pelo Diretor do DERGO, considerando que o pedido está no prazo e dentro da boa norma de direito e economia processual, acatamos o pedido formulado, como RECURSO nos têrmos do art. 8º, parágrafo único, do diploma legal invocado, para efeito apenas de emitir o nosso parecer, a fim de ser, posteriormente, apreciado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, a quem compete a solução final.

12 — Inicialmente devemos considerar o disposto nas cláusulas contratuais convencionadas. Iniciamos a apreciação pela cláusula IX, que indica a impossibilidade do reajustamento. Vejamos o seu texto: —

"Cláusula IX — A Empreiteira se obriga a executar os serviços constantes dêste contrato pelo preço nêle estabelecido, não podendo, em hipótese alguma e sob nenhum pretexto, pleitear reajustamento de preço, que lhe não será concedido pelo DERGO, sem nem mesmo necessidade de especificar os motivos".

13 — Diante dos fatos ocorridos no decurso dos trabalhos contratados e do acréscimo, a cláusula IX supracitada não pode, em absoluto, ser interpretada de modo isolado.

Conveniente se torna interpretar as cláusulas do referido contrato, ou melhor, conciliá-las, à vista da aparente divergência entre elas.

E o método a seguir, para obter êsse fim, não pode ser senão o sistemático, isto é, não se pode interpretar isoladamente um dispositivo, senão em conjunto com os demais que, no mesmo contrato, disciplinam ou regulam ou se referem à mesma matéria.

14 — De conseqüência, de início, atendemos para o disposto na cláusula III, sob o título — **Preços e Pagamentos, verbis:**

"Cláusula III — O DERGO pagará à Empreiteira, pela execução dos serviços, os preços constantes da Tabela vigente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para terraplenagem, aprovada pelo C.R. em 7 de junho de 1961, e posta em vigor pela Portaria 990-A, de 15 de junho de 1961, com o acréscimo de vinte e nove e meio por cento (29,5%), de acôrdo com os recursos resultantes do convênio de Delegação de Encargos, firmado com o D.N.E.R., em data de 27 de dezembro de 1961".

15 — A Portaria citada na cláusula acima transcrita, no seu artigo 29, na resolução tomada pelo Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem dispõe:

"Sob promoção da Divisão de Planejamento, a revisão anual dos preços elementares constantes do Anexo, a ser procedido no início de cada exercício, assim como a atualização semestral dos preços básicos discriminados no respectivo subanexo, a ser procedido no início de cada semestre".

16 — Na cláusula II, nº 3, vamos encontrar o seguinte:

Cláusula III .....

3 — Qualquer alteração de projeto, depois da assinatura dêste contrato, depende de aprovação prévia do Diretor Geral. Os projetos das obras de arte correntes serão fornecidos à Empreiteira durante a vigência dêste contrato".

17 — Finalmente, no capítulo do contrato reservado aos **prazos**, vamos também encontrar, no inciso 3, que os prazos de início e conclusão das obras poderiam ser alterados, a requerimento da Empreiteira ou por iniciativa do Diretor do DERGO, pelos seguintes motivos: —

a — falta de elementos técnicos para prosseguimento dos trabalhos quando o fornecimento dêles couber ao Dergo;

b — período excepcional de chuvas;

c — atraso na desapropriação das propriedades atingidas pelos serviços;

d — ordem escrita do DERGO para paralisar ou restringir o andamento dos serviços, no interêsse da administração;

e — acréscimo na obra.

CONCLUSÃO

18 — Do exposto, verifica-se que a firma recorrente cumpriu fielmente as cláusulas contratuais. O cronograma previsto para o andamento das obras foi seguido com rigor.

Por outro lado, no relatório de fls. 158 dos autos, além de constar que os serviços prestados pela empreiteira eram de boa qualidade e estavam em condições de ser entregues ao usuário público e, conseqüentemente, pago à contratada o valor devido, demonstrou que a firma colaborou com o contratante em diversos serviços, que foram executados sem nenhum pagamento.

19 — Em síntese, lendo com atenção tôdas as peças do processo, concluímos que:

1 — Houve alteração do projeto primitivo;

2 — O prazo previsto no contrato foi prorrogado pelo DERGO;

3 — O DERGO não cumpriu, como lhe competia, os encargos convencionados.

Com falta de elementos técnicos afetos ao DERGO, veio resultar o atraso na entrega das obras e, sem sombra de dúvida, prejuízos para a empreiteira, dado o aumento substancial e imprevisível do custo de vida.

20 — E' certo que a cláusula IX prevê a impossibilidade de reajustamento, se situarmos a questão de modo isolado.

Entretanto, existem, inegàvelmente, no contrato, certas incongruências, pois, ao mesmo tempo em que coloca um preço fixo e irreajustável, estabelece na cláusula III que o "DERGO pagará à empreiteira, pela execução dos serviços, **os preços constantes** (grifamos) da Tabela vigente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para terraplanagem, aprovada pelo C.R. em 7 de junho de 1961, e posta em vigor pela Portaria nº 990-A, de 15 de junho de 1961."

21 — Dispõe a supramencionada Portaria, no seu artigo 2º, na resolução tomada pelo Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem que: —

> "Sob promoção da Divisão de Planejamento, a revisão anual dos preços elementares constantes do Anexo, a ser procedida no início de cada exercício, assim como atualização semestral dos preços básicos discriminados no respectivo subanexo, a ser procedida no início de cada semestre".

22 — Vê-se, claramente, que vinculou ao contrato o disposto na Portaria 990-A, que, por sua vez, prevê a revisão anual de preços elementares a ser procedida no início de cada exercício, assim como a atualização semestral dos preços básicos.

O preceito da cláusula IX seria absoluto se o DERGO houvesse cumprido plenamente os encargos que lhe eram afetos e a que se obrigou.

E' bom lembrar que, quando se convencionou a proibição do reajustamento, como bem lembrou o Assessor Jurídico do DERGO, no seu parecer de fls., **já havia restrições àquela cláusula, no próprio contrato assinado**.

23 — A regra geral do Código Civil, ou seja, a imutabilidade do preço nos contratos de empreitada, só tinha razão de ser numa época de plena estabilidade. Razões de ordem pública determinaram, depois, o reconhecimento da caducidade do preceito civil avulso, dando lugar, hoje, à aplicação da teoria da imprevisão, no domínio da empreitada.

A jurisprudência administrativa e o entendimento dos mais ilustres Tribunais do País, aderiram a êsse mesmo entendimento, de que a revisão dos contratos de empreitada já constitui regra geral, acolhida sem discrepâncias.

24 — Ensina Oscar Saraiva, ex-Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho que:

> "...sòmente a mutação inesperada e violenta das condições econômicas e sociais, trazendo consigo a característica de verdadeira fôrça maior é que poderá justificar alterações nas condições de tempo ou de custo dos contratos de empreitada".

Por outro lado, o Decreto Federal nº 309, de 6 de dezembro de 1961, baixado pelo Presidente do Conselho de Ministros, autoriza, em seu art. 3º, a revisão em casos fortuitos e de fôrça maior, na forma do artigo 1.058 do Código Civil, ou, ainda, quando ocorrer qualquer das seguintes circunstâncias:

> a — alteração apreciável das condições econômicas existentes no tempo da concorrência, em razão de fatos supervenientes e imprevisíveis;
>
> b — ônus superveniente excessivo, corrente de ato do Estado.

25 — O ilustre Procurador do Estado, Dr. Domingos Leite de Santana, no seu parecer nº 33/63, entre doutas considerações, esclarece que: "E' jurisprudência pacífica da administração estadual a concessão de reajustamento da natureza do que aqui é pedido, **mesmo quando tal obrigação não resulta de expressa cláusula contratual e de prevenção nos editais da respectiva concorrência"** (grifamos).

26 — A firma recorrente estriba seu pedido no parecer do competente e digno Procurador do Estado, Dr. Antônio Saturnino de Araújo Melo, no processo nº 1.488/62, de interêsse da firma individual W. H. R. que, na realidade, versa assunto idêntico.

27 — Pelo que se vê, a Procuradoria do Estado já tem entendimento firmado em assuntos dessa natureza, para admitir a revisão, desde que ocorram aquelas circunstâncias a que faz menção o Decreto 309, citado, ou sejam: —

> a — Alteração apreciável das condições econômicas existentes ao tempo da concorrência, em razão de fatos supervenientes e imprevisíveis; e,
> b — ônus superveniente excessivo, decorrente de ato do Estado.

Parece-nos que a situação do caso em exame enquadra na primeira circunstância, principalmente tendo em conta que a firma recorrente cumpriu a contento o contrato, e o contratante, é dizer, o DERGO, não pode aproveitar em seu favor o preço fixo, não admitindo reajustamento de preços, vez que houve atraso na entrega das obras por culpa exclusiva daquele órgão, que não forneceu, no tempo certo, os elementos técnicos para prosseguimento dos trabalhos.

28 — É de se notar ainda, o período excepcional de chuvas e o acréscimo de obras.

A instabilidade dos preços, por outro lado, de mercadorias de qualquer natureza sofre, hoje, o seu ponto alto.

29 — Discorrendo sôbre a matéria, ou melhor, da revisão dos contratos de empreitada, o Prof. Arnold Wald, em sua obra "A Cláusula da escala móvel", ed. 1959, pág. 164, após citar opiniões de vários mestres brasileiros, favoráveis ao acolhimento no Direito Pátrio da teoria da imprevisão, transcreve o seguinte despacho da Prefeitura do Distrito Federal: —

> "Se a realidade dos fatos fôr esquecida, em breve os empreiteiros, conscientes de suas responsabilidades e ciosos de sua idoneidade profissional, afastar-se-ão das licitações em obras públicas para dar lugar aos aventureiros e especuladores que encontram campo fácil e propício nos períodos de instabilidade econômica".

30 — A recente Lei nº 4.370 (Lei Federal), de 28 de julho de 1964, que aprova as normas para revisão de preços em contratos ou serviços a cargo de órgãos do Govêrno Federal, no seu art. 4º, parágrafo 2º, assim define, **in verbis:**

> " § 2º — Aos serviços executados anteriormente à data de referência, que, por fôrça de dispositivo contratual, já deveriam ter sido reajustados, mas ainda não o foram, poderá igualmente ser aplicado o critério de reajuste da presente Lei".

31 — Face ao exposto, e tendo em vista a doutrina ora dominante no Código Civil Brasileiro e o critério adotado nesta Procuradoria, somos pelo conhecimento do recurso e seu provimento para, em conseqüência, reformar a Resolução nº 10, do Conselho Executivo do DERGO, relativo à denegação do pedido de reajustamento e conceder-se a revisão.

Goiânia, 3 de março de 1965.

CULTO RELIGIOSO — SUBVENÇÃO — PROIBIÇÃO

— Interpretação do art. 31, item II, da Constituição Federal.

— É vedada a subvenção oficial dos cultos religiosos; admissível, desde que destinada a finalidades assistenciais.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 758/63

Autor: Dr. Oscar Sabino Jr.

1 — A IGREJA E. "A. de D",) Setor Pedro Ludovico, desta Capital, requer o pagamento da importância de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), a título de auxílio, que lhe está destinada no Orçamento Geral do Estado, sob a rubrica 13.2.8.38.4, Consignação 410, Sub-Consignação 123 (Auxílios).

---

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado.

2 — Compulsando as peças integrantes dos autos, verificamos que a parte interessada atendeu às formalidades e exigências do Decreto nº 1.096, de 11 de agôsto de 1955.

3 — Falando no processo, o Departamento de Assistência aos Municípios afirma que a igreja não tem contas a prestar de verbas recebidas do Estado em exercícios financeiros anteriores.

4 — Não obstante a informação favorável do DAM, o Gabinete Civil da Secretaria do Govêrno, via do Despacho nº 1.803, solicita o parecer conclusivo desta Consultoria Jurídica sôbre o pedido, face ao disposto no artigo 31, item II, da Constituição Federal, cujo texto vai reproduzido em seguida:

> "Art. 31 — À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:
>
> I — .....
> II — Estabelecer ou subvencionar cultos religiosos ou embaraçarlhes o exercício".

5 — Ocorre que o presidente da entidade beneficiária, ao justificar a despesa, juntando aos autos o plano de aplicação, afirma que o recurso será destinado à aquisição de 10 bancos comuns, de 5 lugares.

6 — Em face do que está expressamente declarado no art. 31, item II, da Constituição Federal, aos Estados é proibido estabelecer, manter ou subvencionar os cultos religiosos, qualquer que seja a religião, assim como criar obstáculos ao seu exercício por meio de medidas excessivas de polícia, de impostos e de outros processos de que disponha para tal fim. Essa é a opinião abalizada do tratadista Themístocles B. Cavalcanti ("A Constituição Federal", vol. I), que diz ainda:

> "Os nºs. 2 e 3 referem-se aos cultos religiosos — nem estabelecer ou subvencionar, nem embaraçar — é a neutralidade do Estado em matéria religiosa.
>
> .....
>
> Não pode, entretanto, ser indiferente no sentido de prestigiar os exercícios dos cultos e do desenvolvimento de preceitos morais que não podem ser estranhos à ação do Estado" (obra cit., p. 389).

A respeito das vedações gerais, eis o que o eminente constitucionalista Pontes de Miranda, em "Comentários à Constituição de 1946", ensina:

> "Uma das conseqüências dos arts. 31 e 32 é a inconstitucionalidade do ato (legislativo ou executivo) que contenha, ou importe infração de seus ditames proibitivos. Trata-se de três séries de princípios **cogentes**, vedativos, ou pelo menos concebidos em forma negativa, de que resulta o direito público subjetivo de quem quer que seja lesado pelo ato que infrinja qualquer das suas regras. (ob. cit., pág. 273).
>
> ... Aqui, basta que advirtamos no seguinte: a colaboração recíproca em prol de interêsse coletivo é a que não consiste em prática religiosa por parte do Estado e se restringe à consecução, conjuntamente ou não, dos mesmos fins de bem público. Tal colaboração não se limita à que se dê entre determinada religião e o Estado, e sim tem de ser entre **qualquer** religião e o Estado". (ob. cit., p. 275).

Segundo a opinião de Themístocles B. Cavalcanti, "o dispositivo vem da Constituição de 1934 (art. 17), que adicionara outros (IV — VI — VII e VIII) referentes à alienação de imóveis e concessão de privilégios sem lei especial, cooperação de funcionários para o serviço público etc.. Mas no caso dos cultos religiosos, a Constituição de 1891 também estabelecia que "nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial".

E comentando o aludido dispositivo da Constituição de 1891, observa RUI:

> "Eis os têrmos em que se fundou e organizou a secularização do nosso direito constitucional. Por elles tôdas as religiões e cultos, entre nós, são iguaes perante a lei. Segundo elles, de abraçar quaesquer religiões, e observar quaesquer cultos, gozam os indivíduos, entre nós, a mais plena liberdade. E, para afiançar essa liberdade com relação a tôdas as religiões, a todos os cultos, para garantir, entre todos os cultos, entre tôdas as religiões, essa neutralidade, firmou-se a regra de que nenhum culto ou igreja gozará de subvenção official, nenhum culto ou igreja terá relações de dependência com o Govêrno, nenhum culto ou igreja terá com o Govêrno relações de alliança, e o ensino ministrado nos estabelecimentos será leigo, isto é, se praticará sem o concurso de nenhum culto ou igreja.
> .....
> "O seu propósito, literalmente explícito nesses têrmos, foi acabar com a "dependência", em que outr'ora estavam os cultos para com o Estado, e, até certo ponto, o Estado para com os cultos; foi dissolver "a alliança", que dantes existia, entre o Estado e a igreja, entre a igreja e o Govêrno; foi extinguir a subvenção official, de que antigamente gozava o culto cathólico, a igreja cathólica romana, vedando que, de futuro, outras igrejas ou cultos percebam subvenções;...
>
> Violadas estarão, pois, essas determinações constitucionaes, tôda a vez que se pretenda locupletar com uma subvenção qualquer igreja ou culto. Violadas estarão essas interdicções constitucionaes, tôdas as vêzes que se estabeleçam relações de alliança ou dependência entre algum culto ou igreja e o Govêrno do Paiz, de um Estado, ou de uma municipalidade". — (COMENTÁRIOS À CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, Vol. V, ed. 1934, págs. 261/262).

7 — Ora, segundo reza o plano de aplicação apresentado pelo próprio beneficiário, a destinação da verba que lhe é consignada no orçamento estadual de 1963 é para "compra de 10 bancos comuns de 5 lugares". Partindo-se do ato de que tais móveis se destinam àquele templo religioso, é irrecusável, pelas razões enunciadas neste parecer, que os fins pretendidos pela entidade beneficiária, na aplicação do aludido auxílio, fere frontalmente o preceito da Constituição Federal, de 1946, que veda a subvenção dos cultos religiosos.

8 — Como está patenteado nas opiniões, por certo autorizadas, de eminentíssimos tratadistas de direito público, reproduzidas neste parecer, constitui flagrante violação ao artigo 31, item II, da Carta Magna do País, tôdas as vêzes em que se pretenda beneficiar os cultos religiosos com subvenções oficiais. Todavia, cumpre acentuar que numerosos autores, senão a unanimidade dêles, reconhecem — ao longo da cooperação recíproca com vista ao bem coletivo — que a subvenção a entidades religiosas é perfeitamente admissível, desde que destinada a finalidades assistenciais (educacional, médica, saúde, hospitais, etc.).

9 — No caso dêste processo, verifica-se que na consignação orçamentária não se cogitou de destinação específica do auxílio, limitando-se o respectivo texto (pg. 75) a declarar que a importância é concedida à entidade requerente, que, naturalmente, poderia aplicá-la em obras de fins assistenciais ou educacionais, se realmente mantiver estabelecimentos com tais objetivos, de molde a fugir, dessa forma, à proibição constitucional.

10 — Não ocorrendo essa última hipótese, estaria o Estado desobrigado de efetuar o pagamento do auxílio, pena de violar o preceito consagrado na Constituição Federal de 1946.

11 — Poder-se-ia argüir que a Lei de Meios, discutida e aprovada pelo Poder Legislativo, assim como sancionada pelo Poder Executivo, que a ela não apôs o seu veto, nem promoveu a declaração de sua inconstitucionalidade quanto a essa particularidade, obriga o Estado a dar-lhe execução, enquanto o Poder Judiciário não se pronunciar a respeito.

12 — Vale dizer, entretanto, que numerosos autores, dentre os quais o grande RUI, entendem que tôda medida legislativa ou executiva, que contrarie preceitos constitucionais, é, de sua essência, nula, como se não existisse, o que vem abonar a opinião de Pontes de Miranda, citada às págs. dêste Parecer.

13 — Fundado na opinião de RUI, a propósito da Lei de Anistia, cuja execução foi obstada por um Parecer do Ex-Consultor Geral da República, atual deputado Federal Antônio Balbino, escreveu Monsenhor Arruda Câmara, também membro do Congresso Nacional:

"Ora, o Parecer Balbino, com o aprovo do Primeiro Ministro, é um decreto ou um mandamento contrário aos preceitos constitucionais. Logo, de sua essência nulo".

14 — De resto, podemos alinhar uma série de opiniões que consideram o Executivo desobrigado de cumprir leis flagrantemente inconstitucionais. Ainda recentemente, obteve grande atualidade acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual aquela Côrte focaliza a questão de saber qual a atitude que o Executivo pode e deve tomar em face de lei manifestamente inconstitucional, promulgada pela Assembléia Legislativa bandeirante. Indaga o Tribunal, de forma bastante expressiva: estará o Chefe do Executivo obrigado a cumprir Lei inconstitucional, uma vez que é o órgão incumbido de executá-la? "A resposta — acentua — quem a dá é o professor L. E. Bueno Vidigal: "Cabe, em relação aos atos legislativos pròpriamente ditos, a mesma observação que, há pouco, fizemos a propósito dos atos da jurisdição graciosa: não há interêsse em pleitear mandado de segurança contra êles. Se o ato legislativo não contraria a Constituição, êle não pode ser considerado ilegal, porque revoga qualquer lei anterior que se lhe contraponha. Se, ao contrário, êle é inconstitucional, é nulo e não pode, por si só, ferir direitos particulares." Daí tirou a 6ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça a seguinte regra, para os chefes de Executivo, e que se acha inscrita no acórdão (agravo de petição nº 110.031):

> "Portanto, quando a autoridade administrativa entende que a lei que lhe incumbe executar é inconstitucional, o remédio imediato está em não executá-la por êsse motivo, declarando-o expressamente; o Executivo é o órgão de execução, incumbido de movimentar a máquina administrativa do Estado; cabe-lhe o direito de administrar com os olhos voltados para a Constituição e para as leis que não tenham o vício da inconstitucionalidade, assim como o magistrado deixa de aplicar a lei inconstitucional e o Legislativo deixa de votar as proposições do Executivo que entenda serem ofensivas do texto constitucional, também o Executivo tem o direito e a obrigação de não dar cumprimento a leis que entenda estarem viciadas de inconstitucionalidade".

O Tribunal paulista resaltou, ademais, que "êsse entendimento, além de resultar do compromisso que os chefes do Executivo prestam, segundo o qual prometem "manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis". (art. 83, parágrafo único), tem recebido o sufrágio do mais alto intérprete da Constituição, em acórdão onde foi sufragada a tese de que o exame da constitucionalidade das leis não é monopólio do Poder Judiciário, embora sujeito ao seu contrôle final". Adverte ainda o Tribunal de São Paulo: "Nem se compreende, mesmo, que o Chefe do Executivo fôsse dar cumprimento a uma lei inconstitucional, cumprimento de efeitos às vêzes irremediáveis, para aguardar manifestação demorada pela via judiciária; e não precisa dar cumprimento porque "uma lei inconstitucional não é lei, nem poderia ser, jamais, como tal considerada".

E conclui o acórdão: "Por todo o exposto, se o impetrante e ora recorrente entende que a lei é inconstitucional, cabe-lhe o direito de não executá-la; e aos particulares prejudicados com a não execução cabe o direito de pleitearem ao Judiciário a proteção que lhes adviria da lei não executada, desde que entendam que não padece ela do vício de inconstitucionalidade".

15 — Ainda de acôrdo com o que ensina Hely Lopes Meireles, "Infringindo a Constituição, a Câmara fará leis inconstitucionais; infringindo normas superiores, fará leis ilegais. Em ambos os casos, suas leis serão inoperantes" ("Direito Municipal Brasileiro", II/610).

Escrevendo sôbre o assunto, Eurico de Andrade Azevedo, em artigo publicado no diário "Fôlha de S. Paulo", de 8-9-1963, comenta: "Nestes casos, pode o Executivo deixar de cumprir a lei, desde que, baseado em fortes razões de ordem jurídica, a considere ilegal ou inconstitucional. E' o que tem decidido a jurisprudência (Supremo Tribunal Federal, Revista de Direito Administrativo 42/230, 59/338; Revista Trimestral de Jurisprudência 2/386; Revista dos Tribunais 316/545; Tribunal de Justiça de São Paulo, Revista dos Tribunais

323/341, 329/383), com apoio na doutrina. O consagrado jurista José Frederico Marques, em artigo publicado em 'O Estado de S. Paulo" de 1-7-1962, esclarece que "não só o Judiciário quem possui o poder de controlar a constitucionalidade de ato emanado de órgãos do Poder Público. Se a última palavra sôbre a questão está com os juízes e tribunais, nada impede, porém, que outros podêres também a resolvam, na esfera de suas atribuições. A diferença entre o contrôle judiciário e a verificação de constitucionalidade de outros podêres reside em que o primeiro é definitivo "**hic et nunc**", enquanto que a segunda está sujeita a exame posterior pelas côrtes de Justiça".

16 — Com apoio nos ensinamentos dêsses autores, sem dúvida, respeitáveis, a conclusão a que se chega é que a inconstitucionalidade fulmina a disposição, a qual fica como se nunca houvesse existido, e, por conseguinte, não deve ser aplicada. E' opinião generalizada que a lei inconstitucional não existe juridicamente; embora tenha a feição de lei, mas lei não é.

17 — Nestas condições, por todos os fundamentos anteriormente enunciados, a menos que a entidade requerente comprovasse iniludìvelmente que a verba se destina a fins asistenciais, através de estabelecimentos mantidos regular e legalmente com êsses objetivos (o que não ocorre no caso dêstes autos), o Chefe do Poder Executivo não se acha obrigado a cumprir lei inconstitucional, ou melhor, lei manifestamente inconstitucional.

18 — Por fim, em se recusando a dar cumprimento ao citado dispositivo de que resulta a concesão do auxílio, por ferir frontalmente o artigo 31, item II, da Constituição Federal, resta ao governador uma dentre as seguintes soluções:

> I — Aguardar que o prejudicado recorra aos Tribunais e, diante do caso concreto, levantar a inconstitucionalidade que torna a disposição inaplicável; e
>
> II — Promover a inconstitucionalidade da disposição, de molde a que se veja desobrigado de cumprir a lei, a qual ficará sem nenhuma eficácia, se reconhecido o vício alegado.

19 — É o parecer, s. m. j.

Goiânia, 12 de setembro de 1963.

EXPORTAÇÃO INTERESTADUAL — SUÍNOS E PRODUTOS DERIVADOS — COMPETÊNCIA

— Sòmente a União, intervindo no domínio econômico, pode legislar e regular, inclusive a distribuição dos produtos, não só para exportação como também para o comércio interestadual.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 669/64

Autor: Dr. Divino J. de Oliveira

Por terem sido solicitadas providências, a fim de impedir a evasão de suínos e derivados dêstes para fora da zona a que alude, a Secretaria de Estado da Fazenda, depois de ouvir órgãos técnicos de sua subordinação, remeteu à Secretaria do Govêrno o incluso pedido de providências, oriundo da SUNAB.

---

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

2 — A Secretaria do Govêrno, pelo respeitável despacho de fôlhas 14, encaminhou o processo a esta Consultoria, para o seu pronunciamento, especialmente sôbre "os caminhos legais para o caso em foco".

3 — O Senhor Coronel Interventor da Delegacia local da SUNAB, em suas representações de fôlhas 3 e 8, fundamenta seu pedido de providências no fato do escoamento do produto indicado estar prejudicando o abastecimento do Estado, pelo que pede seja impedida a saída, tanto de suínos como de seus produtos derivados.

4 — A matéria constante dêste processo, em regulando o escoamento, implica na regulamentação da produção e do consumo de gêneros essenciais ao abastecimento do povo goiano. Neste caso, escapa ao Estado competência para legislar sôbre ela, em vista do que dispõe a Constituição Federal, citada mais adiante.

5 — O Estado não pode intervir em matéria que é privativa da União. É o que ensina o artigo 38, inciso XXI, da Constituição Estadual:

> "Art. 38 — Compete privativamente ao Governador:
>
> XXI — praticar, em geral, os atos que visem a resguardar o interêsse público, **quando não reservados a outro poder**". (grifamos).

6 — As disposições do artigo 5º, da Constituição Federal, consoante observa Sampaio Dória, em sua obra "Comentários à Consttiuição de 1946", subtraíam aos Estados Federados, prerrogativas das unidades federadas revelando excessivo zêlo unitário nacional, em detrimento de certas faculdades caracterìsticamente pertencentes aos estados federados. Entre estas, a de intervir, por si mesmo, na economia regional, dentro dos seus limites territoriais, legislando e regulando no campo da produção e do consumo, especialmente sôbre a circulação e distribuição das utilidades, de forma a tranquilizar as populações regionais, quer protegendo e estimulando a produção, quer impedindo, quando necessário, o escoamento dos gêneros carentes na região.

7 — A disposição constitucional do artigo 5º, da Constituição Federal, tal como está, sôbre tolher aos Estados federados faculdades essenciais, de sua peculiar economia, desfigurando, **data venia**, o sistema federativo e reforçando as tendências unitárias, não permite aos estados legislar, em casos como o presente nem mesmo supletiva ou complementarmente, como autoriza o artigo 6.º da Constituição. É de Sampaio Dória o seguinte ensinamento:

> "Nas federações, a distribuição das competências pelas unidades que as componham se inspira, no essencial, aos objetivos do sistema. Tudo o que não fôr essencial à Federação, aos seus objetivos, à sua finalidade, à sua razão de ser, é desfalque aos Estados, às unidades federativas, caminho do regime unitário, oposto à Federação" — Sampaio Dória, em Direito Constitucional, Volume II página 56.
> Pontes de Miranda, sôbre a matéria, opina:
>
> "A competência federal para legislar sôbre **produção e consumo**, (grifamos) não apenas em suas linhas gerais, foi o mais avançado propósito unificador da Constituição de 1946".

Pontes de Miranda, em Comentários à Constituição de 1.946, tomo I, página 459.

8 — Pelo confronto do artigo 5º, nº XV, letras **a**, **c** e **k**, com artigo 18, § 1º, da Constituição Federal, evidencia-se que, no uso de suas prerrogativas de intervir no domínio econômico, na forma do artigo 146 da mesma Constituição, sòmente à União cabe regular o comércio interestadual, não podendo os Estados federados intervir por si mesmos nos domínios dessa transação. Sôbre o assunto o erudito Francisco Campos, comentando o artigo 5º, da Constituição Federal de 1.946, ensina:

> "O comércio interestadual é, assim, expressamente e implìcitamente, colocado sôbre a jurisdição exclusiva do Govêrno Federal" — Francisco Campos, em Direito Constitucional, volume 1º, página 345. E prossegue:
>
> "excluídos da faculdade ou do poder de regular o comércio interestadual, não podem, evidentemente, os Estados regular nenhum dos atos, fases ou operações dêsse Comércio, pois, se o pudessem, regulando cada Estado, os momentos do comércio interestadual compreendido no seu território, o que os Estados estariam regulando, em última análise, seria o comércio interestadual na totalidade do seu processo, ou no desenvolvimento complexivo do seu curso". Autor e obra citada, volume 1º, página 348.

9 — O Art. 5.º, n.º XV, letras: **a**, **c** e **k**, da Constituição Federal, reza:

> "art. 5º — Compete à União:
> ....
> XV — legislar sôbre:
>
> a) — direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, aeronáutica e do trabalho:
>
> b) — ....
>
> c) — ... produção e consumo;
> ....
> k) — comércio exterior e INTERESTADUAL, instituições de crédito, câmbio e transferência de valôres para fora do país".

E o artigo 18, § 1.º, da mesma Constituição acrescenta:

> "Art. 18 — Cada Estado se regerá pela Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.
>
> § 1º — Aos Estados se reservam todos os podêres que, implìcita ou explìcitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição".

10 — A essa disposição legal, Pontes de Miranda chama de arma da intervenção econômica da União em todos os Estados da federação. Diz êle:

> "É a arma de intervenção econômica em todo o território, desde as bases". Pontes de Miranda, obra e volume citados, página 459.

11 — Do que ficou dito e citado, sòmente a União intervindo no domínio econômico, pode legislar e regular, inclusive a distribuição dos produtos, não só para exportação, como, também, para o comércio interestadual.

12 — Ao formular a sua Constituição, o Estado de Goiás respeitou a disposição constitucional federal em aprêço, e chamou a si a interferência no domínio econômico, tão sòmente onde não conflitar com a competência privativa da União. Eis o texto:

> "Nos limites de suas fronteiras e nos têrmos da **Constituição Federal**, (o grifo é nosso) o Estado intervirá no comércio interno, quando deixarem de ser cumpridas as leis econômicas fundamentais, seja para impedir os "Trustes" e monopólio, seja para agir contra as responsáveis, a bem do interêsse social".
>
> E no artigo 38 — Compete privativamente ao Governador:
> ....
> XXI — praticar, em geral, os atos que visem a resguardar o interêsse público, **quando não reservados a outro poder**" (Grifamos).

13 — O poder limitado de que dispõe o Estado para atuar no campo do comércio interestadual e de penetrar no domínio econômico, em benefício de seus jurisdicionados, êle o exerce através de seus secretários de Estado de administração.

14 — No caso presente, característico de defesa do consumidor, a Lei nº 3.999, de 14 de novembro de 1961, em seu artigo 12, inciso VII, estabelecendo as atribuições da Secretaria da Indústria e Comércio, inclui a espécie:... "à defesa do consumidor"...

> "art. 12 — Compete às Secretarias de Estado de administração específica, os serviços e assuntos de pesquisa, previsão, planejamento parcial e sectorial, direção, execução, coordenação e contrôle departamentais, das atividades coincidentes, com os fins do Estado definidos na Constituição e nas Leis. Especìficamente, competem:
> ....
> VII — à Secretaria da Indústria e Comércio, os assuntos e serviços pertinentes ao desenvolvimento industrial e comercial do Estado, à proteção do comércio lícito, **à defesa do consumi-**

dor (grifamos) e ao fomento ao turismo".

15 — Provado, como está, ser privativo da União a intervenção nos casos da natureza dêste, que ora apreciamos, resta saber qual seria, então, o papel do Estado diretamente interessado que é no bem estar material e econômico dos habitantes do seu território.

16 — À vista da Constituição Federal, parte invocada, parece inóqua a disposição da Constituição Estadual que autoriza ao Govêrno Estadual intervir no domínio econômico na área de sua jurisdição. Mas, é a própria lei federal que, com base na Constituição, coloca o Estado em posição de preposto — executor das disposições federais atinentes à matéria em aprêço.

17 — Já o artigo 6º, da Constituição Federal, embora omitindo as prerrogativas dos incisos a e k, do item XV, do artigo 3º, concedeu aos Estados o direito de legislar, supletiva e complementarmente, sôbre a maior parte das disposições do referido artigo.

> "Art. 6º — A competência federal para legislar sôbre as matérias do art. 5º nº XV, letras b, c, d, f, h, i, j, l, o e r, não exclui a legislação estadual supletiva ou complementar". Dessarte, como ensina Alcino Pinto Falcão, em sua obra: "Constituição Anotada", volume I, página 60:
>
> "Há, pois, que concluir que a legislação estadual supletiva se dará como suplência à inatividade federal e a complementar em relação às matérias em que a União apenas lançou os princípios gerais, cabendo aos Estados regular as minúcias de execução, segundo as particularidades locais".

18 — Não pode legislar, mas apenas suplementarmente regular alguns atos de comércio, o Estado assume, então, a função que os técnicos chamam de "poder de polícia", pela qual, apenas complementar ou supletivamente, dá condições para que torne possível a aplicação, em seu território, da legislação federal atinente à espécie em foco.

19 — Falando sôbre essa prerrogativa dos Estados, ensina Francisco Campos:

> "Os Estados têm sôbre o comércio apenas o chamado "poder de polícia". Francisco Campos, em Direito Constitucional, volume I, página 319. E prossegue:
>
> "no exercício do seu poder de polícia, não poderão os Estados, invadir a esfera da competência da União". Autor, obra e volume citados, página 320.

Daí se depreende que o poder de polícia dá aos Estado apenas a atribuição de obrigar o comércio, interestadual inclusive, a observar as leis emanadas da Constituição Federal. Só a União tem poder de legislar, reguiando o comércio.

20 — Cônscia de sua prerrogativa de legislar sôbre a produção, a circulação e o comércio dos produtos essenciais ao abastecimento do povo brasileiro, a União houve por bem criar, via de lei ordinária, um órgão executor dos textos constitucionais inerentes à espécie.

21 — Assim, pela Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, foi disciplinado o artigo 146, da Constituição, regulando "a intervenção do Govêrno da União no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo". E, pela Lei Delegada nº 5, de 26 de setembro de 1962, foi criada a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), regulada pela Lei Delegada nº 51.620, de 13 de dezembro de 1962, como órgão executor da União", nos têrmos do artigo 38, desta última Lei. A SUNAB atua nos Estados por meio de Delegacias e Agências", de que trata o artigo 10, nº VII, do Regulamento.

22 — A matéria que deu causa ao presente processo, qual seja a proibição da evasão de suínos e derivados, do Estado para fora, a SUNAB, na qualidade de órgão executor da legislação federal específica, muito mais do que o Estado, é que pode resolver.

23 — O Estado não tem, e nem poderá ter, para não invadir esfera da União, qualquer lei que disponha sôbre sua interferência no domínio econômico, relativamente à matéria em aprêço, que lhe permita ditar normas e impedir a livre circulação da produção.

24 — A União, no entanto, pelas leis mencionadas, que criaram o regulamento das atribuições da SUNAB, traçou as normas essenciais ao contrôle da circulação e distribuição dos gêneros de primeira necessidade, dos quais o produto suíno faz parte importante.

25 — Dessarte, a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, em seu artigo nº 6, inciso I, outorga podêres ao órgão da União de: "I — regular e disciplinar, no território nacional, a circulação e distribuição dos bens sujeitos ao regime desta lei, **podendo, inclusive, proibir a sua movimentação** (grifamos) e ainda estabelecer prioridade para o transporte e armazenamento, sempre que o interêsse público o exigir". É exatamente o que deu origem a êste processo.

26 — Para execução das medidas necessárias, a mesma Lei, e artigos citados, no inciso VII, autoriza: Superintender e fiscalizar **através de agentes federais,** (grifamos) em todo o País, a execução das medidas adotadas e os serviços que estabelecer". Logo, em princípio, é à própria SUNAB que incumbe, via de "agentes federais" (vê-se que o Estado é excluído) controlar a distribuição, intervindo no comércio interestadual.

27 — A Lei Delegada nº 5, em seu artigo 3.º faculta à SUNAB, (inciso III):

> "disciplinar os serviços de transporte e distribuição, objetivando regular o escoamento das safras e facilitar os fluxos de suprimento".

28 — Integra a SUNAB, conforme a Lei reguladora da mesma, o Departamento do Abastecimento e de Serviços Essenciais. Êste, como se vê do artigo 24, tem a competência especial de:

> "... orientar, executar e fiscalizar as atividades relativas à produção, aquisição, armazenamento, transporte, industrialização, distribuição de produtos essenciais, bem como dos bens necessários às atividades com o executado".

29 — Finalmente, a Lei 51.620, de 13 de dezembro de 1962, disciplina a relação entre a União, representada pela SUNAB, e os Estados federados, como se vê no artigo 38:

> "As relações entre os Estados e a União no que se referem à aplicação da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, serão disciplinadas em convênio a ser firmado pelos respectivos Governos e a SUNAB, esta na qualidade de órgão executor da União". Por aí se vê que a própria SUNAB, através de sua Delegacia nesta Capital, solicita a um órgão do Govêrno, a Secretaria da Fazenda, medidas impeditivas do escoamento do produto suíno, como já o fêz, tempos atrás, com relação ao arroz, na vigência da COFAP, a SUNAB, repetimos, poderá intervir diretamente com os recursos humanos e materiais da União, acaso à sua disposição, para tal fim (Lei Delegada nº 4, de 26-9-1962, art. nº 6, nº VII).

30 — Fugindo, porém, ao princípio evidentemente unificador ou unitário do artigo 5º e correlatos, da Constituição Federal, o Regulamento baixado com a Lei Delegada nº 51.620, de 13 de dezembro de 1962, em seu artigo 38, prevê a formação de convênios com os Estados membros da União, para a eficiente execução ao Estado da Lei Delegada nº 4, atrás referida. O artigo 10 dessa Lei atribui aos Estados, concomitantemente com a União, a execução das normas baixadas para tal fim. Eis o texto:

> "Art. 10 — Compete à União dispor normativamente sôbre as condições e oportunidades de uso dos podêres conferidos nesta lei, **cabendo aos Estados** (grifamos) a execução das normas baixadas e a fiscalização do seu cumprimento sem prejuízo de idênticas atribuições fiscalizadoras reconhecidas à União". Os parágrafos 1º e 2º, dêsse artigo, e o artigo 19, dispõem sôbre as relações, entre União e Estados, para execução das normas traçadas em lei ordinária para aplicação da intervenção do poder público no domínio econômico.

31 — O espírito próprio das leis citadas mostra a necessidade do estabelecimento de um convênio entre a União e os Estados, para execução das medidas preco-

nizadas. Sem isto, será impossível aos Estados darem cumprimento ao texto de lei atrás referido, que não é autor aplicável.

32 — Por essa razão, a SUNAB e o Estado de Goiás, por intermédio de seus órgãos competentes respectivos, já trataram, no ano próximo passado, da formação dêsse convênio.

33 — O Processo nº 01216/63, em que figura como interessada a Superintendência Nacional do Abastecimento, e que recebeu nesta Consultoria o parecer de nº 1183/63, deu encaminhamento à matéria, sugerindo, ao mesmo tempo, a criação de um órgão estadual autárquico, para execução do que ficar pactuado no convênio.

34 — Sabendo-se que um órgão autárquico, só para execução dessa medida legal de proteção ao consumidor, excederia muito à necessidade do serviço e não justificaria as despesas que acarretaria, entendemos, salvo melhor juízo, que o convênio, pela parte do Estado, poderia mesmo ser executado pela Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, pela sua secção competente, que poderia ser convenientemente preparada para isto.

35 — Como dissemos, no número 16, dêste parecer, por ser função já atribuída à Secretaria da Indústria e Comércio, ora em fase de instalação, "a defesa do consumidor", cuidamos caber-lhe a função de executora do convênio que fôr firmado, salvo melhor juízo ou melhor enquadramento pela Secretaria especializada do Planejamento e assessôra direta do Govêrno.

36 — No propósito de bem esclarecer a matéria, fomos extensos, e talvez fastidiosos, para evitar que a matéria, de suma importância, como o reconhecem o Senhor Secretário da Fazenda e seus assessóres, às fls. do processo, não permaneça no **statu quo** em que, ao que parece, foi deixada, apesar do processo de 1.963, atrás mencionado.

37 — Somos de parecer que sòmente depois de firmado o convênio, poderá o Estado atender ao justo apoio da Delegacia local da SUNAB.

38 — Assim, somos por que se junte a êste o processo nº 012016/65 — IDAGO, oriundo da SUNAB e, à vista da minuta ali apresentada, adaptada às condições, conveniências e necessidades do Estado, seja firmado o convênio e, a partir de então, possa o Estado usar dos podêres que lhe forem conferidos em tal convênio, e prestar mais um serviço ao povo goiano, amparando, regulando e fiscalizando a justa e equânime distribuição dos bens necessários ao suprimento dêsse povo, reprimindo os abusos que sob a proteção do direito da livre iniciativa são cometidos sob formas várias.

É o parecer.

Goiânia, 8 de agôsto de 1964.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — APOSENTADORIA — 30% — COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS — REGISTRO SOB RESERVA

— Não cabe ao Tribunal de Contas o julgamento da legalidade dos atos do Poder Executivo, quando na realização dos contratos ou nas concessões das aposentadorias, das reformas ou das pensões, senão para o exame da aplicação das leis financeiras que os regulem.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 318/64

Autor: Dr. Sebastião Emmanuel Balduino

A. Q. L., Inspetor de Coletorias, A.F.3.2.15.0, requer sua aposentadoria no cargo de que é titular, invocando em seu favor o disposto no art. 249, inciso III, alínea "a", da Lei nº 4.109, de 6 de julho de 1962.

2 — Requer, ainda, o postulante, que a sua aposentadoria seja concedida com proventos acrescidos de trinta por cento (30%), na forma do que prevê o item II, do art. 254, do citado diploma estatutário.

3 — O requerente instrui o seu pedido com duas certidões, sendo uma fornecida pelo Cartório dos Feitos da Fazenda Pública dos autos de ação ordinária proposta por Sebastião Ludovico Coelho contra a Fazenda Estadual, que representa o inteiro teor de um acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, decidindo, em apelação cível, sôbre concessão de trinta por cento (30%) sôbre proventos de inatividade, em relação ao cargo de Exator. A outra certidão faz referência a tempo de serviço prestado pelo postulante, na qualidade de Contador e Partidor, na Comarca de Posse.

4 — As certidões acima referidas estão anexadas às fls. 6/9 e 14.

5 — Às fls. 10 do processo, a Divisão de Arrecadação oferece informação que pretende dirimir dúvidas sôbre a natureza do cargo de que é titular o requerente.

6 — Às fls. 13, o Departamento de Tomada de Contas oferece as percentagens a que fêz jus o postulante, nos meses de dezembro de 1962 e janeiro a dezembro de 1963.

7 — Às fls. 15/18, o Departamento Central do Pessoal oferece os assentamentos funcionais do requerente, passando a seguir, nas fls. 18/20, a liquidar o seu tempo e calcular os seus proventos, o que faz, respectivamente, em trinta e um (31) anos, e dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte e nove cruzeiros e noventa e nove centavos (Cr$ 2.594.529,99).

8 — Nos cálculos dos proventos, o DCP incluiu a parcela de Cr$ 598.737,69, como correspondente a trinta por cento (30%) que, segundo o entender daquele órgão, tem direito o postulante.

9 — O processo nesta Consultoria recebeu parecer proferido pelo Consultor Jurídico Dr. Zecchi Abrahão, cuja conclusão é pela exclusão dos trinta por cento (30%) de acréscimo.

10 — Adotado o pronunciamento referido, pelo Sr. Consultor Geral, foram os autos remetidos, via da Secretaria da Administração, ao Chefe do Poder Executivo que, por despacho nº 3.096, concedeu a aposentadoria requerida, excluída a majoração dos 30%, e fixados os seus proventos em dois milhões, trinta e sete mil, no-

(1) Ex-Consultoria Geral do Estado

vecentos e vinte nove cruzeiros e noventa centavos (Cr$ 2.037.929,90).

11 — Publicado o Decreto de aposentadoria, o que se deu no Diário Oficial do Estado do dia 30 do mês de dezembro de 1963, foi o processo encaminhado ao Colendo Tribunal de Contas do Estado onde, após sucessivas informações, foi submetido a julgamento, do que resultou a Resolução nº 61, que concluiu pela sua conversão em diligência, "para que o Senhor Governador do Estado determine a lavratura de um nôvo Decreto de aposentadoria de A. Q. L., no cargo de Inspetor de Coletorias, A.F.3.-2.15-0, com vantagens estabelecidas no item II, do artigo 254, da Lei nº 4.100, de 6 de julho de 1962".

12 — Preliminarmente, a matéria tratada no presente processo retorna-nos ao estudo da Lei nº 1.434, de 12 de dezembro de 1956, responsável pela alteração básica introduzida no sistema de classificação de cargos da Administração Pública Estadual.

13 — Especialmente na indagação de como se afiguravam êsses cargos, se de carreira ou isolados, configura-se a matéria em aspecto administrativo, exaustivamente tratado por esta Consultoria, em comum com os demais órgãos da administração, com referência enfática ao próprio e Egrégio Tribunal de Contas, através, principalmente, da sua Resolução nº 27, de 28 de janeiro de 1960.

14 — Assim, cremo-nos com direito de, ao contrário de expender considerações novas, repetir aquelas que serviram na informação do Mandado de Segurança nº 212, impetrado perante o Tribunal de Justiça do Estado, com resultado denegatório, por nós produzidas:

> "A Lei nº 3.651, de 13 de outubro de 1961, é inconstitucional, esperando êste Govêrno, como defesa do seu ato, que o Egrégio Tribunal de Justiça assim o entenda e a declare denegando a segurança impetrada". Realmente, o art. 1.º do citado diploma estabelece:
>
> "Art. 1.º — Ficam efetivados todos os funcionários interinos integrantes do Quadro Único do Funcionalismo do Estado, com mais de cinco (5) anos de serviço público, exceção feita aos professôres secundários sujeitos a concurso, por fôrça da legislação federal".

A liberalidade do transcrito artigo, abrangendo, de maneira afoita e indistinta, todo o funcionalismo público civil do Estado, com exceção que preveniu, chocase frontalmente com o imperativo do art. 186, da Constituição Federal, que assim dispõe:

> "Art. 186 — A primeira investidura em cargo de carreira e em outros que a Lei determinar, efetuar-se-á mediante concurso, procedendo inspeção de saúde".

E porque se choca com o mandamento da Constituição Federal, que se mandou aplicar ao funcionalismo Público do Estado de Goiás, pelo Art. 17, da Constituição Estadual. Porque os cargos integrantes do Quadro Único do Funcionalismo Público do Estado, com as exceções expressamente previstas pela Lei, estão agrupados em carreiras, sendo, por isso defeso ao Poder Legislativo dar-lhe provimento diferente daquele peremptòriamente estabelecido pela Constituição do País.

A respeito dessa realidade, dirimindo as dúvidas e espancando as trevas existentes em tôrno do problema em nosso Estado, criado pela lei n.o 1434, de 12 de dezembro de 1954, o Egrégio Tribunal de Contas firmou jurisprudência administrativa em tôrno da matéria, através da decisão unânime de seus Membros, aprovando o voto do ilustre Juiz Relator, Dr. Misach Ferreira Júnior, na Resolução nº 27, de 28 de janeiro de 1960:

> **"Sabe-se, com efeito, ter-se esta última Lei (a de nº 1.434/56) inspirado no plano de classificação dos cargos do serviço público federal, organizado por uma comissão de técnicos.**
>
> **Nesse importante trabalho, encaminhado pelo Exmo. Sr. Presidente da República à Câmara dos Deputados, com a Mensagem nº 398/54, fixaram-se novos conceitos de cargos, classe e carreira, consoante ressalta a mencionada "Comissão" também variaram os conceitos de classe e carreira que passaram a ser: a primeira, um grupo de cargos suficientemente semelhante em deveres, atribuições e responsabilidade, pressupondo trabalho da mesma natureza e do mesmo nível de dificuldade e responsabilidade; e a segunda, o conjunto ou série de classes (denominação adotada no projeto), constituída de conjunto (ou classes) de cargos que se assemelham pela natureza de trabalho, mas diferem sob o ponto de vista da dificuldade ou responsabilidade de atribuições e correspondem, conseqüentemente, a níveis diversos. O conceito de carreira no serviço civil passará a ter sentido amplo e positivo. Já não se trata de agrupamentos profissionais estruturados em classes que se diferenciam apenas pelo vencimento. O escoamento previsto, de uma série de classe para outra, mediante acesso, permite ao cidadão que ingressa no serviço público, galgar gradativamente postos mais elevados, até atingir o mais alto, e isso mercê do próprio esfôrço, pelo bom desempenho das atribuições que lhe forem conferidas. Defendendo, ainda, o sistema proposto, dita comissão faz sentir, relativamente ao acesso, que restabelecido foi o "verdadeiro sentido de promoção uma vez que o funcionário promovido passará a desempenhar funções mais complexas, para as quais se exigem maiores experiências e tirocínio, a par de maior soma de conhecimentos".**
>
> **"A Lei nº 1.434, de 12 de dezembro de 1.956, ao que se vê de seus artigos 9º, 16 e 17, adotou igualmente o critério de promoção vertical e de progressão horizontal, não procedendo, destarte, a afirmativa, segundo a qual o citado Estatuto legal aboliu as promoções verticais, transformando tôdas em cargos isolados".**
>
> **"Tem êste Tribunal, como certo, que a Lei nº 2.588, considera carreira, para os fins nela previstos, o conjunto de classes (0 a 7) da mesma profissão ou atividade com vencimentos progressivos no tempo. As referências que aí se encontram à "Classe imediatamente superior", a ocupantes da última classe da respectiva carreira, a "carreira professor primário", evidenciam a procedência dessa conclusão".**

Com essa decisão, o Egrégio Tribunal de Contas do Estado, órgão auxiliar do Poder Legislativo, pôs fim, sem nenhuma interferência do Executivo, às dúvidas suscitadas pela vigência da Lei n.º 1.434, de 12 de dezembro de 1956, que dispôs sôbre a classificação de cargos dos servidores públicos estaduais.

Da inteligência daquela resolução, não houve nenhuma oposição por parte dos interesados atingidos diretamente pela suas eficácia, através dos registros de aposentadoria, aposentadorias essas que eram e são concedidas com a fixação de proventos na classe imediatamente superior, e não com o acréscimo de trinta por cento (30%).

Êsse aspecto por nós evidenciado tem a fôrça de dirimir a dúvida e fixar o conceito, em face do favor criado pela Lei n.º 2.588, de 23 de setembro de 1959, que, esclarecendo a existência de carreira de serviço público estadual assim como de cargos isolados, dispõe:

> "Art. 1º — Aos servidores públicos civis do Estado de Goiás que contarem mais de trinta (30) anos de serviço público, fica asegurado o direito à aposentadoria com proventos correspondentes ao vencimento ou remuneração da **classe imediatamente superior**.
>
> Art. 2º — Tratando-se de ocupante da ÚLTIMA CLASSE DA RESPECTIVA CARREIRA, ou de cargos isolados de provimento efetivo que contar mais de trinta (30) anos de serviço público, fica, no ato concessório da aposentadoria, com direito ao aumento de trinta por cento (30%) sôbre os seus proventos".

E nem se diga que se volta essa Lei apenas para o caso isolado do professorado, como o fêz a Lei nº 3.651, porque o mesmo diploma n.º 2.588, transcrito, tem em seu art. 4º tratamento especial para o magistério.

Ora, o ato do Poder Legislativo não pode ser entendido como desconexo, inconseqüente ou irresponsável; pelo contrário, deve ser entendido como uma conseqüência de seus pronunciamentos anteriores das Leis que, em matéria antecederam a esta, ordenando-lhe o exercício e a eficácia dentro de suas mais responsáveis atribuições.

E o fazendo, agiram com acêrto e com perfeita identidade em face da Lei 1.434.

Realmente, aquêle diploma, além de nada expressar sôbre a extinção da carreira, manteve êsse entendimento peremptòriamente declarado em seu texto, dentro do melhor conceito de carreira e da espécie de provimento de seus cargos, como se verifica das disposições seguintes:

"Art. 9º — O Poder Executivo baixará Decreto especificando, para cada cargo de provimento efetivo, as atribuições típicas, as características especiais, **os requisitos para o provimento e as linhas de acesso, para efeito de promoção.**

.....

Art. 12 — As nomeações para cargos de provimento efetivo, inclusive as em substituição, far-se-ão **na classe inicial,** do respectivo padrão de vencimento e dependerá, **sempre, de prévia habilitação em concurso".**

Apenas os dois artigos transcritos, para não nos valermos de outros, registram com segurança a manutenção das carreiras do serviço público estadual, por dois aspectos fundamentais: PRÉVIA HABILITAÇÃO EM CONCURSO E PROMOÇÃO.

O primeiro aspecto é aquêle configurado na exigência do art. 12, que determina que as nomeações para os cargos dependerão, "sempre, de prévia habilitação em concurso".

Essa exigência fulmina por completo a discussão em tôrno do problema, provindo, como provém, da própria Lei invocada pelo impetrante, ou seja a 1.434.

Realmente, condicionando como condicionou, de maneira geral, as nomeações para cargo de provimento efetivo a prévia habilitação em concurso, e, determinando em seu art. 29, a abolição da modalidade de nomeação interina, enquadrou definitivamente a situação dos funcionários públicos do Estado na inflexível norma do art. 186, da Constituição Federal, e, por conseguinte, manteve expressamente a existência da carreira em nossa administração.

Aos artigos 12 e 29, da Lei nº 1.434, portanto, aplica-se perfeitamente o comentário seguinte:

"O provimento em cargos de carreira é feito, por determinação constitucional, mediante concurso. O estabelecimento dessa exigência deve-se à Constituição de 1.934, que, no item 2.º do art. 170, prescrevia:

"A primeira investidura nos cargos de carreira das repartições administrativas, e nos demais que a Lei determinar, efetuar-se-á depois de exame de sanidade ou concurso de provas e títulos.

A Constituição de 1.937, mantendo o princípio de concurso, fêz-lhe as seguintes alterações:

a) limitou a exigência aos cargos de carreira;

b) silenciou sôbre o exame de sanidade;

c) estendeu a exigência a tôdas as repartições e não apenas às de caráter administrativo; e

d) determinou que o concurso poderia ser de provas ou de títulos, conforme se verá da seguinte regra, constante da letra b, do art. 156: "a primeira investidura nos cargos de carreira far-se-á mediante concursos de provas e títulos".

E segue o comentário:

"A Constituição vigente manteve o princípio do concurso determinando, no art. 186, que: "a primeira investidura em CARGOS DE CARREIRA e em outros que a Lei determinar efetuar-se-á MEDIANTE CONCURSO, procedendo à inspecção de saúde".

Restabeleceu, pois, a atual Constituição a necessidade de prévia inspeção de saúde, e a possível extensão do regime de concurso a outros cargos, além dos de carreira, providências que figuravam na de 1934; manteve o concurso para tôdas as repartições administrativas ou técnicas e silenciou sôbre a forma do concurso: se de provas ou de títulos. (Eduardo Pinto Pessoa Sobrinho, **in** Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro — vol. VII, pág. 279/280).

A seguir, o mesmo e abalizado comentarista, mostra as razões de acêrto da exigência constitucional, razões essas que são as que norteiam o atual Govêrno Goiano e que foram as ditadas pela Lei nº 1.434:

PGE
BIBLIOTECA

"De acôrdo com o princípio assim exposto, a primeira investidura em cargo de carreira será feita, sempre, mediante concurso. O concurso para ingresso nos cargos públicos se impõem pelos seguintes motivos:

a) recrutamento dos melhores elementos, mais capacitados, que revelarem maiores habilitações profissionais, para o exercício das múltiplas e complexas tarefas que a sociedade moderna exige do Estado; e

b) respeito ao princípio democrático, constante do art. 184, da Constituição, segundo o qual "os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiors, observado os requisitos que a Lei estabelecer".

Sòmente o concurso público, aberto a todos os cidadãos, pode oferecer um regime de competição legal, isento de influências políticas ou pessoal, capaz de satisfazer àquelas condições indispensáveis ao provimento dos cargos públicos".

Êsse o pronunciamento conclusivo da doutrina que vem mostrar o significado do que ficou estatuído no art. 12, da Lei nº 1.434, instante em que essa Lei, INEXORÀVELMENTE, firmou a existência de carreira no serviço público estadual.

E da Lei, e da doutrina, não discrepa a jurisprudência dos nossos Tribunais, de cujas decisões escolhemos o acórdão do Supremo Tribunal Federal, seguinte:

'Temos decidido, das garantias e vantagens asseguradas pela Constituição Federal, podem os Estados conceder outras aos seus funcionários o que não podem é restringir daquelas.

Há que distinguir, porém, (e já fiz aqui essa distinção, com o apoio do Tribunal) entre vantagens e garantias, de um lado, e requisitos para investidura funcional, de outro.

Assim, quando a Constituição Federal exige o concurso para a primeira investidura em cargo de carreira (art. 186), não está concedendo garantia ou vantagem, mas exigindo requisito que evidentemente não pode ser dispensado pela Lei Estadual ....., na parte em que concedeu estabilidade a funcionários interinos em cargos de carreira, independentemente de concurso, contrariou frontalmente o citado art. 186, da Constituição Federal" (Arquivos do Ministério de Justiça e dos Negócios Interiores, vol. 74 pág. 280).

Êsse o primeiro aspecto dos dois fundamentais, a que nos referimos, mostrando com segurança que a Lei n.º 1.434 manteve a existência das carreiras.

Promoção é, inegàvelmente, características básica e essencial de uma carreira:

"CARREIRA — (dir. adm.) — Profissões divididas em classe, SUSCETÍVEL DE PROMOÇÃO e com vencimentos correspondentes a cada uma delas" (Pedro Nunes **Dicionário de Tecnologia Jurídica,** vol. I, pág. 173).

Êsse o entendimento do Dicionário de Tecnologia Jurídica, Pedro Nunes.

Dêle, portanto, conclui-se que onde há PROMOÇÃO, há inequìvocamente a CARREIRA.

Não é outro entendimento do abalizadíssimo Pontes de Miranda, **in** Comentários à Constituição de 1946, vol. VI, pág. 324:

"De CARREIRA entende-se o CARGO DE QUE HÁ PROMOÇÃO.

Se o funcionário público é PROMOVÍVEL, trata-se de CARREIRA. A LEI, SE HÁ PROMOVIBILIDADE, NÃO PODE ESTATUIR QUE NÃO É DE CARREIRA O CARGO".

Ninguém pode negar a absoluta autoridade de PONTES DE MIRANDA, especialmente porque a interpretação que deu à Constituição Federal é, inegàvelmente, a que vem servindo de lastro às decisões que dependem de análise constitucional.

Especialmente, no comentário transcrito acima, sôbre o fundamental aspecto da promoção na configuração do CARGO DE CARREIRA, e no fato de que "a lei, se há promovibilidade, não pode estatuir que não é de carreira o cargo", que se ajusta à matéria em discusão, como se encomendado o fôsse, não deve discussão alguma existir em tôrno, porque encomendado não o foi.

PGE
BIBLIOTECA

Ora, nós vimos que o art. 9º prevê expressamente a promoção para cada cargo do serviço público goiano; há, portanto, promovibilidade, do que decorre, como ensina o insigne Constitucionalista patrício, a inequívoca existência de CARREIRA.

15 — Por isso, e corrente com reiterados pronunciamentos desta Consultoria, somos por que o cargo de que é titular o postulante, é de carreira, e o fazemos recorrendo, ainda, e mais uma vez, a outra Colenda Côrte de Justiça, o Tribunal de Justiça de Goiás, que, decidindo segurança impetrada por José de Castro, anotou em seu Acórdão de 26 de outubro de 1962, de que é Relator o Desor. Hamilton de Barros Velasco:

"A RECÍPROCA QUE É VERDADEIRA: DE CARREIRA SE TORNARAM OS ATUAIS CARGOS DE ASSESSOR FISCAL E DE INSPETOR DE COLETORIAS".

16 — No mérito, entendemos que falece ao Tribunal de Contas competência para o exame do direito que possa ter o postulante sôbre os trinta por cento (30%), em face da relação direta que êsse abono tem com o cargo de que é titular, cuja solução compete, exclusivamente, à justiça comum.

17 — Realmente, não vamos entrar no estudo profundo da tipicidade do Tribunal de Contas como órgão integrante ou não do Poder Judiciário e da sua fôrça na apreciação e no julgamento, em relação aos Tribunais de Justiça.

18 — Aceitamos, inclusive, em princípio, que haja fôrça de julgado nas decisões dos Tribunais de Contas, quando as mesmas se referem exclusivamente ao emprêgo do dinheiro público e à execução orçamentária.

19 — O que não aceitamos, é a possibilidade de vir o Tribunal de Contas a apreciar matéria de direito, estranha à sua jurisdição, ou seja, "a função de dizer o direito contestado entre partes".

20 — Essa jurisdição é específica e privativa do Poder Judiciário e MATTIROLO nos ensina, citado por Castro Nunes:

> "E' a jurisdição contenciosa, por êle definida como o poder que tem o Magistrado de declarar o direito controvertido entre partes e de dar à sua decisão eficácia executória. Em uma palavra: O IMPERIUM MIXTUM dos romanos.

21 — Enquanto isso, a competência do Tribunal de Contas está restrita ao julgamento das contas dos responsáveis pela aplicação do dinheiro público, e à fiscalização da execução dos orçamentos públicos.

22 — A êsse respeito, RUI BARBOSA, citado ainda por Castro Nunes, — **Teoria e Prática do Poder Judiciário** —, assim definiu o Tribunal de Contas:

> "Um mediador independente, pôsto de permeio entre o poder que autoriza periòdicamente a despesa, e o poder que cotidianamente a realiza, auxiliar de um e outro, que comunicando a legislatura e intervindo na administração, seja, "NÃO SÓ O VIGIA COMO A MÃO FORTE DA PRIMEIRA SÔBRE A SEGUNDA, OBSTANDO A PERPETRAÇÃO DAS INFRAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR UM VETO OPORTUNO".

23 — É o próprio e eminente Castro Nunes, na sua obra citada, apreciando as relações das Côrtes de Contas com o Poder Legislativo, que assim se expressa:

> "As Côrtes de Contas não são delegações do Parlamento, são órgãos autônomos e independentes. Mas existem em função da atribuição política dos parlamentos no exame das contas de cada exercício financeiro. E êsse, na teoria do Instituto, o traço fundamental. "NA SUA FUNÇÃO COTIDIANA, QUER NA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, QUER NA TOMADA DAS CONTAS DOS RESPONSÁVEIS PELOS DINHEIROS PÚBLICOS, ela serve a êsse objetivo que lhe explica a destinação, como órgão auxiliar e preparador daquela função".

24 — Poderíamos, se o tempo nos permitisse, dar ao luxo de aprofundar no estudo da competência dos Tribunais de Contas, e da profunda separação entre a sua jurisdição administrativa e a jurisdição do judiciário.

25 — Entendemos, entretanto, em face do que se nos foi dado a opinar, serem suficientes as explanações dos Mestres citados, que se ajustam, em harmonia absoluta, aos próprios podêres que a Constituição Goiana outorga à nossa Colenda Côrte de Contas.

26 — A função específica dos Tribunais dessa natureza é o exame de tudo aquilo que se relacione com a vida financeira do Estado: a fiscalização direta, ou por delegações criadas em Lei, da execução dos orçamentos; o julgamento das contas de todos quantos façam responsáveis por dinheiro ou por outros bens públicos, inclusive os das entidades autárquicas; e, por último, o julgamento da legalidade dos contratos das aposentadorias, das reformas e das pensões.

27 — O que poderia suscitar dúvidas capazes de gerar interpretações iguais a que deu causa à Resolução do nosso Egrégio Tribunal de que se trata, seria a expresão "julgar da legalidade", usada no item III, do art. 32, da nossa Constituição Estadual, que simplesmente repetiu a redação do item III, do art. 77, da Constituição Federal.

28 — Entretanto, como se viu das citações feitas e como tem reconhecido o próprio Tribunal de Contas do Estado, como lembra o eminente Ministro Waldir Q[illegible]ta, às fls. 31, 2º período, não cabe ao pretório de contas o julgamento da legalidade que fuja das normas financeiras a serem adotadas pelo Executivo na realização dos contratos ou nas concessões das aposentadorias, das reformas ou das pensões.

29 — Quer isto dizer que será ilegal a aposentadoria que fôr concedida outorgando gratificação adicional de 10% (dez por cento) ao servidor que tenha completo apenas um qüinqüênio, porque concedida contra a lei que instituiu o liberal favor, fixando em cinco por cento (5%) a gratificação por qüinqüênio.

30 — Essa, a do exemplo dado, a legalidade que cabe ao Tribunal de Contas julgar.

31 — Decidir se o cargo de determinado servidor é de carreira ou isolado, sendo que dessa decisão deva se configurar direitos estranhos à apreciação da execução orçamentária do Estado, no que respeita ao pagamento de deveres financeiros que ao Estado obriga as suas Leis, já é função do Judiciário porque, então, teremos diante de nós a figura de um direito controvertido, configurado entre o servidor que se julga titular do mesmo e o Estado que o nega.

32 — Uma vez que o Decreto da aposentadoria não ultrapassou os limites financeiros das leis que determinam elaboração dos cálculos dos proventos, não tendo havido, portanto, descumprimento das mesmas, cabe ao Tribunal de Contas, tão-sòmente, a verificação da validade do ato praticado pelo Poder Executivo, isto é, examinar se o aposentando tinha a seu favor a exigência legal do tempo de serviço capaz de o tornar beneficiado pelo recebimento de proventos.

33 — Pontes de Miranda, comentando o art. 77, item III, diz taxativamente:

> "O art. 77, III, dá ao Tribunal de Contas o julgamento da legalidade dos contratos, aposentadorias, reformas e pensões. O conceito da LEGALIDADE ou de CONFORMIDADE COM A LEI está, aí, no sentido vulgar: NÃO INFRIGÊNCIA DO TEXTO DE QUALQUER LEI".

E segue afirmando:

"AS APOSENTADORIAS TÊM DE SER CONFORME AS LEIS ORDINÁRIAS E CONFORME A CONSTITUIÇÃO: SE SÃO CONTRA A REGRA DA LEI, ILEGAIS SÃO: SE CONTRA A CONSTITUIÇÃO, QUE É A LEI ACIMA DAS OUTRAS LEIS SÃO ILEGAIS".

E ainda o festejado Comentarista: "A atribuição do julgamento da legalidade dos contratos e das APOSENTADORIAS, reformas e pensões É SÒMENTE PARA EFICÁCIA ADMINISTRATIVA".

.....

"O exame pelo Tribunal de Contas limita-se à verificação da existência do negócio jurídico, ou do crédito E DA VALIDADE DA REGRA JURÍDICA OU DO ATO JURÍDICO". (Comentário à Constituição de 1.946, págs. .... 49/60).

34 — Por sua vez, **Eurco Rodrigues**, Procurador junto ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, na página 66, do vol. 59, da Revista de Direito Administrativo, ratifica Pontes de Miranda, ao afirmar:

> "Na competência específica, decorrente do texto constitucional, há a de julgamento da legalidade dos negócios jurídicos, aposentadorias, reformas e pensões. O CONCEITO DA LEGALIDADE OU DE CONFORMIDADE SENTIDO PRÓPRIO DE NÃO INFRICOM A LEI, NA DEFINIÇÃO DOS COMENTADORES, APARECE NO GÊNCIA DOS TEXTOS LEGAIS".

35 — A sentatez dos Comentaristas citados é pura, e a sua fonte é cristalina, não deixando nenhuma dúvida razoável para entendimentos contrários.

36 — Ora, onde o Decreto que aposentou o interessado infringiu qualquer das Leis ordinárias ou a Constituição no que tange à formação dos pressupostos para a aposentadoria?

37 — Acreditamos que, à exceção do êrro de cálculo (muito bem demonstrado pelo ilustre Ministro Waldir Quinta, às fls. 31) que não se constitui em infração, nenhuma das leis que estabelecem o direito à aposentadoria foi ferida, sendo certo que o aposentando é funcionário estadual, tem mais de trinta anos de serviço público, tem direito à aposentadoria com vencimentos integrais e fêz jus às concessões de gratificações adicionais.

38 — O fato de entender o Executivo, no que sempre teve ao seu lado o próprio Tribunal de Contas, e o próprio Tribunal de Justiça do Estado, como foi citado, que o cargo do interesado é de carreira e não isolado, não se constitui em nenhuma infração, uma vez que a sua condição não conta de nenhuma disposição expressa de lei, circunstância que torna o direito do postulante a uma ou outra condição, objeto de controvérsia a ser dirimida ùnicamente por quem pode decidir dos direitos individuais, ou seja o Poder Judiciário.

39 — É objeto de interpretação, e interpretação das mais tumultuadas, tanto que como de carreira foi proclamada inicialmente pelo próprio Tribunal de Contas.

40 — Uma coisa é certa, da interpretação do Executivo não decorre nenhuma infração de texto legal.

41 — Pelo exposto, entendemos falecer ao Egrégio Tribunal de Contas o direito de negar registro à aposentadoria concedida pelo Dec. de 30 de dezembro de 1963, não procedendo a conversão do processo em diligência, senão para a correção dos cálculos, o que deverá ser feito na forma proposta pelo Senhor Ministro Waldir Quinta, às fls. 31.

42 — Discordando o Executivo da conclusão do Tribunal de Contas, na forma aqui sugerida, resta ao Senhor Governador o direito de determiná-la de acôrdo com o que estatui o § 3º, do art. 32, da Constituição Estadual, que diz:

> "em qualquer caso, a recusa do registro por falta do saldo no crédito, ou por imputação a crédito impróprio, terá caráter proibitivo. **Quando a recusa tiver outro fundamento, a despesa poderá efetuar-se após despacho do Governador do Estado, Registro sob reserva do Tribunal de Contas e recurso ex officio para a Assembléia Legislativa**".

43 — Pontes de Miranda, comentando disposições semelhantes da Constituição Federal, assim se expressa:

> "A recusa do registro por falta do saldo, ou por imputação a crédito impróprio, é irrecorrível. O negócio jurídico, que precisa de registro, não se perfez, ou faltou poder à autoridade administrativa. Se outro é o fundamento, o Presidente da República pode exercer o poder resultante do art. 77, § 3º: resolve êle que se faça o registro sob reserva, a que o Tribunal de Contas precede, recorrendo de ofício. A Constituição de 1.946 poderia ter construído diretamente o registro sob reserva: e, g.; o Plesidente da República recorreria, devendo o Tribunal de Contas registrar sob reserva. Não é isso, porém, o que está no art. 77, § 3º: o Presidente da República despacha (resolve que se cumpra o negócio jurídico); o Tribunal de Contas registra sob reserva, e recorre de ofício".

44 — E nem se diga que tal disposição constitucional tenha aplicação apenas quanto aos contratos que sejam encaminhados ao estudo do Tribunal de Contas, porque o § 3º citado e transcrito, volta-se direta e imediatamente para o § 2º do mesmo artigo, que expressa:

> "Será sujeito a registro no Tribunal de Contas, prévio ou posterior, conforme a lei estabelece, **qualquer ato da Administração Pública de que resulte obrigação de pagamento pelo Tesouro do Estado ou por conta dêste**".

45 — Pelo exposto, e resguardando o pronunciamento desta Consultoria, expresso no parecer nº 1140, de fls. 22, e o ato do Senhor Governador do Estado, representado pelo Despacho nº 3096, de fls. 25 e o Decreto de 30 de dezembro de 1.963, publicado no Diário Oficial anexado às fls. 26, e atendendo, especialmente, ao fato de que tal ato do Chefe do Executivo realmente não infringiu nenhuma das leis que regulam a concessão das aposentadorias em nosso Estado, somos por que o Senhor Governador adote a forma do registro sob reserva, via de despacho, após o que sòmente restará ao Tribunal de Contas a execção do mesmo com recurso **ex officio** para a Assembléia Legislativa do Estado.

46 — Entretanto, se assim não entender o Chefe do Poder Executivo, para resguardo do seu ato, poderá o mesmo, sem que venha a ferir qualquer dispositivo da lei, aceitar, como sugestão, a retificação do Decreto para beneficiar o aposentando com os trinta por cento (30%) previstos no item II, do art. 254, do vigente Estatuto, com o que estará beneficiando a um velho servidor da nossa administração, abnegado e culto, detentor por várias vêzes de funções dirigentes de alguns dos mais importantes setores fazendários do Estado.

47 — Em qualquer dos casos, os cálculos de seus proventos deverão ser prèviamente retificados, de acôrdo com o que propôs o Ministro Waldir Quinta às fls. 31.

48 — É o parecer.

Goiânia, 30 de abril de 1964.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — APLICAÇÃO DE PENALIDADE

— Não há falar em ato punitivo quando aplicado contràriamente às normas estatutárias.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer n.º 580/64

Autor: DR. ELIAS B. DAHER

A 16 de setembro de 1961, o então titular da Secretaria de Estado da Saúde e Assistência, pela Portaria n.º 346, suspendeu por sessenta (60) dias de suas funções o Médico, T.C.2.4.20-0, Dr. J.G.D., "de acôrdo com o artº 220, § 3.º, do Estatuto dos Funcionários Públicos" (fls. 5).

Já a 13 de novembro daquele mesmo ano, inconformado com a pena que lhe foi aplicada, via do advogado devidamente habilitado, solicitou reconsideração do ato, alegando ser êle "nulo de pleno direito", já que o então titular daquela Pasta, devido à animosidade criada com o interessado, "face a conflitos de jurisdição criados", no que diz respeito a internamento de doentes no Sanatório "J.K.", faltou-lhe serenidade e "isenção de ânimo para encarar os fatos que lhe inspiraram a medida". Invoca,

1 — **Ex-Consultoria Jurídica do Estado**

ainda, que jamais poderia a pena ser superior a 30 dias, eis que não houve processo regular, como determina o art. 236, do Estatuto dos Funcionários, "mas sòmente em condições especialíssimas, para segurança do inquérito, em caráter preventivo e sòmente por 30 dias" (Estatutos, art. 253) (fls. 29).

Êsse pedido, no entanto, não mereceu acolhida, sendo indeferido em data de 22 daquele mês e ano (fls. 32).

Posteriormente, chamada a prestar informações, a Secretaria da Administração esclareceu que "se a Secretaria da Saúde e Assistência procedeu na forma prevista no artigo 236, do citado Decreto-lei nº 4.920, não resta dúvida, na conformidade do que dispõe os artigos 231 e 232, item III, de que está aplicada correta e legalmente a pena; caso contrário, a mesma está em condições de ser tornada sem efeito".

Evidentemente, um nôvo fato surgiu no processo. A Secretaria da Saúde e Assistência, à vista da instauração de inquérito administrativo, para aplicação daquela pena, baixou outra portaria, a de nº 346, para o fim de "suspender, com base no art. 223, do Decreto-lei nº 4.920, de 28-10-41, o Médico, T.C.2.4.20.0, Dr. J. G. D., por 30 (trinta) dias".

Dêsse ato de retificação da punição disciplinar, parece não foi dada ciência ao interessado, eis que êle, a 5 de outubro de 1963, voltou à presença do Senhor Governador solicitando novamente decisão superior ao pedido de reconsideração (fls. 49). Informado o pedido pela Organização de Saúde, veio, em fins de maio último, às nossas mãos, e o devolvemos agora com o esclarecimento de que ficou retido por prazo superior ao normal, em virtude de expedientes de natureza prioritária, a nós distribuídos.

Com efeito, o então Secretário da Saúde e Assistência errou quando aplicou ao suplicante, sem prévio processo administrativo, a pena de suspensão por sessenta dias. É que a aplicação de penas disciplinares ao funcionário, de grau superior a trinta dias, deve ser, obrigatòriamente, precedida de processo administrativo em que assegure ao acusado plena defesa (§ único, do art. 236, do Dec-lei 4.920, de 28-10-41, segundo a nova redação que lhe deu a Lei 1.360, de 6-11-56, ainda vigente).

E mais errou ainda, quando, por nôvo ato (qual seja a portaria n.º 363, de 16-11-62), reconhecendo o seu anterior desatendimento à cláusula legal inscrita no § único do art. 236, do antigo Estatuto e reafirmando que o Dr. J. G. "praticou ato de insubordinação grave, cuja punição não pode ser relevada", revogou a portaria originária de suspensão para se lhe aplicar igual pena, já agora por trinta (30) dias, isto após mais de um ano do cumprimento daquela primeira penalidade.

Interessante notar que êsse ato foi baixado após o pedido de reconsideração do interessado, que foi denegado sem que aquela autoridade fundamentasse a sua decisão, como, aliás, determina o art. 19, da Lei 1.680, de 6 de novembro de 1.957 (fls. 32). Limitou-se êle a despachar que "considerando que carecem de fundamento as alegações do peticionário, INDEFIRO o pedido", contrário, portanto, às normas ditadas por êsse dispositivo, que reza dêste teor:

> "Art. 19: A decisão de deferimento poderá ser sucinta, ao adotar inteiramente os têrmos da informação ou parecer. **O ato de indeferimento será obrigatòriamente fundamentado".**

Ao revés, um ano após, baixou outra portaria, em virtude de reconhecimento da ilegalidade da suspensão de sessenta dias imposta por parte da Secretaria da Administração.

Entendemos do desacêrto do ato punitivo, por que de sua aplicação contrária às normas estatutárias, já que se fazia necessária a instauração de competente inquérito administrativo. E o segundo ato, mais de um ano depois, foi baixado quando o postulante já havia cumprido aquela pena. Houve, é fato, inovação ao processo.

É verdade que a lei não obriga o processo administrativo prévio para a imposição de penas disciplinares até a suspensão, por prazo nunca superior a 30 dias. Não obriga nem mesmo o processo sumário para a apuração da falta disciplinar em casos que tais. Todavia, no caso em tela, era imprescindível o processo para aplicação da pena de 60 dias, uma vez que não pode prevalecer a última portaria, cumprido a suspensão há mais de um ano.

Certo que o princípio constitucional da plenitude de defesa impõe, mesmo em caso de processos administrativos sumários, a prévia audiência do acusado com a segurança da faculdade de todos os meios e recursos essenciais a ela. No entanto, ao suplicante foi negado êsse direito. Os seus próprios pedidos de andamento do recurso foram trancados, conforme se vê dos autos.

De fato, no poder discriminatório se compreende o de aplicar penas disciplinares aos funcionários que infringirem disposições legais ou regulamentares nos limites pré-estabelecidos em lei, independentemente de processo administrativo, penas essas que vão desde a advertência à suspensão até trinta dias, bastando, para tanto, como expressamente preseitua o § 4º do art. 281, do vigente Código dos Funcionários, "a simples ocorrência do ato violador da disciplina funcional". Deveria, então, o ex-titular da Secretaria da Saúde aplicar acertadamente a pena e não como o fêz.

No caso presente não houve processo sumário, nem mesmo simples sindicância para apurar a "agressão física na pessoa do Chefe do Centro de Saúde", segundo os autos dão notícia.

É verdade, também, que da decisão do ex-titular da Secretaria da Saúde e Assistência não foi dada ciência ao postulante, como determina a Lei 1.680, citada, em seu art. 21.

Uma causa é certa. Todo o processado que se originou com a aplicação da pena de suspensão ao postulante por sessenta dias, e mesmo aquêle outro ato, baixado mais de um ano após, é nulo por infração às normas mais comesinhas de nosso Direito Administrativo.

Daí, a razão por que opinamos no sentido de ser o processado, instruído como está, submetido ao superior julgamento do Senhor Governador do Estado, como pede o suplicante em recurso tempestivamente interposto, com o nosso parecer pelo deferimento da pretensão.

É o parecer.

Goiânia, 14 de julho de 1964.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — APROVEITAMENTO DE MENORES

— Menores não podem ser aproveitados, firmando contrato de prestação de serviço.

— A posse exige requisitos, dentre os quais o da idade mínima, mesmo sem ferir o princípio constitucional do acesso aos cargos públicos a todos os brasileiros.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 326/64

Autor: Dr. Luiz Angelo Milazzo

1 — O ilustre Presidente do IPASGO, através do of. n.º 119 (fls. 2), encaminha consulta ao Consultor Geral do Estado, sôbre a possibilidade de se contratar para os serviços do IPASGO dois menores, relativamente incapazes, que se submeteram a testes levados a efeito em fevereiro p.p.

2 — O signatário do referido ofício esclarece que, por se tratar de um simples teste **sem compromisso com as partes que a êle se submeteram,** não foram exigidos os documentos para exercício de função pública.

3 — Realizado o teste, aos quinze (15) primeiros classificados é que então foram exigidos tais documentos; nesta altura é que foi constatada a existência de dois menores, ambos com dezoito (18) anos incompletos, entre os primeiros classificados.

4 — Diz o ilustre Presidente que ambos demonstram "tirocínio e cultura geral"; por esta razão, assim entendemos, é desejo do mesmo aproveitá-los, contando com a possibilidade de serem, referidos candidatos, assistidos pelos pais ou responsáveis, aspecto que é, realmente o motivo desta consulta.

5 — O problema da prestação de serviços por parte de menores tem sido muito discutido. Na "Consolidação das Leis do Trabalho" no Capítulo IV, "Da Proteção do Trabalho do Menor", através do artigo 404 e seguintes, vamos encontrar a regulamentação do trabalho de menores de dezoito (18) anos, evitando, acima de tudo, prejuízos à moralidade e saúde do menor. Artigos como o de nº 406, ADMITEM O TRABALHO DO MENOR de dezoito (18) anos desde que maior de quatorze (14), sob certas condições, sendo indispensável, em alguns casos, autorização dos pais, representantes legais ou do Juiz de Menores.

6 — Na obra de Russomano, "Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho", vol. II, pág. 585, vamos encontrar:

> "O trabalhador capaz é aquêle que completa dezoito anos, sem distinção de sexo e de estado civil. Pode celebrar, a partir dêsse momento, qualquer contrato individual de trabalho'.

7 — Entretanto, mesmo diante desta definição, encontramos, realmente, conforme o parágrafo anterior e sem ferir a Constituição Federal (art. 157, item IX), um grande número de menores trabalhando, normalmente, nas profissões as mais diversas.

8 — Entretanto, no âmbito do funcionalismo público, não encontramos oportunidade para, como funcionário pròpriamente dito, aproveitar-se o menor em cargos públicos, mesmo sob a responsabilidade dos pais.

9 — Sôbre êste aspecto diz-nos Contreiras de Carvalho:

---

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

> "A lei fixa o mínimo a partir do qual se julga que os indivíduos possuem as condições necessárias para serem agentes da administração e o máximo a partir do qual se julga inconveniente a sua admissão".

10 — O art. 22, do Estatuto dos Funcionários Públicos da União, estabelece:

> "Só poderá ser empossado em cargo público quem satisfizer os seguintes requisitos:
>
> I — ....
>
> II — Ter completado dezoito anos de idade;
>
> III — Estar no gôzo dos direitos políticos;
>
> IV — Estar quite com as obrigações militares, etc. etc."

11 — Os itens III e IV implicam também a idade mínima de dezoito anos.

12 — Aliás, na vida política, **vemos a regulamentação de outros mínimos** de idade para preenchimento de lugares representativos, como os de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores, Ministros do Supremo Tribunal Federal, etc. Nestes casos, o mínimo da idade não pode ser substituído pela tutela de ninguém.

13 — O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás (Lei n.º 4.100, de 6 de julho de 1.962), no seu art. 8º, determina:

> "Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, observados os requisitos que a lei estabelecer".

14 — E no art. 19, item II, entre os requisitos citados está o de ter o candidato **"completado dezoito anos de idade'.**

15 — A lei que criou o IPASGO, no art. 18, quando fala na possibilidade de se admitirem contratados para desempenho de funções técnicas, científicas ou especializadas, determina que se observe "a legislação vigorante para os servidores estaduais".

16 — E no art. 63, a definição é clara:

> "Aos servidores do IPASGO é extensivo o regime jurídico dos Estatutos dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás, no que couber".

17 — E sabemos que "a nomeação é ato que cria uma relação jurídica denominada de emprêgo público e estabelece vínculo jurídico entre o funcionário e o Estado, concretizado pela posse".

18 — E a posse, é questão pacífica, exige requisitos dentre os quais o da idade mínima, mesmo sem ferir o princípio constitucional do acesso aos cargos públicos a todos os brasileiros.

19 — Assim exposto, somos de parecer que, s. m. j., os menores, mesmo aquêles classificados como "relativamente incapazes" não podem ser aproveitados firmando contrato de prestação de serviço com o IPASGO.

20 — Deixamos de fazer referências quanto à imposição ilegal da obediência à ordem de classificação dos candidatos habilitados em concurso, em face da afirmação do ilustre Presidente do IPASGO, que declara ter sido a prova "um simples teste, sem compromisso com as partes que a êle se submeteram".

21 — Finalmente, entendendo que é desejo do IPASGO aproveitar os dois jovens que se destacaram e que têm 17 anos completos, tomamos a liberdade de oferecer a seguinte sugestão:

Havendo, por exemplo, cinco (5) vagas, que se faça sem quebrar a ordem de classificação, um chamamento dos cinco (5) primeiros colocados, com a condição de se apresentarem, dentro de seis (6) meses (ou dez), se fôr preciso, de tal modo que abranja as datas nas quais êstes dois candidatos completem os dezoito anos.

E até lá, que sejam aproveitados por determinação de uma simples portaria, designando-os para, em regime **pro labore,** prestarem determinado serviço e por prazo certo. É apenas uma sugestão.

Goiânia 6 de maio de 1964.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — ATO INSTITUCIONAL — RECURSO PARA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA — SUSTAÇÃO DO RECURSO

— O Chefe do Executivo não tem qualquer ingerência no apêlo endereçado à Superior Instância, senão nos atos comuns de seu encaminhamento.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás

Parecer nº 391/65

Autor: Dr. Edmar José Fernandes

1 — O Bacharel S. R., Juiz de Direito aposentado da Comarca de 2.a entrância de Caldas Novas, como incurso nas penalidades indicadas no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, via da petição de fls. 187 e 188, que deu origem ao processo nº 6.2-05418/64, protocolo da Secretaria do Govêrno, faz exposição de motivos e pede seja sustado o recurso que interpôs para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e que se encontra às fls. 166 a 183, integrando o processo nº 6.2-04356/64, também protocolado na Pasta do Govêrno.

2 — A matéria já foi objeto do parecer nº 298, constante de fls. 193 a 196, da lavra do Colega José de Barros Sousa.

3 — Estão apensados ou juntados ao processo nº 6.2-03234/64, os seguintes: nº 534/62, protocolo da Corregedoria de Justiça; 04-01207/61, 6.2-03601/64, 6.2-0456/64 e 6.2-05418/64, todos protocolados na Secretaria do Govêrno.

4 — O que deseja o requerente é a sustação do recurso interposto ao Senhor Presidente da República, para que seja pleiteada reconsideração do ato que o aposenta, perante o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

O então Chefe do Poder Executivo, via do Despacho nº 2.215, de 27-10-64, fls. 184, constante do processo em que o signatário recorre para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República do ato que o aposentou, diz:

"O processo n.º 6.2-03234/64, protocolado na Secretaria do Govêrno, que deu origem à aposentadoria do recorrente, foi encaminhado ao Tribunal de Contas, para fins de registro.

Assim, aguarde, no Protocolo, a devolução dos autos, quando êste Govêrno apreciará o recurso decidindo do seu recebimento ou não, uma vez que o procedimento de apêlo é do trânsito em julgado da aplicação da pena que lhe foi proposta pela Comisão de Sindicância sos Meios Administrativos e que se consubstancia na aposentadoria, que sòmente se completa com o Registro pelo Tribunal de Contas, ex vi do disposto no artigo 32, item III, da Constituição Estadual, nova redação dada pelo Ato Constitucional nº 4, de 2 de julho de 1962".

5 — Como se deduz do despacho supra, a interferência do Executivo no recurso foi apenas para se aguardar a última fase de aposentadoria, qual seja o registro pelo Tribunal de Contas, conforme preconiza o artigo 32, da Constituição Estadual. O registro foi feito em 30 de novembro de 1964 (fls. 165 e 165 verso).

6 — O Ato Institucional de 9 de abril de 1964 é peremptório:

"Art. 7º .....

§ 3.º — do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República".

E o artigo 1.º do mesmo Ato estabelece:

"Art. 1º — São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações dêste Ato".

7 — Sem dúvida alguma, o Decreto nº 266, de 14 de abril de 1964, publicado no Diário Oficial de 20 do mesmo ano, em seu artigo 7º, disciplinou que o recurso interposto na forma indicada no § 3º, do artigo 7º do Ato Institucional, fôsse manifestado por intermédio do Chefe do Poder Executivo. Naturalmente, êste rito teve como finalidade a economia processual. De fato, os autos originários da aplicação das sanções lògicamente ficariam arquivados no Estado de Goiás, e, se o recurso subisse desacompanhado dos mesmos, dificultaria sua apreciação pelo Primeiro Magistrado do País, o que importaria em se pedir informações ou se avocar os autos originários, o que demandaria tempo.

8 — O signatário pleiteia a sustação do recurso interposto para o primeiro Magistrado do País, mas o faz endereçado ao Chefe do Executivo Estadual. O Governador do Estado, segundo se depreende do Ato Institucional (art. 7.º, §§ 1.º e 3.º), funciona em primeira instância e o Presidente da República em segunda.

É princípio assente nos Códigos do Processo Civil e Penal Brasileiros que o Juiz não pode deixar de receber qualquer apelação endereçada, por seu intermédio, à instância superior. Falece-lhe competência para tanto (CPP, art. 601 e CPC, art. 827).

9 — Ora, no caso em epígrafe e por vontade encarnada no Ato Institucional, "Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalícios, caberá recurso para o Presidente da República". (Art. 7º § 3º).

10 — Desta forma, o Chefe do Executivo não tem qualquer ingerência no apêlo endereçado à Superior Instância, senão nos atos comuns de seu encaminhamento.

11 — O signatário argumenta "que apesar de ter sido interposto o recurso em data de 22 de outubro último, o processo continua ainda no Gabinete Civil, sem qualquer despacho que dê o apêlo como recebido ou como indeferido" (item 5, da petição de fls. 187-188). Acontece que a última etapa do ato de aposentadoria é o registro no Egrégio Tribunal de Contas (Art. 132 da Constituição Estadual), o que se concretizou em 30.11.64 (fls. 165 e 165 verso), e, a 1.12.64, foi devolvido à Secretaria do Govêrno (fls. 165 verso), tendo o interessado, em 18 de dezembro de 1964, solicitado a sustação do recurso (lls. 186 a 188).

12 — Ressalte-se o fato de que, concomitantemente, o signatário impetrou Mandado de Segurança perante o Egrégio Tribunal de Justiça contra o Ato Governamental que o aposentou, conforme consta do processo que veio à Procuradoria do Judicial e Contencioso dêste Órgão Jurídico.

Desponta-se, assim, que o próprio requerente tem concorrido para o curso lento de seu apêlo formulado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

13 — Isto pôsto, entendemos que não se deve tomar conhecimento da petição de fls. 187 sob o fundamento de que ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Goiás não compete SUSTAR recurso que foi interposto para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e, de consequência, determinar a subida dos autos a essa autoridade. Cabe ao requerente, se o desejar, pedir desistência do apêlo, visto se tratar de ato voluntário.

Goiânia, **26 de fevereiro de 1965**.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — EFETIVAÇÃO — ATO DECLARATÓRIO — CONTAGEM DE TEMPO — OFICIO DE JUSTIÇA

— O tempo de serviço público, mesmo prestado isolada ou englobadamente, desde que a lei não o especifique, deve ser contado para efeito de efetivação.

— Ofício de Justiça sempre foi considerado função pública.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 205/64

Autor: Dr. Elias B. Daher

Precedido de brilhante parecer do ilustre Consultor Jurídico Dr. Zecchi Abrahão, foi-nos redistribuído o incluso processo, em que G. F. N., invocando a lei estadual nº 3.651, de 13 de outubro de 1961, requer a expedição de "ato declaratório de sua efetivação" no cargo de Auxiliar de Fiscalização, A.F.3.6.3-0.

> Diz a lei 3.651, citada, em seu art. 1º: "Ficam efetivados todos os funcionárics interinos integrantes do Quadro Único do Funcionalismo do Estado, com mais de cinco (5) anos de serviço público, exceção feita aos professôres secundários sujeitos a concurso por fôrça da legislação federal".

O suplicante, segundo os assentamentos existentes no Departamento Central do Pessoal da Secretaria da Administração, contava, até 30 de novembro de 1962, com dois anos, quatro meses e 14 dias de efetivo exercício no cargo de Auxiliar de Fiscalização, A.F.3.6.3-0, de que é ocupante interino.

Indaga-se, agora, se para completar os cinco anos de serviço público a que faz menção o diploma mencionado, deve-se computar o período de dez anos, onze meses e 8 dias em que exerceu o ofício de Tabelião do 2º Ofício do Público, Judicial e Notas do antigo Têrmo de Firminópolis.

Entendemos, e essa é a opinião dos doutos sôbre a matéria, que o tempo de serviço público, mesmo prestado isolada ou englobadamente, desde que a lei não o especifique, deve ser contado para efeito de efetivação.

Serviço público, na conceituação do art. 1º da citada lei 3.651, deve ser entendido "todo aquêle prestado pelo funcionário no exercício da função pública" (Arq. Jud. vol. LIV, pág. 317).

Em comentário sôbre a noção vulgar de serviço público, que é o que interessa em elucidar a matéria, escreveu J. A. de Carvalho e Melo:

> "O tempo de serviço público consubstancia a vida do funcionário. E' origem e fundamento da série de direitos e vantagens, postos por lei ao seu alcance. E' fator primordial, máximo e incontrastável, de tôda a existência funcional do titular de cargo ou função pública. Da sucessão cronológica dos dias de exercício, observados certos prazos, decorrem relações precisas, estáveis, relevantes, satisfeitas determinadas exigências, prévia e paralelamente estabelecidas resultam situações jurídicas definidas. Real e decisiva, portanto, é a influência que exerce sôbre a quase totalidade das justas aspirações do funcionário" (in "Rev. Dir. Admn.", vol. II, Fasc., I, pág. 197).

De sorte que, ao teor do texto legal invocado, o suplicante preenchia, em 28 de dezembro de 1961, os requisitos essenciais à sua efetivação, vale dizer, era funcionário interino do Quadro Único do Funcionalismo do Estado e contava, então, mais de cinco anos de serviço público, incluindo-se o prestado na qualidade de Serventuário de Justiça, que, também, é serviço público, pois afirma Carvalho e Melo que "serviço é ato de servir, ação de executar trabalho, efeito de exercer" (Ob. cit., pág. 196). ,
ou profissão" (Ob. cit., pág. 196).

Ofício de Justiça sempre foi considerado função pública, e, como tal, os seus titulares são servidores públicos de uma categoria que goza maior garantia no desempenho de suas atribuições, dada a vitaliciedade que lhes assegura a Carta Magna (art. 187).

Daí por que, ratificando o brilhante parecer de fls. 15-16, opinamos, também, pelo deferimento da pretensão.

E' o parecer.

Goiânia, 11 de março de 1964.

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — ENQUADRAMENTO — DESVIO DE FUNÇÃO — CARGO EXTINTO

— Interpretação dos arts. 41 e 42 da Lei nº 5.000, de 14 de novembro de 1963.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás

Parecer nº 439/65

Autor: Dr. Antônio Leão Teixeira

1 — A. C. Q., Auxiliar de Imprensa, Nível "E", referência base, inconformada com o seu enquadramento nesse Cargo, requer retificação do ato, a fim de ser reclassificada no de Auxiliar de Administração, Nível "G", referência base, a partir de 1º de janeiro de 1964.

2 — A postulante declara, na inicial, o seguinte:

a) — De 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 1958, desempenhou a função de Auxiliar de Expedição, na qualidade de extranumerário contratada, no Departamento Estadual de Imprensa;

b) — Por decreto de 6 de abril de 1959 foi nomeada para, interinamente, exercer o cargo de Auxiliar de Imprensa, A.F.1.8.3-0, com revalidação do exercício a partir de 1º de janeiro de 1959;

c) — Foi declarada efetiva no Serviço Público, a partir de 28 de dezembro de 1961, conforme apostila expedida pela Secretaria da Admiinstração em 5 de novembro de 1963.

d) — Nos têrmos do item II, artigo 72, combinado com o artigo 75, do Decreto-Lei nº 4.920, de 28 de outubro de 1941, foi removida do Departamento Estadual de Impensa para a Secretaria da Administração (Portaria nº 26, de 30 de maio de 1962);

e) — Que, no Departamento Central do Pessoal da Secretaria de Administração, onde vem servindo desde 30 de maio de 1962, despacha, informa e distribui to-

dos os processos de salário família, exoneração e gratificação adicional, executando, ainda, outros serviços em outros setores.

3 — As alegações da requerente foram confirmadas pelo ex-Diretor Geral do Departamento Central do Pessoal (atestado de fls. 3) e pelo atual titular dêsse Órgão (despacho de fls. 6).

4 — A Consultoria Administrativa, no despacho exarado às fls. 4 do processo, afirma que:

"Os titulares de cargos extintos quando vagarem foram enquadrados automàticamente, sem a utilização do questionário, como é o caso da requerente, Albertina da Costa Quintanilha, a qual, segundo consta, não o preencheu também, vez que o mesmo não se encontra nesta Procuradoria".

5 — O artigo 41 da Lei nº 5.000, de 14 de novembro de 1963, diz que:

"O enquadramento de funcionário efetivo far-se-á em cargo que seja fundamentalmente análogo, quanto à natureza, grau de dificuldade e responsabilidade das atribuições, àquele que ocupava na data da publicação desta Lei".

6 — Embora o artigo 42 da precitada Lei nº 5.000 preveja o enquadramento do funcionário efetivo em cargo que guarde analogia, quanto à natureza, grau de responsabilidade e dificuldade, com as atribuições que vinha exercendo, "ocorrendo desvio de função há mais de 2 (dois) anos", a requerente foi enquadrada automàticamente, sem a utilização do questionário, em virtude de ser titular de um dos cargos extintos quando vagarem, de que trata o Quadro Especial constante do Anexo VII da Lei n.º 5.000.

7 — Tal procedimento não nos parece acertado, já que a Consultoria Administrativa, à falta, naturalmente, da apresentação do questionário, deixou de analisar a situação da postulante sob diversos prismas que poderiam concorrer favoràvelmente ao atendimento da sua pretensão.

8 — Ao ser removida a requerente, do extinto Departamento Estadual de Imprensa, para a Secretaria da Administração, pressupõe-se que a mesma passou a ocupar outro cargo que não o de Auxiliar de Imprensa, uma vez que êste era privativo do Departamento Estadual de Imprensa e a Lei determina que tal movimentação se processe, de uma para outra repartição ou serviço, preenchendo claro de lotação.

9 — Ora, na Secretaria da Administração, para onde foi removida a postulante, não havia, evidentemente, claro de lotação no cargo de Auxiliar de Imprensa, e a funcionária removida passou a desempenhar tarefas burocráticas correspondentes, lògicamente, a outro cargo que não o seu.

10 — A rigor, ao invés de remoção, deveria a interessada ser transferida para readaptação, observadas as normas estatutárias, uma vez que foi investida em função mais compatível com a sua capacidade intelectual.

11 — Não tendo sido analisada a situação da requerente sob êste prisma, à falta da apresentação do questionário, que lhe não foi exigido, e sendo certo que a mesma, antes da vigência da Lei nº 5.000, já mencionada, vinha desempenhando funções que guardam analogia e grau de responsabilidade correspondente à Classe de Auxiliar de Administração, somos pelo deferimento do pedido constante da inicial, no sentido de ser a suplicante reenquadrada no cargo de Auxiliar de Administração, Nível "G", referência base, a partir de 1º de janeiro de 1964.

É o parecer.

Goiânia, 5 de março de 1965.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — ÊRRO DE EXATOR — IMPÔSTO COBRADO A MENOS

— Nossa legislação não prevê, correlativamente à pessoa do Exator, a figura do perdão pelo que houver cobrado a menos.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 568/64

Autor: Dr. João Sandes Filho

Depreende-se da leitura do presente processo, originado por um requerimento dirigido pelo Exator O. B. G., da Coletoria Estadual de Caldas Novas:

1 — M. V. S. compareceu à mencionada Coletoria, apresentando uma notificação expedida contra J. A. S., pelo Fiscal Arrecadador W. C. C., para pagamento de impostos e multas referentes a uma boiada composta de 1.010 bois destinados à engorda, que transitava por aquela cidade e estava avaliada em Cr$ .... 26.260.000,00.

2 — Exibida a notificação, extraiu-se o talão correspondente ao impôsto de produtor, conforme conhecimento nº 43.121, de 25 de abril de 1963, saindo o gado com destino ao município de Buriti Alegre.

3 — O servidor requerente constatou, posteriormente, êrro contra a fazenda pública estadual, num montante de Cr$.... 807.395,00, assim especificados:

Diferença na multa	Cr$	709.020,00
Diferença no sêlo de talão	Cr$	98.355,00
Taxa de esportes	Cr$	20,00

4 — Ao verificá-lo, comunicou-se imediatamente com a Coletoria de Buriti Alegre a fim de que, quando viesse a ser procurada para pagamento do impôsto respeitante à exportação, não aquiescesse sem a quitação daquela soma, e levou o fato ao conhecimento da Divisão de Arrecadação, da Secretaria da Fazenda, como faz prova o ofício de fls. 2, de 14 de maio de 1963, solicitando-lhe, ainda, cobertura para que o gado não tivesse a saída liberada para fora do Estado antes de satisfeito o resgate aludido, além de encarecer providências no sentido de que os postos fiscais fôssem inteirados do ocorrido.

5 — Vê-se, às fls. 3, cópia do aviso que a Secção de Administração e Pessoal mandou à Coletoria de Buriti Alegre e aos Postos Fiscais da fronteira.

6 — Às fls. 8 e 9, do processo apensado, observa-se outro requerimento do funcionário postulante, datado de 1º de abril do ano em curso, expondo que no processo pertinente à tomada de suas contas, relativamente ao mês de abril de 1963, foi-lhe debitada referida importância.

7 — Depois de renovar as alegações anteriormente formuladas, inclusive juntando cópias dos ofícios endereçados, respectivamente, ao Coletor de Buriti Alegre, ao Pôsto Fiscal "Afonso Pena" e ao Pôsto Fiscal "Benedito Valadares", evidenciadores de sua extrema boa fé, acrescenta que, apesar da boiada haver sido consignada a Buriti Alegre, a Coletoria de Piracanjuba efetuou o despacho fiscal, logrando, destarte, o interesado exportá-la sem a devida retificação.

8 — Requereu, finalmente, que seja perdoada a multa que lhe foi carregada, e cancelado, conseguintemente, o débito que lhe foi lançado.

9 — Manifestando-se sôbre o assunto, a Secção de Administração e Pessoal, da Divisão de Arrecadação, sugere em suas conclusões:

"Considerando que a multa é receita extraordinária e que, por êsse motivo,

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

a sua dispensa não afetaria a receita prevista; considerando que a manutenção do débito apurado redundará em um desequilíbrio na receita do funcionário, visto o mesmo contar, para pagamento dêsse débito, apenasmente, com os seus vencimentos; considerando que em caso dessa espécie o senso humanitário e justo poderá sobrepor à própria lei, esta Seção sugege a V. Exa. no sentido de pronunciar favoràvelmente ao perdão ora solicitado".

10 — Às fls. 11, o Diretor de Divisão de Arrecadação resalta em seu despacho:

"Nestas condições, e perfeitamente favorável à informação prestada pela Seção desta Divisão, retro, tomo a liberdade de sugerir ao Exmo. Sr. Secretário da Fazenda, por intermédio do Gabinete Geral, que a parte aritmética do aludido talão, com relação à multa, não seja levada em consideração pelo Departamento da Tomada de Contas, por considerarmos êrro não doloso e, bem assim, o alto conceito que temos do Exator O. no cumprimento do dever".

11 — Ouvida a Divisão de Exame de Contas, esta opinou através de seu Diretor:

"As providências imediatas tomadas pelo peticionário levam-nos a crer que não houve dolo por parte do mesmo, pois, tudo indica que a ação providencial foi no sentido de coibir a evasão de um tributo devido e parcialmente arrecadado. Entretanto, foge à nossa alçada manifestar-nos pela retirada daquele débito, mesmo porque estaríamos contrariando as constantes recomendações que fazemos aos funcionários encarregados dêsse mister, dando azo a que os mesmos deixem de ter o cuidado indispensável nesses exames".

12 — Em seu pronunciamento, a ilustrada Procuradoria Fiscal frisa:

"Se o perdão da multa tem o sentido hábil de não descoroçoar, não esgotar o contribuinte, que é elemento preponderante da arrecadação, não destoa de igual motivo relevar o lapso referente a uma multa cometida por um funcionário pobre, cuja fôlha de serviço é um atestado de idoneidade e que, ademais, tudo fêz para corrigí-lo com honestidade, e sobremodo, com grande preocupação; é um estímulo a que não deve fugir a Administração, sob pena de desajustá-lo para o futuro, em prejuízo do próprio serviço, porque êle também é um elemento destacadamente relevante na atividade arrecadadora do Estado".

13 — Feito o histórico de todo o processo, entremos, portanto, no mérito do pedido.

14 — Está demonstrado, incontraditàvelmente, que ao peticionário não se pode imputar dolo, que o mesmo agiu possuído de inteira boa fé e que se mostrou de suma diligência nas medidas adotadas, visando a que a diferença encontrada pudesse ser coberta.

15 — Foram ressaltadas as suas qualidades de servidor honrado, dedicado e modelar no cumprimento do dever, através dos vários anos de relevantes serviços prestados, desempenhando-os com eficiência e zêlo funcionais.

16 — Sugeriu-se, por todos êsses justos motivos, que fôsse relevada a dívida, pondo-se até em realce o significado humanitário dessa liberalidade a um funcionário cujo êrro não se revestiu de nenhum ângulo doloso.

17 — Reconhecemos todos êsses aspectos, mas, por um dever de ofício, temos que examinar os casos que se nos apresentam em consonância com as prescrições legais.

18 — Assim estabelece, taxativamente, o Art. 17 do Código Tributário:

"Pela cobrança a menor de impostos, taxas e multas, respondem imediatamente perante a Fazenda, em partes iguais, o Coletor e o 2.º Exator, cabendo a êstes o direito regressivo sôbre o contribuinte, a quem o êrro não aproveita".

19 — Face à preceituação incisiva da lei, não podemos nos expressar contràriamente às suas determinações.

20 — Nossa legislação não prevê, correlativamente à pessoa do exator, a figura do perdão pelo que houver cobrado a menos.

21 — Como se não registrou dolo, exclui-se a responsabilidade penal, para que haja apenas a civil, respondendo o agente pelo dano advindo, embora involuntàriamente.

22 — Quanto à maneira de repará-lo, preceitua o Art. 276, da Lei nº 4.100, de 6 de julho de 1962:

"A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo, que importe em prejuízo para a Fazenda Pública Estadual ou para terceiros.

§ 1º — A indenização de prejuízo causado à Fazenda Pública Estadual, no que exceder as fôrças da fiança, poderá ser liquidada mediante descontos mensais não superiores à décima parte do vencimento ou remuneração, à míngua de outros bens que respondam pela indenização".

23 — Tomaríamos, pois, a liberdade de apontar, visto constar, processualmente, ser o suplicante pobre, sem outros meios, que o problema se solucionasse de uma forma bem humana e que onerasse o menos possível a remuneração que percebe.

24 — A Lei se reporta a descontos mensais **não superiores** à décima parte do vencimento ou remuneração, dez por cento portanto, estabelecendo, assim, a **dedução máxima e não a mínima**, que poderá ficar a critério da autoridade competente para a fixação.

25 — Seria, destarte, de bom alvitre, por tôdas as razões trazidas à baila, que para recuperação da parcela efetivamente devida e ultrapassante da fiança, se fizesse incidir sôbre os seus vencimentos ou remuneração **um percentual o mais baixo possível**.

26 — Assistindo ao requerente direito de regressividade contra o contribuinte indevidamente beneficiado com a cobrança a menor, poderá valer-se da ação regressiva contra o mesmo e, conseguido o reembôlso, efetuar o total pagamento, subtraindo a quantia correspondente aos descontos levados a efeito em sua fôlha e cessando, assim, os vincendos.

27 — Concluindo, lamentamos, profundamente, não haver acolhida de ordem legal para o cancelamento pleiteado, mormente em se tratando de um funcionário exemplar e pai de família de parcos recursos, mas ante às disciplinações, outro não poderia ser o nosso parecer.

Goiânia, 6 de julho de 1964.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — FISCAL ARRECADADOR — AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO — GUARDA FISCAL — REZONEAMENTO — DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO

— Fiscal Arrecadador, Auxiliar de Fiscalização e Guarda Fiscal, em matéria de lotação, se vinculam expressa e irreversìvelmente à Zona Fiscal de que trata o Art. 17 da Lei nº 4.325, de 1962, definida pelo art. 14, § 1º da Lei nº 5.003, de 1963.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás

Parecer nº 426/65

Autor: Dr. José de Barros Souza

1 — F. B., Auxiliar de Fiscalização, lotado na 5ª Zona Fiscal — Pirenópolis, de 2ª categoria, com jurisdição no Município de Corumbá de Goiás, hoje subordinado a Formosa, de 4ª categoria, requer pagamento da diferença de remuneração a que se julga com direito, a partir de 1º de janeiro de 1964, visto ter continuado a receber a parte variável de seus vencimentos pelos padrões da última zona e não daquela em que foi e é lotado.

2 — O processo está instruído com cópia autenticada da Portaria nº 576, de 15 de junho de 1964, comprovando condição funcional e a lotação do requerente (fls. 7); informação nº 364, de 17 de dezembro de 1964, da Divisão de Fiscalização e Parecer nº 5, de 18 de janeiro de 1965, da Assessoria Fiscal do Departamento da Receita, da Secretaria da Fazenda, favorável ao pedido do requerente (fls. 5/6 e 10/11); despachos complementares concernentes à tramitação dos autos naquela Secretaria, inclusive despacho nº 511/65, do Sr. Secretário da Fazenda, solicitando pronunciamento conclusivo desta Procuradoria (fls. 12/19).

3 — Pelo estudo das diversas peças que compõem o processo, verifica-se que os fatos determinantes do pedido do postulante e respectiva consulta a esta Procuradoria, se resumem no seguinte:

a) — em data de 15 de junho de 1963, por Portaria nº 576, de 15 de junho, referida, o Sr. Secretário da Fazenda houve por bem lotar o requerente, nomeado Auxiliar de Fiscalização, por Decreto de 25 de abril de 1963, na décima terceira (13a.) Zona Fiscal, com sede na cidade de Pirenópolis e jurisdição no Município de Corumbá de Goiás;

b) — posteriormente, por fôrça do Decreto nº 240, de 8 de fevereiro de 1964, a Zona Fiscal de Pirenópolis, até então de 4ª categoria, passou a integrar a 5a. Zona Fiscal, com sede em Ceres, de 2ª **categoria;**

c) — entretanto, o Município de Corumbá de Goiás, jurisdição do postulante, pasou a pertencer à 10ª Zona Fiscal, com sede em Formosa, de **4ª categoria;**

d) — o postulante, porém, não tendo tomado a iniciativa de apresentar-se na zona de sua lotação (Pirenópolis), nem tendo sido convocado para tal efeito por seus superiores hierárquicos, continuou prestando serviços na primitiva jurisdição (Corumbá de Goiás) e percebendo por esta, com prejuízo da parte variável de sua remuneração.

4 — A matéria é pacífica e encontra guarida no artigo 17 do parágrafo único da Lei nº 4.325, de 13 de novembro de 1962, que dispõe:

Art. 17 — "O Fiscal Arrecadador, Auxiliar de Fiscalização e Guarda Fiscal, serão lotados em **zona fiscal**" (grifamos).

Parágrafo único — "O ato de lotação de que trata o presente artigo designará o município de jurisdição do Auxiliar, como também o Pôsto Fiscal onde servirão o Fiscal Arrecadador e o Guarda Fiscal".

5 — Posteriormente, em data de 14 de novembro de 1963, a Lei nº 5.003, em seu artigo 14 e respectivo parágrafo 1º, define o que vem a ser Zona Fiscal, dispondo textualmente:

"Art. 14 — O território do Estado, para fins de arrecadação e fiscalização das rendas estaduais será dividido em **Zonas Fiscais**" (grifamos).

Parágrafo 1º — **"Zona Fiscal** é uma circunscrição territorial constituída de um ou mais Municípios e será fixada por **Decreto do Poder Executivo"** (grifamos).

6 — Ao artigo 2º, do mesmo diploma legal, caberia a classificação das zonas fiscais:

"Art. 2º — As zonas fiscais são classificadas em cinco (5) categorias, conforme a sua arrecadação da receita tributária anual abaixo:

Categoria ....Rec. Trib. Anual	
5ª .... até Cr$	100.000.000
4ª ac. de 250.000.000 até Cr$	250.000.000
3ª ac. de 250.000.000 até Cr$	600.000.000
2ª ac. de 600.000.000 até Cr$	1.500.000.000
1ª ac. de 1.500.000.000	————————

7 — Em decorrência dos preceitos legais transcritos, verifica-se, à evidência, que o Fiscal Arrecadador, o Auxiliar de Fiscalização e o Guarda Fiscal, em **matéria de lotação,** se vinculam expressa e irreversívelmente à **Zona Fiscal,** de que trata o artigo 17, da Lei nº 4.325, de 13-11-62 definida pelo art. 14 § 1º da Lei nº 5.003, citada.

A jurisdição diz respeito apenas ao local de trabalho — Município e Pôsto Fiscal — dos referidos servidores.

8 — Daí decorre, necessàriamente, a noção de que, se uma jurisdição (município ou pôsto fiscal), por fôrça de Decreto relativo a zoneamento fiscal, é transferida de uma para outra zona, o fato não importa na modificação automática da lotação de seu quadro de pessoal, que continua inalterada

9 — Não fôra assim, a lotação do pessoal do Fisco estaria subordinada a um critério injusto e inadmissível de freqüente instabilidade, uma vez que os interêsses fazendários, mais precisamente, o cumprimento do artigo 2º da Lei nº 5.003, mencionada, obriga o Govêrno a baixar Decreto modificando o zoneamento, sempre que os índices de arrecadação de uma das cinco (5) zonas em que se divide o Estado impuserem sua reclassificação à categoria superior ou inferior.

10 — Poder-se-á, ainda, aduzir, em favor do ponto de vista esposado, a afirmativa de que a adoção de critério diferente, importando na redução de vantagens, teria um sentido anti-social, desestimulante e sobretudo lesivo do direito e do esfôrço do servidor.

11 — No caso em espécie, foi o postulante, em obediência à Lei nº 4.325 e por fôrça da Portaria nº 576, de 15-6-1963, da Secretaria da Fazenda, lotado na 13.a Zona Fiscal, cuja sede, à época, era o Município de Pirenópolis, então de 4.a categoria, com jurisdição em Corumbá de Goiás.

Com a reclassificação das zonas fiscais, resultante do Decreto nº 240, de 8 de fevereiro de 1964, com vigência a partir de 1º de janeiro do mesmo ano, o Município de Pirenópolis passou a integrar a 5.a Zona Fiscal, com sede em Ceres, de 2.a categoria.

12 — É bem de ver, pois, que o postulante, embora permanecesse prestando serviço no local de sua jurisdição anterior, ou seja, Corumbá de Goiás, que passou a integrar outra Zona Fiscal, de categoria inferior, não perdeu sua primitiva lotação, que continua a ser a de Pirenópolis. A parte variável de sua remuneração, em conseqüência, terá de ser calculada à base dos índices de arrecadação da 5a. Zona Fiscal com sede em Ceres, na qual está lotado, e de acôrdo com o que dispõe o Anexo I — 2ª categoria, da Lei 5.003.

13 — À oportunidade, parece-nos ainda de interêsse assinalar que a presente

consulta não constitui matéria isolada, vez que esta Procuradoria vem sendo solicitada a opinar reiteradamente sôbre casos análogos, fato que, **data venia**, está a sugerir, talvez, a conveniência de a Secretaria da Fazenda, futuramente, fazer acompanhar os decretos do Govêrno sôbre reclassificação das zonas fiscais de providências correlatas e relativas à lotação do pessoal do fisco, cujas zonas ou jurisdições tenham sofrido modificações.

14 — Ao teor do exposto, e considerando estar o processo devidamente informado e instruído, inclusive com pareceres favoráveis dos órgãos especializados da Secretaria da Fazenda, somos pelo deferimento do pedido e pelo retôrno do processo àquela Repartição para que, por gentileza, se digne autorizar as providências complementares, visando ao pagamento da diferença da parte variável da remuneração a que o postulante tem direito, a partir de 1º de janeiro de 1964.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Goiânia, 3 de março de 1964.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — LICENÇA PRÊMIO — INTERRUPÇÃO

— Interrompendo o gôzo da licença-prêmio, mesmo por solicitação do Govêrno, para ocupar cargo de confiança, não pode o funcionário gozá-la em outra época.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 308/64

Autor: Dr. José Cruciano de Araújo

V. C. B., Assessor Fiscal A.F.3.1.15-3, está requerendo à Secretaria da Administração que lhe reconheça o direito de gozar, em outra época, o restante de sua licença-prêmio, interrompida em virtude de sua investidura no cargo em comissão de Diretor do Departamento da Receita.

2 — Informa o Departamento Central do Pessoal que o postulante deveria ter gozado a licença no período compreendido de 1º de junho a 30 de novembro de 1963, no curso do qual e depois de transcorridos 3 meses, foi nomeado para dirigir o órgão arrecadador e fiscalizador das rendas do Estado.

3 — Não houve, como se vê, da parte do requerente, opção para gozar a licença em dois períodos, como faculta a Lei nº 68, de 19 de dezembro de 1947. Por outro lado, quando lhe foi concedida a licença, já estava em vigor o nôvo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, dispondo no Parágrafo único do Art. 182 o seguinte:

"Parágrafo único — A licença-prêmio poderá, à livre escolha do funcionário, ser gozada de uma só vez, ou em dois períodos iguais de três meses cada um, **mas dentro do mesmo ano civil**" (grifamos).

4 — Acresce mais a proibição contida no art. 7º, da mencionada Lei 68, **in verbis**:

"Art. 7º — A licença-prêmio não poderá ser cassada depois de iniciado o gôzo da mesma. Ao funcionário, entretanto, é permitida sua desistência mediante simples comunicação ao respectivo chefe, **perdendo, nesse caso ,o direito ao gôzo ou contagem de tempo em dôbro do período restante**" (o grifo é nosso).

5 — Por aí se nota que os dispositivos legais citados proíbem, de maneira expressa, o reconhecimento a funcionário de suposto direito de gozar a licença em dois períodos, a não ser que prèviamente o tenha requerido para 2 períodos de 3 meses, principalmente em se tratando de anos civis diferentes. A vedação vai ainda mais longe: no caso de desistência, perderá o funcionário não só o direito ao gôzo do tempo restante da licença, como também, à contagem em dôbro do período remanescente.

6 — Portanto, em que pese a circunstância de o funcionário ter interrompido a licença, não por sua própria vontade, mas, atendendo à solicitação do Govêrno para exercício de cargo de confiança e de alta importância na organização do Estado, não vemos como possa agasalhar-se a pretensão do postulante nas leis disciplinadoras da matéria.

7 — Resta-nos, pois, frente ao art. 182, parágrafo único, da Lei nº 4.100, de 6 de julho de 1962, e do art. 7º, da Lei de nº 68, de 19 de dezembro de 1947, opinar pelo indeferimento da espécie.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Goiânia, 24 de abril de 1964.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — OFÍCIO DE JUSTIÇA — PREENCHIMENTO DE CARGO

— Os ofícios de justiça serão preenchidos por candidatos habilitados em concurso e quando dois ou mais obtiverem a mesma classificação, sendo um dêles do respectivo Cartório, êsse terá preferência sôbre os demais.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás

Parecer nº 430/65

Autor: Dra. Francisca Guilhermina Di Guimarães

O Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior e Justiça formula consulta a esta Procuradoria, a respeito da interpretação do art. 63 da Constituição Estadual, que dispõe:

"Art. 63 — Os ofícios da justiça, quando vagos, serão preenchidos pelos escreventes juramentados e suboficiais, tendo preferência, em igualdade de condições, os do respectivo cartório, desde que habilitados em concurso".

2 — É a pergunta: "Ocorrendo o envio de lista de vários interessados habilitados em concurso, entre os quais um que já exercia interinamente o cargo, teria êste uma preferência ao ponto de excluir a faculdade de escolha por parte do Chefe do Poder Executivo, ou o citado artigo regula apenas os casos de preferência dos escreventes juramentados e suboficiais habilitados em concurso para preenchimento de cargos vagos?"

3 — Antes, porém, de penetrarmos na interpretação do dispositivo constitucional supratranscrito, faremos uma digressão analítica sôbre os diversos aspectos da questão abordada, à vista da legislação aplicável.

4 — O Código Judiciário do Estado — Lei 956, de 13 de novembro de 1953, em seu artigo 242, § 3º, dispõe: "Vago o ofício de justiça, será êle preenchido **interina e automàticamente** pelo escrevente, suboficial ou pelo tabelião substituto, e, por designa-

---

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

ção do Juiz de Direito, quando tiver o Cartório mais de um ocupando êsses cargos". (grifamos).

5 — Já seu artigo 211, asim dispõe: "O exercício interino do cargo cujo provimento dependa de concurso, não isenta desta exigência para a nomeação efetiva ou vitalícia o ocupante, qualquer que seja o seu tempo de serviço, inclusive os **escreventes juramentados** (grifamos).

6 — Isso porque ao interino não podia a Lei garantir a estabilidade, só assegurada aos funcionários nomeados com as formalidades legais, máxime quando se refere à exigência do concurso para provimento do cargo. Isso porque o interino — demissível "ad nutum" — pode ser sumàriamente afastado do cargo, por não lhe garantir a lei estabilidade. Themístocles B. Cavalcanti, comentando os artigos 188 e 190 da Constituição Federal, acentua que "a regra deve ser a estabilidade para os que servem bem. Aquêle que se dedica ao serviço público merece a devida compensação do Estado, e essa compensação manifesta-se precìpuamente pela estabilidade, pela segurança de sua permanência no serviço. A situação do funcionário é a do assalariado, do homem que vive da remuneração pelo serviço que presta, sem possibilidade de capitalização de seu salário, vivendo as incertezas da condição econômica dessa classe social. Essa permanência, porém, depende da vontade do Estado, e, salvo os casos expressos em lei, nenhuma outra garantia lhe pode ser reconhecida. A regra legal é a demissibilidade "ad nutum", princípio que se aplica aos interinos, aos em comissão, a certas categorias de extranumerários, aos nomeados por concurso com menos de dois anos de serviço e aos demais com menos de cinco anos" (Com. à Constituição Federal, vol. IV, p. 168).

7 — Tendo em vista êsse mesmo princípio, a Lei 956, citada, dispõe em seu artigo 211, § 1º: "Todo aquêle que ocupar interinamente cargo, cujo provimento efetivo ou vitalício dependa de habilitação em concurso, será inscrito "ex officio", no primeiro que se realizar para cargos da mesma classe".

8 — Isso em consonância com seu artigo 265, "in verbis": "Os ofícios de justiça serão providos vitaliciosamente, mediante concurso".

9 — E como será realizado êsse concurso? O artigo 242, § 1º, do vigente Código Judiciário, dispõe:

> "§ 1º — O concurso para avaliadores, escreventes, suboficiais e tabeliões substitutos, depositários, oficiais de justiça, porteiro dos auditórios e de pessoas naturais, será feito de acôrdo com instruções especiais, baixadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça, e perante uma comissão examinadora, composta do Juiz de Direito, que será o presidente do concurso, do promotor de justiça e de um dos escrivães do têrmo a que pertencer o cartório ou do distrito em que se verificar a vaga".

10 — Como se vê, essa é a habilitação exigida pelo Código Judiciário em vigor aos referidos cargos.

11 — Em harmonia com os dispositivos citados, analisaremos o art. 63 da Constituição Goiana. Veremos que a Carta Magna Estadual preservou a obrigatoriedade da nomeação do escrevente para a escrivania vaga. Essa obrigatoriedade, porém, compreende, apenas, os escreventes que estejam exercendo o cargo em caráter efetivo, ou seja, havendo nêle ingressado com satisfação de tôdas as formalidades legais, porque, òbviamente, sòmente aos que assim se encontram é que a lei assegura direitos e vantagens.

12 — Em consonância ao disposto na Constituição Estadual, a Lei 956, por diversas vêzes citada, prescreve:

> "Art. 176 — Os ofícios, quando vagos, serão preenchidos pelos escreventes juramentados e suboficiais, **tendo preferência, em igualdade de condições,** os do respectivo cartório **desde que habilitados em concurso"** (grifamos).

13 — O artigo 266, do mesmo diploma legal, reproduz, "ipsis litteris", o dispositivo supracitado.

14 — E' de ver que referidos preceptivos legais só admitem o provimento dos ofícios de justiça, como já expusemos, pelos escreventes juramentados e suboficiais, que se credenciaram em exame competitivo, na forma da lei. Repele o aproveitamento daqueles nomeados em caráter de interinidade.

forma da Lei. Repele o aproveitamento daqueles nomeados em caráter de interinidade.

15 — No entretanto, entre os candidatos que se habilitarem legalmente, é de se ver que o do respectivo cartório prefere aos demais, desde que em **igualdade de condições**.

16 — Essa expressão **igualdade de condições** há de ser interpretada em harmonia com o parágrafo 4º, do artigo 242, da Lei 956, mencionada, "in verbis":

> "§ 4º — Aberto o concurso, e alcançando os **escreventes, subofiicais** ou tabeliães substitutos, até o 3.º lugar na classificação, a êles cabe a nomeação tendo preferência o do cartório, ou por escolha do Governador do Estado, quando fôr mais de um (grifamos).

17 — Infere-se, claramente, sem esfôrço de interpretação, que, se entre os candidatos habilitados, dois ou mais obtiverem a mesma classificação, sendo um dêles do respectivo Cartório, êsse, é certo, terá preferência sôbre os demais, excluindo-os, mesmo.

18 — Que fique, porém, bem claro o preenchimento dessa "conditio sine qua non": habilitação em concurso. O interino não terá êsse privilégio.

19 — Assim, reportando-nos à consulta objeto dêste processo, presumimos que ela, quando diz "entre os quais um que já exercia interinamente o cargo", quer assim se expressar: "entre os escreventes juramentados habilitados em concurso, que integram a lista, há um que já exercia o cargo interinamente no respectivo cartório".

20 — Ao caso concreto formulado, respondemos: se o serventuário em aprêço classificou-se em concurso, logrando até o 3º lugar, como manda a lei, excluirá os que estejam em **igualdade de condições** com êle. Sòmente, porém, nesse caso.

É o nosso parecer à consulta objeto dêstes autos.

Goiânia, 4 de março de 1965.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — REINTEGRAÇÃO

— A reintegração, quer seja administrativa ou judicial, importa em ressarcimento de todos os prejuízos decorrentes de afastamento do servidor.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás

Parecer nº 399/65

Autor: Dr. Edmar José Fernandes

1 — O Bacharel M. R., via da inicial de fls., fêz exposição de motivos e pede reintegração no cargo de Assessor Fiscal, juntando, para tanto, os documentos de fls. 4 a 6, inclusive certidão de sentença proferida pelo Juiz de Direito da 2a. Vara de Goiânia, julgando procedente ação ordinária proposta pelo signatário, a fim de que seja reintegrado no referido cargo.

2 — Pelo narrado na peça de fls 2-3, verifica-se que o interessado deseja ser reintegrado administrativamente.

3 — A Lei nº 4.100, de 6 de julho de 1962 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, dispõe:

> "Art. 69 — A reintegração é o reingresso do funcionário no serviço público, em virtude de decisão admi-

nistrativa ou judiciária, com ressarcimento de todos os prejuízos decorrentes do afastamento.

Parágrafo único — A decisão administrativa de reintegração será sempre proferida em pedido da reconsideração, em recurso ou revisão do processo".

4 — Entretanto, o próprio Estatuto dos Funcionários Públicos afirma:

"Art. 241 — O direito de pleitear, na esfera administrativa, prescreverá:

I — em cinco anos, quanto aos atos de que decorram demissão, cassação de disponibilidade ou de aposentadoria;

II — em cento e vinte dias, nos demais casos.

Parágrafo único — O prazo de prescrição contar-se-á do dia imediato ao da publicação no órgão oficial do ato impugnado, ou, quando êste fôr de natureza reservada, da ciência dada ao interessado, comprovado com a entrega ao funcionário, mediante recibo passado no respectivo processo, de cópia autenticada no referido ato".

5 — Todavia, o artigo 240, da mesma Lei 4.100, dispõe:

"Art. 240 — O pedido de reconsideração e o **recurso** quando cabíveis e apresentados antes de esgotados os prazos fixados no artigo seguinte, **interrompem a prescrição até duas vêzes"** (grifamos).

6 — Daí se depreende que a nossa lei estatutária prevê que se interrompa a prescrição por meio do recurso, não sendo explícita se na órbita administrativa sòmente, o que nos leva a admitir que no judiciário também.

7 — Aliás, o Código Civil Brasileiro, no Título III, capítulo III, tratando das causas que interrompem a prescrição, diz:

"Art. 172 — A precrição interrompe-se:

I — Pela citação pesoal feita ao devedor, ainda que ordenada por juiz incompetente.

II — Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importa reconhecimento do direito do autor".

8 — J. M. de Carvalho Santos, em sua obra "Código Civil Brasileiro Interpretado", volume III, 7.a Edição, comentando o artigo retro às páginas 428, esclarece:

"A verdadeira doutrina é esta: a citação a que se refere êste artigo deve abranger e compreender tôda demanda ou todo procedimento judicial que, direta ou virtualmente, visa ao reconhecimento do direito em curso de prescrição".

9 — E Luiz F. Carpentor, em seu livro "Da Prescrição", volume I, 3ª Edição à página 359:

"A causa interruptiva a que aqui alude o Código é a citação inicial de uma demanda".

10 — Ora, é a própria sentença resultante da ação ordinária de reintegração proposta pelo signatário, que reconhece a improcedência da prescrição levantada pelo órgão do Ministério Público. Assim, evidentemente, a citação e o conhecimento tomado pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Procurador Geral de Justiça tiveram o condão de interromper a prescrição, pois "qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial", segundo dita o Código Civil, tem êste alcance.

11 — Desta forma, entendemos que, no caso em epígrafe, o conhecimento da ação intentada pelo requerente perante o Juiz de Direito da 2ª Vara tem reflexo administrativo para interromper a prescrição indicada no Estatuto dos Funcionários Públicos, notadamente pelo fato do que compete à União legislar sôbre Direito Civil (Constituição Federal, artigo 5º, item XIV).

12 — Entretanto, a reintegração, quer seja administrativa ou judicial, importa em ressarcimento de todos os prejuízos decorrentes de afastamento do servidor.

13 — Também o Estado, durante mais de 6 anos, não quis rever o seu ato, reintegrando o solicitante **ex officio,** nem lhe foi endereçado pedido voluntário.

14 — Por outro lado, a reintegração alicerçada na sentença constante da certidão de fls. 5-6, protocolada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara desta Capital, ainda não transitou em julgado, em face daquele magistrado ter recorrido **ex officio** para o Egrégio Tribunal de Justiça, de sua decisão.

15 — De conformidade com o disposto no artigo 829 do Código de Processo Civil, a apelação terá efeitos devolutivos e suspensivos, ou sòmente devolutivos, e o presente caso não se enquadra nas exceções previstas no artigo 830, do C.C.B., estando, de conseqüência, envolvido na regra geral que **determina ambos os efeitos.**

16 — Eis que o deferimento do pedido de reintegração, nesta altura, importa em o Chefe do Poder Executivo transigir em ação judicial pendente, com ônus acentuado para os Cofres Públicos, qual seja a indenização de vencimentos ao interessado, correspondente a mais de 72 meses.

17 — Finalmente, os envolvidos pelo Decreto n.º 29, de 7 de fevereiro de 1959, que exonerou em massa o funcionalismo, foram em número avultado, não tendo, ao que nos consta, o Poder Executivo reintegrado nenhum dêles, mas apenas nomeado alguns, interinamente. Ora, reintegrar apenas um dentre inúmeros atingidos seria tratamento de pessoas iguais com desigualdade, o que feriria o disposto no artigo 141, § 1º, da Constituição da República.

18 — Diante das razões levantadas, entendemos que melhor seria que o Estado exaurisse as instâncias, preservando, assim, os seus interêsses patrimoniais ou cumprindo uma decisão judicial, que está se aproximando de sua fase final. Consideramos, pois, que o indeferimento da inicial de fls., nesta altura dos acontecimentos, ausculta mais os interêsses públicos.

19 — Finalmente, sugerimos que a Procuradoria do Judicial e Contencioso tome conhecimento da Sentença de fls. 5-6, a fim de que, em cartório, verifique se esgotou ou não o prazo para o Estado. Caso haja interêsse, apele, também, voluntàriamente, daquela decisão.

Goiânia, 26-2-65.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — SALÁRIO-FAMÍLIA — DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

— Face às exigências da Lei nº 4.266, de 1963, os fichados têm direito ao salário-família. Pela Lei nº 4.090, de 1962, fazem jus ao 13º salário.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 656/64

Autor: Dr. Luiz Ângelo Milazzo

1 — J. C. O., servidor fichado da Secretaria do Govêrno, estribando-se em lei federal e apresentando certidões de nascimento de diversos filhos, requer concessão de salário-família, a que se julga com direito.

2 — Do mesmo modo o faz o Sr. A.S. D. (fls. 21), também fichado da Secretaria do Govêrno.

Ainda sôbre o mesmo problema, o ilustre Diretor Geral do DER-GO, a par de outro assunto, faz consulta de interêsse dêsse Departamento.

3 — A matéria foi estudada pelos ilustres colegas José Augusto Ferreira (pági-

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

nas 15 e 16), Domingos L. de Santana (páginas 29 a 36) e Elias B. Daher (páginas 56, 57 e 63 a 65).

4 — Em síntese, o que se deseja esclarecer é:

1º) — Se aos "fichados" se estende o amparo de salário-família.

2º) — Em caso positivo, a quem cabe efetuar, a favor do trabalhador, o referido pagamento.

5 — Quanto aos interessados, temos a informação de que:

1º) — São servidores "fichados" da Secretaria do Govêrno (fls. 12 e 26).

2º) — Estão sujeitos às leis trabalhistas.

3º) — São contribuintes do Instituto de Assistência e Previdência dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público (IAPFESP).

4º) — Particularmente, aos servidores do DERGO, interessa saber sôbre a obrigatoriedade do pagamento do 13º salário.

6 — Os referidos pronunciamentos, apreciados pela douta Secretaria do Govêrno, na pessoa do ilustre Chefe do Gabinete Civil, Dr. Edmar José Fernandes, apresentaram uma pequena divergência, provocando a volta dos autos a esta Consultoria.

7 — Referindo-nos primeiramente ao item 4.º, supramencionado, relativo à obrigatoriedade do pagamento do 13º salário aos funcionários do DERGO que, conforme esclarecimento do DD. Procurador Judicial do respectivo órgão, **"não pertencem ao Quadro Único do Funcionalismo"**, sendo, por isso mesmo, **"Regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e não pelo Estatuto dos Funcionários Públicos"** (fls. 59 verso), e diante da decisão judicial, qual seja o Acórdão, cuja certidão se encontra às fls. 43, dela (isto é da obrigatoriedade), o Estado não pode eximir-se em relação aos empregados sujeitos ao regime da legislação trabalhista, segundo o art. 3º, da Lei 4.090, de 3 de julho de 1962, regulamentada pelo Decreto nº 1.881 de 14 de dezembro de 1962 (D. Of. da União, de 17-12-62, pág. 12.896).

8 — Quanto à divergência havida entre as conclusões de fls. 16 e 35 atribuímo-la a um possível açodamento do autor da primeira.

9 — A Lei lembrada pelos três ilustres Consultores que nos antecederam, qual seja a de nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, é clara ao instituir o salário-família do trabalhador:

> "Art. 1.º — O salário-família, instituído por esta Lei, **será devido, pelas emprêsas vinculadas à Previdência Social, a todo empregado,** como tal definido na Consolidação das Leis do Trabalho, qualquer que seja o valor e a forma do respectivo número de filhos".

10 — A responsabilidade do pagamento é da emprêsa à qual pertence o trabalhador e não do Instituto de Previdência.

11 — Os servidores aos quais se referem êstes autos, e o Estado, através dos órgãos governamentais a que aquêles prestem serviços, estão respectivamente:

1º) — Regidos pela **Consolidação das Leis do Trabalho** (fls. 12, 26 e 59v.).

2º) — **Vinculado à Previdência Social** (fls. 12, 26 e 60 (descontos de lei...).

12 — Aplica-se, pois, aos casos insertos nestes autos, o art. 1º da referida Lei nº 4.266:

> "Art. 2º — O salário-família será pago sob a forma de uma quota percentual calculada sôbre o valor do salário-mínimo local, arredondando êste para o múltiplo de mil seguinte, por filho menor de qualquer condição, até quatorze (14) anos de idade".

13 — O Regulamento aprovado pelo Decreto Federal nº 53.153, de 10 de dezembro de 1963, no seu § único, do art. 4º, especifica o que se entende por "filho menor de qualquer condição" nos seguintes têrmos:

> "Consideram-se filhos de qualquer condição os legítimos, legitimados, ilegítimos e adotivos, nos têrmos da legislação civil".

14 — Pelo exposto, infere-se, claramente, que o Estado, pelo instituído na lei citada, terá de pagar, a êsses servidores protegidos pelas leis trabalhistas, o salário-família, na importância de Cr$ 1.700,00 (hum mil e setecentos cruzeiros), correspondentes a cada menor, enquanto que para aquêles amparados pelo regime estatutário Estadual, o salário-família está arbitrado em Cr$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros).

15 — Há, pois, dois critérios na concessão do salário-família, ambos legais.

Seria mais conveniente, entretanto, que o critério fôsse apenas um; e isto seria possível se o Estado adotasse uma fórmula que abrigasse a todos os servidores que auferissem pagamentos através dos cofres estaduais, sob seu próprio regime de Previdência como, aliás, s.m.j., faculta a Lei nº 3.807 (federal), de 26 de agôsto de 1960, que dispõe sôbre a Lei Orgânica da Previdência Social (Lex de 1.960 — Vol. XXIV, tomo II, pág. 805).

16 — Em conclusão, e reafirmando os mesmos pensamentos expendidos pelos ilustres colegas Doutores D. L. de Santana e Elias B. Daher, somos de parecer que:

1º) — Os servidores interessados na conclusão dos presentes autos, estando sob a proteção da Consolidação das Leis do Trabalho, devem receber o salário-família através do Estado que, conforme ficou demonstrado, se constitui como a Emprêsa vinculada à Previdência Social.

2º) — Que esta conclusão se faz estribada, fundamentalmente, na Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963 (Lei Federal).

3º) — Que o 13º salário, relativo ao pessoal do DERGO, deve ser pago, não só em cumprimento à Lei Federal (Lei nº 4.090, de 13 de 7 de 62), como também em decorrência do Acórdão, cuja certidão se vê às fls. 43, do presente processo.

Goiânia, 5 de agôsto de 1964.

IMPÔSTO — RESTITUIÇÃO PARCIAL DE IMPORTÂNCIA RECOLHIDA OMISSÃO DE LANÇAMENTO

— Sendo a nota fiscal lançada fora do prazo, por omissão de lançamento, não há prejuízo para a Fazenda Estadual.

— Pode ser feita a restituição parcial do impôsto recolhido, na forma do artigo 20 do Código Tributário.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 579/64

Autor: Dr. Divino J. de Oliveira

1 — E. F. G., comerciante estabelecido na cidade de Rio Verde, neste Estado, interpõe recurso para a Governadoria do Estado, do despacho denegatório da Secretaria da Fazenda, ao seu pedido de restituição da importância de Cr$ 19.558,50, que integra o recolhimento feito, conforme conhecimento nº 412716, em 1º de maio de 1962, na Coletoria Estadual de Rio Verde, proveniente do impôsto de Vendas e Consignações, de Cr$ 17.385,30, e taxa de eletricidade de Cr$ 2.173,20, feitos em virtude de promoção fiscal junto ao seu estabelecimento comercial.

2 — Pelo despacho nº 2.400 GC, de 28 de novembro de 1963, o Gabinete Civil da Governadoria encaminha o processo à Secretaria da Fazenda "para os fins de direito".

(1) — Ex-Consultoria Geral do Estado

3 — A Chefia do Gabinete da Secretaria da Fazenda, dando início à instrução do recurso, em despacho de fôlhas 5, determinou ao encarregado do Protocolo Geral informar sôbre o paradeiro do processo primitivo, de pedido de restituição, feito pelo requerente.

4 — Aí, isto é, no Protocolo, o Chefe dêsse serviço, por sua própria iniciativa e em desacôrdo com o que determina os artigos nºs. 23 e 24, do decreto estadual nº 167, de 8 de novembro de 1962, sem os necessários "Têrmos de Juntada", anexou ao processo do recurso o primitivo, de pedido de restituição, já com ordem de arquivamento há mais de 11 meses. Com respeito à anexação de processos, o decreto supramencionado, evitando a tumultação, determina:

> "Art. 23 — A juntada de processo e a sua desanexação, bem como o desentranhamento de documentos apresentados, **dependerão de prévio despacho do chefe da repartição ou serviço,** (o grifo é nosso) fazendo-se as anotações indispensáveis nos respectivos processos".
>
> "Art. 24 — O funcionário que apensar ou desapensar processos declarará o fato em ambos os processos, mediante a lavratura de **brevíssimos têrmos**". (Grifamos).

5 — A partir do despacho de fôlhas 15, a Secretaria da Fazenda, por sua ilustrada Chefia de Gabinete, desprezando o despacho de fôlhas 14, que nem mesmo foi obedecido pelo Protocolo, que não informa ter ou não notificado o requerente do despacho de fôlhas 14, que indeferiu o seu pedido, a Chefia do Gabinete, repetimos, encaminha o recurso às secções competentes da Fazenda para informar.

6 — O processo vai à Seção de Fiscalização onde recebe longa informação, que conclui pela improcedência da ação da fiscalização e pela procedência do recurso, falando até em bitributação (!) que teria ocorrido no caso. Conclui pela restituição integral, com a punição dos fiscais, autores da notificação, na forma autorizada pelos artigos 19, § 5º e artigo 20, do Código Tributário.

7 — Em seguida, vai o processo à Assessoria Fiscal, depois de o Diretor da Divisão de Fiscalização pronunciar-se favorável ao pedido de recurso, em vista da informação da Seção de Fiscalização.

8 — A Assessoria Fiscal, em longo e meticuloso estudo do processo, contrariando a informação da Seção de Fiscalização, conclui, ao revés, pelo acêrto da ação dos fiscais, e pela improcedência do recurso em aprêço, parecer que foi adotado pelo Assessor Chefe (fls. 22).

9 — Voltando o processo com os pareceres mùtuamente contrários entre a Divisão de Fiscalização e a Assessoria Fiscal, a Chefia do Gabinete da Secretaria da Fazenda submeteu-o à Procuradoria Fiscal, onde, por entender a Doutora Procuradora Fiscal ter o requerente decaído, por serôdia iniciativa, do direito de recorrer, deixou de examinar o mérito do pedido julgando-o "fechado a reexame" (fls. 25).

10 — O Senhor Secretário da Fazenda, que usando das suas prerrogativas previstas no artigo 22, do Decreto n.º 89, de 23 de dezembro de 1947, indeferira o pedido que dá origem ao recurso, fundamentar sua decisão, como manda o artigo 36, parte final, dêsse mesmo diploma legal, certamente não se sentindo esclarecido, diante dos pronunciamentos de seus órgãos técnicos e jurídicos, para reconsiderar o despacho de fôlhas, se o quisesse, como permite o inciso II, do artigo 99, da Lei nº 1.680, de 6 de novembro de 1957, por extensão aplicado ao caso vertente, ou para trancar o andamento do processo por serôdio, preferiu encaminhá-lo, assim como estava, "nos têrmos dos pareceres de fls. 19, 20 e 25", à instância recorrida.

11 — Pelo despacho nº 1.148 — GC, de 19 de junho, é o processo encaminhado a esta Consultoria para emitir seu "pronunciamento conclusivo". É o que faremos.

12 — Existindo, como existe, o parecer da Procuradoria Fiscal, às fls 25, que suscita a preliminar de serôdia do recurso, a qual, se vingar, o torna perempto, esta Consultoria terá de apreciá-la antes de tudo.

13 — Não existe qualquer dúvida sôbre a competência do Senhor Governador do Estado para decidir do recurso.

Embora o artigo 116, da Lei nº 89, de 23 de dezembro de 1947 (Código Tributário do Estado) remeta para o Conselho de Contribuintes os recursos de decisões denegatórias da Secretaria da Fazenda, **verbis:**

> "Art. 116 — Das decisões contrárias. Aos infratores, qualquer que seja a importância da multa, cabe recurso voluntário para o Conselho de Contribuintes".

O recurso presente cabe para o Governador do Estado, não pelo fato de não estar instalado o Conselho de Contribuintes criado pela Lei nº 1.370, de 9 de novembro de 1.956, artigo 20, inciso VI, mas porque a espécie constitui a exceção do artigo 6.º do Decreto n.º 23, de 11 de abril de 1.961, que regulamenta a supramencionada lei e diz, textualmente:

> "Art. 6º — Escapam à competência do Conselho as questões relativas a restituições de impostos, taxas e de quaisquer outras contribuições fiscais e multas de mora".

14 — Ora, tendo sido a decisão recorrida promovida pelo Senhor Secretário da Fazenda, mesmo que estivesse funcionando o Conselho de Contribuintes, o recurso em tela teria de ser para o Governador do Estado. À falta de regra específica, aplica-se, ainda por extensão, a Lei nº 1680, de novembro de 1957, que, em seu artigo 99, n.º II, ensina:

> "Art. 99 — Admitir-se-á apêlo à instância administrativa imediatamente superior, das decisões:
>
> I — ....
>
> II — Proferidas em primeira instância, ou em grau de recurso".

Não resta a menor dúvida sôbre a competência da Governadoria para reconhecer do recurso e decidi-lo. E' a instância administrativa imediatamente superior.

15 — Relativamente à preliminar de serôdia do recurso, **data venia,** e salvo melhor juízo, não ocorre no caso em foco.

O vigente Código Tributário, em seu artigo 116, § 3º, ensina:

> "Art. 116 — ....
>
> § 3º — O recurso voluntário será interposto **dentro do prazo de 10 (dez) dias** (grifamos) contados pela forma fixada no final do § 3º, do artigo 115".

Por sua vez, o artigo 115, em seu parágrafo 3.º, na sua parte final, manda:

> "Art. 115 — ....
>
> § 3º — A intimação se fará em seguida, independente de nôvo despacho pela forma estabelecida na letra "e", do artigo anterior e o prazo começará a correr **da data da notificação** (grifamos) da última publicação em jornal, ou do décimo quinto dia após a afixação em lugar público".

E a letra "e', do artigo 114, a quem somos remetidos determina:

> "Art. 114 — Aos autuados serão facilitados todos os meios de defesa e os respectivos processos terão os seguintes andamentos:
>
> ....
>
> e) — A intimação pela Coletoria será feita, conforme a circunstância peculiar a cada caso:
>
> 1º) — Por notificação verbal, certificada no processo;
>
> 2º) — Por notificação escrita, provada com recibo do correio ou com o "ciente", na própria intimação;
>
> 3º) — Por edital afixado em lugar público ou publicado em jornal local, quando houver, desde que seja desconhecido o domicílio ou residência do infrator".

E a Lei nº 1.680, de 6 de novembro de 1957, que vínhamos citando por extensão e analogia, em seu artigo 101, diz:

> "Art. 101 — Os prazos para recurso contar-se-ão da intimação oficial da decisão recorrida".

Apesar da decisão denegatória de fls. 14 determinar o protocolo que "Dê-se ciência ao interessado e arquive-se", isto em 18 de dezembro de 1962, em 29 de novembro de 1963, o Protocolo, tàcitamente, afirmava não ter cumprido o despacho. Vale dizer: não havia notificado ao requerente.

Neste caso não correrá para êle o prazo, conforme é mansa e pacífica a jurisprudência em casos que tais.

16 — Cabe perfeitamente aplicar, nessa altura, em vista da omissão da lei específica, e por analogia, o disposto no § 1º, do artigo 165, combinado com o artigo 167, do Código de Processo Civil, que determina:

"Art. 165 — Será necessária a citação, sob pena de nulidade, no começo da causa ou da execução.

§ 1º — O comparecimento do réu em juízo suprirá, entretanto, a falta da citação".

17 — O recorrente, de alguma maneira, tomou conhecimento do indeferimento do seu pedido e recorreu. Negar o andamento do recurso é contrariar o artigo 114, do Código Tributário, citado linhas atrás.

18 — Por todos êsses motivos, pelas razões expendidas, atento ao respeitável despacho nº 1.148, de fls., esta Consultoria apreciará, também, o mérito do apêlo.

19 — O recorrente, no seu pedido inicial e agora no recurso, com fundamento nos artigos 19 a 27 do vigente Código Tributário, e alegando terem os senhores fiscais que o notificaram incluído entre as notas "tidas como não lançadas", a de número 50.228, da Willys Overland do Brasil, de Cr$ 434.633,60, silencia-se quanto às demais e pede a restituição parcial do recolhido pelo conhecimento de fôlhas 9, isto é, a restituição de Cr$ 19.558,50, do total de Cr$ 328.809,00. Calcula a parcela requerida como sendo o impôsto de Vendas e Consignações (Cr$ 17.385,00) e a Taxa de Eletricidade (Cr$ 2.173,20) sôbre a nota fiscal supramencionada.

20 — Insurge-se contra a diligência dos fiscais que visitaram seu estabelecimento e o notificaram pela falta de lançamentos no livro de "Registro de Compras". Afirma êle que pelos fiscais foram encontradas notas sem "registros" (fls. 2, nº 1). E, êle é quem afirma no parágrafo 2º, de seu articulado nº 1, do recurso, que a nota apontada constava "da relação das sonegadas". Pedindo a restituição apenas com relação a esta, confirma a procedência da autuação pelo "Comando Fiscal", por falta de observância do artigo 84, do Código Tributário.

21 — Nem o recorrente, nem qualquer dos que se pronunciaram neste processo, inclusive o fiscal encarregado da diligência de que dá notícia a informação de fôlhas 10 verso, dão notícia da informação da nota fiscal questionada. No entanto, por dedução lógica, se o "Comando Fiscal conferiu os lançamentos dos exercícios de 1.959 e 1.960" e "constatou omissão de registros", etc. (fls. 7), e o encarregado da diligência, de fôlhas 9 verso, afirma que a nota fiscal discutida estava lançada "às fls. 48 em 30-6-61", claro que os fiscais estavam com a razão: não fôra lançada essa nota fiscal na ordem cronológica determinada pelo artigo 84, do Código Tributário, embora não se possa concluir ter sido dolosa a omissão.

22 — O recorrente incidiu na falta prevista no § 7º, do supramencionado artigo, que diz:

"Art. 84 ....

§ 7º — O Livro do Registro de Compras **acusará quinzenalmente** o total das compras efetuadas nos seguintes prazos: até o último dia do mês, o total relativo à primeira quinzena; e até o dia 15 do mês seguinte, o das realizadas na segunda quinzena. Para os efeitos de penalidades, **os atrasos na escrituração dêste livro** (grifamos) são considerados omissões de registro, a que se referem os §§ 3º e 4º dêste artigo".

23 — Do processado se depreende que o requerente foi obediente à notificação do "Comando Fiscal", recolhendo, dentro do prazo mínimo que lhe fôra consignado, o total das cominações previstas por omissões de lançamento. Satisfez o artigo 19, do Código Tributário.

24 — A informação de fôlhas 10 verso prova que a nota fiscal discutida, se não foi lançada no prazo, contudo foi lançada; não havendo prejuízo para a Fazenda Estadual, por omissão de lançamento com relação a ela.

25 — Não tendo feito o lançamento dentro do prazo do artigo 84 e § 7.º do Código Tributário, o apelante deu causa à notificação pelos fiscais e deve, por isso mesmo, responder pelas sanções do artigo 20, do Código supramencionado.

26 — Porque não há prejuízo para a Fazenda Estadual em restituindo parcialmente o recolhido pelo conhecimento de fls. 9, dos autos, por isso que houve o lançamento, embora fora do prazo; e, como o recorrente satisfez tôdas as demais exigências para com o fisco, em relação à notificação fiscal, somos de parecer, desprezando a preliminar de decadência de prazo para recursos, que o seu pedido se enquadra no artigo 24, do supracitado Código Tributário, opinando, salvo melhor juízo e respeitadas as prerrogativas da instância recorrida, que pode ser feita a restituição, descontada na forma do artigo 20, do Código Tributário.

É o parecer.

Goiânia, 13 de julho de 1964.

IMÓVEL — ALIENAÇÃO — DOAÇÃO — VENDA

— Satisfeita a cláusula condicional, resolutiva da doação, a venda cogitada poderá efetuar-se, uma vez seja lembrada, por exigência da Lei, a procedência do imóvel, detalhadamente, bem como o cumprimento evidenciado da averbação imobiliária da condição estabelecida na aquisição.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 16/64

Autor' D. L. Santana

1 — Dando cumprimento ao que dispôs a Lei nº 1.518, de 4 de agôsto de 1957, do ESTADO DE GOIÁS legalmente representado via da Escritura Pública de vinte e seis de novembro de 1957, lavrada ao Livro nº 195, às fls. 152 vº **usque** 154 vº, do Cartório do 1º Ofício desta Capital, doou ao **Serviço Social do Comércio** e ao **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SESC e SENAC)**, os lotes urbanos nºs 1-34; 2; 3-33; 23; 24; 25; 26; 27; 28, 29; 30; 31 e 32 da Quadra 72, Bairro Universitário, Setor Leste, de Goiânia.

2 — Aludida doação teve, via daquela lei, destinação específica, qual seja a construção do Centro SESC-SENAC de Goiânia, instituindo-se na escritura, em decorrência de determinação legal, uma cláusula resolutiva da transferência de domínio. Tal cláusula se resume na reversão ao patrimônio do Estado dos imóveis doados, no caso de não se dar o início da construção no prazo de seis (6) meses, a contar do recebimento da escritura.

3 — Assim se expressam os quatro artigos da lei em referência:

"Art. 1º — Ficam doados ao Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) os lotes números 1-34; 2; 3-33; 23; 24; 25; 26; 27; 28; 29; 30; 31 e 32 da Quadra 72, Bairro Universitário, Setor Leste, de Goiânia.

"Art. 2º — Os lotes a que se refere o artigo anterior destinam-se à construção do Centro SESC-SENAC de Goiânia.

"Art. 3º — Os imóveis objeto desta doação reverterão ao patrimônio do

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado ..

Estado, se os Serviços beneficiados não derem início à construção no prazo de seis (6) meses, a contar do dia de recebimento da respectiva escritura.

"Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor no dia de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário".

4 — Pelo que se afirma no presente processo, a entidade beneficiada com os efeitos da referida lei cumpriu com as determinações contidas na cláusula resolutiva da doação, isto é, iniciou e já construiu o Centro SESC-SENAC, ensejando, assim, não sòmente a satisfação dos fins específicos do aludido diploma legal, mas também a consumação da propriedade sôbre o imóvel doado, operando-se a transferência do domínio pleno sôbre os imóveis em favor dos donatários.

5 — Pretendem, agora, os serviços beneficiados com a doação dos imóveis, de que trata a lei nº 1.518, retrocitada, dissolver o condomínio que, até agora, vem mantendo sôbre o patrimônio, constituído dos bens doados e acessórios, para o fim de, separadamente, continuarem na consecução dos mesmos fins, e isto porque, conforme afirmam, "a experiência, neste período, comprovou que os dois órgãos não devem ter suas atividades num mesmo edifício, porque o primeiro cuida de recreação e desportos, festividades cívicas e sociais, etc , ao passo que o segundo se dedica ao ensino, especialmente o de aprendizagem" (sic).

6 — E para que se efetue a venda pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de sua parte nos imóveis doados, os quais formam um todo, ao Serviço Social do Comércio (SESC), conforme já acertaram, propõem as duas entidades, através do Presidente de seus Conselhos e do Diretor de seu Departamento local, a anuência do Estado, ou seja, o assentimento do Chefe do Poder Executivo, sugerindo seja esta manifestada através de um simples ofício ou mesmo de um Despacho, que seria transcrito no texto da escritura de venda a ser celebrada entre as partes, ou, então, a simples participação do Estado no ato público da escritura, como parte interveniente, a fim de que, expressamente, concordasse com a operação, ou declarasse a sua não oposição ao ato.

7 — A espécie se nos afigura, juridicamente, sob o seguinte aspecto:

— para que o domínio sôbre os imóveis doados se operasse, em tôda a sua plenitude, em favor das entidades donatárias, como uma decorrência da própria lei que determinou a doação, uma condição se instituiu, como cláusula resolutiva da transferência, qual seja a construção do Centro SESC-SENAC, cujas obras teriam que ser iniciadas, forçosamente, no prazo de seis meses da data da escritura, observada a destinação específica dos bens objeto da doação.

8 — No caso de não ter sido consumada a construção do Centro das duas entidades, ou, mais precisamente e com menos rigor, no caso de não ter sido iniciada a construção no prazo fixado na lei, caberia ao Estado promover, pela forma legal, a reversão ao seu patrimônio dos bens doados.

9 — Entretanto, a construção do Centro, prevista na determinação legal, se consumou, ensejando, daí, a transferência plena do domínio em favor das entidades beneficiadas.

10 — Entrementes, para que se positive, de maneira definitiva e inquestionável, o cumprimento da condição imposta como cláusula resolutiva da doação, pelos donatários, necessário se promova a averbação na transcrição imobiliária relativa aos lotes doados, da construção do prédio destinado ao funcionamento do Centro SESC e SENAC. Aí, então, estaria provada, para os efeitos da lei a satisfação da cláusula condicional imposta na transferência operada via da escritura pública.

11 — Cumprida tal providência, nada impedirá que a venda, agora cogitada, se efetue, de uma parte do imóvel de uma entidade a outra, uma vez que na escritura a ser lavrada se esclareça, como exige comumente a lei, a procedência do imóvel, pormenorizadamente, bem como o cumprimento evidenciado da averbação imobiliária, da condição estabelecida na aquisição, transferindo-se, também, parte da benfeitoria construída nos lotes, que é o prédio onde vem funcionando o Centro SESC-SENAC. O Estado, através de seu representante legal, participaria do ato, como parte interveniente, declarando não se opor ao mesmo, ensejando-lhe inteira validade, para todos os efeitos.

Êste é o parecer, sob censura.

Goiânia, 7 de janeiro de 1964.

MILITAR — BENEFÍCIO — DIREITO À PENSÃO

— Para herdeiros de membros da Polícia Militar, mortos no cumprimento do dever, o direito às prestações pensão, mas, tão-sòmente quanto à oportuno, prescreve-se em cinco anos.

— Não há caducidade do direito à pensão, mas, tão sòmente quanto às prestações vencidas.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 288/64

Autor: Dr. José Augusto Ferreira

1 — A requerente, viúva do soldado J.F.L., (fls. 7), assassinado quando em serviço, solicita os benefícios da Lei nº 565, de 13.11.51, a favor de sua filha menor M. N. F. (fls. 6), instruindo o pedido com uma justificação judicial, devidamente homologada (fls. 21), feita com êste fito exclusivo; o atestado de óbito (fls. 9) nos esclarece que o referido militar faleceu no dia 7 de maio de 1953, no Hospital Evangélico de Rio Verde, em virtude de ferimento por arma de fogo quando se encontra no cumprimento de seu dever policial (fls. 14).

2 — A Chefia da 1ª Seção do Estado Maior, da nossa Polícia Militar, bem considerou a justificação processada na Auditoria da Justiça Militar, prevendo a sua qualidade de espôsa do soldado falecido e a de herdeira para a filha menor M. N. F., esclarecendo, no entanto, que, em face do que dispôs o art. 12 da citada Lei nº 565, de 13.11.51, o seu direito está prescrito, pois o óbito se verificou no dia 7.5.53, portanto, há mais de 10 anos, sem que o benefício houvesse sido solicitado.

3 — O art. 12 da mencionada lei, que concede pensão a herdeiros dos militares da Polícia Militar, mortos no cumprimento do dever, estabelece:

"O direito às prestações não reclamadas em tempo oportuno prescreve em cinco (5) anos".

Daí se vê que o direito da postulante e de sua filha prescreveu, para o recebimento de prestações não reclamadas, na época oportuna, por não serem solicitadas. O tempo decorrido, muito superior a cinco anos, da morte do citado militar, fêz caducar o direito à percepção das prestações a que tinha direito.

4 — Resta observar, porém, que não há a caducidade do direito à pensão que a mencionada Lei outorga, mas sim, simplesmente, à perceção das prestações, vale dizer, das mensalidades vencidas e não reclamadas no lustro que a própria lei estabelece.

---

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

5 — Do exposto, pois, somos, por fôrça legal, pela concessão da pensão solicitada, a partir do óbito, calculada na base do que percebia na época, o **de cujus**, valendo esclarecer ainda, que, no presente caso, não há falar em prestações não reclamadas, por inexistência da pensão em si, embora só agora pleiteada.

Êste o parecer, s. m. j.

Goiânia, 16 de abril de 1964.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DER-Go — AMPLA DEFESA NULIDADE

— O processo administrativo, não reunindo condições suficientes para determinar punição, deve ser anulado, com repetição do ato por nova comissão.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 576/64

Autor: Dr. Sebastião E. Balduino

O GABINETE CIVIL DA SECRETARIA DO GOVÊRNO encaminha a esta Consultoria processo administrativo, instaurado no DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE GOIÁS, por fôrça do Decreto de 28 de fevereiro de 1963, a fim de apurar irregularidades apontadas pelo Diretor Geral daquela Autarquia.

2 — O processo estêve paralisado a partir de 28 de novembro de 1963, quando foi requisitado pela Secretaria do Govêrno.

3 — Consta o processo de três (3) volumes.

4 — O decreto citado designou uma Comissão composta do Bacharel A.A.A., Promotor MP-10, à disposição da Procuradoria Geral de Justiça, B. L. A., Fiscal de Rendas e D. B. A., Engenheiro do Departamento Estadual de Saneamento.

5 — A Comissão designada iniciou os seus trabalhos no dia 14 de março de 1963, conforme ata de fls. 2.

6 — Segundo ata de fls 3, a Comissão resolveu, inicialmente, fazer um levantamento na Tesouraria do DERGO, bem assim, de todos os processos vinculados à sua documentação, contabilizados, arquivados, ou por contabilizar.

7 — Às fls. 4, juntou-se um exemplar do "Diário Oficial" que publicou o Decreto de 23 de fevereiro de 1963.

8 — Às fls. 5/24, foi juntado o processo n.º 765/62, do DERGO, de onde se originou o processo administrativo e do qual consta o balanço realizado na Tesouraria do DERGO, e ofício do respectivo Diretor Geral dando conta das prováveis irregularidades.

9 — Às fls. 25/40, processo nº 347/62, enfeixando os trabalhos de uma Comissão que realizou o balanço da Tesouraria do DERGO.

10 — Às fls. 42/45, ofício de natureza administrativa.

11 — Às fls 47, certidão de recibo de um cheque, fornecida pelo Tesoureiro Geral do DERGO.

12 — Às fls. 50/61, processo nº 610/63, do DERGO, em que se processou suspensão administrativa do Diretor Administrativo do DERGO, a pedido da Comissão.

---

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

13 — Às fls. 65/66, ofício da Comissão, dirigido ao Diretor Geral do DERGO, sôbre realizações de contratos com várias firmas.

14 — Às fls. 85/250, do primeiro volume, extratos de contas bancárias.

15 — Às fls. 253/262, quadros demonstrativos de processos pagos nas diversas gestões do DERGO.

16 — Às fls. 263, relação de processos.

17 — Às fls. 263/289, exemplar da Revista Brasil Rodoviária.

18 — Às fls. 290/297, relações de cautelas, placas de débitos municipais.

19 — Às fls. 298, ofício de J. M. A., dirigido ao Diretor Geral, em junho de 1960, notificando que o cheque nº 181.519, na importância de Cr$ 1.584.000,00 fôra tornado sem efeito.

20 — Às fls. 299, relação de processos de prestações de contas de funcionários do DERGO.

21 — Às fls. 300, balanço de verificação de receita e despesa na Tesouraria do DERGO.

22 — Às fls. 301, relação de funcionários do DERGO, que operavam comercialmente na Autarquia.

23 — Às fls. 302/310, certidões da Junta Comercial do Estado.

24 — Às fls. 311/318, cópias de leis estaduais e federais.

25 — Às fls. 319/375, relações diversas sôbre gastos com execução de obras em convênios.

26 — Às fls. 376/414, do segundo volume, cópias de normas e de leis.

27 — Às fls. 417/447, relações de processos de pagamentos diversos, de débitos financeiros relativos aos diversos municípios goianos, em relação ao DERGO.

28 — Às fls. 448/457, cópias de leis.

29 — Às fls. 450, que deveria ser 458, relação de processos da Construtora Cosmos.

30 — Às fls. 451/454, cópias de relatórios sôbre medição da Rodovia GO-4.

31 — Às fls. 455, cópia de tabela do DNER.

32 — Às fls. 456/457, quadro de operações realizadas entre a SAMUR e a Tesouraria do DERGO.

33 — Às fls. 458/460, levantamento procedido na Tesouraria do DERGO.

34 — Às fls. 462/481, relatório original da Comissão, dirigido ao Senhor Governador do Estado, datado de 12/6/63.

35 — Às fls. 482/484, índice das peças processuais.

36 — Às fls. 485, despacho nº 1.134, de 28 de junho de 1963, exarado pelo Senhor Governador do Estado, em face do relatório apresentado.

37 — Às fls. 486/493, processo nº 1.195/63, de interêsse de H. R. S.

38 — Às fls. 495/498, certidões diversas, relativas ao ingresso dos funcionários H. R. S., A. P. N., A. S. e S. J. D.

39 — Às fls. 500/504, relações de processos de pagamento e de vendas feitas pelo DERGO.

40 — Às fls. 505/507, relação de cautelas.

41 — Às fls. 508/517, relatório suplementar da Comissão, realizado por fôrça do que lhe determinou o despacho governamental de fls. 485.

42 — Às fls. 518, citação dos indiciados, à exclusão dos ex-Diretores A. C. e G. A. P.

43 — Às fls. 521, petição de H. R. S., por seu advogado, de prorrogação de prazo para a defesa, concedida conforme despacho da mesma.

44 — Às fls. 522, podêres outorgados por H. R. S. ao Advogado J. R. P.

45 — Às fls. 523, petição de J .M. A., solicitando prorrogação para a defesa, con-

5 — Do exposto, pois, somos, por fôrça legal, pela concessão da pensão solicitada, a partir do óbito, calculada na base do que percebia na época, o **de cujus**, valendo esclarecer ainda, que, no presente caso, não há falar em prestações não reclamadas, por inexistência da pensão em si, embora só agora pleiteada.

Êste o parecer, s. m. j.

Goiânia, 16 de abril de 1964.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DER-Go — AMPLA DEFESA NULIDADE

— O processo administrativo, não reunindo condições suficientes para determinar punição, deve ser anulado, com repetição do ato por nova comissão.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 576/64

Autor: Dr. Sebastião E. Balduino

O GABINETE CIVIL DA SECRETARIA DO GOVÊRNO encaminha a esta Consultoria processo administrativo, instaurado no DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE GOIÁS, por fôrça do Decreto de 28 de fevereiro de 1963, a fim de apurar irregularidades apontadas pelo Diretor Geral daquela Autarquia.

2 — O processo estêve paralisado a partir de 28 de novembro de 1963, quando foi requisitado pela Secretaria do Govêrno.

3 — Consta o processo de três (3) volumes.

4 — O decreto citado designou uma Comissão composta do Bacharel A.A.A., Promotor MP-10, à disposição da Procuradoria Geral de Justiça, B. L. A., Fiscal de Rendas e D. B. A., Engenheiro do Departamento Estadual de Saneamento.

5 — A Comissão designada iniciou os seus trabalhos no dia 14 de março de 1963, conforme ata de fls. 2.

6 — Segundo ata de fls 3, a Comissão resolveu, inicialmente, fazer um levantamento na Tesouraria do DERGO, bem assim, de todos os processos vinculados à sua documentação, contabilizados, arquivados, ou por contabilizar.

7 — Às fls. 4, juntou-se um exemplar do "Diário Oficial" que publicou o Decreto de 23 de fevereiro de 1963.

8 — Às fls. 5/24, foi juntado o processo n.º 765/62, do DERGO, de onde se originou o processo administrativo e do qual consta o balanço realizado na Tesouraria do DERGO, e ofício do respectivo Diretor Geral dando conta das prováveis irregularidades.

9 — As fls. 25/40, processo nº 347/62, enfeixando os trabalhos de uma Comissão que realizou o balanço da Tesouraria do DERGO.

10 — Às fls. 42/45, ofício de natureza administrativa.

11 — As fls 47, certidão de recibo de um cheque, fornecida pelo Tesoureiro Geral do DERGO.

12 — As fls. 50/61, processo nº 610/63, do DERGO, em que se processou suspensão administrativa do Diretor Administrativo do DERGO, a pedido da Comissão.

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

13 — Às fls. 65/66, ofício da Comissão, dirigido ao Diretor Geral do DERGO, sôbre realizações de contratos com várias firmas.

14 — Às fls. 85/250, do primeiro volume, extratos de contas bancárias.

15 — Às fls. 253/262, quadros demonstrativos de processos pagos nas diversas gestões do DERGO.

16 — Às fls. 263, relação de processos.

17 — Às fls. 263/289, exemplar da Revista Brasil Rodoviária.

18 — Às fls. 290/297, relações de cautelas, placas de débitos municipais.

19 — Às fls. 298, ofício de J. M. A., dirigido ao Diretor Geral, em junho de 1960, notificando que o cheque nº 181.519, na importância de Cr$ 1.584.000,00 fôra tornado sem efeito.

20 — Às fls. 299, relação de processos de prestações de contas de funcionários do DERGO.

21 — Às fls. 300, balanço de verificação de receita e despesa na Tesouraria do DERGO.

22 — Às fls. 301, relação de funcionários do DERGO, que operavam comercialmente na Autarquia.

23 — As fls. 302/310, certidões da Junta Comercial do Estado.

24 — Às fls. 311/318, cópias de leis estaduais e federais.

25 — Às fls. 319/375, relações diversas sôbre gastos com execução de obras em convênios.

26 — Às fls. 376/414, do segundo volume, cópias de normas e de leis.

27 — Às fls. 417/447, relações de processos de pagamentos diversos, de débitos financeiros relativos aos diversos municípios goianos, em relação ao DERGO.

28 — Às fls. 448/457, cópias de leis.

29 — Às fls. 450, que deveria ser 458, relação de processos da Construtora Cosmos.

30 — Às fls. 451/454, cópias de relatórios sôbre medição da Rodovia GO-4.

31 — Às fls. 455, cópia de tabela do DNER.

32 — Às fls. 456/457, quadro de operações realizadas entre a SAMUR e a Tesouraria do DERGO.

33 — Às fls. 458/460, levantamento procedido na Tesouraria do DERGO.

34 — Às fls. 462/481, relatório original da Comissão, dirigido ao Senhor Governador do Estado, datado de 12/6/63.

35 — Às fls. 482/484, índice das peças processuais.

36 — As fls. 485, despacho nº 1.134, de 28 de junho de 1963, exarado pelo Senhor Governador do Estado, em face do relatório apresentado.

37 — Às fls. 486/493, processo nº 1.195/63, de interêsse de H. R. S.

38 — As fls. 495/498, certidões diversas, relativas ao ingresso dos funcionários H. R. S., A. P. N., A. S. e S. J. D.

39 — Às fls. 500/504, relações de processos de pagamento e de vendas feitas pelo DERGO.

40 — Às fls. 505/507, relação de cautelas.

41 — Às fls. 508/517, relatório suplementar da Comissão, realizado por fôrça do que lhe determinou o despacho governamental de fls. 485.

42 — Às fls. 518, citação dos indiciados, à exclusão dos ex-Diretores A. C. e G. A. P.

43 — Às fls. 521, petição de H. R. S., por seu advogado, de prorrogação de prazo para a defesa, concedida conforme despacho da mesma.

44 — Às fls. 522, podêres outorgados por H. R. S. ao Advogado J. R. P.

45 — Às fls. 523, petição de J .M. A., solicitando prorrogação para a defesa, con-

cedida conforme despacho exarado na mesma.

46 — Às fls. 525/527, defesa de V. V.

47 — Às fls. 530/532, defesa de A. P. N.

48 — Às fls. 533/564, defesa de A. M. S.

49 — Às fls. 566/587, defesa de J. M. A.

50 — Às fls. 588/772, defesa de H. R. S.

51 — Às fls. 576/579, memorando do Gabinete Civil da Secretaria do Govêrno.

52 — Às fls. 779, despacho do referido órgão, encaminhando o processo a esta Consultoria.

53 — Feito o relatório, passamos a opinar.

54 — Não há como deixar de entender esta Consultoria que o procedimento da Comissão, indiciando funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem, por crime capitulado no Decreto-lei nº 4.920, de 28 de outubro de 1941, é nulo, **ab initio**.

55 — Inegàvelmente, esta Consultoria não pode deixar de entender legítima a segunda preliminar, levantada pela defesa de A. M. S., quando entende que ninguém pode ser processado por crime sem que lei anterior o tenha definido.

56 — É o que estabelece, como princípio universal, pacificamente adotado em todos os processos de que decorram qualquer punição por transgressão a disposições legais, o § 1º, do Código Penal Brasileiro, que assim dispõe:

> "Não há crime sem lei anterior que o defina.
>
> Não há pena sem prévia cominação legal".

57 — Comentando a referida norma legal, NELSON HUNGRIA nos ensina: "Princípio da legalidade. A fonte do direito penal é a norma legal. Não há direito penal vagando fora da lei escrita. Não há distinguir, em matéria penal, entre lei e direito. **Sub specie juris**, não existe crime "sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal". **Nullum crimen, nulla poena sine proevia lege poenali**. A lei penal é, assim, um sistema fechado: ainda que se apresente omissa ou lacunosa, não pode ser suprida pelo arbítrio judicial, ou pela analogia, ou pelos "princípios gerais de direito", ou pelo costume. Do ponto de vista de sua aplicação pelo Juiz, pode mesmo dizer-se que a lei penal não tem lacunas. Se estas existem sob o prisma da política criminal (ciência pré-jurídica), só uma lei penal(sem efeito retroativo) pode preenchê-las. Pouco importa que alguém haja cometido um fato anti-social, excitante da reprovação pública, francamente lesivo do sistema de moral prática que o direito penal tem por função assegurar, com suas reforçadas sanções, no interêsse de ordem, da paz, da disciplina social: se êsse fato escapou à previsão do legislador, isto é, se não corresponde, precisamente, a parte **objecti** e a parte **subjecti** a uma das figuras delituosas anteriormente recortadas **in abstracti** pela lei, o agente não deve contas à justiça repressiva, por isso mesmo não ultrapassou a esfera da licitude jurídico-penal. Os Códigos Penais modernos, segundo um conceito aparentemente paradoxal de Von Liszt, são a "Magna Charta Libertatum" dos delinquentes. O princípio central de quase todos êles é o da legalidade rígida: o que em seus textos não se proíbe é penalmente lícito ou indiferente. **Permittitur quod non prohibetur"**.

58 — O comentário transcrito bem representa o espírito da norma adotada por nossa lei penal, quer na sua compreensão jurídica, quer na sua conceituação social-humana, tendo em vista que a consciência comum dos homens repele a possibilidade de um julgamento, e consequente punição pela prática de algum ato que não tenha correspondido, na época da sua consumação, à transgressão de qualquer norma legal proibitiva.

59 — Se fôssemos pautar as nossas atividades cotidianas, pelo que de proibido possa existir nos dias vindouros, não há dúvida de que o pânico generalizado haveria de determinar uma estagnação completa nos meios coletivos.

60 — Tudo evolui, e a evolução deve trazer consigo o aperfeiçoamento de princípios de normas já conhecidos, nunca porém, representar, essa evolução, um retrocesso que represente sacrifício às liberdades jurídico-morais, antes consagradas.

61 — Admite-se que os costumes, o sentido moral dos atos e dos fatos, sofrem, inquestionàvelmente, alteração sensível e profunda no tempo e no espaço.

62 — No espaço, admite-se a existência de conceituação diversa de um fato moral em um mesmo instante; no tempo, porém, êsse fato modifica-se em movimentos crescentes, justificando-se, por isso, que um fato hoje aceito como lícito, seja, amanhã, proibido por uma conceituação nova que o transforme em objeto de exame penal.

63 — Êsse aspecto que o subordina a uma punição. é que deve estar expressamente conceituado nas leis, porque dessa conceituação que lhe advem a tipicidade jurídica, capaz de distinguir o ato lícito do ilícito, clareando a área de atuação dos homens.

64 — ERNST BELLING, citado por NELSON HUNGRIA, ensina-nos que "o princípio da legalidade no direito penal é a premissa da teoria dogmática jurídica da TIPICIDADE".

E segue o comentarista patrício citando BELING:

> "Antes de ser antijurídica e imputável a título de culpa "sensu lato", uma ação reconhecível como punível, deve ser típica, isto é, corresponder a um dos "esquemas" ou "delitos-tipos" objetivamente descritos pela lei penal".

65 — Sob êsse aspecto, portanto, e tendo em vista que os indiciados o foram como infratores do Decreto-lei nº 4.920, de 28 de outubro de 1941, tem-se como procedente a argüida preliminar de nulidade, uma vez que à época dos fatos, os servidores do DERGO não se submetiam ao antigo Estatuto, nem mesmo a nenhum outro Regulamento, o que sòmente veio a ocorrer por fôrça do parágrafo único, do art. 3º, da Lei nº 4.016, de 5 de julho de 1962, que, expressamente, mandou aplicar aos funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

66 — Como transgressão disciplinar, portanto, que se enquadrasse naquele Estatuto, os servidores do DERGO não poderiam, por atos ou fatos anteriores à Lei nº 4.016, ser envolvidos em um processo de natureza administrativa, porque, para tanto, ressentia-se a autoridade do diploma legal que assim configurasse a existência de tais indiciações disciplinares.

67 — Ao aceitarmos a procedência da preliminar do **nullum crimen sine lege**, em face do processo administrativo que se nos é dado apreciar, evidentemente não autorizamos a mesma procedência, em face da ação penal pròpriamente dita, que se distingue da ação administrativa.

68 — No primeiro caso, a norma advinda do direito penal é aplicável como princípios gerais de direitos supletivos, tendo em vista a inexistência, no direito administrativo, no Brasil, de legislação específica sôbre a matéria.

69 — No segundo caso — ação penal — os mesmos atos e fatos já não mais serão encarados como simples transgressões administrativas, porém, como atos delituosos, ou sejam, como crime, aí entendido a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, na forma do que dispõe o art. 1º, da Lei de Introdução ao Código Penal.

70 — A apuração do crime, entretanto, não é feita através do processo administrativo, e sim, debaixo das solenidades rígidas e específicas do Código de Processo Penal, pela ação investigadora da Polícia Judiciária, através de inquérito competente, seguida da instrução criminal que se realiza sob a direção do órgão judiciário competente.

71 — Se os fatos apontados pela Comissão do Processo Admiinstrativo, neste caso, escapam a qualquer espécie de punição, no Direito Administrativo, aqui encarado o Decreto-Lei nº 4.920, pela ausência de lei anterior que os definisse como transgressões disciplinares em relação aos indiciados, o mesmo não ocorre em face da lei penal brasileira, porque, quando da sua provável materialização, estava em pleno

vigor o Decreto-Lei nº 2.484, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), que, no Capítulo I, do Título XI (dos crimes contra a administração pública, dos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração geral), capitula algumas das faltas apontadas no relatório, como crimes, tais sejam: dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei; patrocinar, direta ou indiretamente, interêsse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, etc., etc.

72 — Entretanto, a verificação de tais ocorrências, em face da Lei Penal, não será de apreciação em processo de natureza administrativa, e sim, como se disse acima, através de inquérito policial e conseqüente ação penal instaurada no juízo competente.

73 — Além dêsse aspecto, e ainda na preliminar, não podemos deixar de considerar o princípio da não retroatividade das leis, especialmente as de caráter punitivo, segundo o que dispõe o art. 1º, do Decreto-Lei nº 4.657, de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro):

> "Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País, quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada".

74 — No caso em espécie, a lei que estendeu o Estatuto dos Funcionários Públicos, então em vigor — Decreto-Lei nº 4.920, de 28 de outubro de 1941 —, ao pessoal do DERGO dispõe em seu art. 6º:

> "Esta lei entrará em vigor no dia 21 de maio do corrente ano".

75 — A referida lei é a 4.016, de 5 de junho de 1962, tendo sido publicada no "Diário Oficial" do dia 6 dos referidos mês e ano, do que se verifica que o Estatuto sòmente tem aplicação sôbre os funcionários do DERGO, a partir de 21 de maio de 1962.

76 — Adotando no art. 6º, a data em que deveria entrar em vigor, o referido diploma exercitou na forma do art. 1º da Lei de Introdução, transcrito, passando, assim, para todos os efeitos legais a ter fôrça capaz de gerar direitos e obrigações daquela data em diante, nunca porém, voltando atrás para, em desacôrdo com todos os princípios, regular atos anteriores à sua vigência.

77 — Procede, pois, em relação ao processo administrativo, a preliminar de nulidade, por inexistência de lei anterior que estendesse aos indiciados os deveres e proibições estatutários, de cujas transgressões, ùnicamente, poderia decorrer a punição proposta pelo relatório suplementar de fls..

78 — Outra preliminar argüida no processo é a que diz respeito à nulidade do mesmo, por falta de ato essencial à sua contextura jurídica e ao exame das responsabilidades que se busca apurar.

79 — Trata-se da ausência dos têrmos de interrogatório dos que foram indiciados, ato indivorciável de qualquer ação punitiva, através do qual, normalmente, tem início qualquer instrução de culpa.

80 — Realmente, verifica-se do processo, de qualquer dos seus três (3) alentados volumes, que a Comissão, talvez impressionada com o volume dos negócios da Autarquia, esqueceu-se do dever que tinha de ouvir as pessoas a quem entendeu estarem envolvidas com as prováveis irregularidades.

81 — Não sòmente esqueceu-se a Comissão de ouvir êsses servidores, dando-lhes o sagrado direito de exporem, detalhadamente, a posição de cada um, em face da situação levantada, e em tôrno das irregularidades apontadas e que se lhes eram vinculadas como sendo de suas responsabilidades pessoais, como também omitiram-se no dever de ouvir qualquer outro funcionário ou fornecedor daquela Autarquia ligados aos mesmos fatos, não por autoria, porém, presumìvelmente, pelo conhecimento que pudessem ter das mesmas irregularidades.

82 — Se, em outros aspectos dêste processo, como veremos a seguir, não trazem consigo aspectos de nulidade fulminante, êste, o da omissão em relação às declarações dos acusados, neste, como em outro qualquer tipo de processo do qual deva decorrer aplicação de pena, representa nulidade insanável como ato essencial que é a formação da culpa, segundo o princípio geral de direito e a norma do processo penal

que, entendemos, na omissão da lei administrativa deve aqui ser aplicada, porque versando sôbre matéria análoga.

83 — E, sôbre a matéria, dispõe o art. 564, do Código de Processo Penal, na alínea "e", do item III:

> "A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:
>
> I — ....
>
> II — ....
>
> III — por falta das fórmulas ou dos têrmos seguintes:
>
> a) — ....
>
> b) — ....
>
> c) — ....
>
> d) — ....
>
> e) — a citação do réu para ver-se processar, O SEU INTERROGATÓRIO, quando presente, e os prazos concedidos à acusação e à defesa".

84 — E por que é ato essencial?

85 — Porque êle integra o elemento consagrado em tôdas as declarações dos direitos humanos, e, em especial, ao art. 141, § 25, da Constituição Federal, que estabelece:

> "E' assegurada aos acusados plena defesa com todos os meios e recursos essenciais a ela, desde a nota de culpa, que assinada pela autoridade competente, com os nomes do acusador e das testemunhas, será entregue ao prêso dentro em vinte e quatro horas. A instrução criminal será contraditória".

86 — E como ampla defesa, obriga-se-nos a conceituação absoluta do que se possa entender por amplidão, extensão total, oportunidade que percorra o tempo e o espaço, para que o acusado tenha condições de discernir, num instante em que deva realizar qualquer ato, se o mesmo não lhe é proibido por norma legal escrita e, a partir daí, para que se possa ter conhecimento de que do seu proceder, uma investigação se instaura contra a sua pessoa, e que essa investigação, ou acusação formalizada, se consubstancia em fatos tais que, dêsse conhecimento, esteja êle, o acusado, em condições de organizar os elementos de prova que tenha, capazes de colaborar no esclarecimento da verdade e na defesa da sua família.

87 — Certo é que, autores existem, que levam a plena defesa ao próprio instante em que se arquitetou o postulado "nullum crimen sine lege", evidenciando assim que a ampla defesa se inicia com a obrigação de prever o Estado, capituladamente, a proclamação espírita dos delitos puníveis, a fim de que todo indivíduo saiba, sem surprêsa futura, do que lhe poderá ocorrer com a prática de determinados atos.

88 — Se a extensão doutrinária do que se entenda por plena defesa, vai até aos primeiros instantes do ato legislativo que capitula o crime, com muito mais razão jurídica, a concepção da ampla defesa se materializa processualmente, como primeiro ato, no instante em que se outorga ao acusado o direito de ser ouvido prèviamente, porque, nesse momento, toma o cidadão conhecimento com as acusações que pesam contra a sua pessoa, e, daí, passa a sofrer o procedimento sumariante, sem nenhuma surprêsa injusta ou ilícita.

89 — Aplicação dêsse entendimento no processo administrativo instituído pelo poder público goiano, não admite nenhuma discussão, nem mesmo com a afirmação de que no Capítulo correspondente, do Decreto-Lei nº 4.920, de 28 de outubro de 1941, que seria de se aplicar segundo o entendimento da douta Comissão, caso seja desprezada a primeira preliminar, não se tratou expressamente do interrogatório do acusado, e nem mesmo com a certeza de que nesse processo, a defesa é posterior ao relatório.

90 — Realmente, nenhuma discussão pode haver, uma vez que o art. 236, do referido diploma, dispõe expressamente:

> "A autoridade que, com base em fatos ou em denúncia, tiver ciência de irregularidade no serviço público, é obrigada a promover-lhe imediata apuração em processo administrativo, **assegurando-se ao acusado amplos direitos de defesa**".

91 — Ora, se o conceito universal de defesa ampla é aquêle de que já tratamos, evidente que, uma vez conhecidos ou conhecido nomes de suspeitos por responsabilidade pessoal da prática de atos tidos como irregulares e passíveis de pena, devem êsses suspeitos, imediatamente, ser ouvidos, como parte integrante e indivorciável do procedimento que contra os mesmos passa, então, a se constituir o processo, procedimento que, assim, estará realizando com absoluto comportamento legal, uma vez que em obediência ao mandamento expresso da Lei que obriga à concessão de AMPLOS DIREITOS DE DEFESA.

92 — Interpretando o art. 217 do Estatuto Federal, que previne a ampla defesa para o servidor envolvido em processo administrativo, ensina-nos **Themístocles Brandão Cavalcanti** em sua obra **o Funcionário Público e seu Regime Jurídico:**

> "Em princípio, a irregularidade, para ser objeto de represão de pena disciplinar, precisa ser apurada, através de métodos conhecidos de investigação **em que o acusado também precisa ser ouvido para produzir a sua defesa.** É o que se chama "processo administrativo", cujas normas gerais estão fixadas no estatuto, no capítulo em exame.
>
> Essas normas são obrigatórias, embora a sua aplicação deva obedecer às contigências exigidas pelos casos particulares.
>
> O importante, nesse particular, é a proteção dos direitos do acusado, tão merecedoras de amparo quanto os das instituições, do patrimônio público e dos interêsses da sociedade e do serviço público.
>
> Para isso, ÊLE DEVE SER OUVIDO e facultada ampla defesa, como veremos".

93 — A mesma disposição estatutária, encarada, agora, por outro tratadista de renome nacional, evidencia novamente, ratificando o nosso próprio entendimento, a conceituação da ampla defesa de que fala o nosso processo administrativo, no seu art. 236, de onde desponta o interrogatório do indiciado como instante sagrado e incontornável em qualquer processo de natureza penal ou administrativa. Trata-se de C. J. DE ASSIS RIBEIRO que, no seu "DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E SUA REVISÃO", assim analisa:

> "Há no texto do art. 217 duas regras imperativas. A primeira, determinando que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover-lhe a apuração imediata em processo administrativo, objetiva complementar a norma do item VIII, do art. 194, que declara ser dever do funcionário levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo.
>
> A segunda, estabelecendo que ao acusado é assegurada ampla defesa, transfere para o processo administrativo princípio geral contido no § 25, do art. 141, da Constituição Federal e fixado no art. 261 do Código de Processo Penal. A PRIMEIRA TEM POR FIM EXIGIR DA AUTORIDADE IMEDIATAS PROVIDÊNCIAS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO REPRESSIVA. A segunda consagra a garantia da contrariedade do processo.
>
> Com efeito, o § 25 do art. 141, da Constituição Federal, prescreve que "é asegurada aos acusados plena defesa, com todos os meios e recursos essenciais a ela, desde a nota de culpa, que assinada pela autoridade competente, com os nomes do acusador e das testemunhas, será entregue ao prêso dentro em vinte e quatro horas. A instrução criminal será contraditória". E o artigo 261 do Código de Processo Penal diz que "nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor".
>
> É que, como observa o jurista FRANCISCO CAMPOS, na sua "EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS", como Ministro da Justiça, relativamente ao Código de Processo Penal, ao invés de uma simples faculdade outorgada aos acusados, e sob a condição de presença do Juízo, a defesa passou a ser, em qualquer caso, uma indeclinável injunção legal, antes, durante e depois da instrução criminal. O Estatuto vigente previu a ampla defesa e decretou que em qualquer fase do processo será permitida a intervenção de defensor constituído pelo indiciado; e, assim, não deixou dúvida sôbre a natureza contraditória do processo administrativo.
>
> Qual o sentido de amplitude da defesa? Eis uma questão de importância singular e que merece estudo acurado, em face da inteligência do artigo 217 do Estatuto, e, principalmente, diante dos têrmos do item II, do artigo 189 da Constituição Federal, que determina que os funcionários públicos perderão o cargo, quando estáveis, no caso de serem demitidos mediante processo administrativo em que se lhes tenha assegurado ampla defesa. A fixação do alcance da amplitude da defesa é matéria relevante, pois, principalmente tendo-se em vista que a lei estatutária é omissa em pontos fundamentais, torna-se necessário que a doutrina e a jurisprudência estabeleçam as coordenadas dessa amplitude.
>
> O Departamento Administrativo do Serviço Público já sustentou que a "ampla defesa assegurada na Constituição só se pode compreender como oportunidade livre e desembaraçadamente concedida ao servidor de acompanhar tôdas as fases do processo, pessoalmente, ou por procurador devidamente habilitado".
>
> No entanto, não basta conceituar genèricamente a amplitude da defesa, pois, como ADVERTIU O JURISTA ODILON DA COSTA MANSO, QUANDO CONSULTOR GERAL DA REPÚBLICA, "NO SER OUVIDO E PODER DEFENDER-SE, RESUME-SE, EM SUBSTANCIA, O DIREITO DO FUNCIONÁRIO". Essa GARANTIA NA REALIDADE PRESSUPÕE A AMPLITUDE DE AÇÃO DO ACUSADO".

94 — Constava-se, pois, no curso da audiência de ilustrados tratadistas de que nos servimos, que o interrogatório do indiciado é peça indivorciável da instrução, quer penal ou administrativa, não se justificando, de forma alguma, a falha processual.

95 — Especialmente, quando das irregularidades em investigações deva surgir proposta de pena que importe em demissão do suspeito ou indiciado, o processo administrativo ganha feição mais grave e mais pesada, o que importa em outorga de mais graves e mais pesadas responsabilidades para os que apuram os fatos, sendo-lhes, então, defeso o prosseguimento sem a obediência total ao postulado legal que regule o processo, e a obediência às solenidades proclamadas pelo princípio geral do direito.

96 — CONTREIRAS DE CARVALHO, em sua obra ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS INTERPRETADO (estatuto federal), analisando o processo administrativo, parcialmente igual ao nosso, ensina-nos:

> "A demissão é a mais severa das sanções impostas ao funcionário público em atividade. E por ser a mais severa, pois consiste na expulsão dêste dos quadros administrativos a que pertence, a sua aplicação se realiza após um rito processual mais rígido, em que se permita ao acusado A MAIS AMPLA DEFESA. Se é certo que, também, o processo administrativo está sujeito à aplicação das penas de "suspensão", quando exceder a 30 dias, de "destituição de função" e de "cassação de aposentadoria ou disponibilidade" (art. 217 parágrafo único) e que, nesses casos, igualmente assegura o Estatuto ao indiciado a mais ampla defesa, **não é menos certo que, no processo proceda aplicação de pena de demissão, devem ser fatos examinados com maior rigor, possibilitando ao acusado todos os recursos para o mais seguro esclarecimento da verdade, a fim de que a demissão, se fôr o caso, possa ser consequência de decisão verdadeiramente legal".**

97 — Entende esta Consultoria, pois, em face do que se analisou acima, que se ressente o processo, mesmo em face do Decreto-Lei nº 4.920, da ausência do ato essencial à sua validade, tais sejam os têrmos de declarações dos indiciados, que se constitui em nulidade insanável.

98 — É de se notar, ainda, no processo, encarado o próprio Decreto-Lei nº

4.920, arguído pela Comisão como tendo sido infringido pelos indiciados, que o ilustrado órgão responsável pela apuração das irregularidades deixou de atender totalmente às prescrições formais para ordenação de tal natureza, desde a ausência do têrmo de instalação passando pela designação do seu secretário, até as deficiências formais do relatório de fls. 462/481, onde não atendeu à determinação do art. 242 do já citado Decreto-Lei.

99 — O Despacho Governamental de fls. 485, que deu oportunidade à Comissão de sanar a sua falha de origem, no entender desta Consultoria não tem a fôrça suficiente para suprir, juridicamente, o relatório anterior, tendo em vista que êste é que deve ser encarado pela autoridade julgadora como representativo fiel dos resultados a que chegou a Comissão.

100 — Se, como ocorre, neste caso, a Comissão não propôs nenhuma punição aos funcionários do DERGO, no seu relatório devidamente encaminhado como sendo resultado dos seus trabalhos, restava à autoridade que determinou a instauração do processo, o recurso da designação de novos membros para repetição do feito, porém, nunca, outorgar à anterior prorrogação de um prazo que não foi solicitado, sem a necessária justificação de fôrça maior, mesmo porque o procedimento seguinte, ou seja o relatório apêndice de fls. 508, paira no processo sem arrimo algum na disposição estatutária.

101 — A nós nos parece que nenhum valor jurídico, em face do processo administrativo perconizado pelo art. 236 e seguintes, do Decreto-Lei nº 4.920, com a nova redação que lhe deu a Lei 1.360, de 6 de novembro de 1956, tem o relatório subsidiário, citado, como peça capaz de determinar qualquer punição.

102 — Realmente, além do aspecto apontado, de peça estranha à prescrição da lei, o relatório suplementar desencontra-se com o relatório original em determinados instantes, dos mais sérios, senão vejamos:

O relatório anterior, em face da diferença que foi denunciada ao Senhor Governador, como sendo de vinte e dois milhões, cinquenta e três mil, novecentos e trinta e três cruzeiros e quarenta centavos (Cr$ 22.053.933,40), afirma às fls. 463:

> "Pelo relatório apresentado a V. Exa., tinha-se notícias de que através do levantamento efetuado na Tesouraria, constatava-se uma diferença de Cr$... 22.053.933,40 (vinte e dois milhões, cinquenta e três mil, novecentos e trinta e três cruzeiros e quarenta centavos).
>
> Acontece, no entanto, que depois de feito um levantamento criterioso, através de Bancos, Caixa Econômica Federal, e de reexaminar todos os processos correspondentes à época, bem como os documentos existentes na Tesouraria (recibos sem processos e cautelas), e o último Balanço ali procedido no ano de 1959 (24 de novembro) ocasião em que assumia o cargo de Tesoureiro o Senhor L. B. F., chegamos a conclusão bem diversa da apresentada, ficando aquela diferença reduzida para Cr$ 3.308.161,30 (Três milhões, trezentos e oito mil, cento e sessenta e um cruzeiros e trinta centavos).
>
> **No entanto, é inteiramente impossível afirmar-se que esta diferença de Cr$ 3.308.161,30 (Três milhões, trezentos e oito mil, cento e sessenta e um cruzeiros e trinta centavos), possa ser caracterizada como desfalque ou desvio de numerário, devido às razões que se seguem".**

A seguir, às fls. 481, finalizando o relatório original, afirma a Comissão:

> "Assim sendo, queremos sugerir a V. Exa., caso julgue oportuno, que seja constituída uma Comissão composta de Peritos Contadores para fazer um levantamento geral do DERGO e no almoxarifado, **quando então se poderá afirmar se há realmente desfalque,** bem como, na oportunidade, se modificará o sistema contábil da Autarquia, caso, ainda, não se tenha modificado".

103 — Verifica-se, sem nenhuma sombra de dúvida, do seu relatório, parcialmente transcrito, que a Comissão não apurou desfalque ou desvio algum, encontrando simplesmente uma diferença de três milhões, trezentos e oito mil, cento e sessenta e um cruzeiros e trinta centavos (Cr$ 3.308.161,30), sendo que **"no entanto, é inteiramente impossível afirmar-se que esta diferença possa ser caracterizada como desfalque ou desvio de numerário"**, segundo expressão do próprio órgão processante.

104 — No entanto, após o Despacho Governamental de fls. 485, que lhe determinou o cumprimento das disposições estatutárias que lhe obrigava a caracterização individual da responsabilidade dos indiciados, com respectiva capitulação punitiva, veio a Comissão com o seu relatório suplementar de fls. 508, a apontar importâncias não localizadas, em cifras muito superiores à indicada no relatório anterior, como sendo de responsabilidade de ex-Diretores.

105 — Ora, com elementos dessa natureza, como poderá a autoridade decidir certo de que está praticando justiça, e certo de que essa justiça se baseia em dados que correspondam a uma realidade?

106 — A nós nos parece que, sòmente êsse aspecto, retira do Senhor Governador qualquer possibilidade de decidir sôbre a existência ou não da irregularidade apontada, bem assim da sua responsabilidade pessoal, uma vez que a própria Comissão perdeu-se no desencontro de suas afirmações.

107 — Especialmente, tendo-se em vista a natureza grave da falta que teria sido cometida, impõe-se à autoridade a transcendental cautela de mandar, se quiser, repetir os trabalhos de apuração, através de uma nova Comissão, mesmo porque êsse é o entendimento da própria Comissão, quando sugeriu, segundo texto já transcrito, que se constituísse uma nova Comissão composta de Peritos Contadores para fazer o levantamento geral do DERGO e no Almoxarifado **"quando então se poderá afirmar se há realmente desfalque".**

108 — No que respeita às irregularidades que teriam sido praticadas por servidores subalternos, especialmente no que tange à participação dos mesmos em organizações comerciais, sem embargo da atribuição privativa da autoridade julgadora para compulsar as peças de defesa e decidir das mesmas, entendemos que a documentação apresentada, advinda tôda ela dos responsáveis diretos pelo DERGO, à exceção do servidor A. P. N., que não juntou documento, bem como de fornecedores de emprêsas relacionadas com aquêle Departamento, provam a improcedência das mesmas.

109 — No que se refere, por exemplo, à conduta funcional, verificamos declarações de todos os Diretores que já administraram aquela Autarquia, atestando, inequìvocamente, a lisura dos funcionários indiciados como servidores daquela repartição.

110 — No que respeita à publicidade feita pela Autarquia, na Revista especializada, "Brasil Rodoviário", verificamos que a mesma, sôbre ser uma das atribuições que lhe determinava a lei, como promoção das obras rodoviárias, não poderia, realmente, ser feita em outra publicação, pelo simples fato de que essa outra publicação não existia neste Estado, sendo certo, como se verifica do processo, que teve a mesma, inclusive, a autorização dos respectivos dirigentes, segundo os documentos de fls. 87/94.

111 — Sôbre essa publicação, revista "Brasil Rodoviário", além de caudal de provas no processo de que tôdas as publicidades foram realizadas por determinação expressa dos Srs. Prefeitos e das autoridades do DERGO, o que se deduzir da mesma, pela qualidade do material de que era feita, tanto técnica como intelectual, é que se constituía em eficientíssimo e elogiável veículo de publicidade das coisas de Goiás, no setor de rodovias, junto aos demais Estados da federação e a outros países, como se constata das correspondências juntadas pela defesa de fls. 598 e seguintes.

112 — Ora, sinceramente, não vemos como, sob êsse aspecto, a possibilidade de se demitir funcionários, alguns dêles com vários anos de Casa e serviços reconhecidamente bons, prestados ao órgão, como se verifica dos documentos anexados a êste processo, especialmente quando se observa que os mesmos, como é o caso do Sr. H., já não era mais Diretor da publicação dores do DERGO e os demais não tinham quando da extensão do Estatuto aos servi- nenhuma função diretiva.

113 — No que se refere a compras de materiais inservíveis da Autarquia, bem como a emissão de "cautelas", é evidente que ambas operações sòmente se realizam com a autorização do responsável direto pelo órgão, sendo certo que requerer alguma coisa nunca foi crime; a autorização é que poderia ser objeto de exame, o que, no entanto, neste processo não foi feito.

114 — A advocacia administrativa, proveito pessoal, concussão, corrupção, algumas das acusações que foram feitas pelo relatório suplementar, que teriam, realmente, natureza grave, resultam, entretanto, sem nenhum apoio em elemento de prova de real convicção, sendo certo que os dados indiciários estão afogados pelos documentos de defesa apresentados.

115 — Fato digno de se notar, no presente processo, especialmente em relação aos Dirtores da Autarquia, é a inexistência de qualquer notícia sôbre a aprovação ou não de contas do DERGO pelo Tribunal de Contas do Estado, circunstância que deveria ter sido, de início, esclarecida convenientemente.

116 — Por todo o exposto, concluímos que o processo administrativo, apreciada a sua natureza jurídica, que nos foi pôsto para exame, não reune condições suficientes para determinar qualquer espécie de punição disciplinar, razão por que entendemos:

1º) — o processo administrativo deve ser anulado, com a repetição do ato por nova Comissão, caso assim entenda o Senhor Governador;

2º) — as mesmas faltas apontadas no relatório não dependem de processo administrativo para serem apuradas pela polícia judiciária, e examinadas pela justiça comum, como, aliás, foi proposto pelo próprio relatório de fls.

E' o parecer.

Goiânia, 9 de julho de 1964.

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA — EXPLORAÇÃO DO MOGNO — CAPITAL ESTRANGEIRO

— E' norma seguida em nosso direito que, nas sociedades constituídas por iniciativa estatal, seja o Estado o acionista preponderante no capital societário.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer nº 626/64

Autor: Dr. Oscar Sabino Júnior

1 — No presente processo, a SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO encaminha à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, via do expediente de fls. 2, proposta da firma norte-americana E.T.P., sediada em NEW JERSEY, ESTADOS UNIDOS, para a constituição de uma sociedade de Economia Mista, com a participação do ESTADO DE GOIÁS, objetivando a execução de um vasto programa de valorização da região setentrional goiana, através do aproveitamento racional e econômico do mogno.

2 — Acompanham os autos, além da proposta da firma interessada, os seguintes documentos:

I — Exposição de motivos do titular da Pasta da Indústria e Comércio a respeito de providências consideradas necessárias e urgentes ao aproveitamento, defesa e preservação do mogno;

II — Projeto de lei, elaborado sob a orientação da Secretaria de Planejamento, autorizando o Chefe do Poder Executivo a constituir, sob a denominação de COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE ARAGUAIA-TOCANTINS (CODEVAT), para fim objeto da proposta da aludida firma norte-americana.

3 — Em resumo, a firma proponente, após entendimentos com o Govêrno Estadual, se dispõe a executar aquêle programa, mediante as seguintes condições:

I — Participação, em partes iguais (50%), na formação do capital social da emprêsa (um milhão de dólares);

II — a parte do Estado de Goiás seria integralizada em terras pelos valôres oficiais, e localizadas, preferencialmente, na área do mogno, segundo o levantamento efetuado pela FAO;

III — a emprêsa teria a concessão para explorar, com exclusividade, o mogno na referida área;

IV — além de outras facilidades, o Estado concederia isenção de impostos e taxas;

V — a emprêsa se obrigaria a respeitar e fazer respeitar, rigorosamente, as disposições do Código Florestal Brasileiro, assim como promover o plantio e replantio do mogno, de molde a preservar a espécie e assegurar a continuidade dêsses grupos, segundo normas que lhe serão fornecidas pelo Estado;

VI — a Presidência da emprêsa caberia a uma pessoa indicada pelo Govêrno do Estado, de acôrdo com os Diretores da E., ficando, todavia, sob a exclusiva responsabilidade desta última, a parte operacional da organização;

VII — a emprêsa se propõe, ainda, desenvolver completo programa de assistência médica, educacional e social aos seus trabalhadores e respectiva família, bem assim observar, nesse particular, as normas da legislação trabalhista e social.

4 — O processo veio ter a esta Consultoria, para conclusivo parecer a respeito.

5 — Antes de considerações de ordem jurídico-legal a propósito do assunto versado nestes autos, desnecessário seria demonstrar o alcance da medida e o seu relevante interêsse para a economia goiana.

6 — Todavia, não seria demasiado revelar alguns aspectos, embora resumidamente, com base no magnífico estudo (fls. 6 a 27) procedido pelo titular da Secretaria da Indústria e Comércio, Dr. ARCHIMEDES PEREIRA LIMA, sôbre problema do mogno e suas implicações na economia do Estado de Goiás. Assim, antes de entrar no que realmente mais nos diz respeito no presente processo, consideramos interessante transcrever, a título ilustrativo, alguns trechos daquele estudo:

> "Com efeito, a espécie em causa, cuja procura aumentava na razão direta da alta das cotações por metro cúbico, nos mercados internacionais, ora identificado como a SWIETENIA MACROPHYLLA, da família das Meliáceas, e tornou-se, no Peru, um dos melhores e mais rendosos negócios, dando origem a promissora indústria que fêz a prosperidade rápida de grandes emprêsas". "... porém, a de maior procura, hoje, e de maior valor, pelo seu diminuto pêso específico, que a torna mais apropriada ao emprêgo na indústria da construção, notadamente no **revestimento interno de submarinos atômicos**, é a SWIETENIA MACROPHYLLA a espécie mais abundante no Brasil (Amazonas, Pará e Goiás)". (O grifo é nosso).

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

"A região do mogno em Goiás cobre, com maior ou menor incidência da preciosa espécie, vastas extensões dos Municípios de Araguatins, Itaguatins, Xambioá, Nazareth, Ananás, Sítio Nôvo, São Sebastião, Tocantinópolis e Araguaína, no extremo Norte do Estado. Trata-se de uma das mais **preciosas reservas do mogno verdadeiro existente em todo o mundo**". (Grifamos). Presenteados que fomos pela natureza com essa dádiva do céu, incluindo-nos às poucas regiões **onde ainda existe essa nobre, rara e quase desaparecida espécie botânica, cumpre-nos agir com decisão e firmeza na defesa dêsse patrimônio**.

A progressiva escassez do mogno em todo o mundo, motivada pela crescente e rendosa exploração comercial ou mesmo pela ação, às vêzes incontrolável, do fogo, motivou a adoção, nos países dotado dêsse notável privilégio, de medidas severas para a sua preservação.

Pelos importantes dados técnicos, econômicos e científicos, constantes do notável trabalho, contribuição positiva, que desejamos enaltecer, da SPVEA, verifica-se que Goiás possui na **Região Norte, uma fabulosa reserva capaz, só ela, de explorada racional e convenientemente, de libertar o nosso setentrião do julgo do subdesenvolvimento**.

Só em pequena parte da área levantada, pela FAO, onde os técnicos identificaram, mediram e cubaram árvore por árvore, foi **avaliada por aquela missão em mais de hum milhão de dólares**.

Êsse cálculo, longe de representar um exagerado otimismo, está calcado em dados assim obtidos: a produção da área do Rio Piranhas, equivalente a dez por cento da área total levantada (v. mapa anexo), foi calculada em 65.000 metros cúbicos do mogno. Os técnicos reduziram essa estimativa à metade e, finalmente, admitiram a possibilidade de transformar apenas 40% das toras em madeira serrada, que avaliaram também, por baixo, ou seja, a 90 ou 100 dólares por metro cúbico, o que representa, na verdade, estimativa abaixo do preço real. Ainda assim, chegaram à cifra apontada, de hum milhão de dólares, resultante não de um devaneio, mas de cálculos matemáticos, como se pode verificar naquele estudo, página 58, onde estão minuciosamente expostos os métodos empregados pelos técnicos para chegar a êsses resultados.

Cremos, assim, haver provado, sem sombra de dúvidas: 1) — a existência, em abundância, do mogno em Goiás (2.214 árvores, com um total de 3.092 metros cúbicos, num bloco de 200 hectares tomado ao acaso — (pág. 44 do relatório técnico da FAO;) e 2) — o alto valor da preciosa essência, indicando a necessidade, inadiabilidade e rentabilidade do seu aproveitamento econômico". (Os grifos são nossos).

7 — Pelos trechos acima reproduzidos, constantes do relatório da CIC, no qual é, aliás, sugerida a criação do Instituto Goiano do Mogno, ressalta, à evidência, a importância dessa preciosa madeira no panorama geral da economia estadual. Não resta dúvida, portanto, de que ao Govêrno Estadual cumpre adotar medidas sensatas, criteriosas e lícitas para, em proveito da coletividade goiana, promover o aproveitamento racional dessa fabulosa riqueza florestal. Mas, ao tomar iniciativa nesse sentido, se admitida a hipótese de que o Estado de Goiás, por si só, ou seja, isoladamente, não disponha, no instante presente, de recurso financeiro para promover a exploração industrial de mogno, assim como de outras madeiras de lei, há de cercar-se de tôdas as garantias lícitas e permitidas em lei, de molde a que, no futuro, não seja acusado de negligente na defesa dos legítimos interêsses da coletividade goiana. Assim, tomamos a liberdade de chamar a atenção do Govêrno para êsse aspecto da questão, despidos de qualquer espírito de nacionalismo exagerado, por considerar que o problema do mogno em Goiás, além do seu ângulo de natureza econômica, apresenta as suas dimensões políticas, nem sempre desprezíveis em casos que tais. Como não se ignora, em tempos que não vão longe, o mogno foi objeto de grande celeuma na imprensa, não só local, como também na do Rio e São Paulo.

8 — Não obstante argumentos que conduzam à tese contrária, o mais acertado seria que, no caso, quando o Estado não pudesse exercer o monopólio da exploração industrial do mogno, retivesse, em qualquer emprêsa que viesse a ser constituída com tal objetivo, pelo menos 51% do capital social.

9 — Ressalte-se, outrossim, que o mogno, pelas suas excelentes propriedades de madeira nobre e rara, bem salientadas no aludido relatório da Secretaria de Indústria e Comércio, como também no da FAO, ali citado, pode ser considerado hoje em dia material de valor estratégico, pois, além de ser utilizado no revestimento de submarinos atômicos, tem outras aplicações na indústria de construção naval. Por tais razões, é uma das madeiras mais reputadas no mercado internacional, quer pela sua resistência ao fendilhamento e ao empenamento, quer pela sua trabalhabilidade e baixo pêso específico.

10 — Feitas estas observações, que reputamos oportunas, passemos ao exame da proposta sob o aspecto jurídico-legal.

11 — Conforme se vê da proposta de fls. 4/5, a firma E. T. P. Co. propõe ao Govêrno Estadual, dentro das condições já expostas neste parecer, a criação de uma sociedade de economia mista, associada ao Estado de Goiás, na base de participação paritária no capital social da emprêsa que vier a ser constituída.

12 — De logo, a despeito das ponderações por nós feitas, temos de convir que a legislação brasileira não veda seja constituída uma sociedade dessa natureza, ainda que tivesse como acionista uma emprêsa estrangeira, como é o casa da firma proponente. Isto porque, o artigo 64, da lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, que dispõe sôbre as sociedades anônimas, reza:

> "Art. 64 — As sociedades anônimas ou companhias estrangeiras, qualquer que seja o seu objeto, não podem, sem autorização do Govêrno Federal, funcionar no país, por si mesmas, ou por filiais, sucursais, agências ou estabelecimentos que as representam, **podendo, todavia, ressalvados os casos expressos em lei, ser acionistas de sociedades anônimas brasileiras** (Art. 60)". — (O grifo é nosso).

Comentando o aludido artigo, observa o festejado tratadista TRAJANO DE MIRANDA VALVERDE:

> "Nenhuma razão, entretanto, há para proibir as sociedades anônimas estrangeiras de serem acionistas de companhia brasileira, já que estas estão integralmente sujeitas às leis nacionais e podem ser controladas ou fiscalizadas pelo Poder Público. Seria, por outro lado, uma proibição fàcilmente fraudável, salvo se a lei acabasse, o que é absurdo, com as ações ao portador".

E acrescenta:

> "O fim prático da proibição é, como já acentuamos, impedir que companhias estrangeiras funcionem, clandestinamente, ao contrôle ou fiscalização do Poder Público". (Sociedades por Ações, vol. I, pág. 420).

13 — Como se evidencia do precitado dispositivo legal, bem como dos comentários a êle feitos por VALVERDE, cuja autoridade na matéria é reconhecida, as sociedades estrangeiras não estão proibidas de serem acionistas de companhias brasileiras, ressalvados, é claro, os casos expressos em lei, quando estas últimas não se destinam a atividades que encontram restrições, de ordem pública, na legislação brasileira, quanto à participação nelas do capital estrangeiro. Assim é que — exemplificando — que as pessoas jurídicas estrangeiras, e mesmo as nacionais, não podem ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias de emprêsas jornalísticas ou noticiosas. Restrições também há no respeitante às sociedades organizadas para o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e de energia elétrica. Porém, no caso objeto dêste processo, não deparamos com restrições da mesma natureza, sendo viável, se relegadas a segundo plano as dimensões políticas do problema, a participação de uma emprêsa estrangeira, como acionista de companhias brasileiras, ainda que na base de 50% do capital social.

14 — De outra parte, é sabido que a sociedade de economia mista, embora ten-

do o mecanismo da sociedade anônima, ou seja, a armadura desta,é formada de capitais particulares e públicos, podendo, todavia, o Estado ser acionista majoritário ou não.

PONTES DE MIRANDA, depois de afirmar que "o conceito de sociedade de economia mista é de economia e de finanças, não é, pròpriamente, conceito de direito", aduz: — "Nem tôdas as sociedades de tal tipo são do mesmo grau de participação estatal: algumas têm o seu capital dividido em partes de capital que correspondem a ações dos particulares e parte de capital que corresponde a dois terços ou à maioria de ações pertencentes ao Estado, inalienáveis, impenhoráveis e incedíveis essas ações; outras, em que o Estado não exige, sequer, a maioria, e se satisfaz com certo número de ações, com intervenção na escolha do diretor e veto; outras em que não se leva a intervenção até o veto, ou não se estabelece qualquer intervenção e só se asseguram as vantagens à entidade política; outras, em que o Estado apenas se reserva certo contrôle da administração técnica. Há tôda uma escala de formas possíveis". (REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, vol. 29, pág. 461).

15 — É de notar ainda que, tendo em vista a participação de bens do domínio público, em espécies ou não, o Estado incorporará, ou não participará da incorporação promovida pela iniciativa privada, senão mediante prévia autorização legislativa, razão pela qual procede a propositura do incluso projeto, realmente o caminho certo para o início do empreendimento. Tem sido norma observada entre nós, quando autorizada a criação de tais sociedades, que o Estado retenha sempre 51%, no mínimo, das ações. Em socorro dessa nossa afirmativa, transcrevemos abaixo a abalizada opinião de ilustres tratadistas:

> "Não é a sociedade de economia mista, portanto, simples sociedade anônima, como qualquer sociedade privada de capital dividido em ações. Interferindo nela o poder público como acionista, e acionista preponderante, ao lado dos acionistas comuns, pessoas naturais e pessoas jurídicas de direito privado, ela só é quanto à forma sociedade anônima. Desta possui os órgãos estruturais e os aspectos; mas, êsses próprios órgãos, que devem funcionar harmônicamente, se submetem à vontade única — a do Poder Público".
>
> "No Brasil, como em quase todos os países, a sociedade de economia mista é criação da lei. Não nasce nenhuma do simples acôrdo de vontades dos particulares e dos agentes do poder público, como a sociedade privada. E' que a sociedade de economia mista há de ter por objeto o interêsse público, muitíssimo mais do que o interêsse particular". (**Sociedade de Economia Mista — Waldemar Ferreira, págs. 54 e 133**).
>
> "Outra forma de ação foi a sociedade de economia mista, em que o Estado admite a participação de capitais privados, mas reserva-se o direito de traçar a orientação, nomear a maior parte da diretoria, e não raro, limita dividendo e derroga vários princípios da legislação sôbre sociedades anônimas. Nessas sociedades, colaboram os governos locais com os governos nacionais, ou, com êstes, os setores econômicos interessados na regulamentação estatal".
>
> "A sociedade de economia mista, fundada por iniciativa do Estado, ou, afinal, por êle transformada e absorvida, com capital, em sua maior parte, pertencente ao Tesouro e diretoria em que preponderam pessoas indicadas pelo Govêrno, dedicada a interêsse público ou com êste conexo, é um órgão ou unidade de serviço público. O mesmo não se poderá dizer, é claro, da simples sociedade comercial, que, por circunstâncias fortuitivas teve a maior parte de seu capital transferida para o patrimônio público, por efeito de confisco, adjudicação, doação, legado, etc." (in "CLÍNICA FISCAL" — ALIOMAR BALEEIRO, págs. 169 e 171).

16 — Não obstante admitir-se a participação do Poder Público como acionista majoritário, segundo se depreende dos períodos 14 e 15 dêste Parecer, é norma seguida em nosso direito que, nas sociedades constituídas por iniciativa estatal, seja o Estado o acionista preponderante no capital societário, reservando-se para êle a subscrição, no mínimo, de 51% das ações. Essa norma tem sido adotada, pelo legislador brasileiro, com o louvável objetivo de assegurar ao Poder Público o contrôle sob a administração da emprêsa de capital misto e, de conseqüência, resguardar interêsses de ordem pública. Essa, evidentemente, a forma mais aconselhável na constituição de sociedades de tais naturezas. Essa também a nossa conclusão jurídica, em que pese outras realidades extrajurídicas, porque em conformidade com a tradição do direito brasileiro. E nem só desta Consultoria é êsse entendimento, pois êle encontra apoio nas opiniões dos mais eminentes tratadistas brasileiros especializados na matéria.

17 — Contudo, isso, na hipótese em que o Govêrno Estadual relegue para plano secundário a conclusão desta Consultoria, para acolher a proposta da firma norte-americana, citada, ou então, a sugestão da Secretaria da Indústria e Comércio, contida no Relatório de fls. 6/28, que evoluiu da criação do Instituto Goiano do Mogno para a entrega da liderança do empreendimento à iniciativa privada, afigura-se-nos indispensável que o Estado, no acautelamento do interêsse público, cerque-se de certas garantias, impondo condições, aliás, perfeitamente ajustáveis às normas reitoras de sociedade de tal tipo. Assim é que, objetivando, sobretudo, a que o Govêrno fique a coberto de críticas, pelas razões alegadas nos itens 7/9 dêste parecer, indispensável que o Estado, na formação dessa emprêsa, adote os atos, os têrmos e as solenidades previstas, permitidas ou não defesas em lei, com a inscrição dos mesmos no Estatuto básico da sociedade. Dessa forma, consideramos que dentre aquelas precauções são imprescindíveis as seguintes:

I — Que o Estado reserve para si o direito de traçar a orientação; e indicar, não só o Presidente, como a metade dos demais diretores previstos nos Estatutos.

II — Que as ações se revistam tão-sòmente da forma nominativa.

III — Impor, nos Estatutos, certas limitações e restrições à circulação das ações, como permite o parágrafo 2.º, do art. 27, da Lei das Sociedades Anônimas.

VI — Que a avaliação das unidades de área de terras destinadas à integralização do capital subscrito pelo Estado, devidamente levantadas e demarcadas em seus precisos limites, represente efetivamente os valôres constantes da pauta do IDAGO somados ao valor arbitrado das reservas florestais do mogno e outras madeiras de lei. Essa êxigência decorre de, não sòmente do interêsse de resguardar-se a coisa pública, como do próprio princípio legal que regula a matéria e que se consubstancia no artigo 4º e seguintes da Lei das Sociedades Anônimas.

V — Que faça constar do Estatuto básico, normas técnicas e gerais, recomendadas pelo Grupo de Trabalho criado pelo decreto nº 211, de 31-12-1963, como programa de atuação das emprêsas na exploração, em escala industrial do mogno e outras madeiras de lei.

18 — Devemos, finalmente, esclarecer que algumas dessas condições já estão contidas no substitutivo, preparado por esta Consultoria, ao projeto de lei oferecido pela Secretaria do Planejamento e Coordenação. Em nosso projeto, além de acrescentar certos dispositivos, excluímos outros por considerá-los desnecessários. Outras imposições, referidas no item anterior, deverão ser objeto do Estatuto básico da emprêsa.

19 — Quanto ao artigo 5º, do projeto originário, deixamos de incluí-lo em nosso substitutivo, porque se trata de matéria já regulada pela legislação ordinária do Estado e do país, a partir da Constituição Federal. Por essa razão, entendemos que não deve ser objeto da lei que autorizar a constituição da emprêsa.

20 — De resto, no concernente ao nome da emprêsa, após entendimentos com o titular da Secretaria da Indústria e Comércio, Doutor Archimedes Pereira Lima, julgamos conveniente substituí-lo, dando-lhe a denominação de Companhia de Desenvolvimento Econômico do Norte de Goiás, por mais consentânea com a finalidade do empreendimento.

É o parecer, s. m. j.

Goiânia, 29 de julho de 1964.

fala, tanto que logo a seguir o próprio dispositivo cita a palavra "impôsto" (no singular ou no plural) por duas vêzes.

11 — A propósito, ainda escreve PONTES DE MIRANDA:

> "No texto, fala-se de tributos; logo após, de impôsto, quanto à regra de corte. E foi bem assim se dissesse, porque **entre taxas não há pròpriamente concorrência:** ou as duas entidades podem lançar a taxa, ou não podem; se só uma o pode, a outra taxa não vale; se as duas podem lançar, é que as duas taxas são diferentes, **de modo que nunca seria possível invocar-se o texto, para que, em matéria de taxas, prevalecesse a que lhe fôsse decretada pela União".** (obra citada, pág. 209).

Interessante invocar também a abalizada opinião de HELY LOPES MEIRELLES, em seu ótimo trabalho "Direito Municipal Brasileiro', a respeito do direito dos municípios sôbre a participação em :

> "QUOTAS DOS NOVOS **IMPOSTOS** — Já vimos que o Município não pode criar **impostos,** cabendo-lhe, tão-sòmente, arrecadar os que lhe são atribuídos pelo art. 15 da Constituição Federal, e participar da quota de **impostos** da União (renda, consumo e único) e do Estado-membro, pelo sistema do excesso de arrecadação. Além disso, caberá ao Município **40% dos novos impostos** instituídos e arrecadados em seu território pelo Estado".

12 — Portanto, não há que falar em taxa à luz do art. 21 da Constituição, mas sim de impostos, tais como se acham considerados nas regras estabelecidas por PONTES DE MIRANDA e outros do Direito, acêrca do mesmo mandamento constitucional. E' dêle esta lição, de maneira tão completa, ainda que sucinta, que dispensará outras considerações:

> REGRAS JURÍDICAS EXAUSTIVAS — Os artigos 15, 19 e 29, ao lado do art. 21, dispensaram a regra jurídica sôbre tributação. Ou o tributo cabe no art. 15, ou no art. 19, ou no art. 21. Se cabe em qualquer dos três primeiros, só a entidade política, a que regra jurídica de competência se refere, pode decretá-lo. Se cabe no art. 21, porque em nenhum dos três cabe, e observa-se o art. 21. Nesse ponto, a técnica legislativa constitucional do Brasil chegou a precisão e a rigor que outra nenhuma alcançou. Se há dois impostos do art. 15, ou 19, de duas entidades diferentes, com a mesma incidência, uma das leis é contrária à Constituição de 1946. Se há dois impostos do art. 29, de entidades diferentes, que podiam impor, a lei estadual é **ineficaz,** porque prima a lei federal". (ob. citada pág. 220).

13 — Por não ser impôsto o tributo que se paga em Goiás, a título de incentivo ao turismo, de acôrdo com a lei preexistente, mas notòriamente uma taxa, como tal considerada em todos os elementos que a constituem, deveremos, ao contrário do art. 30 da Constituição Federal, o qual dá à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a competência para cobrar taxas, contribuições de melhoria e quaisquer outras rendas que possam provir do exercício de suas atribuições e da utilização de seus bens e serviços.

14 — Seria fastidioso repisar aqui conceito de impôsto e de taxa, tão abundantes são na jurisprudência pátria. Bastaria o conceito que ALIOMAR BALEEIRO tem de um e outra. Para êle, "impôsto é a prestação de dinheiro que, para fins de interêsse coletivo, uma pessoa jurídica de Direito Público, por lei, exige coativamente de quantos lhe estão sujeitos e tem capacidade contributiva, sem que lhes assegure qualquer vantagem ou serviço específico em retribuição dêsse pagamento". De outra parte, "cobram-se as taxas quando alguém se utiliza de serviço público especial e divisível, de caráter administrativo ou jurisdicional ou o tem à disposição, e ainda quando provoca em seu benefício, ou por outro ato seu, despesa especial dos cofres públicos". (Uma Introdução à Ciência das Finanças, 2a. ed., vol. I, págs. 397 e .29).

15 — Perguntar-se-á então: a Lei estadual n.o 1.347, não instituiu justamente uma taxa, com incidência certa e específica, para ser aplicada em um setor especial da administração (desenvolvimento do turismo, nas balizas do atual Plano de Desenvolvimento do Estado), ficando o respectivo produto vinculado em conta especial do Banco Oficial do Estado e só podendo ser movimentado pela autoridade responsável pelo setor ligado ao fomento do turismo em Goiás? Tanto é taxa que a própria Prefeitura, com a Lei 2.222, também criou o tributo com essa denominação e sob os mesmos fundamentos.

16 — Sendo taxa, o Estado tinha competência constitucional para instituí-la, assim como a teria a Prefeitura de Goiânia, caso o fizesse primeiro. Mas pagar uma mesma classe de contribuintes (hóspedes em hotéis, pensões, freqüentadores de restaurantes, casa de pasto, bares, confeitarias etc. etc.) uma mesma taxa, embora com alíquotas diferentes, a título de incentivo ao turismo, as duas Unidades políticas, é incorrer-se na vedação constitucional da bitributação.

17 — Ora, sabendo-se que ocorrendo a dupla tributação entre o Estado e o Município, prevalecerá o direito do primeiro, consoante o mandamento constitucional, conclui-se que a Taxa de Turismo criada pela Prefeitura de Goiânia, em decorrência da Lei n.º 2.222, além de superveniente, é flagrantemente inconstitucional, por se tratar de tributo semelhante a do instituído pelo Estado.

18 — De tudo quanto ficou exposto, deduzimos que o pedido formulado pelo Prefeito de Goiânia, na petição de fls., não encontra qualquer arrimo frente ao art. 21 da Constituição Federal, por não se tratar na espécie de tributo (impôsto) criado pelo Estado, além dos que a Constituição Federal lhe reserva no art. 19, mas de taxa legalmente instituída em conformidade com a competência que dá ao Estado-membro o art. 30 da Carta Magna do País.

De outra parte, ao concluirmos também para que se considere insubsistente, porque inconstitucional, a Taxa de Turismo criada pela Prefeitura, face às razões já conhecidas, julgamos que o estabelecimento de um **modus vivendi** — tal como o aconselhou o Sr. Governador — seria a solução para o **impasse** e de ótimo proveito à expansão das atividades turísticas na Capital.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Em 14 de setembro de 1964.

TERRAS DEVOLUTAS — COMPRA E VENDA — COMISSO — RECURSO

— E' de se conhecer do recurso, por tempestivo, cabível na espécie, negando-se-lhe a procedência pelos próprios fundamentos da decisão recorrida, sem prejuízo de decisão em contrário do Senhor Governador do Estado, por fôrça da prerrogativa que lhe faculta o parágrafo 4º, do art. 53, da Lei nº 3.090, de 1961.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer n.º 693/64

Autor: Dr. Divino J. de Oliveira

E. Z. A., promitente comprador de um lote de terreno rural, com área de 5.000 hectares, designado por lote nº 1, do loteamento denominado "Rio Lontra", e "ANDORINHA", do município de Araguaína, dêste Estado, por ter sido declarado

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

em comisso seu contrato, em virtude de decisão do Senhor Presidente do IDAGO, datada de 20 de março de 1963, incorformado com a decisão, recorre para o Senhor Governador do Estado.

I — PRELIMINARMENTE

2 — O recurso é tempestivo, por isso que, tendo sido intimado o requerente, na pessoa de seu procurador, por ofício nº 142-64, de 24-3-64 (fls. 32/33), foi o recurso protocolado em 31/3/64 (fls. 35), dentro do prazo que, por analogia pode ser aplicado no caso, é de 30 dias, na forma do § 2º, do artigo 99, da Lei nº 1.660, de 6 de novembro de 1957.

3 — A governadoria é a instância competente para conhecer do recurso. Ao contrário do que conclui o parecer de fôlhas 47 a 47 verso, da ilustre assessoria jurídica do IDAGO, a autonomia dessa entidade não vai ao ponto de torná-la instância final, da qual não seja possível recorrer administrativamente. Senão, vejamos:

a) o IDAGO é uma autarquia, criada pela Lei nº 4.039, de 6 de julho de 1962, subordinada à Governadoria do Estado e vinculada à Secretaria da Agricultura, nos têrmos do artigo 1.º dessa lei;

b) a sua autonomia é relativa e apenas para gerir os recursos de seu peculiar interêsse, dependendo, quando fôr o caso, da decisão do Governador.

Eis a lei:

"Lei nº 4.039, de 6/7/62;

Art. 2º — o IDAGO tem por fim:

....

V — Administrar os recursos do Fundo Agrário Estadual criado por esta lei. Parágrafo único — **Mediante autorização específica do Governador do Estado** (grifamos) o IDAGO poderá" .... Êsse inciso caracteriza sua dependência do Governador do Estado;

c) — Por sua vez, a lei nº 3.999, de 14/11/1961, que reestrutura o sistema administrativo do Estado, em seu artigo 1º § 2º, doutrina:

"Art. 1.º .....

§ 2º — São serviços autônomos os constituídos em entidades autárquicas ou assemelhadas **sob o contrôle imediato ou mediato do Govêrno**" (Grifamos).

Não nos parece, pois, salvo melhor juízo, ser impertinente o apêlo, embora pudesse o requerente pedir antes a reconsideração da decisão recorrida. E' cabível na espécie.

4 — O processamento do recurso, tal como vinha sendo feito, contraria as normas processuais comuns. Recebido que foi no IDAGO (fls. 36), proferiu-se o despacho certo: 'Para **juntar** (grifamos) aos autos respectivos, informar e opinar a respeito do assunto".

Cabia à seção respectiva anexá-lo ao processo de origem, na forma do artigo 19, do Decreto nº 167, de 8 de novembro de 1962, que diz:

"Art. 19 — Caberá anexação quando os papéis a serem juntados constituam continuação do processo inicial, devendo, por isso mesmo, ser autuados juntos.

E, o artigo 15, dêsse mesmo decreto ensina:

"Art. 15 — Os pedidos de reconsideração de despachos **e recursos** (grifamos) não constituirão novos processos devendo, todavia, ser apresentados no mesmo local em que deu entrada a petição inicial, onde se providenciará a sua juntada ao processo anterior".

Por aí se vê que o processo deve ser chamado à ordem, pela anexação de ambos em um só.

II — FATO

5 — O processo teve origem quando J. C. M. S. requereu ao Governador do Estado, em 10 de dezembro de 1957, a compra de 5.000 hectares de terras devolutas (fls. 2) no lugar denominado "RIO LONTRA e ANDORINHA', no então distrito e município de Filadélfia, hoje Araguaína (?) neste Estado.

6 — Pelo despacho nº 192, de fôlhas 8, do Senhor Governador do Estado, foi deferida a pretensão do requerente, encaminhando-se o processo ao então Departamento de Terras e Colonização, para o expediente de estilo.

7 — O processo correu os trâmites legais, ao que se presume, com as cautelas necessárias, até que chegou ao cálculo das despesas do custo da terra, medição e emolumentos, num montante de Cr$ 880.000,00, mais Cr$ 1.051,50 de selos.

8 — Deu-se como paga a medição, de Cr$ 130.000,00.

9 — Nessa altura, já em 26 de abril de 1960, apresenta-se, via de seu ilustre e honrado procurador, Dr. José Hermano Sobrinho, com instrumento autêntico de cessão de direito, o ora recorrente, E.Z.A. (fls. 15 a 17), instruindo seu pedido, ainda, com a prova de recolhimento de 5% sôbre o custo da terra, exigida pelo artigo 104, da Lei nº 1.448, de 12-12-56.

10 — No dia 11 de maio de 1960, consolidando o pactuado, firmou-se entre o Departamento de Terras e Colonização, por seu Diretor Geral, e o cessionário ora recorrente, o contrato de compromisso de compra e venda, constante do instrumento que, por cópia autêntica, juntou-se às fôlhas 44 a 46.

11 — Estranho é o fato dêsse contrato ter passado despercebido por quantos tiveram, em função de seus cargos, de se pronunciarem sôbre os fatos de que trata o processo primitivo e o recurso, e que estão vinculados a êle.

a) — Em seu "Relatório", às fôlhas 26, o sr. Chefe da Ag. C. T. diz, no seu item 7: — "parece-me também não haver sido expedido contrato de compromisso de compra e venda";

b) — às folhas 29, inciso II, o doutor Assessor Jurídico diz:

"Não consta dos autos nenhuma prova da existência do contrato de compra e venda em prestações, entre o Estado de Goiás e o peticionário"...;

c) — E o despacho de fôlhas 30 verso foi mais incisivo: — "De acôrdo com a lei, o contrato **não escrito** (grifamos) caiu em comisso com a publicação do edital de fôlhas". No entanto, às folhas 44 a 46, como se disse, aparece cópia autêntica do contrato que todos ignoravam. Não diz quem foi que o apresentou, parecendo, todavia, ter sido iniciativa da própria Repartição.

12 — Pelo contrato em referência, ficou firmado, entre o Estado e a ora recorrente, um contrato perfeito, calcado todo êle na lei reguladora da venda de terras então vigorante, a de nº 1.448, de 12-12-1956, que ambas as partes contratantes se comprometeram a observar.

13 — Por êsse contrato, o Estado se comprometeu a vender ao recorrente uma área de 5.000 hectares de terras, situada no lugar denominado "RIO LONTRA e ANDORINHA", dentro dos limites da demarcação homologada pelo Govêrno, pelo preço de Cr$ 880.000,00, inclusive Cr$.... 130.000,00 da medição, para ser paga na forma das cláusulas 3.a a 5.a do contrato, mediante o sinal de 5%, de Cr$ 37.500,00; mais a medição de Cr$ 130.000,00, e o restante em 4 (quatro) prestações anuais, de Cr$ 178.125,00 cada uma no dia 11 de maio de cada um dos anos de 1961, 1962, 1963 e 1964.

14 — Cumprindo o pactuado, o promitente comprador, conforme a guia quitada, documento de fôlhas 21, de 10 de maio de 1961, efetuou o pagamento da 1.a prestação.

15 — Em 16 de agôsto de 1962, consoante informação de fôlhas 21 verso, já era apontado atraso da parte do promitente comprador com relação à prestação vencida em 11 de maio daquele ano e, em razão dessa informação, ordenou-se a publicação do edital previsto pelo artigo 106, e seus parágrafos, da Lei nº 1.448, atrás referida, cujo edital, de 16 de agôsto, foi publicado no Diário Oficial nº 8.953, de 24 de setembro daquele ano, conforme certidão de fôlhas 23, final, e documentos de fôlhas 40.

16 — Sòmente em 13 de fevereiro de 1963, quase 6 meses após a publicação, atribuindo a culpa do atraso ao promitente vendedor, através do nôvo órgão encarregado dos negócios de terras, o IDAGO, aparece o promitente comprador querendo recolher "as prestações vencidas", inclusive a já paga, de 1961 (vide fôlhas 21).

17 — Daí, após ouvir aos órgãos administrativos competentes, e com base nas conclusões dêstes, o senhor Presidente do IDAGO, em despacho fundamentado, indefere o pedido de expedição de guias e declara em comisso o contrato, de acôrdo com os parágrafos 1º e 5º, do artigo 106, da Lei nº 1.448, de 12 de dezembro de 1956, facultando ao promitente comprador renovar a compra, sem direito a reposição das quantias pagas, determinando, ainda, a intimação daquele, o que se faz pelo ofício nº 142/64, de 24 de março dêste ano.

18 — Inconformado, o promitente comprador recorre para o senhor Governador do Estado.

III — O DIREITO

19 — Discute-se neste recurso, o comisso de contrato perfeito, entre partes capazes, por inadimplemento motivado por uma delas.

20 — Ao firmar êsse contrato, o Estado assumiu a função de entidade de direito, que se rege pelo direito privado. Por isso, deve ser apreciado à luz dêsse direito. E' o que ensina Paulo Garcia em seu livro "Terras Devolutas", às páginas 75, a saber:

> "Entendemos que a venda que o Estado faz das terras devolutas é um ato jurídico estritamente de direito privado, pois, segundo se vê do artigo 66, nº III, do Código Civil, os bens patrimoniais o poder público os tem como pessoa de direito privado".

21 — Baseando, por certo, nesse princípio, foi que o Estado promulgou a Lei nº 1.448, questionada, que na parte em que trata da rescisão ou do comisso, adotou as normas do Código Civil, especialmente no que tange ao "Pacto Comissário", estabelecido no artigo 1.163, do referido Código.

É o seguinte o texto dêsse artigo:

> Código Civil, art. 1.634 — "Ajustado que se desfaça a venda, não se pagando o preço até certo dia, poderá o vendedor, não pago, desfazer o contrato, ou pedir o preço.
>
> Parágrafo único — Se, em dez dias de vencido o prazo, o vendedor, em tal caso, não reclama o preço, ficará de pleno direito desfeita a venda".

22 — O artigo 106, da Lei nº 1.448, em seus parágrafos 1º ao 4º, estabelece as condições do pacto comissório, com relação aos contratos de venda de terras do Estado, fazendo coincidir com as disposições da lei civil supracitada. Originaram-se daí as condições resolutórias constantes das cláusulas 5.a e 6.a, do contrato de fôlhas 45 a 46, declarado em comisso pelo IDAGO, e onde aparece transcrito o artigo 106, da supramencionada lei 1.448, especialmente o § 3º, que o promitente comprador aceitou e que manda intimar para pagamento por edital, **verbis:**

> "Art. 106 ....
> ....
> § 3º — Dez (10) dias após o vencimento da prestação não paga, o Diretor Geral mandará publicar, no Diário Oficial, edital de convocação do promitente comprador, para cumprir essa obrigação dentro de sessenta (60) dias da data daquela publicação".

23 — A doutrina, nessa altura, entende que não cabia mais ao recorrente, inadimplente, querer efetuar os pagamentos ultra-vencidos. Eis o que ensina Carvalho Santos:

> "Nessa altura, convém estudar esta questão; enquanto, porém, o vendedor não exerce o seu direito, poderá o comprador evitar a rescisão, obedecendo ao preço?
>
> A solução é fácil, a afirmativa se impõe, a saber: o comprador, dentro dos dez dias concedidos pelo parágrafo único dêste artigo (Código Civil, art. 1.163) pode oferecer o preço se o vendedor não o tiver citado para a rescisão, como muito bem esclarece João Luiz Alves".
>
> E prossegue:
>
> "Findos os dez dias, citados ou não, já não pode oferecer o preço, porque a rescisão opera-se de pleno direito, não dependendo de interpelação judicial".

Carvalho Santos, Comentário do Código Civil, 8.a edição, volume XVI, página 264.

24 — O recorrente, em suas alegações, pretende inculcar ao IDAGO a culpa do descumprimento do contrato, não pagando êle no prazo prefixado a prestação vencida. Para tanto, refere-se ao período de transição, em que suspenderam-se temporàriamente as vendas de terras, a fim de transferir o acervo do extinto Departamento de Terras e Colonização ao IDAGO. Fala de ter estado "fechado ao público" por ocasião do vencimento da segunda prestação, tendo sido debalde os seus esforços para efetuar o pagamento. Condena o edital público como tendo sido sem destaque e "discretíssimo".

25 — Admitindo-se, só para argumentar, que o Departamento de Terras e Colonização tenha estado fechado, para transferência e adaptação em o nôvo órgão, o IDAGO, ainda assim cabia ao promitente comprador, ora recorrente, diversas providências para prevenir o comisso. Êle não provou:

a) ter requerido, no período em que venceu a prestação, expedição de guia para recolhimento, nem a recusa do IDAGO em fornecê-la;

b) — a recusa pelo IDAGO ou pelo Banco encarregado, de receber a prestação vencida, por estarem suspensos os recebimentos ou por outros motivos quaisquer;

c) — não usou da medida judicial, cabível em último caso, o da consignação em pagamento, ou mesmo de um simples depósito bancário em nome do Estado, para ilidir o comisso. Não houve, portanto, o motivo justo comprovado, do § 1º do art. 106, da Lei nº 1.448.

26 — O promitente vendedor, êste sim, tomou tôdas as providências para livrar do comisso o contrato. Publicou, com o prazo de 60 dias, edital de chamamento ao devedor e ainda, por liberalidade, abriu oportunidade para que o promitente comprador, embora perdendo as parcelas dadas, pudesse comprar, de nôvo, a terra, o que ainda significa lucro. O preço, mesmo aumentado, é compensador.

27 — Da informação de fôlhas 43, resulta provado, e isto o recorrente não logrou desmentir, que o IDAGO não estêve indefinidamente fechado ao público. Nos dias em que devia ser paga a 2.a prestação o IDAGO estava funcionando. Logo, o promitente vendedor não pode responder por culpa contratual.

28 — Não se pode negar ao promitente comprador o direito de requerer, o que quiser e fôr lícito. Os seguintes arrestos justificam o recebimento do pedido. Eis o que pensa a respeito o douto mestre Themístocles Cavalcanti:

> "o recurso, nestes casos, deve ser sempre admitido porque está implícito na própria lei, não dependendo de autorização expressa, — Themístocles Cavalcante, em Direito Administrativo 2º volume, pág. 213. E prossegue:
>
> "O recurso, nestes casos, deve ser sem- é uma exigência da própria normalidade da vida do ente autônomo; sem êle, no dizer de Bielza, nem os funcionários da autarquia, nem os interessados em suas relações com elas, estariam em pé de igualdade exigida pela Constituição.

29 — A decisão recorrida, por liberalidade bem própria do Govêrno Goiano e de seus assessôres, aderiu ao promitente comprador em comisso nova oportunidade de adquirir a gleba questionada, já agora nas condições da Lei nº 3.990, de 14 de novembro de 1961, art. 156.

Sòmente que não pode, conforme doutrina o § 5º, do art. 106, da Lei nº 1.448, de 12-12-56, adquirir, agora, em prestações.

> "Art. 106 ....
> ....
> § 5º — O promitente comprador que deixar seu contrato cair em comisso não mais poderá adquirir a prazo, terras do Estado".

30 — Salvo melhor entendimento, só resta ao promitente comprador reconhecer estar rescindido o contrato, por inadimplemento de sua parte, sem culpa do promitente vendedor e, numa vez reconhecendo êsse fato, entregar a decisão de sua situação ao Governador do Estado, que decide, em última instância, as questões de terras, na forma do art. 100, da Lei nº 1.448, citada.

31 — E' prerrogativa do Governador decidir, como lhe parecer justo, sôbre os casos de terras, como ensina a Lei nº 3.990, de 14-11-1961, art. 53, especialmente o § 4º, que diz:

"§ 4º — Ao Governador fica reservado o direito de mudar de deliberação quanto à venda, se o interêsse público assim o exigir".

IV — CONCLUSÃO

32 — Não resta a menor dúvida, diante do exposto, ser tempestivo o recurso e competente o Governador para dêle conhecer, não existindo a pretendida impertinência por parte do recorrente.

33 — O contrato discutido está sujeito às normas do Direito Civil e contém pacto comissório do artigo 1.113, dêsse Código, explìcitamente declarado no artigo 106, da Lei nº 1.448, de 12 de dezembro de 1956, que integra a cláusula 5.a do Contrato.

34 — Houve o inadimplemento do contrato, e do cômputo das informações resulta provado ser do promitente comprador tôda a culpa dêsse inadimplemento, sem qualquer concurso do promitente vendedor para ela.

35 — Por tudo isso, com base no pacto comissório e na cláusula resolutiva do contrato, é de se conhecer do recurso, por tempestivo e cabível na espécie, negando-se-lhe a procedência pelos próprios fundamentos da decisão recorrida, sem prejuízo de decisão em contrário, do Senhor Governador do Estado, por fôrça da prerrogativa que lhe faculta o § 4.º, do artigo 53, da Lei nº 3.990, de 14 de novembro de 1961.

E' o parecer.

Goiânia, 18 de agôsto de 1964.

VEREADOR — MAJORAÇÃO DE SUBSÍDIOS

— A remuneração para função legislativa não poderá ser fixada em benefício dos próprios legisladores.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1)

Parecer n.º 63-A/64

Autor: Dr. Zecchi Abrahão

1 — Segundo se depreende dos elementos constantes do processo, os têrmos da consulta seriam os seguintes:

a) — Até o exercício de 1.963, os Senhores Vereadores à Câmara Municipal de Quirinópolis percebiam, por sessão a que comparecessem, a gratificação de quatrocentos cruzeiros (Cr$ 400,00).

b) — De janeiro de 1963 a janeiro de 1964, dita gratificação foi elevada a dois mil cruzeiros (Cr$ 2.000,00), por sessão, realizando-se, em média cem reuniões legislativas anuais.

c) — Afinal, a Câmara Municipal de Quirinópolis, pela resolução de nº 18/63, em data de 23 de dezembro de 1963, resolveu fixar os próprios vencimentos mensais, atribuídos a cada Vereador, em dez mil cruzeiros (Cr$.. 10.000,00), "além da gratificação que percebe por cada sessão a que comparecer" (art. 1º).

d) — Aludida resolução, segundo declara em seu artigo 1º, depõe, mais, que o ato do legislativo municipal "entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1964", revogadas, expressamente, as disposições em contrário.

1 — Ex-Consultoria Jurídica do Estado

2 — As premissas estabelecem, lògicamente, a seguinte indagação: — será legal-constitucional a resolução adotada pela Câmara, face à expressão do art. 47, § 2º, do Estatuto político federal, em consonância com o artigo 11 e seu Parágrafo único, da Carta Goiana, e os preceitos ordinários da Lei Orgânica dos Municípios?

3 — A praxe constitucional de quase todos os Estados de Direito, no que respeita à gratuidade das funções representativas, recomenda que os representantes devem vencer anualmente subsídios iguais e iguais ajudas de custo.

Tal postulado assenta no condicionamento democrático de que a gratuidade da função representativa imporia a natural seleção dos ricos para o exercício do mandato eletivo.

O subsídio — no caso da Constituição Brasileira — será dividido em duas partes: uma fixa, pagável no decurso do ano; e outra, variável, proporcional ao comparecimento dos representantes às sessões legislativas respectivas.

4 — A título de ajuda de custo, subsídios, gratificações, ou outras denominações que se queiram emprestar a êsse tipo de remuneração, uma limitação constitucional é absoluta: — que sejam fixadas no fim de cada legislatura (Artigo 47).

5 — Parece-nos, assim, que a remuneração para função legislativa (vereadores. inclusive) não poderá ser fixada em benefício dos próprios legisladores, ou em causa própria, como se caracterizaria, na espécie, mas estritamente "no fim de cada legislatura", como determinam as Constituições Federal, Estadual e a Lei Orgânica dos Municípios, disciplina específica para as entidades políticas menores.

6 — O que se vê na precitada resolução de nº 18/63, da Câmara Municipal de Quirinópolis, é o uso de uma nomenclatura inadequada ao tratamento da técnica legislativa: refere o ato, em seu art. 1º, a "vencimentos mensais" e a "gratificação", que devemos, na presente operação hermenêutica, entender por subsídios e ajuda de custo, respectivamente, segundo a própria linguagem dos textos constitucionais e dos melhores doutrinadores de Direito Público.

7 — A indigitada Câmara Municipal, ao fixar e refixar, por três vêzes consecutivas, o **quantum** dos subsídios, a partir do ano legislativo de 1963, feriu de frente o princípio da super-legalidade Constitucional; e o fêz subrèpticiamente, ou sob forma indireta e maliciosa.

Com efeito, se, em 1963, percebiam os Senhores Vereadores uma ajuda de custo (ou gratificação?) de quatrocentos cruzeiros por sessão a que comparecessem; se até janeiro de 1964, essa ajuda se elevara a dois mil cruzeiros por sessão; e se de janeiro de 1964 adiante se fixaram os vencimentos mensais em DEZ MIL CRUZEIROS, além do variável de DOIS MIL CRUZEIROS por sesão, é evidente que operou a Resolução de nº 18/63 em flagrante desprêzo pelas Constituições e pela Lei Orgânica dos Municípios, sendo o ato passível, portanto, de invalidade, pelo vício de inconstitucionalidade que o afeta.

8 — Sob qualquer ângulo por que examinemos o problema, indiscutível está a realidade, o fato de que a Câmara dos Vereadores de Quirinópolis não aguardou **o fim da legislatura,** para majorar os próprios subsídios, obrando em causa própria, num indisfarçável atentado às Constituições e ao próprio equilíbrio orçamentário municipal, sabido que a Lei de Meios de Quirinópolis adotou, para o corrente exercício de 1964, apenas o **quantum** de OITOCENTOS MIL CRUZEIROS (Cr$ 800.000,00), para fazer face às despesas com subsídios e ajudas de custo dos atuais Senhores Vereadores, em número de nove (9), **quantum** êsse talvez insuficiente para atender ao funcionamento do Legislativo por três meses!!!

9 — Para remediar o vício apontado, desde que o ato nos pareça lesivo ao Patrimônio do Município de Quirinópolis, há recorrer ao artigo 141, § 38, da Constituição Federal, que instituiu a **Ação Popular,** exercível por qualquer cidadão brasileiro, ainda que não residente no território municipal onde haja ocorrido a lesão ao patrimônio público. Como se vê, a regra jurídica é genérica, respeitados, òbviamente, os pressupostos objetivos da ação autorizada pelo artigo 141, § 38, do Estatuto político federal, independentemente de qualquer regulamentação ordinária.

A resolução da Câmara Municipal de Quirinópolis é, portanto, a nosso entender, ato nulo, que se desconstitui por via da Ação Popular.

Goiânia, 21 de janeiro de 1964.

Procuradoria

Geral

de

Justiça

Procuradoria
Geral
de
Justiça

TERRA — DESAPROPRIAÇÃO — INDENIZAÇÃO

— O mandado de segurança não é meio idôneo para se apurar os efeitos da xecução de sentença condenatória.

— A desapropriação é extinção da propriedade privada, por noção do Direito Público.

Procuradoria Geral de Justiça de Goiás

PARECER N.º 2/96/64

Autor — Dr. Darwin Raphael Antônio Montoro

A S. A. M. A., com sede em Salvador — Bahia, através das pessoas de seu diretor técnico, J. P. M. e Diretor Comercial, Dr. P. C. E. S., ao que declararam (mas sem exibir prova destas suas qualidades ou dos respectivos podêres), outorgaram mandato na cidade de São Paulo, em nome da firma impetrante, a seus advogados D. A. M., A. P. e C. L. para o fim da presente impetração.

Instruindo a inicial, acompanham certidões extraídas das peças dos autos da ação de desapropriação da gleba de terras denominada Fazenda São Lourenço, situada na Comarca de Uruaçu, em que são partes o Estado de Goiás, autor, e a citada firma, ré, por fotocópia um exemplar do decreto declarando de utilidade pública a área sob desapropriação; um parecer subscrito pelo Professor Vicente Ráo; mandado judicial para efeito da competente transcrição no Registro Imobiliário e certidão da transcrição sob n.º 9.173, de ordem, Lvo. 3L, fls. 391 verso e 392, em que é transmitente o Estado de Goiás e adquirente Metais de Goiás S. A., sob título de doação.

Trata-se de Mandado de Segurança contra ato, datado de 21-12-63, pelo qual o Dr. Juiz de Direito da Comarca de Uruaçu "'expediu mandado para a transcrição no registro de imóveis, (na forma do art. 29 do Dec. Lei 3.363, de 1941) da transferência definitiva do domínio pleno do imóvel desapropriado, antes do pronunciamento dêsse Egrégio Tribunal sôbre a apelação da desapropriada, que impugna a legitimidade da desapropriação e a justiça da indenização, provisòriamente estabelecida".

E o pedido da impetrante é no sentido de ser declarado sem efeito o mencionado ato e, bem assim, os que dêste decorrerem.

Em longa e circunstanciada petição, sustentam os signatários da súplica e pela

mesma ordem de suas razões, em resumo, o seguinte:

a) — há cabimento para Mandado de Segurança contra o despacho impugnado, por se tratar de decisão judicial de que não cabe recurso previsto nas leis processuais com efeito suspensivo, e não tem admitido, êsse Egrégio Tribunal, reclamação ou correição para caso dessa espécie;

b) — que dito despacho foi proferido sem audiência da parte contrária e depois das apelações manifestadas, pelo juiz **ex officio** e pela desapropriada, o que o caracteriza como abusivo e ilegítimo;

c) — que a impetrante desfruta, legalmente, da posição de legítima proprietária do imóvel sob desapropriação, eis que não recebeu ainda a prévia e justa indenização nem o valor desta está sequer fixado definitivamente, porque depende da revisão da Superior Instância;

d) — que não basta a fixação da sentença do juiz e o depósito prévio dela decorrente, para que seja justa a indenização, o que só se verificará na decisão de segunda instância, de onde decorre não ter havido perda de domínio de parte da impetrante, nem a transferência definitiva ditada no despacho sob crítica;

e) — que o disposto no art. 33, da lei apontada supra, deve ser entendido de equiparar o depósito ao pagamento, mas a sentença a que se refere o dispositivo só pode ser a de segunda instância e não a provisória, sujeita **ex vi** do art. 883, III, à restrição de não abranger atos que importem alienação do domínio.

Isto pôsto.

Preliminarmente, não se apresentam legitimados os outorgantes da procuração de fls., para conferirem, em nome da firma impetrante, podêres **ad juditia.** Firma social que é, deve ser representada pela pessoa ou pessoas indicadas em seus estatutos, ou, no silêncio dêstes, por qualquer de seus diretores, mas será indispensável essa prova, mormente no Mandado de Segurança em se tratando de pessoa jurídica com sede em outro Estado, Bahia, cuja procuração foi conferida em São Paulo, para se apresentar ao fôro de Goiás.

E, como no **writ,** a parte deve instruir, de plano, seu pedido, com todos os documentos que demonstrem sua **legitimatio ad processum** já que não não permite a espécie dilação probatória, torna-se patente a inépcia da inicial. E dizemos inepta a peça ,e não ilegítimas as partes, porque também não se fêz prova que mostre tocar a outrem a representação aludida. O pedido veio insuficientemente instruído, e, como se encontra, não mereceser conhecido.

Assim decidiu o Supremo Tribunal Federal:

> "Em processo de Mandado de Segurança não são de admitir novos documentos oferecidos após o ajuizamento do pedido, e, muito menos, após o início de seu julgamento". (A. de Paula — "O Processo Civil à Luz da Jurisprudência", vol. ..... 15/2.348, n.º 8.292).

2a. Preliminar — Descabimento do remédio da segurança.

> "É expresso, no art. 5.º, II, da Lei 1.533, que não se dará Mandado de Segurança de despacho ou decisão judicial quando haja recurso previsto nas leis processuais".

Não só isso, como firma o Supremo Tribunal Federal, em sua jurisprudência, divulgada pela Súmula da Jurisprudência Predominante, sob n.º 267, nestes têrmos:

> "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição" (Ref. R. M. S. 11.984, 19-7-63, D. J., de 26-9-63, pág. 921).

E, ao contrário do que insinua a impetrante e segundo se tira dos próprios documentos que apresentou, trata-se de despacho proferido em cumprimento de sentença em ação de desapropriação, da qual recorreu o juiz **ex officio,** como manifestou na apelação a impetrante.

A matéria **sub judice** está, inquestionàvelmente, nos têrmos da lei devolvida à instância superior via de recursos regular. Não há falar em oportunidade para o Mandado de Segurança.

Nada mais fêz o Dr. Juiz de Direito que proferir decisão final em processo desapropriatório, dando-lhe os efeitos que a lei especifica lhe atribui, ou seja, "título hábil para a transcrição no Registro de Imóveis" — art. 29, do Dec. Lei 3.365, de 21-6-41, tanto mais que o art. 28, dessa mesma lei, não reconhece efeito suspensivo a essa sentença.

Para ilustrar, simplesmente, apontamos os têrmos dêste julgado do T. de A. do Rio Grande do Sul:

> "O mandado de segurança não é meio idôneo para se apurar os efeitos da execução de sentença condenatória. A execução da condenação é ato processual sujeito a reparação pelos recursos ordinários permitidos em lei". (Rev. For., vol. 95-620).

A impetração reza ao comprido:

> "Contra a sentença, a expropriada, ora impetrante, ofereceu, **opportuno tempore,** APELAÇÃO, insistindo nas argüições de improcedência da ação, pelos vícios já anteriormente apontados, e **Impugnando a Indenização Estipulada pelas Terras".** (Fos. 5, os grifos são do original).

Não pode, evidentemente, vir discutir os efeitos dessa sentença que se acha devolvida ao conhecimento dêsse Egrégio Tribunal via de recurso regular, neste Mandado de Segurança. E, assim, merece indeferimento preliminar, o pedido.

No mérito, é claramente perceptível a tentativa da impetrante de se furtar ao malôgro sofrido na ação desapropriatória, julgada procedente, através desta manobra escusa de levantar discussão sôbre o mérito da desapropriação, matéria que envolve ,indubitàvelmente, debate de questões de fato sujeitas ao contraditório da prova, no corpo de um mandado de segurança, processo cujo breve andamento lhe forneceria pretexto para bater aos superiores pretórios, antes mesmo que o desfecho da ação especial da desapropriação encontrasse solução de fato, a todos os títulos, soberana. E' ato de prestidigitação, passe de mágica.

Ora, não sofre a menor dúvida o fato de que as impugnações comportáveis no processo regular da desapropriação e **opportuno tempore** argüidas pela impetrante, conforme o confessa, encontrarão seu desate nessa via normal da jurisdição mas, se decaiu irreparàvelmente de qualquer oportunidade recursal, não seria o expediente melífluo do manhoso **writ,** meio de se safar da situação embaraçosa.

À míngua de quaisquer subsídios para increpar uma simples providência administrativa de rotina judiciária, qual o determinar a execução dos efeitos da sentença, a impetrante traz à baila questões transcendentes, de fato, quais sejam, o mérito do decreto de declaração de utilidade pública da área desapropriada, a reprodução do inteiro debate que corporificou a ação de desapropriação, enriquecidas, ainda, estas matérias, com parecer de jurista ilustre, tudo maliciosamente apresentado a título de "antecedentes da questão". Apesar de tudo ,levanta argumentos sem a mínima consistência jurídica.

Quer a impetrante que:

> "O disposto no art. 29 do Decreto-lei n.º 3.365 não autoriza, de forma alguma, a transferência, nem provisória, nem muito menos DEFINITIVA, do domínio. O dispositivo só se refere à IMISSÃO DE POSSE. E há de se entender que a sentença a ser averbada no registro de imóveis, tem por alcance apenas o de legitimar, através de documento hábil, a posse atribuída, desde logo, ao expropriante". (fls. 14, inicial).

Não haverá nada mais absurdo que isso.

O que se lê em Pontes de Miranda é o seguinte:

> "A sentença do art. 29 é constitutiva-mandamental; constitutiva, porque é ela que decreta a PERDA DA PROPRIEDADE e serve de título ao registro de imóveis; mandamental, porque manda expedir o mandado de imissão de posse". (Tratado de Dir. Priv., vol. XIV-249).

E, noutro passo:

"Não se deve falar em transferência do domínio. Não há transferência. Há perda da propriedade pelo dono do bem desapropriado. Aquisição, talvez, pelo Estado, ou por outrem, a que o Estado ...dê o título". (Idem, Idem, fls. 251).

Na lição, sempre coerente, do insigne mestre, a apelação que se faz, da sentença final que fixa preço da indenização, não se confunde com aquela que imite o Estado na posse definitiva do bem expropriado, e que serve de título à transcriação (Art. 29). Assim, é possível a coexistência do apêlo que pode alterar o **quantum**, fixado o **preço**, sem prejuízo da imissão, como do registro que se segue ao pagamento oficial.

O que se dá com a impetrante, e igualmente com alguns individualistas impenitentes, é que não se compenetram da existência de limites ao direito de propriedade que elevam à conta de absoluto, e, por isso, invertem os têrmos da garantia colhida da Constituição.

A verdade é que nada tem de absoluto o direito de propriedade, pois, além das restrições inúmeras que sofre no campo do direito privado, em amor aos interêsses gerais, da coletividade, é contingente na garantia que lhe empresta a Constituição (art. 141, § 16), onde, por noção de direito público, essas garantias **não atuam** no caso de desapropriação por utilidade pública. Esta forma precisamente a exceção ressalvada no texto.

Bem adverte Pontes:

"Em tudo isso é de lamentar-se a influência de teorias antiquadas e falsas, da "venda forçada", da "cessão forçada" e outras reminiscências civilísticas". (Obr. cit. pág. 253 e vol. XIV).

Na palavra de Pontes de Miranda: "Desapropriação é ato do direito público pelo qual o proprietário deixa de o ser. É modo de **perda da propriedade**".

Seabra Fagundes sustenta que: "A ação do proprietário, na desapropriação, não pode ter por objetivo a reivindicação do bem".

Como diz Romano, "a désapropriação suprime o direito de propriedade". Por isso, sem razão, Carlos Maximiliano quando sustenta ser a desapropriação uma "venda" forçada. Na compra e venda, os atos se desenvolvem dentro da esfera do regímen jurídico da propriedade, enquanto a desapropriação existe como fato externo que aniquila e extingue a propriedade.

Consoante consigna Carugno, aos modernos escritores, na sua maioria, tratando do fundamento jurdídico dêsse instituto (a desapropriação), não pareceu justo conceber a propriedade privada em conflito com o direito da sociedade, melhor se apresenta a conciliação do direito individual com o da comunidade. Daí, por que a propriedade **cessa de existir** quando se constitui em obstáculo às exigências sociais.

Afirma Romano: "A propriedade particular será declarada inviolável, mas não no sentido de que a ela não seja possível impor-se alguns sacrifícios por razões de interêsse público". (A Desapropriação, fls. 2).

A desapropriação arma o Estado do poder de "revogar", por sua iniciativa, a propriedade privada, sempre que esta possa servir de obstáculo a um interêsse público.

A maioria dos escritores modernos que tratam de tal instituto não pareceu justo conceber a propriedade privada em antítese com o direito da sociedade.

E acrescenta: "Semelhante conflito seria, de resto, impossível, porque a propriedade na sua formulação jurídica **cessa de existir** assim que se apresenta como obstáculo às exigências sociais". (Scalvanti: — L'esp. per causa di pública utilità, nel Trat. de D. Ad., de Orlando, vol. IV-8).

Antes de firmar o momento decisivo da desapropriação, queremos repelir a invocação feita ao art. 883, III, do Cód. de Proc. Civil, para os casos de desapropriação.

É suficiente constatar a antinomia dêsse texto com a lei específica para a desapropriação. Enquanto lá se diz não autorizado o levantamento do depósito, aqui êste é um direito taxativamente conferido. E mais, o processo civil fala de atos de alienação de domínio, o que não existe na

desapropriação. Finalmente, o art. 883, se destina à execução provisória, enquanto a do art. 29, do Decreto específico, é absolutamente irreversável.

O MOMENTO DEFINITIVO DA DESAPROPRIAÇÃO

A desapropriação é aqui definida como extinção da propriedade privada, por noção do Direito Público.

Desde o instante em que o desapropriante efetua o depósito (art. 29) ou o pagamento (art. 10) da importância fixada pelo juiz, por sentença, (valor do bem), se libera, definitivamente, porque realizou, pelo único modo válido, o requisito constitucional da **"prévia e justa indenização em dinheiro"**.

Realmente êsse depósito:

a) — é feito à disposição do juiz da causa (art. 33) corresponde à forma estabelecida em lei para executar o pagamento em "conta do desapropriado", o que é óbvio, só ocorrerá quando não se chegou ao acôrdo do art. 10, para o pagamento e liberação diretos, e é considerado pagamento prévio de indenização (art. 33 — **in fine**);

b) — opera a substituição do **bem**, pelo seu **preço**, pois desde êsse momento ficam sub-rogados no **preço**, quaisquer ônus ou direitos que recaiam **sôbre o bem expropriado** (art. 31);

c) — marca o instante em que o desapropriante perde definitivamente a disponibilidade da soma depositada, enquanto que o desapropriado passa a ter livremente o direito de levantá-la integralmente, ou, ainda que discorde do preço fixado pela sentença, poderá levantar até 80% do depósito feito;

d) — converterá a coisa desapropriada em bem incorporado à Fazenda Pública (art. 35);

e) — não mais poderá o bem ser objeto de reivindicação (art. 35);

f) — é definido e tratado na lei, como irreversível, sendo que quaisquer alterações futuras, mesmo "a nulidade do processo de desapropriação" não lhe tira o caráter de bem expropriado, incorporado não reivindicável;

g) — os pagamentos posteriores terão caráter compensatório de indenização a título de perdas e danos (art. 35, parte final).

Escusado seria dizer que o conceito de indenização concomitantemente **prévia** e **justa** não poderia ser logrado de maneira infalível ou absoluta, pois nada existe na justiça humana com êsse caráter, e a ninguém é conferido o dom da revelação do supremo bem, senão na fé, que apresenta o dogma por limite da discussão, assim como a sistemática jurídica apresente os meios **jurìdicamente válidos** para conceituar o **justo** e **prévio**, como de resto, em outros terrenos, v. g. capacidade, maioridade etc. vai além, criando as ficções legais.

No sistema do direito brasileiro, harmonizam-se o art. 141, § 16, e o Dec. Lei 3.365, de **lege lata**, e na dinâmica da vida, concretizam o poder que tem a autoridade desapropriante de uma vez declarada de utilidade pública a propriedade, proceder à sua Desapropriação, mediante **prévia** e **justa** indenização em dinheiro.

O caso vertente focaliza desapropriação em que se fêz inclusive a transcrição no Registro Imobiliário, sacramentando a forma solene da "tradição" assinada no plano do direito privado.

Em freqüentes passagens a impetrante se identifica como **desapropriada**; é realmente essa a sua condição atual em relação ao bem cuja perda sofreu por efeito da sentença fixadora do preço que foi depositado em sua conta de desapropriada, levada à transcrição em nome do Estado.

Não é pois o mandado de segurança remédio idôneo para impedir os efeitos da desapropriação, como não o será qualquer outra ação que viesse a ser julgada procedente, cujos efeitos estariam limitados a êste ditame legal: resolver-se-á em perdas e danos (art. 35 **in fine**, do Dec. Lei n.º 3.365).

São êsses os fundamentos em que repousa nosso parecer, pelo não conhecimen-

to do pedido, de acôrdo com as preliminares levantadas ou pela denegação da segurança em seu mérito.

É o nosso parecer. .

Goiânia, 12 de maio de 1964.

TERRAS — DISCRIMINATÓRIA — RECURSO

— A obrigação de exibição de títulos e documentos para a prova da propriedade particular, quer de início, quer na fase contenciosa, ficará sob as cominações legais (Art. 6.º da Lei n.º 3.081, de 1956).

Procuradoria Geral de Justiça de Goiás

Recurso Extrardinário

Autor — Dr. Nidion Albernaz

O Estado de Goiás, via de seu Procurador de Justiça, infra assinado, manifestando sua inconformidade à decisão que o declarou caracedor da ação discriminatória proposta contra S. I. G. Limitada, proferida pela douta Primeira Câmara dêsse Egrégio Tribunal de Justiça, nos têrmos do art. 863, do Cód. de Proc. Civil e fundado no inciso III, letra "a", do art. 101, da Constituição Federal, vem interpor o presente recurso extraordinário, apresentando, desde logo, as razões da postulação.

Valendo-se da ação que lhe atribuiu a Lei n.º 3.081, de 22-12-56, o Estado de Goiás propôs, no juízo da comarca de Uruaçu, a discriminatória de uma extensa área de terras de seu domínio, a qual foi objeto de documentação fraudulentamente preparada.

Invocou o requerente seu domínio originário sôbre as terras discriminandas, evidenciando que êste não se ilidiu pela documentação levada à transcrição, embasada que foi em visível e grosseira falsificação.

Citados os réus, êstes deixaram transcorrer **in albis** o prazo para apresentação dos documentos (art. 5.º).

A fase contenciosa, aberta com o têrmo de contrariedade, passou, igualmente, sem que os réus se opusessem ao pedido.

Sem que fôsse saneado o processo, marcou o douto juízo monocrático a audiência de instrução e julgamento, deixando, porém, de nela proferir decisão, que foi publicada em outra oportunidade.

Essa decisão, embora reconheça, pelos elementos de prova carreados para os autos, que os documentos particulares que versam sôbre as terras discriminandas são **falsos,** obtidos por meios criminosos, deixou de aplicar a cominação disposta no art. 6.º da Lei n.º 3.081, de 22-12-56, e julgou o autor carecedor da ação propota, por entendê-la imprópria aos fins almejados.

Houve recurso **ex officio** e voluntário para êsse Egrégio Colégio de Juízes que, no seu julgamento, adotou o entendimento manifestado na decisão de 1a. instância, cujos fundamentos passaram a constituir suas razões de decidir.

É dessa decisão que se recorre, por entendê-la contrária à letra da lei federal.

Do histórico, que resumidamente se fêz do processo, fica evidenciado que a decisão recorrida viola triplamente o texto da Lei n.º 3.081, de 22-12-56: —

1.º) — Considerando implicitamente válido o processo julgado sem o cumprimento das normas processuais do rito ordinário, consagrado no art. 5.º, § único, da lei citada;

2.º) — Negando aplicação à parte do art. 1.º da mesma lei que estabelece a fase contenciosa da ação para "julgamento do domínio";

3.º) — Deixando de aplicar a cominação de falsidade disposta, clara e taxativamente, no art. 6.º do diploma legal referido.

A infração ao imperativo processual se mostra patente à simples verificação da ausência, nos autos, de despacho que tenha qualquer dos requisitos do saneador. (art. 294 do C.P.C.).

Da negativa de aplicação da norma legal que estabelece a fase contenciosa da ação discriminatória, resulta patente pretender reduzi-la à simpls fase demarcatória, excluída a possibilidade de discussão do domínio, admissível e admitida no texto da lei que manda se faça **julgamento do domínio.**

No caso dos autos, mesmo que a discriminatória instituída na Lei 3.081, citada, seguindo os princípios anteriormente consagrados no nosso direito (cfr. Carvalho Santos, Rep. Enc. do Dir. Brasileiro, vol. 18, pág. 81), não tivesse amplo cunho reivindicatório, privativo da União, Estados e Municípios, haveria, posta à consideração do julgador, a questão da falsidade documental que o legislador, no art. 6.º da lei em referência, determinou seja declarada se a presunção se mostrar verossímil e coerente com as mais provas dos autos.

O venerando aresto recorrido não sòmente negou a possibilidade da declaração dessa falsidade, como, reconhecendo-a, à vista da prova produzida, deixou de declará-la para os efeitos de mister.

Do outro lado, manifestou o aresto entendimento de que pretendeu o Estado de Goiás atribuir efeitos de uma rescisória à ação discriminatória proposta. Não há, todavia, nestes autos, nenhum ato judicial suscetível de ser rescindido por iniciativa do recorrente.

Os registros torrens referidos, cujos julgamentos teriam eficácia **erga omnes,** sòmente abrangeriam uma pequena parte do imóvel discriminando. Além disso, tal fato é estranho aos autos, salvo a referência, feita na inicial, de que o processo deferido não tinha sentença com trânsito em julgado, tendo em vista o recurso interposto.

Mesmo que definitivamente decididas as matrículas, não haveria, ainda, obstáculo ao julgamento do mérito do pedido que, está visto, apenas em parte seria procedente, com a exclusão das áreas definitivamente matriculadas no sistma de que se falou.

A pretensão de obter a declaração de falsidade de escrituras e páginas criminosamente adulteradas em dois processos de inventário, cujos atos sentenciais, sendo legítimos, não se buscou, por qualquer forma, atingir, não incide no art. 798 do C. P. C., cuja explicitação não alcança êsses atos, contràriamente ao que se acha no aresto recorrido.

Estando positivado o cabimento do presente recurso, requer o Estado de Goiás se digne V. Exa. em admitir a postulação para mandar processá-la com atendimento às normas aplicáveis, encaminhando os autos, afinal, ao Excelso Supremo Tribunal Federal, de cujo alto saber se espera o restabelecimento da ordem jurídica violada.

Goiânia, 18 de maio de 1962.

USUCAPIÃO — PRO-LABORE — DIFERENÇA

— Do Usucapião pro-labore: de como se diferencia do comum.

Procuradoria Geral de Justiça de Goiás

* Parecer nº 2-295-63

Autor — Dr. Manuel Onofre de Andrade

Salvo melhor juízo, cifra-se a questão em saber se houve o decurso de 10 anos inteiros, com a posse do apelante, sem molestamento do Estado, ou de outros.

E é o que alega e, aliás, sustenta o ex-Diretor do Departamento de Terras, que, de tôdas as testemunhas, é a que declina maior tempo de ocupação, com benfeitoria rurais "pelo Autor-tempo que de muito exorbitou do decênio, prazo reduzido, constitucionalmente, para o tipo de usucapião "pro-labore".

Vem a propósito, como já o fizemos em processo do gênero (Ap. Cível nº 3.745, de Jataí, aliás da Egrégia 1.º Cam.), — salientar que pode parecer a espíritos menos avisados que o usucapião dependa só **de sentença,** para existir como **fenômeno jurídico**.

Sim, porque o usucapião existe pelo **abandono do direito** de quem **foi dono:** êle é um **fenômeno de fato** que, provado,, vai ter **sanção de direito**.

Logo, êle preexiste à **própria sentença.**

Cumprido **o tempo,** não se **interrompe** mais com ações **retardatárias**.

E haja vista o que sustenta o magno Ministro **Filadelfo de Azevedo,** no vol. II, de "Um Triênio de Judicatura", pág. 235, como revisor do Rec. Extr. nº 5.932:

> "Mas não é a sentença que estabelece a servidão e, muito menos, a parte de sua prolação e registro, **como também assim acontece no usucapião".**
>
> O simples **decurso** do prazo ou a inerência real geram, respectivamente, **o usucapião** e servidão, **sendo as sentenças meramente declaratórias,** — simples **adminículos** para facilitar a defesa e inverter o ônus da prova".

E continuemos no raciocínio, assim. O **labore** é de 10 anos, para o pequeno lavrador, sem outra terra. A prova testemunhal exorbita dêsse mínimo de tempo. O **labore** do usucapiente é reconhecido, até pelo apelado, através de um Diretor de Terras e de um Consultor Jurídico. **Êle se consumou por si** — o atingimento manso e pacífico, do **decênio**.

A Constituição liberalizou o favor do usucapião do gênero, abstraindo-se rigorosamente do conceito, tão disciplinar e teórico, da **posse,** para propiciar ao lavrador (em precursão da anunciada reforma agrária) o argumento **mais** de fato do que de estrito sentido jurídico do têrmo: basta que seja um simples ocupante.

E é **Pontes de Miranda,** nosso maior constitucionalista, quem faz excluir qualquer dúvida do pretendido rigor com o excluir-se até o **animus** deveras importante na controvérsia **sub judice**.

> "A Constituição não recorreu ao sentido comum, Científico, de posse, mas ao conceito material de **ocupação,** com o que quis afastar qualquer discussão teórica... se, no direito civil brasileiro, **já não exige** o animus, aqui seria, a **fortiori,** de intrusão a todo ponto absurda.
>
> O texto satisfaz-se com o simples fato material de **ocupação, morar e fazer produtivo.** Uma vez que a sentença é declaratória, e não constitutiva de direito, **o direito existe antes da sentença** (Ac. citado, Com. a Const. Bras., tomo 5, sôbre o artigo 156, § 3.º, pág. 535)".

Deve-se à iniciativa jurídico-social do **pro labore** ao eminente constitucionalista **João Mangabeira,** coerente, aliás, com o programa socialista do Partido, que fundou:

> "Era justo que a sociedade conferisse prêmio ao trabalhador ativo e punisse, com a perda de domínio, o proprietário descuidado ou preguiçoso, que esterilizou, com a sua incapacidade, a terra matriz e fecunda ("Em tôrno da Constituição" pág. 339)".

O engano da sentença do ilustre Dr. Juiz prolator, como da iniciativa dos dignos promotores, na atitude de pretendida defesa do Estado, consiste em quererem exigir para o **pro labore** as rígidas características em face do usucapião de terras privadas, com exigência de **posse** ,e não de simples ocupação (no usucapião comum, reduzido de prazo, já se não exigiu a **bona fidei na posse**).

A área fôra desapropriada pelo cálculo de ser alagada, para instalação da usina Jaú, restando aquela pequena fração de ser invadida pela água.

Ou o Estado não soube prontamente disso, ou, quando veio a sabê-lo, por firmas projetistas de loteamentos, já o decênio de ocupação gerara o usucapião, como **fenômeno jurídico inerente ao fato;** ou se o sabia, por isso que também a sua Carta estimula ocupação para fins rurais, era sob as suas próprias vistas que o usucapião — por êle estimulado — se operava nessa tipicidade.

E de qualquer modo, como descumprir o Estado o efeito-prêmio de uma simples ocupação, por si prevista para constituição do **pro labore,** se a área era, em origem, longe da faixa urbana, logo rural, e também rural em sua destinação, sobretudo?

Logo, qualquer procedimento posterior ..contra a ocupação (alienação à.....) é nulo **ex radice** porque êsse tipo de usucapião foi instituído pelo próprio Estado, que o não pode descumprir conforme o art. 143, de sua Carta Política:

> "Todo aquêle que ocupar por 10 anos terrenos devolutos (logo, dando o direito à parte de saber que o seu dono era o Estado, o estimulador, às claras, dessa ocupação)... tornando-as produtivas por seu trabalho e, tendo nêle sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade mediante sentença declaratória (logo do fato "ocupação preexistente").

Não é estôrvo que soubesse ser do Estado a área pela sua natureza de **devoluta** — "ocupar terrenos devolutos", logo, de quem... senão sabidamente do Estado?

O culto Juiz e os pugnazes promotores foram, insensivelmente, arrastados às regras de prova do usucapião de terras privadas, em que a parte ignora, em tese, de quem é o domínio.

O despacho do Governador F. não é fulminador do pedido de usucapião típico dos autos. Porque o Estado fizesse a permuta, indevidamente, da área — com o prévio usucapião **de fato** — porque, com o chamamento à autoria, manifesta a vontade autocorreção de reaver o terreno para o passar ao usucapiente, o alienar é a expressão, a única encontrada, porque, em verdade,

> "— adquire-se a propriedade imóvel".
>
> (Cód. Civil, art. 530 — III — pelo usucapião).

Alienar, na intenção do **têrmo** encontrado, "é tornar alheio, (Figueiredo, 1.º vol. do Grande Dicionário), como **alheio** ("id") é pertencente a outrem". Só teria êsse meio: compensar a firma loteante e reaver-lhe o trato de terra para honrar seu dever constitucional, e passá-lo ao domínio do ocupante de mais de 10 anos.

Opinamos — ante a prova dos autos — a confissão e a ocupação decenal, a liberalidade do texto constitucional, conforme a mais autorizada exegese, no sentido de se prover a apelação para ser considerada procedente a ação presente de usucapião **pro labore**.

É nosso parecer.

Goiânia, 14 de novembro de 1963

* — Ver acórdão na Secção do Tribunal de Justiça, pág.

MUNICÍPIO — ÁREA DESAPROPRIADA — EXECUÇÃO DE OBRA

— A execução de qualquer obra na área desapropriada depende de autorização judicial competente, na forma da lei, enquanto em vigor os efeitos declaratórios da utilidade pública.

Procuradoria Geral de Justiça de Goiás

Parecer N.º 2-205-64

Autor — Dr. Darwin Raphael
Antônio Montoro

Da sentença que concedeu a segurança impetrada pelos recorridos, com o fim de se garantirem contra os atos de violação e invasão de sua propriedade pela Prefeitura Municipal de Itapuranga, antes de proceder à ação própria desapropriatória e conseqüente indenização prévia e justa em dinheiro, agravou o órgão do Ministério Público, e ainda, de ofício, o Dr. Juiz de Direito.

Sustenta o primeiro agravante ter havido decisão contra a lei em tese, eis que o **mandamus** declara inconstitucional a lei municipal n.º 145 que diz de utilidade pública a faixa de terreno que indica para efeito desapropriatório.

Nega, no mérito, qualquer ato de invasão da Prefeitura.

Contraminutando, os agravados sustentam ser o Ministério Público parte ilegítima para manifestar êste recurso em nome da Prefeitura Municipal e pedem confirmação da decisão recorrida.

O que se tira do exame da espécie, sem dúvida razoável, é que a Prefeitura se julgou no direito de proceder às obras de construção da estrada planejada, mediante a simples promulgação da Lei n.º 145, de declaração de utilidade pública da respectiva faixa de terreno e proclamou, nas informações prestadas às fls. 8, ser dever do expropriado comparecer à Repartição da edilidade para receber sua justa indenização.

Ora, o engano do executivo municipal é palpável, pois a lei de declaração de utilidade pública sòmente lhe garante os meios de promover competente ação de desapropriação de que trata o Dec. Lei 3.365, de 21-6-41, alterada pela Lei n.º 2.786, de 21-5-56, sem cuja formalidade lhe é defeso usurpar ou turbar a posse dos legítimos proprietários.

A execução de qualquer obra na área desaproprianda fica dependente de autorização judicial competente, na forma da lei, enquanto em vigor os efeitos declaratórios da utilidade pública, ou seja, em cinco (5) anos subseqüentes à data de sua expedição.

Do que ficou exposto, opinamos pelo conhecimento do recurso oficial e pelo seu desprovimento.

É o nosso parecer.

Goiânia, 1.º de setembro de 1964

IMPÔSTO — NULIDADE DE LEI MUNICIPAL — EFEITOS

— Incabível o mandado de segurança contra a lei em tese.

— Tratando-se de uma lei tributária, não há que falar na existência de seus efeitos desde logo, já que êstes dependem do ato lesivo, que só se daria com a ciência do lançamento do impôsto ou com a sua cobrança.

Procuradoria Geral de Justiça de Goiás

Parecer N.º 2-276-63

Autor — Dr. Antônio Druzo Rocha

J. A. A., O. P. M., J. J. R., O. P., A. L., F. T., O. V., O. A. C., P. J. A., P.T., X. & D. Ltda. R.P., & Cia. e E. & S. Ltda. impetraram o presente mandado de segurança para obstar que a Prefeitura Municipal de Nerópolis, via de seus funcionários administrativos, cobre os tributos constantes da Lei n.º 222, de 23-4-63, que, no entender dos impetrantes, é ilegal, inconstitucional, nula e inexeqüível (sic). Outrossim, pedem os autores a apresentação da prestação jurisdicional, também, com abrangência "a todos os cidadãos de Nerópolis", o que constitui, sem dúvida, uma enormidade no plano dos efeitos do julgado, que valem "inter parte", portanto, circunscritos à relação jurídico-processual, e não, como erradamente pedem os impetrantes, estendendo-se "erga omnes". O Juiz **a quo** julgou procedente o pedido, declarando "inconstitucional" a lei predita, em vez de negar a sua aplicação, como seria o correto.

PRELIMINARMENTE:

Com referência aos impetrantes J. J. R. e P. T., verifica-se, conforme documentos de fls. 10 **usque** 14, que os requerentes efetuaram, na Prefeitura Municipal, o pagamento dos impostos contra os quais se insurgiram. Reconhecem, destarte, a legitimidade do tributo e de seu lançamento. O pedido, no que diz respeito a êsses impetrantes, ficou sem objeto, impondo-se a denegação da segurança.

No meu sentir, o "writ" não mais caberia, mesmo que o pagamento não importe em aceitação da legalidade do tributo, pois, os interessados, neste caso, devem valer-se não do **mandamus**, mas da ação da repetição do indébito.

Quanto aos outros impetrantes, a meu ver, nenhuma ação, inclusive a de mandado de segurança, têm, porque, na verdade, o que desejam, com o "writ", é, tão-só, atacar a lei em tese, **id est**, objetivam nulificar a lei n.º 222, de 23 de abril de 1963, o que é defeso pelo nosso sistema constitucional. Tal afirmação tem o **placet** na insuficiência dos elementos de convicção aglutinados no procedimento, visto que nem prova sequer fizeram do lançamento de tributos que é a criação de débito fiscal individualizado, quanto mais de qualquer cobrança por parte de autoridade municipal, derivados da lei mencionada.

Ademais, não se sabe quais os tributos de que os requerentes são contribuintes, pois não disseram no ato postulatório inicial, como estavam obrigados, nem prova juntaram nos autos para permitir ao julgador identificá-los na sua incidência em cada pretensão deduzida. De tudo isto, só resta mesmo a certeza de que a segurança se dirige à Lei Municipal, n.º 222, de 23 de abril de 1963, em tese, pretendendo a sua nulidade, o que não é possível, através de qualquer ação, muito menos via do mandado de segurança.

É do douto Pontes de Miranda a seguinte lição:

"O "ato impugnado", a que se referia o art. 331 do Código de Processo Civil, e agora se refere a Lei n.º 1.533, de 31 de dezembro de 1951, é o ato lesivo, o ato ofensivo, por inconstitucional, ou ilegal. Não, a regra jurídica **in abstracto**... Se o sistema jurídico não permite que se proponha a ação de nulidade da lei, decreto, regulamento ou outra norma jurídica, por inconstitucionalidade, ou ilegalidade, em ação autônoma, — ação nata sòmente há com a ofensa, de que tenha conhecimento o ofendido, e na petição dessa ação é que se pode inserir a **questio juris** da nulidade do estatuto".

E acrescenta, escrevendo pelo claro:

"Há leis que, incidindo, desde logo produzem efeitos; outras, não. Por exemplo: no Decreto-lei n.º 392, de 27 de abril de 1938, art. 1.º, diz: "É passível de expulsão o estrangeiro que por qualquer motivo comprometer a segurança nacional, a estrutura das instituições ou a tranqüilidade pública. A lei incidiu, mas depende do **ato de expulsão** a sua eficácia. Há leis que estabelecem impostos ou taxas contrárias à Constituição. Os contribuintes não têm de ir com o mandado de segurança nos cento e vinte dias após a publicação; mas sim quando forem cobrados, ou se lhes dê ciência do lançamento. Antes disso, seria pleitear-se, em ação autônoma, a nulidade da lei, — o que, **de jure condendo**, seria de louvar-se, mas **de juri condito**, não há no direito brasileiro". (In "Comentários à Constituição de 1946", Tomo V, págs. 304-306).

In casu, tratando-se de uma lei tributária, não há que falar na existência de seus efeitos desde logo, já que êstes dependem do ato lesivo, que só se daria com a ciência do lançamento do impôsto ou com a sua cobrança.

Em conclusão: sem aguardarem lançamento ou cobrança, os impetrantes objetivam, efetivamente, a declaração da nulidade da lei em tese, o que é defeso, porquanto, como já foi dito, é, em princípio, inadmissível qualquer ação, inclusive a de mandado de segurança, tendo como objeto a lei, salvo no caso da ação direta, prevista pela Lei n.º 2.271, de 22-7-54, que regulou o art. 8.º, da Constituição de 1946.

À vista do exposto, opino pelo provimento do recurso para que seja cassada a sentença do juiz de primeiro grau, porquanto é incabível o mandado de segurança "in specie".

Data venia, é o parecer.

Goiânia, 5 de novembro de 1963

PRIMEIRA INSTÂNCIA

HOMICÍDIO — ATROPELAMENTO — INDENIZAÇÃO

SENTENÇA — JUÍZO DA CAPITAL

— É assente, atualmente, em jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a culpa presumida do preponente por ato ao preposto, salvo prova de responsabilidade exclusiva do ofendido.

VISTOS, etc.

E. R. S., brasileira, viúva, doméstica, domiciliada e residente nesta Capital, via de assistente judicial, propõe ação ordinária de indenização contra a firma "O. A. R. Ltda.", com sede em Goiânia, Av. Goiás, nº 55, expondo: que é progenitora do pedreiro E. A. A. que, em 25 de novembro de 1959, fôra vítima de atropelamento nesta Capital, quando trafegava de bicicleta pela via Goiânia-Aeroporto Sta. Genoveva, por uma perua "Kombi", de propriedade da firma citada e conduzida pelo motorista A. G. F. que, em consequência disso, veio seu filho a falecer; que o culpado pela morte do filho foi o motorista da ré, conforme documentação que junta constante de fotocópias, certidões de exame pericial e depoimentos de testemunhas ouvidas no inquérito policial aberto a respeito; que a vítima foi atropelada em sua mão de direção e foi atingida por trás devido a excessiva velocidade imprimida ao veículo motorizado, fato que lhe causou fratura na base do crâneo seguida de morte (cópia, por cert., do exame cadavérico fls. 19-20); que a vítima era arrimo de família e sustentava a autora e o próprio pai que, doente na ocasião, faleceu ao ter ciência da morte do filho em condições trágicas; que, na conformidade do disposto no art. 159 do Código Civil e mais matéria aplicada à espécie, tem direito à indenização, a qual é de responsabilidade da firma supra mencionada, segundo também dispõe a lei substantiva (seguem-se aqui os fundamentos jurídicos do pedido) para requerer, afinal, a indenização, levando em conta que a vítima era ainda jovem e era quem mantinha a autora, bem como o tempo presumível de vida desta, para depois estimar dita indenização em novecentos e sessenta mil cruzeiros (Cr$ 960.000,00) mais os honorários advocatícios num montante de cento e quarenta e quatro mil cruzeiros (Cr$ 144.000,00); que requeria a citação do representante legal da firma responsável, assim como formulava protesto contra atos da ré, para validade também contra terceiros, com o fito de evitar a alienação de bens que pudesse prejudicar os interêsses da autora. Regularmente citada, contestou a ré, alegando: que a perícia se verificou sem a sua presença e foi adredemente preparada para prejudicá-la, não tendo ficado aí constatada a negligência, imprudência ou imperícia por parte de

algum dos condutores; que êsse fato é comprovado porque a mesma perícia se fundamentou em informações de leigos; que o motorista trafegava em sua mão de direção assim também como o fazia o ciclista, fatos reconhecidos pela mesma perícia; que o que houve foi imprudência do ciclista; que a progenitora da vítima não tem legítimo interêsse na ação, pois esta era casada eclesiàsticamente e tinha dois filhos os quais mantinha, não podendo fazê-lo quanto aos pais, já que vencia salário mínimo; que pedia, afinal, calcando seu requerimento em argumentos jurídicos, a improcedência da ação. Ouvida, a seguir, a autora sôbre a contestação, saneou-se o processo, designando-se dia para a audiência de instrução e julgamento, a qual se realizou com duas prorrogações e onde foram ouvidas 4 testemunhas da autora e 5 da ré, inclusive depoimento pessoal da autora. O advogado da autora ao ver indeferida uma pergunta julgada impertinente agravou no auto de processo. Nos debates, autora e ré ratificaram os pedidos iniciais. Não estando em condições de decidir, conclusos me foram os autos na forma legal.

Êste o relatório.

Passo a decidir:

I) A petição inicial fixa a **causa petendi** e apresenta fundamentos jurídicos invocando dispositivos do Código Civil Brasileiro, muito especialmente os artigos 159 combinado com os artigos 1.521, n. II e 1.523. É que A. G. F. agindo como empregado ou preposto da ré acarretou para esta a responsabilidade de ressarcir o dano causado à autora.

II) o acidente narrado foi presenciado pelo menos por duas testemunhas de vista. O relato que estas fizeram provam que o motorista agiu com imprudência, pois que viajava em grande velocidade quando atingiu o ciclista. Ademais êste se achava em sua mão de direção e não podia afastar mais para o seu lado direito, sob pena de, se o fizesse, cair numa vala (deps. de fls. 68 e cer. de fls. 28). A Polícia Técnica, chamada para verificação do acidente, constatou que o carro tipo "Kombi", da O., trafegava com excesso de velocidade e, por isso mesmo, não pôde evitar o atropelamento ao tentar "tirar um fino ao ciclista"; que o excesso de velocidade foi o motivo de ter sido a vítima arrastada por cêrca de 16 metros, já que ambos viajavam em mão certa de direção; que a causa do atropelamento foi, assim, a imprudência do condutor da perua.

III) Não é verdadeira a alegação do motorista (fls. 35), nem merecem crédito as afirmativas das testemunhas da ré, segundo as quais estaria a vítima trafegando à contra mão quando foi atingida. Bastam para comprová-lo as provas acima referidas e as fotografias que ilustram o laudo pericial, que evidenciam avarias constatadas na parte de frente, à direita do veículo causador do acidente, bem como o amassado na traseira da bicicleta, fatos que levam à inevitável conclusão de que o abalroamento se deu quando o carro se projetou com sua parte posterior direita contra a traseira da bicicleta. É indiscutível que o motorista agiu com imprudência e comprovada imperícia, deixando, assim, de observar dispositivos claros e expressos do Código Nacional de Trânsito. E agindo como empregado ou preposto da ré, acarreou para esta a responsabilidade de ressarcir o dano causado, nos têrmos do art. 159 com. com os arts. 1.521 nº III e 1.523 e ainda com o art. 15 do mesmo Estatuto.

IV) Provada a culpa do motorista, firmada está a responsabilidade da Emprêsa a que prestava serviços, pelos danos resultantes.

Consoante doutrina que vem sendo acolhida pela jurisprudência, o reconhecimento da responsabilidade civil nos têrmos dos artigos citados, deve ser alcançado de uma forma indireta, bastando a prova da culpa do autor do evento quando a serviço de terceiro, por efeito de um vínculo de subordinação.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, na atualidade, desprezando sutilezas, considera presumida a culpa do preponente por ato do preposto, salvo prova de responsabilidade exclusiva do ofendido ("Um Triênio de Judicatura", de Philadelfo Azevedo, vol. III, votos nº 470, 472 e 473).

Acresce que, na espécie, identifica-se, ainda, a culpa **in vigilando** da ré, que não exerceu vigilância sôbre o chofer, seu empregado, de forma a impedir o excesso de velocidade.

Hoje, enfim, em face das diversas decisões do Egrégio Tribunal Federal, é vitoriosa a tese da culpa presumida das pessoas enumeradas nos arts. 1.521 e 1.522 do Código Civil (Ac. publ. na "Rev. dos Tribs.", vol. 233/311, das Câmaras Civis Reunidas do Eg. Trib. de Just. de S. Paulo).

Ressalta, ainda, provado nos autos, que a autora e seu marido, que se achava doente e sem poder trabalhar, falecendo com o choque da notícia da morte do filho, viviam às expensas dêste, cuja profissão, a de pedreiro, embora modesta, rendia o suficiente para ampará-los, sobretudo na fase final da vida quando já velhos e adoentados.

A autora demonstrou legítimo interêsse na qualidade de mãe da vítima (certs. nos autos).

V) Ante o exposto e mais o que dos autos consta, julgo procedente a ação proposta por E. R. S. contra O. A. R. T. Ltda., para o fim de condenar a ré ao pagamento da indenização que fôr apurada em liquidação da sentença, inclusive honorários de advogado na base pedida de 15% sôbre a quantia apurada, e custas.

P. I. R.

Goiânia, 3 de abril de 1961

Walfrido Campos Maia, Juiz de Direito Substituto

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — VENCIMENTO — EQUIPARAÇÃO

SENTENÇA — JUÍZO DA 1a. VARA

— Sòmente quando a equiparação de vencimentos é autorizada por lei e não cumprida pelo Executivo, é que pode o Judiciário aplicar o princípio de isonomia.

Vistos, etc.

J. M. M. e outros, qualificados na inicial, vêm a êste juízo propor a presente ação ordinária contra a Fazenda Nacional, com fundamentos que, em síntese apertada, passamos a expor:

Em abril de 1961 requereram ao T.R.E., dêste Estado, tendo em vista o princípio de isonomia e a jurisprudência assente em diversos Tribunais, lhes fôsse reconhecido e direito à percepção de vencimentos iguais aos dos funcionários da Secretaria do T. S. E., estendendo-se-lhes, também, as vantagens àqueles assegurados.

Aquela oportunidade, afiançaram que a legislação federal vinha se norteando no sentido de reparar desigualdades injustas, relativamente à fixação de vencimentos. tanto assim que o Congresso Nacional assegurou aos funcionários das Secretarias do Supremo Tribunal Federal, Tribunal Federal de Recursos e Superior Tribunal Militar, vencimentos idênticos aos dos funcionários da Câmara dos Deputados e Senado Federal. Também, os funcionários do Tribunal Superior Eleitoral tiveram os seus vencimentos equiparados aos dos Tribunais Superiores do País, por fôrça da Lei nº 1.914, de 14 de fevereiro de 1953.

Acentuaram, ainda, que a Lei nº 496, de 14 de novembro de 1948, garantiu aos funcionários dos T. R. condições de paridade com os do Tribunal Superior, situação essa que perdurou por longo tempo.

À vista de tais fatos, e tendo sempre em observância o consagrado princípio de isonomia, requereram ao T. R. E. do Estado, se fizesse a apostila em seus títulos de nomeação, de vencimentos iguais aos dos funcionários do T. S. E., o que lhe foi deferido, em acórdão de 9 de maio de 1961.

Entretanto, em 23 de maio de 1962 surgiu a Lei nº 4.049, que estendeu aos funcionários das Secretarias dos T. R. E. as vantagens concedidas aos servidores da União, pelas Leis ns. 3.780 e 3.826, conhecidas pela designação de leis de reclassificação e paridade.

Em face dessa lei e nos têrmos de seu art. 4.º, pediram os autores ao T. R. E., através do Diretor da Secretaria, se mandasse proceder a novas apostilas em seus títulos, pretensão essa que foi indeferida, por maioria de votos.

Assim, ficaram os postulantes visìvelmente prejudicados pela decisão acima referida, razão por que vêm às portas do Judiciário, para obter a restauração de seus direitos e, em consequência, terem os seus vencimentos equiparados aos dos servidores do T. S. E., com fundamento no preceito constitucional de igualdade de todos perante a lei.

Em abono do pedido, várias citações de tratadistas e de jurisprudência foram feitas, acabando por requererem os autores a citação da Fazenda Nacional, na pessoa de seu representante legal, o ilustrado Dr. Procurador da República, para responder os têrmos da ação proposta.

Efetivada a citação, o digno Dr. Procurador da República apresentou contestação ao pedido, em têrmos assim resumidos:

Pretendem os autores, via da presente ação, igualar seus vencimentos aos dos servidores do T. S. E., mas, na forma do inciso II, do art. 97, da Constituição Federal, compete aos Tribunais Federais restruturar e reclassificar os seus serviços administrativos, bastando, tão sòmente isto, para se contrapor à pretensão dos postulantes.

Apesar disto, vários T. R. E. equipararam os vencimentos dos funcionários de suas Secretarias com os do T. S. E., tendo, então, surgido a Lei n. 4.049, de 23 de fevereiro de 1962, padronizando os níveis de vencimentos e os símbolos dos cargos em comissão e das funções gratificadas dos servidores das Secretarias dos T. R. E. de todos os Estados.

Alegou, ainda, que a referida lei, em seu art. 11, deixou bem claro e explícito que "a modificação ou restruturação do Quadro do Pessoal, a alteração dos valôres de padrões, classes, níveis e símbolos ou o aumento de vencimentos de cargos das Secretarias dos T. R. E. só poderão ser feitos através de lei e por proposta do Tribunal interessado (Constituição, artigos 67, § 2.º e 97, II)".

Assim, diante das disposições legais e constitucionais, sòmente ao Poder Legislativo e por proposta do Tribunal interessado, cabe equiparar ou fazer quaisquer modificações que alterem padronizações de vencimentos.

Depois de fazer citações de julgados recentes a respeito, outros argumentos foram aduzidos, concluindo que sòmente ao Legislativo compete resolver a pretensão dos autores, devendo, por isto, ser a ação julgada improcedente.

Em seguida, falaram os autores sôbre a contestação e foi o processo saneado.

A audiência de instrução e julgamento realizou-se apenas com os debates orais, quando martelados foram os argumentos já anteriormente expendidos pelas partes.

Nenhum agravo no auto do processo foi interposto.

Êsse o relatório.

Consoante exposto foi, pretendem os autores sejam seus vencimentos equiparados aos dos funcionários da Secretaria do T. S. E..

Para tanto, procuram se amparar no princípio de isonomia, que a Constituição Federal consagra em seu art. 141, § 1.º.

Conforme demonstraram, percebiam os postulantes vencimentos iguais aos dos servidores do T. S. E., por fôrça de decisão do T. R. E. a que servem.

No entanto, com o advento da Lei nº 4.049/962, negou-se o Tribunal a que pertencem a lhes equiparar, novamente, os seus vencimentos com os que percebem os funcionários do T. S. E.. Daí a razão da presente ação.

Vê-se, pois, que a pretensão dos autores se alberga, única e exclusivamente, no princípio de isonomia.

Todavia, o princípio igualitário que vem sendo incluído em tôdas as nossas constituições, desde a Imperial de 1.824, não mais tem sido interpretado com a amplitude preconizada pelos postulantes.

Tempos houve, e não remotos, que, na área do Direito Administrativo, mormente no tocante aos direitos e vantagens do servidor público, procuraram alargar de tal sorte o sentido do dogma igualitário, que por pouco se chegava a interpretações aberrantes, divorciadas inteiramente do conjunto das normas que integram o nosso sistema jurídico.

Dúvida não resta que o "sumo princípio" não pode ser aplicado de maneira absoluta, mas, ao revés, ajustado aos fenômenos que nos impõe a vida social.

Paulino Jacques, com mestria, afiança que "igualdade não significa uniformidade, mas, pelo contrário, pressupõe heterogeneidade. A uniformidade é própria do caos, a variedade da organização. A vida social, como a biológica, não pode ser outra coisa que diferenciação constante, especialização permanente, individualização eterna". (Da Igualdade perante a Lei, pág. 228).

Norteando-se por princípios que tais, inteiramente condizentes com a nossa estrutura jurídico-social, a e x e g e s e do dogma isonômico, no âmbito do Direito Administrativo, vem se abrandando e perdendo, paulatinamente, o rigor que se emprestava ao enfático postulado de que "todos são iguais perante a lei".

Ademais, deve-se frisar, que, a pretexto de se aplicar um dogma constitucional, não se pode perder de vista outras normas também constitucionais. Exige a Magna Carta que a criação de cargos públicos e a fixação de seus vencimentos devem ser atribuição do Poder Legislativo.

Dessarte, lícito não seria ao Judiciário, sob o signo do princípio igualitário, violar um dos princípios básicos de nosso sistema político, qual seja a independência e harmonia dos Podêres.

Já o Ministro Costa Manso, a êsse respeito, em expressivo voto, assim se pronunciou:

"A nenhum dos podêres políticos é lícito invadir a esfera de atribuições do outro. O Legislativo não administra nem julga. O Executivo não julga nem legisla. O Judiciário não legisla nem administra. A função dos Tribunais Judiciários é assegurar a aplicação da lei. Não lhe compete examinar, sob o aspecto intrínseco, os atos legislativos ou administrativos, para declarálos oportunos, convenientes ou inconvenientes, justos ou injustos, conforme princípios científicos ou dêles divorciados". (Rev. de Dir. Administrativo, vol. 14/277).

Êsse é, também, o entender do Ministro Cândido Lôbo:

"Vencimento supõe, quanto à sua fixação, competência exclusiva do legislador e não do Judiciário. Sua equiparação, consequentemente, escapa à esfera de ação dos juízes, salvo se autorizada expressamente por lei, que não foi atendida pelo Executivo. Aí a beleza doutrinária da independência e harmonia entre os três podêres". (Rev. For., vol. 157/212).

É óbvio, pois, que, em caso como o vertente, descabe ao Judiciário aplicar o preceito isonômico, de vez que restrições lhe são impostas pela própria Constituição.

E o Egrégio T. R. E. desta Capital, negando o pedido formulado pelos autores, de reclassificação de seus cargos, outra coisa não fêz senão acatar a norma constitucional, segundo a qual sòmente através de lei poderão os servidores públicos obter reclassificação de cargos e aumentos de vencimentos.

Hoje é dominante a regra de que a isonomia só pode ser apreciada pelo Judiciário, quando a equiparação de vencimentos é autorizada por lei e não cumprida pelo Executivo.

O assunto já é inteiramente liquidado, consoante se vê de farta messe de julgados:

"Sendo a equiparação de vencimentos da exclusiva competência do Legislativo, não cabe ao Poder Judiciário outorgá-la, salvo quando expressamente consignada em lei e recusada pelo Executivo" (Ac. do Trib. Just. de Minas Gerais, in Rev. For., vol. 177/260).

"Falece ao Poder Judiciário competência constitucional para fixar vencimentos, como por igual, se não insere entre as obrigações que lhe são cometidas as de consertar injustiças, mas, e tão sòmente, a de reprimir as infrações praticadas contra a lei" (Ac. Trib. Just. do Ceará, in Rev. For., vol. 174/268).

Pode-se, ainda, citar julgados de outros Tribunais, tais como os do então Distrito Federal, in Rev. For., vol. 162/188 e do Piauí, in Rev. For., vol. 199/238.

A jurisprudência do Colendo Tribunal Federal de Recursos segue a mesma trilha, valendo ressaltar os julgados seguintes:

"A equiparação de vencimentos é da competência exclusiva do legislador e não do Poder Judiciário, salvo quando autorizada expressamente em lei não cumprida pelo Executivo" (Rev. For., vol. 157/211).

"O judiciário não pode, a pretexto de aplicar o princípio de isonomia, usurpar as atribuições dos demais podêres, pois, a tanto, equivale classificar funcionários e aumentar-lhes os vencimentos sem lei que expressamente o autorize" (Diário da Justiça de 24/9/63, rel. Min. Márcio Ribeiro).

"Isonomia. Não se aumentam vencimentos nem se classificam funcionários, por simples aplicação do princípio de isonomia, independentemente de lei" (Diário da Justiça de 31/1/64).

"A fixação de vencimentos de cargos públicos compete, nos têrmos da Constituição, ao Poder Legislativo, não cabendo ao Judiciário tal iniciativa, ainda que a pretexto de igualar situações semelhantes" (Diário da Justiça de 14-4-64).

A título de ilustração, poder-se-á compulsar, ainda: Rev. For., vol. 157/221, Diário da Justiça de 14-2-64, 8-1-64 e 24-3-64.

Outro não tem sido, também, o entender do Excelso Pretório, conforme se vê do acórdão do Ministro Henrique D'Avila, in Rev. For., vol. 185/128: "E evidente que o Poder Judiciário não pode, sobrepondo ao Legislativo, fixar vencimentos ou corrigir desigualdades por acaso existentes quanto à remuneração do funcionalismo público".

Por último, é de frisar-se que a jurisprudência firme e dominante do Supremo Tribunal Federal, consoante está expresso na "Súmula de Jurisprudência", n. 339, é a mesma já abundante e exaustivamente citada:

"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia".

De tudo que se expôs, chega-se à irrecusável conclusão de que, se injustiça há quanto à fixação dos vencimentos dos autores, ao Tribunal a que servem compete propor ao Legislativo a sua correção, de vez que ao Judiciário lícito não seria fazê-lo.

Daí a razão por que outra alternativa não temos senão julgar improcedente a presente ação, o que de fato o fazemos, condenando os autores ao pagamento das custas processuais.

Designe o Sr. Esc. dia e hora disponíveis para a audiência de leitura e publicação da presente.

Intimem-se.

Goiânia, 12 de maio de 1964.

Geraldo Majella F. Ferreira, Juiz de Direito da 1a. vara

HOMICÍDIO — ATROPELAMENTO — DOLO EVENTUAL

DESPACHO DE PRONÚNCIA — JUÍZO DA 4a. VARA CRIMINAL

— Arriscar-se conscientemente a causar um evento, vale tanto quanto pretendê-lo.

— O dolo não decorre apenas da intenção, mas também dos atos praticados pelo agente, os quais conduzem ao resultado proibido.

Vistos ,etc.

O sr. Dr. 3.º Promotor de Justiça desta Comarca ofereceu denúncia contra A. L., brasileiro, casado, motorista, residente na Capital do Estado de São Paulo, por ter o mesmo no dia 1.º de fevereiro do ano de 1957, por volta das 22 horas e 30 minutos, na Avenida Anhanguera, nesta Capital, atropelado e morto J. H. S., conhecido como "Tarzan" e J. R. A., vulgo "Prêto".

Conta a peça acusatória que o denunciado estava dirigindo o seu caminhão em demanda ao bairro de Campinas, desenvolvendo marcha excessiva. Ao passar na altura do balneário "Lago das Rosas", onde há um declive acentuado na pista pavimentada, ao invés de diminuir a marcha do veículo, continuou com a mesma velocidade, tendo percebido que à sua frente transitava uma motocicleta, conduzindo duas pessoas, justamente as vítimas neste processo. Devido à grande velocidade, o caminhão chocou-se com a motocicleta, do que resultou a morte dos ocupantes dêste último veículo.

Expõe mais a denúncia, que o denunciado não tentou evitar o choque (e que se o fizesse talvez duas vidas seriam poupadas), assumindo, destarte, o risco de produzir o evento. Capitulou o crime no art. 121 combinado com o 15, inciso I, "in fine", do C. Penal, por duas vêzes, pedindo a aplicação do disposto no art. 51 § 1.º do mesmo Código. Arrolou o representante do M. Público seis testemunhas e pediu uma diligência probatória.

Recebida a denúncia foi o denunciado — que fôra prêso em flagrante — devidamente interrogado, e, como dissesse no ato judicial que seus defensores eram os Drs. H. T. e R. P. C. abriu-se vista do processo aos mencionados causídicos, que ofereceram a defesa prévia de fls. 52 a 57, arrolando oito testemunhas.

Durante a instrução criminal, foram inquiridas cinco testemunhas de acusação, tendo o Dr. Promotor de Justiça desistido das restantes (fls. 68). Da defesa, foram ouvidas seis testemunhas. Ambas as partes arrazoaram. Êste juízo, nos têrmos do art. 407 do C. Penal, h o u v e por bem converter o julgamento em diligência, a fim de que fôsse inquirida a testemunha, Dr. J. A. (fls. 98-99), o que foi feito. É o relatório.

Isto pôsto e tudo joeirado: —

No que tange à materialidade do delito, esta acha-se plenamente evidenciada através dos autos de exame cadavérico de fls. 19-19 v. e 20-20 v.

No tocante à autoria, esta também encontra-se provada, eis que o acusado não negou a imputação que lhe foi feita. A defesa, porém, contrariando a capitulação feita na denúncia, entende que os dois homicídios foram culposos, pois o que houve foi imprudência do motorista, que não quis matar ninguém.

Efetivamente, o denunciado não desejou o crime, mas assumiu o risco de produzi-lo. A prova dêsse fato está nas declarações que prestou por ocasião da lavratura do flagrante. Disse êle, então, perante o Delegado Dr. J. V. Ó., que não usou o freio do veículo porque tal providência era

inútil, "dada a distância entre o seu caminhão e a motocicleta ser insignificante para se brecar o carro" (Cfr. fls. 8).

Ora, mas êle devia, ao menos, tentar frear o veículo. Não o fazendo, praticou o chamado dolo eventual que o Código Penal, no seu artigo 15, inciso I, equipara ao dolo direto. Não há negar que arriscar-se conscientemente a causar um evento vale tanto quanto pretendê-lo. Assim, o dolo não decorre apenas da intenção, mas também dos atos praticados pelo agente, os quais conduzem ao resultado proibido.

O denunciado viu a motocicleta em sua frente, percebeu o perigo da situação e, entretanto, nada fêz para conjurá-lo. Prosseguiu com seu caminhão com a mesma marcha, sabendo o que iria acontecer poucos instantes depois. O exame pericial confirma que o desastre podia ser evitado (resposta ao quesito 3.º — fls. 45), esclarecendo que no local da tragédia não existem vestígios de terem sido usados os freios dos veículos.

Segundo as testemunhas A. V. S. e P. V. S., o caminhão, após chocar-se com a motocicleta, não parou, ao contrário, aumentou ainda mais a velocidade. Não quis o denunciado socorrer as vítimas e nem ver a extensão do desastre. As consequências de seu ato, que havia previsto, foram as mais funestas possíveis, eis que duas vidas humanas foram sacrificadas.

Os homicídios praticados pelo acusado não foram, portanto, culposos, mas nitidamente dolosos.

Pelos fundamentos expostos, julgo procedente a denúncia de fls. 2-2 v. para pronunciar, como pronuncio, o denunciado A. L. como incurso, por duas vêzes, na sanção do art. 121 do C. Penal, sujeitando-o à prisão e julgamento.

O sr. Escrivão lance oportunamente o nome do réu no rol dos culpados e expeça mandado para a sua captura.

Custas afinal.

P. R. I.

Goiânia, 2 de fevereiro de 1962

Fausto Xavier de Rezende, Juiz de Direito da 4a. Vara Criminal

HOMICÍDIO — LEGÍTIMA DEFESA — CARACTERÍSTICAS

DESPACHO DE PRONÚNCIA — JUÍZO DA 4a. VARA CRIMINAL

— Um dos requisitos fundamentais da Legítima Defesa é o emprêgo moderado dos meios necessários.

VISTOS, etc.

O então Dr. 1.º Promotor de Justiça desta Comarca ofereceu, em data de 12 de setembro do ano de 1950, denúncia contra A. F. S. por alcunha "Gordo", brasileiro, casado, jogador profissional, residente em Belo Horizonte, por ter o mesmo, no dia 29 de julho do ano de 1949, nesta Capital, em frente ao edifício do "Hotel Marmo", sito à Avenida Anhanguera, entre 22,30 e 23 horas, assassinado a tiros seu colega de profissão J. B. G.

Expõe a peça acusatória que a vítima àquela hora da noite, demonstrando nervosismo, tinha pedido ao porteiro do referido hotel que chamasse um carro de praça e, como o veículo demorasse a chegar, começou a bradar pelo atraso, parecendo aos que ali se encontravam, estar êle embriagado. Em um dado instante, pára um automóvel à porta do hotel, dêle descendo o acusado. A vítima, ao vê-lo, xinga-o, atirando-lhe ao rosto uma lanterna, ao que "Gordo" indagou: — "o que é isso", procurando em seguida abrigar-se por detrás do automóvel estacionado. Ambos fizeram gesto de quem ia sacar arma e o denunciado, que já se achava bem protegido. atirou três vêzes,

sendo que as duas últimas detonações foram feitas quando a vítima se achava prostada ao chão. Os circunstantes procuraram socorrer a vítima, e o acusado, aproveitando-se disso e ainda da escuridão reinante, empreendeu fuga.

Capitulou o crime no art. 121 § 2.º, inciso III, última parte, arrolando oito testemunhas. Recebida a denúncia, foi o denunciado devidamente interrogado, tendo nesta oportunidade dito que seus defensores eram os Drs. S. O. C. e J. J.

O primeiro dos defensores ingressou com a petição de fls. 38 a 41 em que, dizendo estar caracterizada a legítima defesa própria, requeria fôsse invalidado o decreto de prisão preventiva prolatado pelo então Juiz de Direito da 2a. Vara, hoje Desembargador aposentado, Dr. I. B. L.. Ouvido a respeito, o rep. de M. Público discordou do deferimento, por ser o pedido iníquo. O juiz do feito, já agora o Dr. E. N. D. S. em longo despacho (fls. 50 a 56), houve por bem revogar a custódia preventiva por considerar que a favor do acusado militava a prerrogativa do art. 19 do C. Penal.

O processo ficou longo tempo paralisado, até que o Dr. Juiz Preparador J. L. F. determinou que se designasse dia para a continuação da instrução criminal com a notificação das testemunhas arroladas pelas partes.

Durante o sumário de culpa foram inquiridas neste juízo quatro testemunhas de acusações e, por precatória, duas: em Corumbá de Goiás, o Dr. U. G. R. e em Bom Jardim de Goiás, o sr. J. B. A. T.

Nova paralisação do processo — mais de três anos — desta vez havendo justificativa por parte do cartório, que alega insuperável acúmulo de serviço relacionado com réus presos e pedidos de "habeas corpus". Desta feita, foram ouvidas as duas testemunhas arroladas pela defesa, sendo uma, por precatória, em Brasília, D. F., R. M. B. Ambas as partes arrazoaram. É o relatório.

Isto pôsto, passo a decidir:—

No que concerne à materialidade do delito, esta acha-se apurada através dos autos de exame cadavérico e corpo delito de fls. 13 a 14.

No que tange à autoria confessa o acusado o delito, embora diga que atirou na vítima no intuito de defender sua vida. A defesa abraça com entusiasmo a versão e, tanto assim, que consegue convencer o juiz da instrução que seu constituinte agira em legítima defesa, acabando por obter a revogação da prisão preventiva.

É jurisprudência pacífica de nossos tribunais que, nesta fase do processo, para admitir-se a legítima defesa, ela precisa ser plenamente provada, extreme de qualquer dúvida. Pelos depoimentos das testemunhas de vista, L. C. e J. B. A. T., parece tratar-se mesmo de um caso típico de legítima defesa. Quando o denunciado sai do automóvel e pisa no passeio fronteiro à porta do "Hotel Marmo" é recebido com hostilidade pela vítima, que lhe joga ao rosto uma lanterna, ao mesmo tempo em que lhe dirige várias injúrias. Caminha a vítima em direção ao denunciado, fazendo menção de sacar de sua arma, ocasião em que "Gordo", retirando seu revólver, alveja por três vêzes seu colega de profissão.

Nossa dúvida é se o denunciado usou moderadamente dos meios necessários para repelir a agressão de um homem nervoso e descontrolado. A medida da repulsa é dada pela violência do ataque e, portanto, a defesa deve ser proporcional à gravidade do perigo.

Depondo na Polícia, a testemunha, Dr. W. C. N., fala que lhe pareceu "que um dos contendores atirava no outro já caído no chão, disparando mais tiros" (Cfr. fls. 8 v.). Ora, quem atirava só podia ser o denunciado, que, após o evento, fugiu do local. Se a vítima estava tombada ao solo, não havia mais necessidade de o acusado disparar-lhe mais tiros.

Dir-se-ia que um homem agredido sem esperar não pode calcular com exatidão a medida de sua defesa; mas, no caso, o agressor já estava fora de ação, caído, tanto que não chegou a disparar sua arma.

Em vista de tais fatos, não dou por caracterizada a legítima defesa, uma vez que um dos seus requisitos fundamentais o em-

cumento, a formação de quadrilha ou bando, eram apenas delito-meio, embora igualmente puníveis;

que, inobstante figurar n'outro processo, o crime de que os documentos de fls. 134, 135, 136 e 137, são provas materiais, não sòmente incriminam o acusado J.B.S., neste processo como envolve todos os demais denunciados, visto ter êle uma seqüência numérica dos certificados apreendidos, como se vê de seu número 2.949, com os de número 2.950, 2.951, 2.954 e 2.955, apreendidos em poder dêsse mesmo J.B.S. e sobretudo o de número 2.947, apreendido em poder de N.A.P., fls. 23;

que os mesmos "certificados falsos" foram apreendidos em poder de todos os outros denunciados, vide fls. 12, referente a R.O.; fls. 40, P.C.M. e fls. 8, no inquérito e fls. 149, verso, interrogatório judicial de F.G.M., para se comprovar a AUTORIA, co-autoria e CONCURSO MATERIAL de todos êles, no crime previsto no art. 293, e de todos êles, menos o último F.G.M. no delito previsto no art. 288 (quadrilha ou bando), todos êsses artigos do Código Penal Brasileiro;

considerando que não se verificou no processo nenhuma das excludentes constantes do art. 386, do C.P.P. mas, ao contrário, tudo carreou e corroborou em desfavor dêles;

considerando ainda que a alegação, do acusado N.A.P., de ser menor de 18 anos de idade, não foi confirmada e nem disso cogitou êle, durante todo o tempo disponível, que para tanto gozou, via do art. 400, do C.P.P., especialmente quando é taxativo pelo art. 156 dessa mesma lei adjetiva, de que a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, e até já diziam os latinos: "Ei incumbit probatio qui dicit non qui negat", e às fls. 228, verso, **in fine**, afirmou e certificou o Escrivão do feito a decorrência do prazo para diligências, sem que fôssem requeridas quaisquer delas, pelos Drs. defensores;

considerando que inexiste a mínima dúvida sôbre os fatos delituosos, que transpareceram concretamente provados dos autos, cumpre-nos fixar as penas a que estão sujeitos os réus, conforme dispõe o art. 42, do C. Penal;

que, de acôrdo com o ensinamento do mestre Nelson Hungria, em tese adotada na 1a. conferência dos Desembargadores, realizada em 1943 no hoje Estado da Guanabara:

"Para a fixação da pena o juiz deve considerar inicialmente as circunstâncias do art. 42, do C. P., para depois levar em consideração as circunstâncias que sempre atenuam e agravam a pena (artigo 44, 45, e 48, do C. P.), e, finalmente terceira etapa aplicar as causas especiais de aumento ou diminuição (C.P., arts. 42, 44 a 48 e 50)";

considerando, assim, que examinando a personalidade de cada um dos réus, verificamos tratar-se de indivíduos de instrução equivalente à média, eis que comerciantes, comerciário, gráfico e estudante ginasial, portanto, beneficiados pelo Poder Público, mas de antecedentes duvidosos, embora improvadas suas qualidades de reincidentes, de qualquer natureza, — específica ou genérica —, **scilicet**, são êles primários na senda da criminologia;

que o fato criminoso, embora sem revestimento de qualquer perversidade, ou que não tenha havido prejuízo de vida humana, ou mesmo de qualquer bem material, foi de péssima repercussão, — furto de automóveis —, mas no caso examinado, apenas a falsificação de papéis públicos;

que houve, foi comprovada concretamente, a intenção dolosa, com o fabrico e distribuição dos papeis falsificados;

que o motivo dos crimes foi dos mais injustificáveis e cria uma raiva e um repúdio geral, sobretudo em Goiânia, nos últimos tempos inundada de "marreteiros", vindos de tôda a parte, agindo incessantemente, com estelionatos, peculatos, até latrocínios, sem se falar das centenas de pequenos furtos, agora êsses falsificadores de documentos públicos;

considerando, finalmente, tôdas as causas, — favoráveis e desfavoráveis —, aos referidos réus, fixamos para todos êles, para o primeiro crime, previsto no art. 293, do C. P., de modo razoável a pena base em 3 anos e 4 meses de reclusão e Cr$ 3.000,00 de multa e em um ano de reclusão, para o crime capitulado no art. 288, aos nêle denunciados;

considerando a inexistência de atenuamentes, ou outra circunstância especial, capaz de aumentar ou de diminuir essa pena já fixada, tornando-a, assim, definitiva e concreta;

considerando tudo o mais que dos autos consta e princípios do direito de aplicação, julgamos procedente a denúncia e condenamos os réus:

1. J.B.S.,

2. P.C.M.,

3. N.A.F.,

4. R.O., já devidamente qualificados, neste processo, a 52 (cinquenta e dois) meses de reclusão e Cr$ 3.000,00 de multa, pelos crimes previstos nos artigos: 293, inciso V, 288, 51 e 25, combinados, do Código Penal (falsificação de papéis públicos e formação de bando ou quadrilha para o crime), ocorrido neste Estado, no último semestre do ano de 1962; e,

5. F.G.M., também já qualificado nos mesmos autos, a 40 (quarenta) meses de reclusão e Cr$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) de multa, pelo crime de falsificação de papéis públicos, previsto no art. 293 inciso V, do Cód. Penal, ocorrido no mesmo local e data.

Sejam lançados os seus nomes nos livros dos culpados e, decorrido o prazo para recurso, encaminhados à Penitenciária Agro-Industrial do Estado, acompanhados da Competente "Carta de Guia", expedindo-se Mandado de Prisão contra os que não estiverem presos.

Custas em proporção, na forma da lei

Publique-se, registre-se e intime-se.

Goiânia, 5 de março de 1963

As.) Sebastião Naves, Juiz de Direito da 4a. Vara Criminal

Legislação

Emenda Constitucional Nº 15

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos têrmos do art. 217, § 4º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda aditiva ao texto constitucional:

Art. 219 — O pedido de registro do candidato a qualquer cargo eletivo será sempre acompanhado da declaração de bens de que conste a sua origem.

Art. 220 — Verificada, mediante processo estabelecido em lei, a falsidade da declaração, não será expedido diploma, que se cassará, seja expedido.

Art. 221 — Noventa dias antes do término de mandato eletivo, o titular do cargo do Poder Executivo ou Legislativo apresentará nova declaração de bens de que constem a origem e as mutações patrimoniais ocorridas no curso do mandato.

§ 1º — Na hipótese de renúncia a declaração será feita nos dez dias seguintes ao em que esta se verificar.

§ 2º — A declaração de bens de que trata êste artigo será apresentada à Justiça Eleitoral competente, na forma da lei.

§ 3º — A falta de declaração importará crime de responsabilidade, nos têrmos da lei, bem assim suspensão do pagamento do subsídio ou qualquer outra vantagem pecuniária decorrente do exercício do cargo eletivo.

Art. 222 — São vedados e considerados nulos de pleno direito não gerando obrigação de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem qualquer direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre os noventa dias anteriores à data das eleições federais, estaduais e municipais e o término, respectivamente, do mandato de Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal, importam:

a — nomear, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, no serviço centralizado, autárquico ou nas sociedades de economia mista de que o Poder Público tenha o contrôle acionário, a não ser para cargos em comissão ou funções gratificadas, cargos de magistratura, e ainda para aquêles para cujo provimento tenha havido concurso de provas;

b) — contratar obras ou adquirir equipamento e máquinas, salvo mediante concorrência pública;

c) — distribuir ou ampliar fundos ou verbas globais, a não ser dentro do critério fixado em lei anterior;

d) — autorizar empréstimos por bancos oficiais ou por entidades de crédito em que o Poder Público detenha o contrôle do capital, o Estado ou Município, salvo em

caso de calamidade pública ou quando o contrato obedecer a normas uniformes.

Brasília, 5 de julho de 1965.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bilac Pinto, Presidente
Baptista Ramos, 1º Vice Presidente
Mário Gomes, 2º Vice Presidente
Nilo Coêlho, 1º Secretário
Emílio Gomes, 3º Secretário
Nogueira de Rezende, 4º Secretário

A MESA DO SENADO FEDERAL

Auro Moura Andrade, Presidente
Camilo Nogueira da Gama, Vice- Presidente
Dinarte Mariz, 1º Secretário
Gilberto Marinho, 2º Secretário
Cattete Pinheiro, 3º Secretário em exercício
Joaquim Parente, 4º Secretário em exercício

(Publicado no Diário Oficial de 6 de julho de 1965).

LEI N.º 4.464 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sôbre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior, que se regerão por esta Lei, têm por finalidade:

a) defender os interêsses dos estudantes;

b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;

c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições do ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;

d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;

e) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos;

f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres; e

g) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas.

Art. 2.º — São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:

a) O Diretório Acadêmico (D. A.), em cada estabelecimento de ensino superior;

b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade;

c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;

d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal.

Parágrafo único — VETADO.

Art. 3.º — Compete, privativamente, ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades de ensino da Escola, da Faculdade e da Universidade:

a) patrocinar os interêsses do corpo discente;

b) designar a representação prevista em lei junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada Departamento constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto integrante de Universidade.

§ 1.º — A representação a que se refere a alínea **b** dêste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estudante ou estudantes regularmente matriculados em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento ou Instituto deverá ainda recair em aluno ou alunos de cursos ou disciplinas que o integrem, tudo de acôrdo com regimentos internos das Faculdades, Escolas e estatutos das Universidades.

§ 2.º — A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interêsse de um determinado curso ou seção.

Art. 4.º — Compete ao Diretório Estadual de Estudantes realizar, com amplitude estadual, as finalidades previstas no art. 1.º desta Lei.

Art. 5.º — O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes do estabelecimento de ensino superior, eleitos pelo respectivo corpo discente.

§ 1.º — Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

§ 2.º — A eleição do Diretório Acadêmico será feito pela votação dos estudantes regularmente matriculados.

§ 3.º — O exercício do voto é obrigatório. Ficará privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de fôrça maior, devidamente comprovado.

§ 4.º — O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

Art. 6.º — A eleição do Diretório Acadêmico será regulada em seu regimento, atendidas as seguintes normas:

a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo elegível apenas o estudante regularmente matriculado, não repetente, ou dependente, nem em regime parcelado;

b) realização dentro do recinto da Faculdade, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;

c) identificação do votante mediante lista nominal fornecida pela Faculdade;

d) garantia de sigilo do voto e da inviolabilidade da urna;

e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados e a possibilidade de apresentação de recurso;

f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade.

Parágrafo único — A mudança para regime parcelado, trancamento de matrícula ou conclusão de curso importa em cassação de mandato.

Art. 7.º — O Diretório Estadual de Estudantes será constituído de representantes de cada Diretório Acadêmico ou grupos de Diretórios Acadêmicos existentes no Estado, havendo um máximo de vinte representantes.

Art. 8.º — A eleição para o Diretório Central de Estudantes e para o Diretório Estadual de Estudantes será regulada nos respectivos regimentos, atendidas, no que couber, as normas previstas no art. 6.º e seu parágrafo único.

Art. 9.º — A composição, organização e atribuições dos órgãos de representação estudantil serão fixadas em seus regimen-

tos, que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o art. 15.

Parágrafo único — O exercício de quaisquer funções de representação, ou delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência de freqüência.

Art. 10 — O Diretório Nacional de Estudantes, órgão coordenador das atividades dos Diretórios Estudantis, que cuidará da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação e Cultura e que, no seu âmbito de ação terá as obrigações e dos direitos expressos no art. 1.º, observará todos os preceitos gerais desta Lei.

§ 1.º — Poderá ainda o Diretório Nacional de Estudantes promover, durante os períodos de férias escolares, reuniões de estudantes, para debates de caráter técnico.

§ 2.º — O Diretório Nacional de Estudantes será constituído de um representante de cada Estado, Território e Distrito Federal em que haja órgão previsto no art. 2.º, sendo a sua primeira constituição feita dentro do prazo de noventa dias, mediante eleições procedidas nos Diretórios Estaduais e instruções do Ministério da Educação e Cultura, que fará a primeira convocação.

§ 3.º — O Diretório Nacional de Estudantes se reunirá na Capital Federal durante os períodos de férias escolares, dentro dos prazos e condições estabelecidos no regimento, podendo reunir-se extraordinàriamente ,em qualquer época, por iniciativa justificada da maioria absoluta dos seus membros, do Ministro da Educação e Cultura, ou do Conselho Federal de Educação, em local prèviamente designado.

Art. 11 — Aplicam-se ao Diretório Estadual de Estudantes, ao Diretório Central de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes as normas estabelecidas no art. 5.º e seus parágrafos desta Lei.

Art. 12 — As Faculdades e Universidades assegurarão os processos de recolhimento das contribuições dos estudantes.

§ 1.º — O regimento do Diretório Estadual de Estudantes poderá prever a perda dos mandatos de representantes de Diretórios Centrais e de Diretórios Acadêmicos, bem como o regimento do Diretório Central poderá estabelecer a perda de mandato dos representantes dos Diretórios Acadêmicos, quando os órgãos representados não efetuarem regularmente o pagamento das contribuições que lhes competem.

§ 2.º — Os órgãos de representação estudantil são obrigados a lançar todo o movimento de receita e despesa em livros apropriados, com a devida comprovação.

§ 3.º — Os órgãos de representação estudantil apresentarão prestação de contas, ao término de cada gestão, aos órgãos a que se refere o artigo 15, sendo que a não aprovação das mesmas, se comprovado o uso intencional e indevido dos bens e recursos da entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

Art. 13 — Os auxílios serão entregues às Universidades, Faculdades ou Escolas isoladas que darão a destinação conveniente e encaminharão os processos de prestação de contas, acompanhados de parecer.

Art. 14 — É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Art. 15 — A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à Congregação ou ao Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade ou Escola, quanto ao Diretório Acadêmico; ao Conselho Universitário, quanto ao Diretório Central de Estudantes, e ao Conselho Federal de Educação, quanto ao Diretório Estadual de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes.

Parágrafo único — O Conselho de Educação poderá delegar podêres de fiscalização aos Conselhos Universitários.

Art. 16 — O regimento de cada Faculdade ou Escola e o estatuto de cada Universidade disporão sôbre o prazo dentro do qual seus órgãos deliberativos deverão pronunciar-se sôbre as representações feitas pelos órgãos de representação estudantil.

Parágrafo único — Quando a matéria fôr relativa ao previsto no § 2.º do artigo 73, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a decisão da Faculdade ou Escola deverá ocorrer:

a) no prazo de dez dias, em se tratando de não comparecimento do professor, sem justificação, a 25% das aulas e exercícios;

b) antes do início do ano letivo seguinte, no caso de não cumprimento de, pelo menos, três quartos do programa da respectiva cadeira.

Art. 17 — O Diretor da Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não cumprimento desta Lei.

Parágrafo único — Às Congregações e aos Conselhos Universitários caberá a apuração da responsabilidade, nos têrmos dêste artigo, dos autos que forem levados a seu conhecimento.

Art. 18 — Poderá ser constituídas fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de manutenção de obras de caráter assistencial, esportivo ou cultural de interêsse dos estudantes.

Parágrafo único — Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, sòmente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor.

Art. 19 — As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus estatutos aos têrmos da presente Lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 20 — Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no art. 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 21— Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 22 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto-Lei n.º 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1964, 143.º da Independência e 76.º da República.

H. Castello Branco

Flávio Lacerda

Publicado no D. O. de 11-11-64

LEI N.º 288 — DE 8 DE JUNHO DE 1948

Concede vantagens a militares e civis que participaram de operações de guerra.

Art. 1.º — O oficial das Fôrças Armadas que serviu no teatro de operações da Itália, ou tenha cumprido missões de patrulhamento de guerra em qualquer outro teatro de operações, definidas pelo Ministério respectivo, quando transferido para a reserva remunerada, ou reformado, será prèviamente promovido ao pôsto imediato, com os respectivos vencimentos integrais.

Art. 2.º — Os subtenentes, suboficiais e sargentos da FEB, FAB e Marinha de Guerra, que preencherem as condições exigidas no artigo 1.º, gozarão das mesmas vantagens concedidas aos oficiais.

Parágrafo único — Os sargentos que possuírem curso de comandante de pelotão, secção ou equivalente, quando transferidos para a reserva ou reformados, serão promovidos ao pôsto de segundo tenente, com os vencimentos integrais dêste.

Art. 3.º — Os militares que já tenham sido transferidos para a reserva remunerada, ou reformados, gozarão destas vantagens, desde que satisfaçam as exigências dos artigos anteriores.

Art. 4.º — Os militares, inclusive os convocados, incapacitados fisicamente para o serviço, em conseqüência de ferimentos recebidos, ou de moléstias adquiridas no teatro de operações da última guerra, serão promovidos ao pôsto imediato ao que tinham quando receberam os ferimentos ou adquiriram a moléstia, e reformados com os vencimentos da última promoção, na forma estatuída pelo Decreto-Lei nº 8.795, de 1946.

Art. 5.º — Os funcionários públicos federais, estaduais, municipais, de entidades autárquicas ou de sociedades de economia mista, que tenham participado das referidas operações de guerra, ao se aposentarem, gozarão das vantagens estabelecidas na presente Lei.

Art. 6.º — Idênticas vantagens serão concedidas aos civis e militares que foram incorporados na Missão Médica que o Brasil enviou à França, em caráter militar, na guerra de 1914-1918, com direito a receber os vencimentos correspondentes ao pôsto da promoção, conferida por esta Lei, sòmente a partir de sua vigência.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

(Publicado no Diário Oficial da União, em 15-6-1948).

LEI N.º 4.005 — DE 3 DE MAIO DE 1962

Dispõe sôbre contagem de tempo de funcionário e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, é contado o tempo em que o funcionário serviu como assalariado em qualquer repartição do Estado de Goiás.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em Goiânia, 16 de agôsto de 1962.

Clotário de Freitas — Presidente

Publicado no D. O. de 31-7-62

LEI N.º 4.015 — DE 17 DE MAIO DE 1962

Dispõe sôbre a criação e a organização escolar e administrativa do ensino industrial, artesanal de economia doméstica do Estado de Goiás, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da criação e dos objetivos do Ensino Industrial, Artesanal e de Economia Doméstica.

Art. 1.º — Fica criado o ensino industrial, artesanal e de economia doméstica do Estado de Goiás.

Art. 2.º — São objetivos do ensino Industrial, ramo da educação de grau médio:

a) — dar orientação vocacional e iniciação profissional de sentido técnico industrial;

b) — qualificar operários para a mão de obra industrial;

c) — formar pessoal técnico para os trabalhos da indústria;

d) — promover aperfeiçoamento ou especialização a trabalhadores da indústria.

Art. 3.º — O ensino artesanal, ramo da educação que abrangerá os graus elementar e médio, diante da necessidade de proporcionar à comunidade solução de problemas não atendidos pela produção em série ou pela técnica moderna, terá como objetivos imediatos:

a) — dar oportunidade a que adolescente e adultos ainda não possuidores de profissão definida desenvolvam aptidões e adquiram conhecimentos e adestramento suficiente para uma iniciação profissional;

b) — formar artesões qualificados;

c) — estimular e coadjuvar a iniciativa privada neste ramo de atividades;

d) — proporcionar o advento da fase pré-industrial em regiões do Estado menos desenvolvidas.

Art. 4.º — O ensino de economia doméstica será de grau elementar e médio, e terá como objetivo:

a) — orientar e dar iniciação prática para as responsabilidades do lar;

b) — preparar para os deveres domésticos e familiares;

c) — dar habilitação profissional neste ramo de atividades.

Art. 5.º — O ensino industrial, artesanal e de economia doméstica cuidará igualmente da formação do homem como pessoa e como cidadão.

Art. 6.º — Os estabelecimentos de ensino destinados a ministrar qualquer ou quaisquer dos cursos previstos nesta Lei incluirão educação religiosa, sem freqüência obrigatória, de acôrdo com a confissão do aluno.

Art. 7.º — Nos currículos dos estabelecimentos de ensino industrial, artesanal e de economia doméstica serão também incluídas, entre as práticas educativas, educação doméstica, educação moral e cívica e atividades complementares de iniciação artística.

Parágrafo único — A educação doméstica destinar-se-á exclusivamente a estudantes do sexo feminino.

Art. 8.º — Poderão também ser criados e instalados cursos complementares de artes industriais isolados ou integrados em estabelecimentos de ensino elementar, e

cursos vocacionais, de duração variável, do 1.º ciclo do ensino do grau médio, com o fim de, ao lado do ensino de cultura geral, explorar aptidões e desenvolver as capacidades dos educandos, dando-lhes iniciação técnica, e orientando-os de acôrdo com a família não só quanto à oportunidade de trabalho, como quanto ao prosseguimento nos estudos.

TÍTULO II

Dos cursos em Geral

Art. 9.º — Os cursos do ensino técnico, através dos quais será adquirida a orientação, a iniciação e a formação profissional, bem como a formação cívica, humana e religiosa, se distinguirão entre ordinários de caráter formativo, e cursos extraordinários de caráter qualificativo, de aperfeiçoamento, ou de especialização.

TÍTULO III

Da organização do Ensino Industrial

Art. 10 — São cursos ordinários, de caráter formativo, ou de aprendizagem profissional do ensino industrial:

a) — cursos de aprendizagem industrial, de 1.º ciclo e duração de um a três anos, em Escola Industrial, para maiores de 14 anos, possuidores de conhecimentos elementares;

b) — cursos de ginásio industrial, de quatro séries de 1.º ciclo em Ginásio Industrial, destinados a candidatos que tenham concluído curso de aprendizagem, e aos que dêem prova de possuir suficientes conhecimentos do curso elementar, mediante exame de admissão;

c) — cursos técnicos industriais, de três ou mais séries do 2.º ciclo, em Colégio Técnico Industrial, destinado à formação técnica de candidatos que tenham concluído o Ginásio Industrial ou qualquer curso do 1.º ciclo do ensino médio, e procurem habilitar-se para o desempenho de função de imediata assistência a engenheiros ou administradores, ou para o exercício de atividades em que as aplicações tecnológicas exijam profissional dessa graduação.

Art. 11 — Entre o primeiro e o segundo ciclo dos colégios técnicos industriais poderá haver um curso pré-técnico, de um ano, onde serão ministradas as disciplinas de curso colegial secundário.

Parágrafo único — Caso seja instituído o curso pré-técnico de que fala êste artigo, no segundo ciclo industrial sòmente serão ministradas as disciplinas específicas de cultura técnica.

Art. 12 — Nos estabelecimentos de ensino industrial poderão também funcionar cursos industriais extraordinários, cursos de artesanato e de economia doméstica.

TÍTULO IV

Do Ensino Artesanal e de Economia Doméstica

CAPÍTULO I

Da organização do Ensino Artesanal

Art. 13 — O ensino artesanal terá as seguintes modalidades:

a) cursos de nível elementar, ministrados durante a fase complementar de escola primária de mais de quatro anos, para menores de quatorze anos:

b) cursos avulsos de iniciação profissional, de duração variável, para maiores de 14 anos;

c) cursos de aprendizagem artesanal, de um a três anos, para candidatos que tenham satisfatórios conhecimentos de ensino elementar;

d) cursos de nível médio, de quatro anos, sendo dois de iniciação técnica e dois de artesanato, ministrados em Ginásio Artesanal.

Art. 14 — Os cursos de artesanato de nível médio poderão funcionar em qualquer estabelecimento estadual de ensino médio, feitas as necessárias adaptações.

CAPÍTULO II

Da organização do Ensino de Economia Doméstica

Art. 15 — O ensino de economia doméstica terá as seguintes modalidades:

a) — cursos de nível elementar, ministrados na fase complementar de escola primária de mais de quatro anos;

b) — curso avulso de iniciação profissional de economia doméstica, de duração variável, para maiores de 14 anos;

c) — cursos básicos de economia doméstica de 1.º ciclo, de quatro anos, ministrados em Ginásio de Economia Doméstica, para qualificação profissional;

d) — cursos técnicos de economia doméstica, de 2.º ciclo, ministrados em Colégio Técnico de Economia Doméstica, com três ou mais anos de duração, e o objetivo de formar técnicos em economia doméstica.

Art. 16 — Os cursos de nível médio de economia doméstica poderão funcionar em qualquer estabelecimento estadual de ensino médio, feitas as necessárias adaptações.

TÍTULO V

Da matrícula e do regime escolar

CAPÍTULO I

Das condições de matrícula

Art. 17 — A matrícula nos cursos de que trata esta Lei dependerá, além das demais condições fixadas em regulamento:

a) — nos cursos de grau elementar: de apresentação de certificado de registro de nascimento e de prova de saúde física e mental;

b) — nos cursos de nível de 1.º ciclo de ensino médio: de prova de conhecimentos do curso elementar, mediante exame de admissão, além dos documentos exigidos na letra "a" dêste artigo, em que se comprove possuir o candidato boa disposição física e mental e idade mínima de 14 anos para o que se destinar a curso de aprendizagem, e de 11 anos para pretendente a qualquer dos demais cursos;

c) — nos colégios técnicos: de prova de conclusão de qualquer curso de nível médio, de 1.º ciclo, de quatro séries.

§ 1.º — Os candidatos possuidores de carta de ofício ou de certificado de conclusão de curso de aprendizagem, poderão ser matriculados em ginásio industrial ou artesanal, em série imediatamente superior ao grau de conhecimentos adquiridos e de que farão prova através de exame de habilitação.

§ 2.º — Poderão também ser matriculados candidatos transferidos de outros cursos de ensino médio, mediante adaptação.

Art. 18 — Quando o número de candidatos fôr superior ao número de vagas, haverá exame de seleção para matrícula em qualquer dos cursos de nível médio.

Art. 19 — A efetivação de matrícula na primeira série ou em cursos de uma única série, ficará na dependência de atendimentos às exigências constantes dos artigos 17 e 18 desta Lei; nas demais séries dependerá de apresentação de prova de habilitação na série anterior.

Art. 20 — As condições de matrícula em cursos extraordinários serão estipulados em regulamentação própria.

CAPÍTULO II

Do regime escolar

Art. 21 — Os currículos das escolas elementares compreenderão as atividades de escola elementar comum ampliada para mais um ou dois anos, acrescidas da iniciação técnica prevista nesta Lei.

Art. 22 — Os currículos dos cursos de nível médio constarão, em cada ciclo, de disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas, que serão especificadas na regulamentação desta Lei, em número nunca inferior ao fixado pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 23 — Farão parte do currículo escolar: aulas, exercícios, ensino prático em oficina ou laboratórios, provas, visitas, excursões estágios, enfim todo o conjunto das atividades exercidas na escola ou fora

dela, sob sua responsabilidade e supervisão.

Art. 24 — Serão dadas aulas práticas, em paralelo com o ensino teórico, em tôdas as séries de cada curso.

Art. 25 — A duração do período escolar será, no mínimo, de cento e oitenta (180) dias de trabalho efetivo, excluído o tempo destinado a provas e exames, exceto para os cursos noturnos que terão período escolar especial.

Art. 26 — E' obrigatória a frequência às aulas, não podendo prestar exame final, em primeira época, o aluno que não houver comparecido, no mínimo, a 75% do total de aulas dadas.

Art. 27 — Não será concedida matrícula a aluno reprovado mais de uma vez em qualquer série ou conjunto de disciplinas.

Art. 28 — O desenvolvimento do currículo escolar de cada estabelecimento respeitadas as atribuições dos órgãos superiores, e sob a orientação e supervisão das respectivas Delegacias Regionais de ensino, será elaborado:

a) — pelo professor e inspetor responsável local, nos cursos avulsos de iniciação profissional;

b) — pelo corpo docente presidido pelo diretor, nas escolas de nível elementar;

c) — por um Conselho de Professôres, presidido pelo diretor, nos cursos de ensino de grau médio.

Art. 29 — Nas escolas industriais, artesanais e de economia doméstica, que poderão ser diurnas ou noturnas, o ensino será conduzido em rigorosa correspondência com o real, de modo a levar o aluno a observar e experimentar suas aplicações à vida, e a compreender-lhe as exigências quanto à tecnologia de base científica.

Parágrafo único — Nestas escolas os alunos deverão ser orientados segundo os princípios e métodos de organização científica do trabalho, de modo sistemático nos cursos técnicos e assistemáticos nos demais.

Art. 30 — Qualquer estabelecimento de ensino, preenchidos os respectivos requisitos legais e regulamentares, poderá funcionar em regime de externato, semi-internãto, ou internato.

Art. 31 — Cada estabelecimento de ensino de grau médio, objeto desta Lei, instituirá e manterá um Serviço de Orientação Educativa e Vocacional, a fim de dar aos alunos a necessária assistência, tendo em vista seu processo de formação, o desenvolvimento integral de sua personalidade e seu ajustamento individual e social.

Art. 32 — Serão conferidos certificados de conclusão de séries e ciclos, e diplomas de conclusão de curso.

§ 1.º — Os concluintes de curso de aprendizagem receberão certificado de conclusão de curso, com especificação da técnica estudada, e "carta de ofício", depois de estágio regulamentar em oficina regular do respectivo ofício.

§ 2.º — Aos concluintes de cursos avulsos de iniciação profissional serão conferidos certificados, de conformidade com a natureza da habilitação adquirida.

TÍTULO VI

Da organização administrativa

Art. 33 — O Poder Executivo, por iniciativa dos órgãos centrais específicos ou por proposta inicial das Delegacias Regionais de Ensino, e à medida que se forem comprovando a necessidade e a oportunidade emergentes das condições geo-econômicas de cada região, poderá criar e manter estabelecimentos de ensino industrial, artesenal, de economia doméstica e outros de natureza técnica ou vocacional, na forma da presente legislação.

Art. 34 — Estabelecimentos de tipo dos previstos no artigo anterior poderão também ser criados por outras modalidades do poder público ou semi-público e pela iniciativa particular.

§ 1.º — As escolas de natureza das previstas no artigo 33 desta Lei, qualquer que seja sua entidade criadora e mantenedora, quando não pertencentes à União ou ao sistema federal, só poderão funcionar depois de registradas e autorizadas pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado, através de sua Diretoria do Ensino Técnico.

§ 2.º — Não estarão sujeitos a estas condições os cursos avulsos esporàdicamente instituídos por sociedades científicas ou culturais que não expeçam diploma profissional.

Art. 35 — Os estabelecimentos de ensino técnico e profissional das condições previstas no artigo anterior poderão ser reconhecidos pelo Estado, desde que satisfaçam as condições constantes do regulamento desta Lei.

Parágrafo único — Só poderão adotar denominação idêntica à dos estabelecimentos estaduais as escolas devidamente reconhecidas pelo Estado.

Art. 36 — O Govêrno do Estado, através de sua Secretaria da Educação e Cultura, poderá celebrar acordos e convênios para o desenvolvimento do ensino técnico e profissional.

Art. 37 — Os estabelecimentos estaduais de ensino técnico e profissional reger-se-ão nos têrmos da presente Lei e — atendidas as atribuições normais das Delegacias Regionais de Ensino — serão administrados:

1) — por um inspetor responsável, quando se tratar de escola isolada de iniciação profissional e de cursos extraordinários isolados da administração de estabelecimento de cursos ordinários;

2) — por um diretor, quando se tratar de escola elementar;

3) — por um diretor, coadjuvado — quando se tratar de estabelecimento de grau médio;

a) — por um Conselho de Professôres — órgão de direção pedagógico-didático da escola, presidido pelo diretor, nos estabelecimentos de 1.º ciclo;

b) — por um Conselho de Representantes, de função consultiva, constituído de professôres da escola e de elementos idôneos moral e intelectualmente, da comunidade local, e por um Conselho de Professôres, nos colégios técnicos.

Art. 38 — Os estabelecimento de ensino técnico ou profissional do sistema estadual de ensino terão seu Regimento Interno que, obedecida esta Lei e seu regulamento, regulará as demais condições necessárias à organização, administração e funcionamento dos respectivos educandários.

Art. 39 — O provimento do pessoal docente, técnico e administrativo das escolas de ensino técnico e profissional, objetos desta Lei, respeitada a natureza do cargo e o que dispuser em leis e regulamentos próprios, será feito:

a) — por contrato;

b) — por nomeação, depois de pelo menos cinco anos de exercício ininterrupto sob regime de contrato.

Art. 40 — A admissão para o exercício de docência, em qualquer educandário de ensino técnico ou profissional do sistema estadual, estará sujeita a registro prévio da Diretoria do Ensino Técnico, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

Art. 41 — O diretor de cada escola de ensino técnico ou profissional de grau médio deverá ser educador qualificado.

Art. 42 — Para o exercício de funções técnicas, tanto de organização ou orientação, como de docência, poderão ser contratados técnicos especializados, nacionais ou estrangeiros.

TÍTULO VII

Da Articulação dos Cursos

Art. 43 — Articulam-se — obedecido o disposto na Legislação federal e estadual:

a) — os cursos elementares entre si, e com os cursos iniciais do ensino médio;

b) — os cursos de nível médio entre si, com os demais ramos do ensino médio, e com o ensino superior.

TÍTULO VIII

Das Delegacias Regionais de Ensino

Art. 44 — Compete a cada Delegacia Regional de Ensino, ressalvado o disposto no artigo 33 desta Lei, propor a criação e a instalação de cada unidade de ensino técnico e profissional à Secretaria da Educação e Cultura, depois de provada a necessidade de tal iniciativa ante os reclamos sócio-econômicos da região, e satisfatório número de candidatos aos cursos.

Art. 45 — As unidades escolares de que trata a presente Lei serão orientadas, coordenadas e assistidas pelas respectivas Delegacias Regionais de Ensino, tanto sob o ponto de vista didático-administrativo, como com respeito à assistência médica e dentária, e outras formas de atribuições fixadas no regulamento desta Lei.

Art. 46 — Compete ainda às Delegacias Regionais de Ensino orientar e supervisionar o planejamento e a execução dos programas de cada escola de sua jurisdição, e colaborar com os professôres, conforme dispõe o artigo 28 desta Lei.

Art. 47 — Os programas, depois de devidamente organizados, serão pelas Delegacias Regionais de Ensino submetidos à aprovação dos órgãos competentes da Secretaria da Educação e Cultura.

TÍTULO IX

Disposições Gerais e Finais

Art. 48 — Os colégios técnicos criados e instalados mediante convênio ou acôrdo com o Estado, poderão ter autonomia administrativa, didática e financeira.

Art. 49 — Será permitido aceitar encomenda de terceiros, mediante remuneração de que participarão os alunos.

Art. 50 — O Ensino consignará anualmente, na Lei de Meios, recursos financeiros que, fortalecidos pelas parcelas federais específicas, se destinem ao custeio dos estabelecimentos de ensino que criar e mantiver, na forma desta Lei, assim como para as escolas de ensino técnico ou profissional reconhecidos, de finalidade não lucrativa, e as mantidas por instituições de ensino profissional gratuito, e para manutenção de bolsas de estudo destinaas à formação de professôres de ensino técnico e profissional.

Art. 51 — O Poder Executivo baixará decreto regulamentando esta Lei dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, a contar de sua publicação.

Art. 52 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 53 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, 17 de maio de 1962, 74.º da República.

Mauro Borges Teixeira

Pe. Ruy Rodrigues da Silva

Publicada no D. O. de 5-6-62

LEI N.º 4.190 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1962 *

Cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (IPASGO) e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO INSTITUTO E SEUS SEGURADOS

CAPÍTULO I

DO INSTITUTO

Art. 1.º — Fica criado o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (IPASGO), com personalidade jurídica, de natureza autárquica, sede e fôro na Capital do Estado e ação em todo o território estadual e vinculado à Secretaria da Administração.

Art. 2.º — O IPASGO tem por finalidade assegurar aos servidores do Estado de Goiás um regime de previdência e assistência social, na forma desta Lei.

CAPÍTULO II

DOS SEGURADOS

** Art. 3.º — São segurados obrigatórios do IPASGO:

I — os servidores do Estado, assim considerados todos aquêles que percebem vencimento, remuneração, salário, qualquer que seja a sua relação de trabalho, como os das autarquias e das sociedades de economia mista em que o Estado fôr maior acionista, ativos e inativos, civis e militares, inclusive as praças de pré;

II — os membros do Ministério Público;

III — os Serventuários da Justiça, de qualquer natureza;

IV — os empregados das Serventias da Justiça, na base do que percebem, devendo os titulares dos Ofícios contribuir com quantia correspondente à devida pelos seus servidores;

V — os servidores municipais, desde a vigência da Lei municipal que lhes torna obrigatória a inscrição, mediante convênio com o Instituto.

§ 1.º — A contribuição dos serventuários previstos no item III dêste artigo incide sôbre a média do rendimento do cartório no exercício imediatamente anterior, devendo os Ofícios encaminhar no fim de cada ano, ao IPASGO, comprovantes das rendas apuradas.

§ 2.º — Dentre os benefícios que o IPASGO prestará aos serventuários de que trata o item III dêste artigo, não se inclui o de aposentadoria, que se rege por lei específica.

*** § 3.º — O disposto neste artigo não se aplica aos diaristas e tarefeiros.

**** Art. 4.º — São segurados facultativos do IPASGO:

---

* — Em anexo, outros artigos, acrescidos pela Lei nº 4 810, de 8 de novembro de 1963 (D.O. de 13-12-63).

** — Nova redação dada pela Lei nº 4.810, de 8 de novembro de 1963 (D. O. de 13-12-63).

*** — Êste parágrafo foi acrescido pela Lei N. 4.810, de 8 de novembro de 1963 (D. O. de 13-12-63), havendo, por um lapso, sido considerado "Parágrafo Único".

**** — Alterado pela Lei nº 4.810, de 8 de novembro de 1963 (D. O. de ..... 13-12-63), que suprimiu os itens III a IV dêste artigo e os seus parágrafos 1.º e 2.º

I — os magistrados e membros do Tribunal de Contas;

II — os deputados estaduais e outras pessoas que exerçam mandatos eletivos estaduais ou municipais.

* Art. 5.º — Além dos facultativos enumerados no artigo anterior, poderão ser admitidos, como contribuintes do Instituto, os pensionistas vitalícios, exclusivamente para efeito de assistência médico-hospitalar-farmacêutica.

Art. 6.º — É lícita a acumulação do regime do IPASGO com os de outras instituições de previdência social, pelo exercício de mais de um cargo.

Parágrafo único — O segurado que exercer mais de um cargo, subordinado ao regime de outras instituições de previdência social, não está excluído da obrigatoriedade de contribuição para o IPASGO.

Art. 7.º — Perderão a qualidade de segurado:

I — os segurados obrigatórios que, pela cessação de atividade sujeita ao regime do Instituto, hajam interrompido, por mais de seis meses consecutivos, o pagamento das contribuições, sem se valer da faculdade prevista no art. 23;

II — os segurados facultativos que deixarem de efetuar o pagamento de suas contribuições por mais de seis meses consecutivos, ou solicitarem o cancelamento de sua inscrição, sem direito à restituição das importâncias com que houverem concorrido para o Instituto.

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO

Art. 8.º — os segurados obrigatórios do IPASGO serão inscritos "ex officio".

Art. 9.º — Os segurados facultativos serão inscritos mediante petição escrita, instruída com os documentos que forem exigidos.

Art. 10 — A inscrição constará de ficha própria, com indicação do respectivo número de matrícula.

* Art. 11 — Os Podêres Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive as autarquias e as sociedades de economia mista, comunicarão ao IPASGO, até o dia 15 de cada mês, as nomeações ou admissões, logo após a respectiva posse e a assunção do exercício, bem assim as exonerações, demissões ou dispensas, e quaisquer outras alterações ocorridas no mês anterior, relativas ao pessoal.

Art. 12 — O segurado é obrigado a declarar ao IPASGO os dados referentes à sua pessoa e de seus dependentes, bem como as alterações que venham a verificar-se.

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 13 — O IPASGO será administrado por uma Diretoria, na forma prevista em regulamento próprio.

Art. 14 — À Diretoria do IPASGO compete velar pela fiel execução da presente Lei e de outros atos que, em sua decorrência, forem baixados.

Art. 15 — A Administração Central do IPASGO compor-se-á dos órgãos a serem criados por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 — Os órgãos locais serão organizados de acôrdo com o vulto das operações e de modo a que fique assegurada, em todo o território estadual, a pronta e efetiva concessão dos benefícios consignados nesta Lei.

Art. 17 — Para atender aos seus serviços, o IPASGO terá um Quadro de Pessoal, fixado por decreto do Poder Executivo, compreendendo cargos de provimento efetivo e em comissão.

Art. 18 — Além dos cargos integrantes do Pessoal, a que se refere o artigo anterior, poderão ser admitidos, mediante

* — Nova redação dada pela Lei nº 4.810, de 8 de novembro de 1963 (D. O. de 13-12-63).

contrato, pessoal extranumerário para o desempenho de funções técnicas, científicas ou especializadas, observada a legislação vigorante para os serviços estaduais.

Art. 19 — As nomeações para o preenchimento de cargos de provimento efetivo serão precedidas de concurso público, de provas e títulos, ou de provas ou títulos, realizado pela Secretaria da Administração.

TÍTULO III

DO REGIME ECONÔMICO E FINANCEIRO

CAPÍTULO I

DA RECEITA

Art. 20 — A Receita do IPASGO será constituída pelos seguintes recursos:

* I — contribuição mensal dos segurados, correspondente a uma percentagem sôbre os vencimentos, remuneração, salário ou provento dos servidores estaduais, autárquicos e de sociedades de economia mista.

II — contribuição do Estado em quota igual ao total despendível com o pagamento de todos os inativos e pensionistas de qualquer natureza;

Parágrafo único — As autarquias e as sociedades de economia mista contribuirão com quantia igual à que for devida pelos seus servidores.

III — contribuições suplementares ou extraordinárias, autorizadas nesta Lei;

IV — rendas resultantes de aplicação de reservas;

V — doações ou legados;

VI — reversão de quaisquer importâncias;

VII — prêmios e outras rendas provenientes de seguros efetuados pelo Instituto;

VIII — contribuições pela prestação de serviços a outras instituições legalmente autorizadas;

IX — rendas eventuais.

Parágrafo vnico — As autarquias e as sociedades de economia mista, contribuirão com quantia igual à que fôr devida pelos seus servidores.

SECÇÃO I

DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS

* Art. 21 — A contribuição mensal de que trata o item I do artigo anterior recairá sôbre os vencimentos, remuneração, salário ou provento dos servidores estatais, autárquicos e de sociedade de economia mista.

§ 1.º — Para efeito do cálculo da contribuição, na forma prevista neste artigo, será tomada por base a importância efetivamente percebida por um mês de trabalho, mesmo que não tenha sido total, no caso de um mês, a freqüência do segurado ao serviço.

§ 2.º — No caso de recebimento de vencimento, remuneração ou salário pelo servidor, no primeiro mês de seu ingresso no serviço público, a contribuição compulsória incidirá no montante a que fizer jus.

* * Art. 22 — O segurado que deixar de exercer atividade sujeita ao regime do Instituto poderá requerer a continuidade de sua inscrição, passando, então, a pagar a sua contribuição em dôbro, se deferida pela Diretoria do IPASGO.

§ 1.º — O prazo para comunicação conta-se da data em que o segurado deixar de exercer a referida atividade, sendo de três meses para o facultativo e de seis para o obrigatório.

§ 2.º — A faculdade prevista neste artigo é extensiva ao segurado afastado, suspenso ou licenciado sem vencimento, obedecida a legislação própria.

* § 3.º — A contribuição de que trata êste artigo será calculada sôbre o total da

* e ** — Nova redação dada pela Lei nº. 4.810, de 8 de novembro de 1963 (D. O. de 13-12-63).

importância relativa ao último mês de sua atividade, observada a exclusão do artigo 21.

§ 4.º — Acarretará o cancelamento do seguro, a interrupção, por mais de doze meses, do pagamento da contribuição prevista neste artigo.

§ 5.º — Antes de esgotados os prazos fixados no § 1.º dêste artigo, tem direito o segurado aos benefícios regulamentares, observado o disposto neste artigo e na legislação própria.

Art. 23 — A perda da qualidade do segurado não implica no direito à restituição das contribuições.

Parágrafo único — Aquêle que voltar a ser segurado, depois de ter perdido essa qualidade, não terá direito ao cômputo das contribuições anteriormente pagas, ficando sujeito a nôvo período de carência.

SECÇÃO II

DA ARRECADAÇÃO

* Art. 24 — As entidades pagadoras efetuarão, nas fôlhas de pagamento, os descontos necessários a atender às contribuições dos segurados para com o IPASGO, recolhendo-os ao Banco do Estado de Goiás S. A., no prazo de quarenta e cito (48) horas, após o recebimento do numerário, ressalvados os casos especiais que serão resolvidos pela Diretoria do Instituto.

** § 1.º — As repartições pagadoras remeterão diretamente ao IPASGO, até o dia 10 do mês seguinte ao vencido, uma relação nominal dos contribuintes, acompanhada do comprovante do recolhimento dos descontos.

§ 2.º — Observado o disposto no § precedente, as repartições pagadoras localizadas no interior do Estado, farão, no mesmo prazo estabelecido neste artigo, o recolhimento às agências do referido Banco, onde as houver, ou, em sua falta, pelo correio ou outro meio mais rápido e seguro.

Art. 25 — Os segurados, a que se refere o item IV, do art. 4.º, recolherão suas contribuições, em guias próprias, diretamente ao IPASGO, bem como as contribuições de seus escreventes e demais funcionários do seu cartório que serão descontadas, compulsòriamente, do montante das custas e emolumentos percebidos durante o mês anterior.

Art. 26 — Os segurados facultativos, referidos no art. 4.º, que não perceberem pelos cofres públicos estaduais, recolherão suas contribuições diretamente ao órgão local do IPASGO, até o dia quinze de cada mês seguinte.

Art. 27 — O processo de arrecadação obedecerá às instruções especiais que forem expedidas pela Diretoria do IPASGO.

Art. 28 — As importâncias arrecadadas pelos órgãos do IPASGO serão diàriamente recolhidas ao Banco do Estado de Goiás, S. A. ou a suas Agências.

Art. 29 — Tôdas as quantias devidas ao IPASGO, e não recolhidas na data própria, vencerão juros de um por cento ao mês, qualquer que seja a taxa de rendimento prevista na operação, independentemente de interpelação ou aviso.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO FINANCEIRA

SECÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Art. 30 — A estimativa da receita e a fixação da despesa, para cada exercício administrativo, constarão da proposta orçamentária do Instituto, na qual deverão ser consignadas:

I — as previsões relativas à receita;

II — as dotações para inversões na aquisição de bens imóveis, mobiliários e equipamentos;

III — as previsões relativas aos seguros e auxílios legais e a outras despesas de caráter obrigatório, por fôrça da Lei;

---

* e ** — Nova redação dada pela Lei nº 4.810, de 8 de novembro de 1963 (D. O. de 13-12-63).

IV — as dotações para as despesas administrativas com pessoal, material, serviços de terceiros e encargos diversos;

V — as previsões de depreciação e previsão.

Parágrafo único — O total das despesas administrativas não poderá ultrapassar a 30% da receita de contribuições.

Art. 31 — A proposta orçamentária será encaminhada ao Governador do Estado, até 30 de setembro de cada ano, obedecendo ao padrão prèviamente estabelecido.

§ 1.º — Figurarão no orçamento, com colunas distintas, a receita e a despesa.

§ 2.º — O orçamento, aprovado por decreto do Executivo, será publicado até o dia 30 de novembro do ano anterior ao de sua vigência.

Art. 32 — A falta de publicação do orçamento no último dia do prazo estabelecido no artigo antecedente, importa em automática prorrogação do que se achava em vigor no exercício anterior.

Art. 33 — O exercício financeiro do IPASGO coincidirá com o ano civil.

Art. 34 — Sem dotação orçamentária própria, não se efetuara despesa alguma, nem se fará qualquer operação patrimonial, sob pena de responsabilidade dos que autorizarem a despesa, inclusive dos que houverem concorrido para a infração. Anular-se-á o ato de que resultar prejuízo para a administração.

SECÇÃO II

DO REGIME DE CONTAS

Art. 35 — Os fatos econômicos e financeiros do Instituto serão contabilizados dentro do exercício a que corresponderem, salvo aquêles que não forem conhecidos antes do encerramento das contas.

Art. 36 — Os serviços de contabilidade do exercício encerrado compreenderão as despesas empenhadas até a data do encerramento do exercício a que corresponder, procedendo-se, a seguir, a apuração do resultado do exercício com o levantamento do balanço geral.

Art. 37 — Os balanços patrimonial, econômico e financeiro, com os seus respectivos anexos, serão submetidos à aprovação do Tribunal de Contas do Estado até 30 de maio do ano seguinte.

SECÇÃO III

DO FUNDO DE GARANTIA, DAS RESERVAS E DE CONTIGÊNCIAS

Art. 38 — Para garantia dos benefícios estabelecidos nesta Lei, o IPASGO criará um "Fundo de Garantia", constituido pelas reservas técnicas e de contigências.

§ 1.º — As reservas técnicas das aposentadorias, reformas e pensões serão calculadas trienalmente, a contar da instalação do IPASGO, e corresponderão aos associados ativos, inativos e pensionistas.

§ 2.º — A reserva de contigência será formada:

a) — das sobras ou excedentes resultantes das reservas técnicas;

b) — dos legados, doações, quaisquer benefícios provindos de particulares, bem como das subvenções dos podêres públicos.

Art. 39 — As reservas técnicas e de contigência, devidamente apuradas, constarão do balanço do IPASGO.

Art. 40 — Quando a reserva de contigência atingir vinte por cento do total das reservas técnicas efetivamente realizadas, o IPASGO, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, poderá promover a elevação das prestações dos benefícios ou a redução da taxa de contribuição.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E SUA APLICAÇÃO

Art. 41 — O patrimônio do IPASGO é de sua exclusiva propriedade e, em caso algum, terá aplicação diversa da estabelecida

em Lei, sendo nulos de pleno direito os atos ao contrário, sujeitos os seus autores às sanções de natureza funcional, civil ou criminal em que venham a incorrer.

Art. 42 — O IPASGO aplicará suas reservas, adotando planos que tenham em vista:

I — a segurança quanto à recuperação ou conservação do valor nominal do capital invertido, bem como à percepção dos juros previstos para as aplicações de renda fixa;

II — a manutenção do valor real, em poder aquisitivo, das aplicações realizadas;

III — a obtenção do máximo de rendimento, compatível com a segurança e com o índice de liquidez indispensável às aplicações dos fundos de previdências destinados a compensar as operações de caráter social;

IV — a predominância do critério de utilidade social, satisfeita, no conjunto das aplicações, a rentabilidade mínima prevista para o equilíbrio financeiro.

Art. 43 — As aplicações a que se refere o artigo anterior consistirão nas seguintes operações:

a) — empréstimos simples aos segurados;

b) — empréstimos em garantia real, destinados à aquisição, construção, remodelação, ampliação ou liberação de casas ou apartamentos para residências dos segurados;

c) — mútuos hipotecários, objetivando melhor remuneração possível de capital, até o limite de 70% do valor da avaliação;

d) — construção ou compra de imóveis, destinados à obtenção de renda ou utilização pelo IPASGO;

e) — construção de hospitais;

f) — aquisição de títulos da dívida pública.

Art. 44 — Enquanto não aplicado, o fundo patrimonial disponível permanecerá em depósito no Banco do Estado de Goiás S. A.

Art. 45 — As vendas de imóveis de propriedade do IPASGO só poderão ser feitas em hasta pública ou mediante concorrência.

Parágrafo único — Não está sujeita à proibição dêste artigo a venda dos imóveis adquiridos ou construídos para o fim de facilitar aquisição de casa própria aos segurados.

Art. 46 — Nenhum contrato de arrendamento de imóveis, pertencentes ao IPASGO, poderá ser feito por prazo superior a três anos.

TÍTULO IV

DO REGIME DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

DOS SEGUROS E AUXÍLIOS

Art. 47 — O IPASGO proporcionará aos segurados ou a seus dependentes, na forma desta Lei:

I — aposentadoria facultativa;

II — aposentadoria por invalidez;

III — aposentadoria compulsória, por limite de idade;

IV — auxílio doença;

V — auxílio matrimônio;

VI — auxílio natalidade;

VII — assistência médica;

VIII — auxílio para funeral;

IX — pecúlio;

X — pensões vitalícias e temporárias.

* Art. 48 — Salvo os prazos especiais previstos nesta Lei, o período de carência é de doze (12) meses, computadas as interrupções de contribuições que não excederem de igual prazo.

---

* — Nova redação dada pela Lei N. 4.810, de 8-11-1963 (D. O. de 13-12-63).

Art. 49 — O auxílio-doença garantirá uma renda mensal ao segurado que, após haver realizado doze (12) contribuições mensais, ficar incapacitado para o seu trabalho, por prazo superior a 15 dias, desde que cesse a sua remuneração pelos cofres públicos.

§ 1.º — A concessão do auxílio-doença será obrigatòriamente precedida do exame médico, a cargo do IPASGO, e será requerida pelo segurado ou promovida "ex officio" pelo Instituto, sempre que tiver ciência da incapacidade do segurado.

§ 2.º — O auxílio-doença será devido enquanto durar a incapacidade, até o prazo máximo de vinte e quatro (24) meses, a partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade.

Art. 50 — O auxílio-matrimônio garantirá ao segurado, que ao casar após haver realizado doze (12) contribuições mensais; uma quantia, paga de uma só vez, igual à média dos vencimentos, remuneração, salário ou proventos sôbre os quais haja realizado as últimas doze (12) contribuições mensais.

§ 1.º — O auxílio-matrimônio será pago mediante a apresentação de comprovante da realização do casamento.

* § 2.º — Se ambos os cônjuges forem segurados, sòmente se concederá um auxílio.

Art. 51 — O auxílio-natalidade garantirá à segurada gestante ou ao segurado, pelo parto de sua espôsa não segurada, desde que já tenha realizado doze (12) contribuições mensais, uma quantia paga de uma só vez, depois do parto, igual ao salário-mínimo vigente na Capital do Estado de Goiás.

Parágrafo único — Se ambos os pais forem segurados, só se concederá um auxílio.

Art. 52 — O auxílio para funeral garantirá, a quem custear o entêrro do segurado, a indenização das despesas comprovadamente feitas para êsse fim, até três vêzes o valor do salário-mínimo vigente na Capital do Estado de Goiás, quando não fizer jus a êsse benefício diretamente pelos cofres do Estado.

§ 1.º — O pagamento do auxílio será feito mediante a apresentação de certidão de óbito do segurado, dos comprovantes das despesas realizadas com o entêrro e de certidão negativa de que não teve direito ao auxílio-funeral diretamente pelos cofres do Estado.

§ 2.º — A concessão do auxílio-funeral independerá de período de carência.

** Art. 53 — É fixada em cem por cento (100%) da quantia sôbre a qual incide o desconto mensal obrigatório para o IPASGO, a soma das pensões à família do contribuinte, entendida esta como o conjunto de seus beneficiários, não podendo, porém, ser inferior ao salário-mínimo vigente para a Capital do Estado.

*** Parágrafo único — Respeitados os limites previstos neste artigo as pensões serão reajustadas, automàticamente, sempre que houver alteração no valor do salário-mínimo.

Art. 54 — As pensões serão vitalícias e temporárias:

Parágrafo único — Terão direito à pensão:

I — VITALÍCIOS:

a) — a espôsa, exceto a desquitada, que não receber pensão de alimentos;

b) — o marido inválido;

c) — a mãe viúva ou pai inválido, sob a dependência econômica do contribuinte falecido em estado de solteiro.

II — TEMPORÁRIAS:

a) — o filho de qualquer condição ou enteado, até a idade de 21 anos ou, se inválido, enquanto durar a invalidez;

---

* — Parágrafo acrescido pela Lei nº 4.810, de 8-11-63 (D. O. de 13-12-63).

** — Redação alterada pela Lei nº 5.400; de 5-11-64 (D. O. de 15-12-64).

*** — Modificado pela Lei nº 4.810, de 8-11-63 (D. O. de 13-12-63).

b) — o irmão, órfão de pai e sem padrasto, até a idade de 21 anos ou, se inválido, enquanto durar a invalidez, no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo, sem filhos.

Art. 55 — Na distribuição das pensões serão observadas as seguintes normas:

I — quando ocorrer habilitação à pensão vitalícia, sem beneficiários de pensões temporárias, o valor total das pensões caberá ao titular daquela;

II — quando ocorrer habilitação às pensões vitalícias e temporárias, caberá metade do valor a distribuir ao titular da pensão vitalícia e a outra metade será rateada, em partes iguais, aos titulares das pensões temporárias;

III — quando ocorrer habilitação às pensões temporárias, o valor a distribuir será pago, em partes iguais, aos que se habilitarem, levando-se em conta o conjunto do valor das pensões deixadas por morte do contribuinte.

Parágrafo único — Nos processos de habilitação, exigir-se-á o mínimo de documentação necessário.

Art. 56 — Por morte do beneficiário ou perda da condição essencial à percepção das pensões, estas reverterão:

I — a pensão vitalícia — para os beneficiários das pensões temporárias;

II — as pensões temporárias — para os seus cobeneficiários, ou, na falta dêstes, para o beneficiário da pensão vitalícia.

Art. 57 — Respeitado o disposto no artigo anterior, extinguem-se as pensões:

a) — por morte dos pensionistas;

b) — pelo casamento do pensionista de qualquer sexo, antes de completados vinte e um anos de idade;

c) — pela ocupação de cargo público.

* Art. 58 — O pecúlio será concedido ao beneficiário livremente declarado pelo contribuinte. Na falta de tal declaração, considerar-se-ão beneficiários:

a) — o cônjuge sobrevivente, exceto o desquitado;

b) — os filhos menores de qualquer condição; e

c) — a mãe viúva ou o pai inválido.

§ 1.º — No caso de concorrerem ao pecúlio beneficiários das letras "a" e "b" dêste artigo, a metade caberá ao cônjuge sobrevivente e a outra metade rateada entre os filhos menores.

§ 2.º — A declaração dos beneficiários será feita ou alterada, a qualquer tempo, sòmente perante o IPASGO, em processo especial, nela se mencionando claramente o critério para a divisão, no caso de serem nomeados diversos beneficiários.

* Art. 59 — O valor do pecúlio variará segundo o tempo de serviço público prestado pelo contribuinte e será calculado sôbre o vencimento, remuneração, salário ou provento do mês correspondente ao da morte do segurado, de acôrdo com a seguinte tabela, observando o limite fixado no artigo 53:

Anos de Serviço	Percentagem
Até 10 anos	35%
De mais de 10 até 20 anos	55%
De mais de 20 até 25 anos	75%
De mais de 25 até 29 anos	90%
Além de 29 anos	100%

§ 1.º — Os beneficiários de contribuinte que não sejam servidores públicos, perceberão o pecúlio calculado na base das contribuições recolhidas ao IPASGO, observada a porcentagem fixada pelo Poder Executivo, dentro das reservas disponíveis do Instituto.

§ 2.º — O pecúlio, em hipótese alguma, poderá ser inferior ao salário-mínimo fixado para a Capital, nem superior ao vencimento, remuneração, salário ou provento mensal do segurado, computáveis os acréscimos sôbre os quais também haja incidido contribuição de cinco por cento (5%).

---

* — Nova redação dada pela Lei nº 4.810, de 8-11-63 (D. O. de 13-12-63).

Art. 60 — A contribuição mensal de 5% em favor do IPASGO se destina ao pagamento das pensões e dos benefícios de família, instituídos nos artigos 47 e 53 desta Lei.

Art. 61 — Os serviços médicos proporcionarão assistência clínica, cirúrgica, farmacêutica e odontológica aos beneficiários, em ambulatórios, hospital ou domicílio, com a amplitude que os recursos financeiros e as condições locais permitirem.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62 — A estrutura do IPASGO, a definição das atribuições dos seus servidores e todos os demais atos complementares necessários à execução da presente Lei, constarão do Regimento próprio a ser aprovado por decreto do Governador do Estado, referendado pelo Secretário da Administração.

Art. 63 — Aos servidores do IPASGO é extensivo o regime jurídico do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás, no que couber.

Art. 64 — Enquanto as condições do Instituto não permitirem a criação do Quadro de Pessoal próprio, os seus encargos serão executados por servidores estaduais, colocados à sua disposição por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 65 — O pagamento dos proventos de inatividade dos magistrados e dos membros do Tribunal de Contas continuará a ser efetuado na forma prevista na legislação anterior.

Art. 66 — Ressalvado o disposto no artigo antecedente, todos os demais pagamentos de inativos e pensionistas ficarão a cargo do IPASGO.

Parágrafo único — Para o efeito do cumprimento do presente artigo, a Secretaria da Fazenda recolherá ao Banco do Estado de Goiás S. A., a crédito do IPASGO, na primeira quinzena dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, as importâncias necessárias ao respectivo pagamento, deduzidas das dotações orçamentárias.

Art. 67 — Com exceção das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento dos magistrados e membros do Tribunal de Contas aposentados, tôdas as verbas com o pagamento dos inativos e pensionistas serão consignadas englobadamente à Secretaria da Fazenda, para o efeito de que determina o artigo 66 desta Lei.

Art. 68 — Fica o Poder Executivo autorizado a promover a rescisão do convênio celebrado entre o Estado e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).

Art. 69 — A contribuição mensal obrigatória de 5% a que estão sujeitos os segurados do IPASGO, satisfeita mediante desconto na respectiva fôlha de pagamento ou atendida nas modalidades particulares de arrecadação prevista nesta Lei, será recolhida ao Banco do Estado de Goiás S. A., a se contar do mês em que se efetivar a rescisão de que trata o artigo anterior.

* Art. 70 — Os atuais servidores estaduais, civis e militares, ativos ou inativos, que já houverem contribuído para o IPASE com desconto obrigatório de cinco por cento (5%) e que foram transferidos para o IPASGO, sem solução de continuidade, ficam isentos do período de carência de que trata o artigo 48 desta Lei.

** § 1.º — Para efeito de percepção de benefícios, a isenção se estende aos funcionários falecidos até esta data.

*** § 2.º — Ficam, também, isentos do período de carência todos os servidores que, antes de seu ingresso no serviço público estadual, houverem contribuído, ininterruptamente, para qualquer instituição de previdência, durante doze (12) meses.

Art. 71 — A todos os papéis, de curso obrigatório no IPASGO, aplicam-se o disposto no artigo 331 e o seu parágrafo único, da Lei nº 4.100, de 6 de julho de 1962.

Art. 72 — O IPASGO poderá celebrar convênios com as Prefeituras Municipais, para a prestação, aos seus servidores, dos mesmos benefícios estabelecidos nesta Lei.

---

* — Nova redação dada pela Lei nº 4.810, de 8-11-63 (D.O. de 13-12-63).

** e *** — Parágrafos acrescidos pela Lei nº 4.810, de 8-11-63 (D. O. de 13-12-63).

Art. 73 — Para ocorrer às despesas iniciais necessárias à execução da presente Lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a abrir crédito especial até o limite de quinze milhões de cruzeiros (Cr$ ..... 15.000.000,00).

Art. 74 — Esta Lei entrará em vigor no dia de sua publicação, ficando expressamente revogadas as Leis nºs. 2.506, de 21 de julho de 1959, 2.448 e 3.788, de 18 de julho e 10 de novembro de 1961, respectivamente, e as demais disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 7 de novembro de 1962, 74.º da República.

Mauro Borges Teixeira

Dercílio de Campos Meireles

Ary Demósthenes de Almeida
José Abdalla
Wison da Paixão
Jacy Netto de Campos
Ruy Rodrigues da Silva

ANEXO: LEI N.º 4.810 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1963

Altera dispositivo da Lei n.º 4.190, 22 de outubro de 1962, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

* Art. 1.º ....

* Art. 2.º ....

* Art. 3.º ....

* Art. 4.º — Os pagadores dos órgãos estaduais, autárquicos e de sociedades de economia mista, que não recolherem os descontos devidos ao IPASGO no prazo fixado em lei, ficam sujeitos ao pagamento de juros de mora de um por cento (1%) e à multa legal, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis na espécie, na forma prevista no art. 287, item II, da Lei nº 4.100, de 6 de julho de 1962.

Art. 5.º — VETADO.

Art. 6.º — No caso de ambos os cônjuges contribuirem para o Instituto, a assistência médica será concedida sôbre o direito de um dêles.

Art. 7.º — A contribuição compulsória ao IPASGO poderá ser majorada por ato do Chefe do Poder Executivo e mediante proposta da diretoria do Instituto, desde que não exceda de quarenta por cento (40%) em cada exercício.

Art. 8.º — A contribuição obrigatória para o IPASGO não ultrapassará oito por cento (8%).

Art. 9.º — Poderão ser aproveitados no quadro do IPASGO que será instituído, os servidores de outras repartições públicas que ali estejam com exercício, respeitadas as suas condições de estabilidade e efetividade, a critério do Presidente do Instituto, com aprovação prévia do Chefe do Poder Executivo.

* Art. 10 .....

Art. 11 — As praças de pré na Polícia Militar do Estado, inclusive os inativos, ficam excluídas da contribuição compulsória prevista no art. 2.º da Lei nº 4.036, de 6 de julho de 1962.

Art. 12 — Fica o Poder Executivo, pela Secretaria da Fazenda, autorizado a pagar ao IPASGO doze (12) meses de contribuição relativa aos praças de pré, ativos e inativos, para que possam gozar, desde logo, dos benefícios instituídos pelo Instituto.

———

* — Os demais artigos desta Lei foram encaixados na Lei nº 4.190, de 1962.

Parágrafo único — Os recursos necessários ao pagamento dessa contribuição serão inscritos no orçamento estadual para 1964.

Art. 13 — O Estado reembolsará ao IPASGO, pelo pagamento das pensões e montepios de ex-servidores estaduais que se transferiram do IPASE, na mesma forma estatuída no item II, do art. 20, da Lei n.º 4.190, de 22 de outubro de 1962.

Art. 14 — VETADO.

Art. 15 — Os associados do IPASGO eleito para algum pôsto legislativo ou que venha exercer cargo de confiança dos demais Podêres do Estado, nos quais não é obrigado a descontar para a esta autarquia, não perderá a carência, podendo continuar o pagamento tão logo volte à sua situação funcional, sem interrupção ou prejuízo dos direitos adquiridos.

* Art. 16 ....

* Art. 17 ....

* Art. 18 ....

* Art. 19 — Esta Lei entrará em vigor no dia 1.º do mês subseqüente ao de sua publicação.

Art. 20 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 29 de novembro de 1963, 76.º da República.

Mauro Borges Teixeira
Archimedes Pereira Lima
Ary Demósthenes de Almeida
Irineu Borges do Nascimento
Jacy Netto de Campos
José Sebba
Rivadávia Xavier Nunes
Pe. Ruy Rodrigues da Silva
Sebastião Arantes
Walteno da Cunha Barbosa

* — Os demais artigos desta lei foram encaixados na Lei nº 4.190, de 1962.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1963.

LEI N.º 4.587 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1963

Institui o Seguro Coletivo de Vida para o Funcionalismo Estadual e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É instituído o Seguro Coletivo de Vida dos Servidores do Estado.

Art. 2.º — O seguro será dividido em cinco (5) classes, de conformidade com o Quadro Único do Funcionalismo do Estado, a saber:

Padrão 1 a 5 — cem mil cruzeiros (Cr$ 100.000,00).

Padrão 6 a 10 — cento e cinqüenta mil cruzeiros (Cr$ 150.000,00).

Padrão 11 a 15 — duzentos mil cruzeiros (Cr$ 200.000,00).

Padrão 16 a 20 — duzentos e cinqüenta mil cruzeiros (Cr$ 250.000,00).

Parágrafo único — Para efeitos do enquadramento nas várias classes de seguros previstos neste artigo, incorpora-se aos vencimentos todo e qualquer recebimento do servidor, a título de comissão.

Art. 3.º — O prêmio do Seguro será descontado mensalmente, na base de cin-

qüenta por cento (50%), na fôlha do servidor público.

Art. 4.º — A responsabilidade do Estado com o Seguro Coletivo, prevista no artigo 1.º não poderá ultrapassar de meio por cento (0,5%), do montante de sua despesa com o pessoal.

Art. 5.º — O Orçamento Geral do Estado incluirá, anualmente, a dotação necessária ao pagamento das despesas de que trata o artigo anterior.

Art. 6.º — Quando as condições técnicas permitirem a cobertura das disposições da presente Lei, poderá a Carteira de Seguro de Vida Coletiva ser incorporada à COSEGO — Companhia de Seguros do Estado de Goiás, mediante aprovação do Poder Legislativo, por proposta do Executivo.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, 10 de outubro de 1963, 75.º da República.

Mauro Borges Teixeira
Sebastião Arantes
Wison da Paixão
Clementino Gomes
Pe. Ruy Rodrigues da Silva
Jacy Netto de Almeida
Irineu Borges do Nascimento
José Sebba
Osvaldo Alvarenga
Dercílio de Campos Meireles

LEI N.º 4.700 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1963

Dispõe sôbre concessão de aposentadoria a funcionário que esteja acometido de diabete.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — Será concedida aposentadoria, com vencimentos integrais, a todo funcionário que, contando mais de vinte e cinco (25) anos de serviço público, esteja acometido de diabate.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em Goiânia, 18 de novembro de 1964.

Iris Rezende Machado, Presidente.

Publicada no D. O. de 21-11-964.

LEI N.º 5.128 — DE 11 DE MAIO DE 1964

Arrecada, como renda do Estado, as custas e emolumentos que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — As custas e os emolumentos atribuídos aos Desembargadores, Juiz Corregedor, Juízes de Direito, Juízes de Direito Substitutos e membros do Ministério Público, excluídos os Juízes Preparadores e Subpromotores de Justiça e constantes do Regimento de Custas e demais legislações em vigor, passarão a ser arrecadados, como renda do Estado, por meio de talões.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Ficam expressamente revogados o artigo 1.º da Lei n.º 936, de 13 de novembro de 1953 e tôdas as demais disposições que, implícita ou explicitamente, contrariarem os preceitos desta Lei.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 26 de maio de 1964, 76.º da República.

Mauro Borges Teixeira

Wison da Paixão

Sebastião Arantes

Publicada no D. O. de 4-6-64.

LEI N.º 5.160 — DE 4 DE AGÔSTO DE 1964

Dispõe sôbre a instituição da "Taxa de Expediente", na Junta Comercial do Estado e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica instituída, na Junta Comercial do Estado de Goiás, a "TAXA DE EXPEDIENTE" fixada em três mil cruzeiros (Cr$ 3.000,00), que será distribuída entre o Presidente, Secretário e Vogais da Junta Comercial, em igualdade de condições.

Parágrafo único — A Taxa criada por êste artigo incidirá sôbre todos os papeis que dependem do despacho da Junta, exceto os pedidos de registros de firmas sociais e de arquivamento de jornais que publicarem atos das sociedades anônimas já arquivadas na Junta.

Art. 2.º — Os emolumentos de dois cruzeiros (Cr$ 2,00) por fôlha, devidos pela rubrica de livros, atualmente distribuídos entre o Presidente, Secretário e Vogais da Junta, ficam convertidos em selos que serão aplicados nos respectivos livros.

Art. 3.º — Os livros comerciais que derem entrada na Junta para legalização deverão conter um têrmo de abertura e encerramento, assinado por profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único — Dos têrmos de abertura, deverão constar, obrigatòriamente, o número do registro da firma ou do arquivamento dos atos constituídos, se fôr o caso, além do nome do comerciante, endereço e data do registro.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 17 de agôsto de 1964, 76.º da República.

Mauro Borges Teixeira
Cid Albernaz de Oliveira
Sebastião Arantes

LEI N.º 5.167 — DE 11 DE AGÔSTO DE 1964

Dispõe sôbre efetivação de funcionários públicos e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — Ficam efetivados todos os funcionários interinos, integrantes do Quadro Único do Funcionalismo do Estado, em exercício do cargo na data da publicação da Lei número 5.000, de 14 de novembro de 1963.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em Goiânia, 20 de novembro de 1964.

Iris Rezende Machado, Presidente.

Publicada no D. O. de 21-11-1964.

LEI N.º 5.169 — DE 11 DE AGÔSTO DE 1964

Dispõe sôbre proventos de aposentadoria dos funcionários do fisco e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — O provento da aposentadoria do funcionário do fisco será, a requerimento seu, anualmente revisto e reajustado, tomando-se, por base, a remuneração do respectivo cargo ou de outro equivalente no ano anterior.

Art. 2.º — Os novos proventos serão calculados na razão de um trinta avos (1/30) por ano de serviço público prestado pelo funcionário até a data de sua aposentadoria.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em Goiânia, 18 de novembro de 1964.

Iris Rezende Machado, Presidente.

Publicada no D. O. de 19-11-1964.

LEI N.º 5.310 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1964

Assegura direitos a magistrados aposentados.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — Aos Juízes de Direito aposentados antes da vigência da Lei nº 2.738, de 11 de novembro de 1959, com mais de trinta (30) anos de serviços públicos, contados na forma da presente Lei, ficam reconhecidos e assegurados, a partir da publicação da presente Lei, os mesmos direitos e vantagens pela referida Lei nº 2.738 conferidos aos Juízes de Direito aposentados durante a sua vigência.

Parágrafo único — O reajustamento de seus proventos far-se-á pelo Tribunal de Justiça do Estado, mediante requerimento da parte interessada.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em 19 de novembro de 1964.

Iris Rezende Machado, Presidente.

Publicada no D. O. de 15-9-1964.

LEI N.º 5.542 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1964

Fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado para o ano de 1965 e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — A Polícia Militar do Estado de Goiás, para o ano de 1965, contará com cento e cinqüenta e quatro (154) oficiais e dois mil seiscentos e cinco (2.605) praças, distribuídos pelas Unidades constantes dos quadros anexos, que fazem parte integrante desta Lei.

Parágrafo único — Do número de Oficiais fixados neste artigo, dois coronéis são comissionados nas funções de Coronel Comandante Geral e Coronel Chefe do Gabinete Militar da Secretaria do Govêrno.

Art. 2.º — As Unidades da Polícia do Estado de Goiás ficam localizadas:

a) Na Capital do Estado
Comando Geral
1.º Batalhão da Polícia Militar
(Batalhão Anhanguera)
Companhia de Bombeiros
Departamento de Instrução

b) Na cidade de Rio Verde

2.º Batalhão da Polícia Militar
(Batalhão Gama Cerqueira)

c) Na cidade Pedro Afonso

3.º Batalhão da Polícia Militar
(Batalhão Tocantins)

d) Na cidade de Goiás

1a. Companhia Independente
Polícia (Cia. Araguaia)

Art. 3.º — São considerados agregados os militares que excederem o efetivo fixado nesta Lei e os que, por fôrça de dispositivos regulamentares, tenham de ficar nessa situação.

Art. 4.º — A remuneração dos militares em atividade é constituída de:

a) Sôldo ou Vencimento — remuneração básica do pôsto ou graduação, devida ao militar do serviço ativo, de acôrdo com a seguinte

TABELA DE SOLDOS
(Vencimentos)

	Cr$
Coronel	214.285,00
Tenente-Coronel	178.570,00
Major	155.500,00
Capitão	130.000,00
1.º Tenente	105.000,00
2.º Tenente	90.000,00
Aspirante	75.000,00
Cadetes 3.º e 4.º Ano	55.000,00
Cadetes 1.º e 2.º Ano	52.000,00
Subtenente	70.000,00
1.º Sargento	62.000,00
2.º Sargento	55.000,00
3.º Sargento	50.000,00
Cabo	45.000,00
Soldado	42.150,00

b) Vantagens — TUDO MAIS QUE perceber o militar, além do sôldo e sôbre êle, de acôrdo com o seguinte

CÓDIGO DE VANTAGENS

I — Mérito Profissional — A todos os militares em atividades nas tropas ou repartições militares, exceto aos que não possuírem o curso ou tiverem prestado concurso correspondente ao pôsto ou graduação, e os soldados recrutas, 15%.

II — Risco de Vida — A todos os militares em atividades na PMEGO, 15%.

III — Abono de Fardamento — Aos militares que se fardarem por conta própria, inclusive aos cadetes, 10%.

IV — Gratificação de Instrutor — Aos militares designados pelo Comando Geral para Instrutor ou monitor de cursos, na corporação, 10%.

V — Quebra de Caixa — Ao Tesoureiro do C. G. e Tesoureiro das unidades e aos Adjuntos de Tesouraria, 5%.

VI — Gratificação Adicional — Regulada por lei especial.

VII — Gratificação de Função — Especificados no art. 8.º desta lei.

VIII — Salário-Família — Regulado por lei especial.

§ 1.º — Terá direito a uma etapa diária, estipulada pelo Comando Geral, os componentes da guarda do Palácio e das Unidades da Capital.

§ 2.º — As vantagens I e II serão pagas por conta da consignação 002 — Soldos e gratificações do Orçamento estadual.

§ 3.º — O militar que aceitar cargo público estranho à Polícia Militar ou à Polícia Civil não perceberá as vantagens do Código, mesmo que opte pelos vencimentos da P. M. E. GO.

Art. 5.º — Os oficiais e praças que se deslocarem das sedes das respectivas organizações, em serviços determinados pelo Comando Geral, terão direito, além das vantagens referidas no art. 4.º, à diária de alimentação e pousada na seguinte base:

a) Oficiais, até ..... Cr$ 6.000,00

b) Aspirantes, Subtenentes, Sargentos, até .... Cr$ 5.000,00

c) Cabos e Soldados, até Cr$ 4.000,00

§ 1.º — A diária é devida nos dias de afastamento efetivo da sede.

§ 2.º — O militar que se deslocar em missão de estudo não terá direito às diárias de que trata êste artigo.

§ 3.º — Os militares à disposição da Polícia Civil, inclusive os destacados, não perceberão diárias por intermédio da PMEGO.

Art. 6.º — Aplicar-se-á ao Chefe do Gabinete Militar da Secretaria do Govêrno o disposto no art. 1.º da Lei n.º 3.401, de 12 de junho de 1961.

Art. 7.º — O Oficial no desempenho de cargo ou função atribuída a pôsto superior ao seu, por tempo superior a trinta (30) dias, perceberá o sôldo dêste pôsto.

Art. 8.º — Perceberão função gratificada os militares que ocuparem os seguintes cargos:

	Cr$
a) Subcomandante Geral	40.000,00
b) Chefe do Estado Maior	20.000,00
c) Comandante de Batalhão	20.000,00
d) Comandante do Departamento de Instrução	20.000,00
e) Comandante do Corpo de Bombeiros	20.000,00
f) Chefe de Intendência	20.000,00
g) Chefe de Saúde	20.000,00
h) Chefe de Seção do Estado Maior	15.000,00
i) Chefe de Finanças	15.000,00
j) Chefe de Provimento	15.000,00
l) Chefe de Subsistência	15.000,00
m) Chefe de Comunicações	15.000,00
n) Comandante da Cia. Independente	15.000,00
o) Adjante de Ordens do Comandante Geral	12.000,00
p) Chefe do Serviço de Farmácia do C. G.	12.000,00

Art. 9.º — O recrutamento de Oficiais e de graduados para os quadros de especialistas, previstos nesta lei, será feito mediante concurso, ao qual poderão concorrer praças mobilizáveis que estejam em bom comportamento e os civis que satisfaçam às exigências regulamentares.

Parágrafo único — Os concursos de que trata êste artigo obedecerão às normas baixadas pelo Comando Geral e terão validade por um ano, contados a partir de sua homologação.

Art. 10 — O Código de Vantagens não se aplica aos beneficiados pela Lei n.º 4.036, de 6 de julho de 1962.

Art. 11 — Os graduados especialistas, quando inadaptáveis às funções respectivas, poderão ser reconduzidos ao quadro de origem imediatamente anterior, com a graduação que tinha neste, por conveniência do serviço ou a pedido.

Parágrafo único — As disposições dêste artigo serão também aplicadas àqueles que, por qualquer motivo ,se afastarem das funções respectivas.

Art. 12 — Independerá do prazo a que se refere o artigo 99 do Decreto-Lei n.º... 7.599, de 28 de junho de 1943, a reforma dos militares julgados definitivamente incapazes para o serviço policial-militar pela junta de saúde da Corporação.

Art. 13 — VETADO.

Art. 14 — Esta lei entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1965.

Art. 15 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 4 de dezembro do ano de 1964, 76.º da República.

Coronel Carlos de Meira Mattos

Epitácio Cardoso de Brito, Tte. Cel.

Iberê Gilson

Publicada no D. O. de 9-12-1964.

LEI N.º 5.390 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sôbre terras devolutas e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica assegurado aos atuais ocupantes das terras devolutas, que nelas tenham moradia habitual e cultura efetiva, o direito de preferência para sua aquisição, pelo preço fixado na Lei n.º 516, de 26 de setembro de 1951, excluídas as despesas de medição e demarcação, bem como os emolumentos devidos pela expedição do título de domínio.

Parágrafo único — Sòmente gozarão dos benefícios da presente Lei os interessados cujas posses tiveram início há mais de três (3) anos.

Art. 2.º — A apuração do tempo de ocupação far-se-á mediante processo administrativo, sumaríssimo, sob a orientação do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás — IDAGO.

Art. 3.º — Aos interessados que tiverem os seus requerimentos confirmados nos têrmos do art. 158, da Lei n.º 1.448, de 12 de dezembro de 1956, combinado com o art. 11, da Lei n.º 3.990 de 14 de novembro de 1961, não se exigirá a providência contida no artigo anterior, desde que no curso do processo de medição e demarcação hajam sido verificadas as respectivas posses.

Art. 4.º — Fica revogado o art. 9.º da Lei n.º 5.300, de 29 de setembro de 1964.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em Goiânia, 24 de novembro de 1964.

Iris Rezende Machado, Presidente

Publicado no D. O. de 25-11-1964.

LEI N.º 5.548 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1964

Estabelece normas para a fixação de vencimentos dos cargos de Juiz de Direito Substituto, de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrância e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos de Juiz de Direito Substituto de 1a., 2a. e 3a. entrâncias são fixados, a partir de 1.º de janeiro de 1965, da seguinte forma:

a) — Juiz de Direito Substituto — noventa por cento (90%) dos vencimentos do cargo de Juiz de Direito de 1a. entrância;

b) — Juiz de Direito de 1a. entrância — oitenta e cinco por cento (85%) dos vencimentos do cargo de Juiz de Direito de 2a. entrância;

c) — Juiz de Direito de 2a. entrância — oitenta por cento (80%) dos vencimentos do cargo de Juiz de Direito de 3a. entrância;

d) — Juiz de Direito de 3a. entrância — setenta e cinco por cento (75%) dos vencimentos do cargo de Desembargador.

Art. 2.º — Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito necessário ao atendimento desta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 23 de novembro de 1964, 77.º da República.

Mauro Borges Teixeira
Clotário de Freitas
Sebastião Arantes

Publicado no D. O. de 28-11-64.

LEI N.º 5.550 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1964

Transforma a Consultoria Jurídica do Estado em Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — A Consultoria Jurídica do Estado, a Procuradoria Fiscal e o Serviço de Assistência Judiciária, órgãos integrantes do Sistema Administrativo do Estado, de que tratam os itens III e VIII, respectivamente, dos artigos 13 e 14, da Lei nº 3.999, de 14 de novembro de 1961, e artigo 1.º da Lei nº 3.462, de 25 de julho de 1961, passam a integrar um único órgão, sob a denominação de Procuradoria Geral do Estado, com a estrutura, atribuições e pessoal que a respeito dispuser a presente lei, e o Regulamento e Regimentos Internos que lhe forem outorgados.

Art. 2.º — A Procuradoria Geral do Estado é órgão diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo, e integra o Sistema Administrativo do Estado como órgão complementar da sua Governadoria, equiparado à Procuradoria Geral de Justiça, na forma do que a respeito dispõe o artigo 4.º parágrafo único, da Lei n.º 3.999, de 14 de novembro de 1961.

§ 1.º — A Procuradoria Geral do Estado será dirigida por um Procurador Geral do Estado e um Subprocurador Geral providos em funções gratificadas, cujos titulares serão sempre escolhidos dentre os Procuradores do Estado em exercício no órgão agora criado.

§ 2.º — Sòmente serão providos nas funções gratificadas de que trata êste artigo os Procuradores com cinco (5) anos, pelo menos, de lotação na Consultoria Jurídica do Estado, ou os que venham a ter na própria Procuradoria.

§ 3.º — VETADO.

§ 4.º — O padrão financeiro das funções gratificadas a que se refere o parágrafo 1.º será, sempre, igual à diferença entre o que percebe o Procurador Geral de Justiça e o vencimento do cargo de Procurador do Estado.

§ 5.º — Para todos os efeitos legais, de representação e responsabilidade, o Procurador Geral do Estado é equiparado ao Procurador Geral de Justiça.

§ 6.º — O Subprocurador Geral do Estado assumirá oficialmente a função de Procurador Geral do Estado, para todos os efeitos desta lei, em qualquer ausência daquela autoridade.

Art. 3.º — À Procuradoria Geral do Estado competem os assuntos e serviços de proteção e defesa judicial dos direitos e interêsses patrimoniais do Estado, e dos cidadãos que dêles necessitarem, bem assim

os de natureza administrativa relacionados, de qualquer forma, com matéria jurídica.

Art. 4.º — Como órgão de proteção e defesa judicial dos direitos e interêsses patrimoniais do Estado, compete à Procuradoria Geral do Estado a representação judicial, como autor ou réu, nos seguintes feitos:

I — ações ordinárias;

II — processos especiais, preparatórios, preventivos, incidentes, criminais e trabalhistas;

III — as ações em que a Fazenda Estadual fôr autora ou ré;

IV — ações discriminatórias, possessórias e reivindicatórias de domínio;

V — ações judiciais de qualquer natureza, necessárias à regularização de título de domínio dos imóveis do Estado;

VI — ações expropriatórias, amigáveis ou judiciais e preparo das respectivas escrituras;

VII — ações de locação de imóveis, inclusive arbitramentos e vistorias;

VIII — informações sôbre mandados de segurança e interposição de recursos a êles relativos;

IX — habilitação de crédito e justificações judiciais diversas;

X — os Executivos Fiscais, para cobrança da dívida ativa na Capital e no Interior, inclusive em falência e concordatas, e o serviço de recolhimento amigável;

XI — representação da Fazenda Pública Estadual, nos inventários, arrolamentos, partilhas heranças jacentes, arrecadação de bens ausentes, habilitação de herdeiro, partilhas extrajudiciais e adjudicações e avaliações;

XII — representação da Fazenda Pública Estadual nas ações de restituições de tributos, de cobrança de tributos de qualquer natureza, onde não couber o Executivo Fiscal, no processos judiciais de caráter administrativo.

Art. 5.º — A defesa patrimonial de que trata o artigo anterior, aplica-se aos direitos e interêsses das autarquias e sociedade de economia pública ou mista estaduais, ficando revogado o artigo 9.º da Lei n.º 4.195, de 30 de outubro de 1962.

Art. 6.º — Para os firs do artigo 4.º, o Estado será citado na pessoa do Procurador Geral do Estado, ou, por delegação sua, na de qualquer dos Procuradores-Chefes de que trata esta lei.

Art. 7.º — Como órgão de proteção e defesa judicial dos cidadãos que não tenham condições financeiras para autoria ou defesa de seus direitos, compete à Procuradoria Geral do Estado a representação judicial, como autor ou réu, nos seguintes feitos:

I — ações de natureza cível com tentativa de conciliação e acôrdo;

II — ações de natureza criminal;

III — ações relativas ao direito de família, alimentos, desquites, investigações de paternidade, busca e apreensão de menores, regularização de visitas a menores e registro de nascimento;

IV — ações de natureza administrativa em que não fôr parte o Estado de Goiás;

V — reclamações trabalhistas, recebimento de queixas e tentativa de solução amigável mediante acôrdo, e seguimento de qualquer processo na justiça do trabalho.

Art. 8.º — Como órgão de assessoria administrativa relacionada, de qualquer forma, com matéria jurídica, compete à Procuradoria Geral do Estado:

I — emitir pareceres sôbre assuntos jurídicos submetidos a seu exame;

II — opinar nos processos de aposentadoria, reforma, demissão e destituição de servidores estaduais;

III — minutar os contratos, ajustes ou convênios em que o Estado fôr parte, assinando-os juntamente com a autoridade competente;

IV — auxiliar no exame dos projetos de leis submetidos à sanção governamental, quando julgado oportuno o seu pronunciamento;

V — elaborar projetos de leis, regulamentos e regimentos que lhe forem confiados;

VI — manifestar nos processos administrativos atinentes a terras devolutas e de outros bens do Estado;

VII — sugerir providências de ordem jurídica que lhe pareçam do interêsse público ou necessárias à boa aplicação das leis;

VIII — velar, no que lhe competir, pela observância da Constituição, Leis, Regulamentos e Regimentos, representando às autoridades competentes contra abusos, erros ou omissões do seu conhecimento;

IX — desempenhar quaisquer outras tarefas ou atribuições periódicas, ocasionais ou permanentes, que direta ou indiretamente contribuírem para a boa marcha, regularidade, eficiência dos serviços a seu cargo.

Parágrafo único — Os pronunciamentos da Procuradoria Geral versarão, sempre, sôbre VETADO questões jurídicas VETADO em processos devidamente instruídos, após a audiência dos órgãos técnicos que a êle se referirem, e terão, sempre, caráter de absoluta conclusividade.

Art. 9.º — Fica expressamente vedado aos Secretários de Estado, Diretores de Departamento, Autarquias, Fundações e entidades públicas assemelhadas, integrantes do Serviço Administrativo do Estado, a realização de convênios ou contratos, de qualquer natureza, sem a prévia autorização do Chefe do Poder Executivo e obediência a minutas elaboradas pela Procuradoria Geral do Estado excluídas desta última exigência os contratos relativos à admissão de pessoal.

Parágrafo único — Caberá ao Procurador Geral do Estado denunciar ao Governador do Estado a autoridade que descumprir a determinação dêste artigo, ficando a mesma pessoalmente responsabilizada pelos danos causados ao erário, pelo descumprimento.

Art. 10 — Para realização dos objetivos de que trata a presente lei, a Procuradoria Geral do Estado é dividida em quatro (4) Procuradorias Especializadas, Gabinete do Procurador Geral, uma "Revista de Direito" e uma Secretaria.

§ 1.º — As divisões de que trata o artigo anterior serão dirigidas:

a) as Procuradorias Especializadas, por um Procurador-Chefe, que será auxiliado por um Secretário Assessor;

b) a "Revista de Direito" por um Diretor, que será auxiliado por um Redator-Chefe e Corpo de Redatores Especializados;

c) a Secretaria, por um Diretor-Geral, que será auxiliado por Chefes de Serviços e Secções.

§ 2.º — O Diretor Geral, de que trata a letra "c" do parágrafo anterior, será escolhido dentre os funcionários do Quadro da Secretaria da Procuradoria Geral do Estado, de preferência Bacharel em Direito.

Art. 11 — O Gabinete do Procurador do Estado compreende:

a) Subprocurador Geral;

b) Chefia de Gabinete;

c) Assessoria Geral.

§ 1.º — O Subprocurador Geral do Estado, sempre que necessário e por proposta do Procurador Geral do Estado, poderá acumular as suas funções com a chefia de uma das Procuradorias Especializadas.

§ 2.º — A função de Chefe de Gabinete será exercida por funcionário do Quadro da Secretaria da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 12 — À Secretaria (SE) incumbe dirigir, orientar e fiscalizar os serviços burocráticos, técnicos e de administração geral que se fizerem necessários à execução dos trabalhos da Procuradoria Geral, através dos seguintes serviços:

I — Administração (SA);

II — Documentação e Arquivo (SDA);

III — Judiciário (SJ);

IV — Biblioteca (SB).

Art. 13 — As Procuradorias Especializadas terão as seguintes denominações:

1a.) Procuradoria dos Negócios Administrativos (PNA);

2a.) Procuradoria do Judicial e Contencioso (PJC);

3a.) Procuradoria Fiscal (PF);

4a.) Procuradoria de Assistência Judiciária (PAJ).

Parágrafo único — As Procuradorias Especializadas de que trata êste artigo poderão, segundo a necessidade dos serviços, ser desdobradas em tantas Subprocuradorias quantas forem exigidas, assim como e com a mesma razão, poderão vir a ser criadas Procuradorias de outra natureza, mediante ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 14 — As atribuições das Procuradorias Especializadas, que se distribuirão pelas secções que lhes der o Regulamento da Procuradoria Geral, são as seguintes:

I — NA PROCURADORIA DOS NEGÓCIOS ADMINISTRATIVOS:

a) emitir pareceres sôbre assuntos jurídicos submetidos a seu exame;

b) opinar nos processos de aposentadoria, reforma, demissão e destituição de servidores estaduais;

c) minutar os contratos, ajustes ou convênios em que o Estado fôr parte, assinando-os juntamente com as autoridades competentes;

d) auxiliar no exame dos projetos de leis submetidos à sanção governamental, quando julgado oportuno o seu pronunciamento;

e) elaborar projetos de leis, regulamentos e regimentos que lhes forem confiados;

f) manifestar nos processos administrativos atinentes a terras devolutas e em outros do Estado;

g) sugerir providências de ordem jurídica que lhe pareçam do interêsse público ou necessárias à boa aplicação das leis;

h) velar, no que lhe competir, pela observância da Constituição, Leis, Regulamentos e Regimentos representando às autoridades competentes contra abusos, erros ou omissões do seu conhecimento;

i) desempenhar quaisquer tarefas ou atribuições periódicas, ocasionais ou permanentes, que direta ou indiretamente contribuírem para a boa marcha, regularidade e eficiência dos serviços a seu cargo;

j) fixar a interpretação de cláusulas de contrato de concessão de serviços públicos, opinando sôbre alienação ou desvinculação de bens reversíveis, representando sôbre infração de cláusulas de contratos de serviços públicos e opinando sôbre relatório das comissões fiscalizadoras dos serviços concedidos ou permitidos, propondo as medidas acauteladoras dos interêsses do Estado.

II — NA PROCURADORIA DO JUDICIAL E CONTENCIOSO

a) ações ordinárias;

b) processos especiais, preparatórios, preventivos, incidentes criminais e trabalhistas;

c) ações discriminatórias, possessórias e reivindicatórias de domínio;

d) ações judiciais, de qualquer natureza, necessárias à regularização de títulos de domínio dos imóveis do Estado;

e) ações expropriatórias, amigáveis ou judiciais e preparo das respectivas escrituras;

f) informações sôbre mandados de segurança e interposição de recursos a êles relativos;

g) ações de locação de imóveis, inclusive arbitramentos e vistorias;

h) habilitação de crédito e justificações judiciais;

i) ações judiciais relativas a autorizações, permissões ou concessões de serviços públicos;

j) todo e qualquer procedimento judicial não relacionado nesta lei, que seja do interêsse do Estado.

III — NA PROCURADORIA FISCAL

a) os Executivos Fiscais para cobrança da dívida ativa na Capital e no Interior, inclusive em falências e concordatas, e o serviço do recolhimento amigável;

b) representação da Fazenda Pública Estadual nos inventários, arrolamentos, partilhas, heranças jacentes, arrecadação de bens de ausentes, habilitação de herdeiro, partilhas extrajudiciais e adjudicações e avaliações;

c) representação da Fazenda Pública Estadual nas ações de restituições de tributos, de cobrança de tributos de qualquer natureza, onde não couber o Executivo Fiscal e nos processos judiciais de caráter administrativos.

IV — NA PROCURADORIA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

a) ações de natureza cível com tentativa de conciliações e acordos;

b) ações de natureza criminal;

c) ações relativas ao direito de família, alimentos, desquites, investigações de paternidade, busca e apreensão de menores, regularização de visitas a menores e registro de nascimento;

d) ações de natureza administrativa em que não fôr parte o Estado de Goiás;

e) reclamações trabalhistas, recebimentos de queixas e tentativas de solução amigável, mediante acôrdo e seguimento de qualquer processo na justiça do trabalho.

Art. 15 — As ações de que falam as alínea "a", "b" e "c", III, do artigo anterior, serão da competência exclusiva da Procuradoria Geral da Comarca da Capital, sendo que as propostas em Comarca do Interior continuarão como atribuições da Promotoria de Justiça, sem prejuízo, no mesmo feito, da interferência do Procurador Geral do Estado, ou Procurador-Chefe por aquêle designado, sempre que necessário.

Parágrafo único — Quando, no feito fôr obrigatória a intervenção do órgão do Ministério Público, funcionará, mesmo no interior, o Procurador do Estado para tanto designado.

Art. 16 — No caso do artigo anterior, em qualquer hipótese, é obrigatória a citação do Procurador Geral do Estado.

Art. 17 — As atribuições da "Revista de Direito" (RD), da Procuradoria Geral do Estado, são as seguintes:

a) editar os números da "Revista", bem como as separatas e números especiais contendo doutrina, legislação e jurisprudência, relativos ao serviço público estadual, interessando, especialmente, aos trabalhos da Procuradoria Geral do Estado e assim como aos que dizem respeito à Procuradoria Geral de Justiça, Tribunal de Justiça do Estado, Juízes de Direito e Assembléia Legislativa do Estado;

b) editar quaisquer publicações necessárias aos serviços da Procuradoria Geral, bem assim outras que possam interessar a todo o serviço público estadual;

c) providenciar a execução de tôdas as medidas administrativas e industriais necessárias ao preparo, seleção e arquivo de originais tipográficos, sua execução gráfica, armazenagem, contrôle de estoque e distribuição dos volumes;

d) organizar e manter atualizado o índice geral de assuntos públicos da "Revista", para atualização pelo Serviço de Documentação e oportuna e periódica publicação;

e) manter intercâmbio com periódicos do gênero, encaminhando os volumes ao Serviço de Biblioteca.

Art. 18 — As Procuradorias Especializadas, no que respeita às suas atribuições específicas, funcionarão com as secções que se fizerem necessárias, de acôrdo com o que a respeito dispuser o Regulamento da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 19 — A "Revista de Direito" funcionará com a organização que lhe der o Regulamento da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 20 — Todos os serviços jurídicos do Estado, à exceção dos órgãos do Ministério Público e inclusive as Assessorias das Autarquias, Fundações e demais entidades públicas assemelhadas, funcionarão vinculados à Procuradoria Geral do Estado, subordinando-se à orientação traçada por esta os seus pronunciamentos.

Art. 21 — Sempre que se fizer necessário deverá o Procurador Geral do Estado pleitear a interveniência, como representante do Estado, em qualquer ação proposta em Juízo, relacionada com direitos e obrigações de autarquias, fundações e demais entidades de direito público estadual assemelhadas.

Art. 22 — Ficam criadas no Quadro Complementar, Anexo XII, da Lei n.º 5.000, de 14 de novembro de 1963, as seguintes classes, com os quantitativos que se mencionam:

Classes	Quantitativo
I Procurador de 1a. Categoria	11 cargos
II Procurador de 2a. Categoria	14 cargos
III Procurador de 3a. Categoria	15 cargos

Parágrafo único — As três (3) classes criadas neste artigo formam a carreira de 3a. Categoria a inicial da carreira e a de 1a. Categoria a final.

Art. 23 — Ficam extintos os cargos das classes de Consultor Jurídico, Procurador Fiscal e Assistente Judiciário, tôdas constantes do Quadro Complementar, Anexo XII, da Lei nº 5.000, de 14 de novembro de 1963.

§ 1.º — Os ocupantes efetivos dos cargos das classes de que trata o presente artigo serão aproveitados em cargos de carreira criada no Art. 22 da presente lei, assegurando-se a êles tôdas as vantagens e direitos que possuam na vigência desta lei.

§ 2.º — Os atuais ocupantes do cargo de Consultor Jurídico em substituição e demais advogados e assessôres jurídicos contratados do Estado, que estejam em função na Consultoria Jurídica e Secretarias de Estado, respectivamente, na data da publicação desta lei, são aproveitados em cargos de Procuradores do Estado, em caráter efetivo, mediante a prova do Diploma de Bacharel em Direito.

§ 3.º — Poderão, ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo, serem aproveitados em caráter efetivo, nos cargos da carreira de Procurador do Estado, advogados que estejam exercendo função pública estadual, de qualquer natureza, desde que preencham os seguintes requisitos.

I — prova de cinco (5) anos, pelo menos, de prática forense;

II — prova de dois (2) anos, pelo menos, de exercício de função pública estadual.

§ 4.º — VETADO.

Art. 24 — O aproveitamento dos atuais Consultores Jurídicos na carreira de Procurador do Estado, criada por esta Lei, será feito da seguinte forma:

I — nos cargos da classe de Procurador do Estado de 1a. Categoria, seis (6), pelo critério de antiguidade na classe de Consultor Jurídico, e cinco (5) pelo critério de merecimento, por decisão do Chefe do Executivo, ouvido o Procurador Geral;

II — nos cargos da classe de Procurador do Estado de 2a. Categoria os que não tenham sido atingidos pelo disposto no item anterior.

Parágrafo único — Os atuais Procuradores Fiscais e Assistentes Judiciários serão aproveitados na classe de Procurador do Estado de 3a. Categoria.

Art. 25 — Fica criada a classe de Adjunto de Procurador do Estado, com o quantitativo de dois (2) cargos.

Parágrafo único — Um dos Adjuntos de Procurador será lotado, em caráter permanente, na Procuradoria Administrativa.

Art. 26 — Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a aproveitar nos cargos de Adjunto de Procurador do Estado, em caráter efetivo, Bacharéis em Direito atualmente ocupantes de cargos públicos estaduais de qualquer natureza, desde que tenham mais de dois (2) anos de formados e, pelo menos, cinco (5) anos de serviço público estadual.

Art. 27 — Os vencimentos mensais das classes criadas pelos artigos 22 e 25, da presente lei, são os que se mencionam abaixo.

Classes	Vencimentos
Procurador do Estado de 1a. Categoria	420.000,00
Procurador do Estado de 2a. Categoria	390.000,00
Procurador do Estado de 3a. Categoria	360.000,00
Adjunto de Procurador do Estado	300.000,00

Art. 28 — Os Consultores Jurídicos, aposentados nessa condição, terão seus proventos fixados com base nos vencimentos da classe de Procurador do Estado de 3a. Categoria.

Parágrafo único — Os Procuradores Fiscais e Assistentes Judiciários, aposentados nessas condições, perceberão os aumentos sôbre os proventos com que foram aposentados, na mesma base concedida aos demais inativos estaduais.

Art. 29 — As promoções na Carreira de Procurador do Estado ocorrerão por antigüidade e merecimento, alternadamente.

§ 1.º — A antigüidade, para efeito de promoção, será apurada pelo efetivo exercício na classe.

§ 2.º — O merecimento será apurado com base nos seguintes fatôres:

a) freqüência;

b) elogios;

c) punições;

d) produção na respectiva Procuradoria.

§ 3.º — Ocorrendo empate na classificação terá prioridade sucessivamente:

a) o funcionário com maior tempo de efetivo exercício na classe, no caso de promoção por merecimento;

b) o de maior tempo de serviço público estadual, em ambas as hipóteses de promoção;

c) o de maior prole em ambas as hipóteses de promoção;

d) o mais idoso em ambas as hipóteses de promoção.

§ 4.º — Não concorrerá à promoção o Procurador:

a) em estágio probatório ou em disponibilidade, ou se fôr interino ou aposentado;

b) em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal;

c) em licença para trato de interêsse particulares;

d) que não tiver dois (2) anos de efetivo exercício na classe;

e) que estiver à disposição da Administração Federal, de administração municipal ou da de outro Estado.

Art. 30 — As promoções na carreira de Procurador do Estado serão feitas sempre que se verificar vaga nas classes de Procurador de 2a. Categoria e Procurador de 1a. Categoria.

Parágrafo único — As promoções se darão por ato do Chefe do Poder Executivo mediante proposta do Procurador Geral do Estado, que se baseará em relatório de Comissão formada pelos quatro (4) Procuradores-Chefes, sob a presidência do Subprocurador.

Art. 31 — Ficam criadas, no Anexo I, da Lei 5.000, de 14 de novembro de 1963, cargos de provimento efetivo, as seguintes classes com níveis de vencimentos e quantitativos que se mencionam:

Classe	Níveis	Quantitativos
I — Auxiliar de Perícia	C	3

II — Perito Avaliador	I	.....	3
III — Assistente de Redação	J	.....	3
IV — Revisor	J	.....	4
V — Bibliotecário	J	.....	1
VI — Assistente Judiciário	L	.....	1
VII — Auxiliar Judiciário	G	.....	3
VIII — Recepcionista	C	.....	2
IX — Agrimensor	L	.....	5
X — Documentarista	J	.....	2

Parágrafo único — As especificações das classes criadas por êste artigo acompanham esta Lei, em anexo.

Art. 32 — Os quantitativos das classes abaixo relacionadas passam a ser os seguintes:

Classes	Quantitativos
I — Assistente de Administração	79
II — Auxiliar de Administração	94
III — Escrevente Datilógrafo	466
IV — Arquivista	14
V — Motorista	6
V — Motorista	86
VI — Contabilista	51
VII — Auxiliar de Contabilista ..	17
VIII — Assistente Social	9

Parágrafo único — Os cargos criados por êste artigo e pelo anterior destinam-se a compor a lotação da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 33 — Aos ocupantes dos cargos da carreira de Procurador do Estado e aos ocupantes dos cargos de classe de Adjunto de Procurador do Estado aplica-se o disposto no parágrafo único do art. 3.º, da Lei n.º 5.186, de 18 de agôsto de 1964

Art. 34 — As Leis sancionadas pelo Governador do Estado e os decretos por êle baixados, relativos à Procuradoria Geral do Estado, serão referendados pelo Secretário do Govêrno.

Art. 35 — Fica instituída a "Carteira de Procurador do Estado", contendo no anverso as características de identidade e no verso referência às prerrogativas asseguradas ao cargo, que será subscrita pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Secretário da Segurança Pública.

Art. 36 — A taxa judiciária de que trata o artigo 325 da Lei n.º 89, de 23 de dezembro de 1947, Código Tributário, passa a denominar-se "Taxa de Assistência Legal Gratuita".

Art. 37 — A partir de 1.º de janeiro de 1965, o artigo 325 e seus parágrafos 1.º, 2.º e 4.º, da Lei nº 89, de 23 de dezembro de 1947 (Código Tributário), passarão a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 325 — A Taxa Judiciária e de Assistência Legal Gratuita incide sôbre os feitos que se processarem em juízo, na base de dois por cento (2%) sôbre os valôres propostos.

§ 1.º — Nas ações de valor inestimável, nos processos criminais em geral, demanda de valor não conhecido, na audiência de estimativa do autor, a Taxa Judiciária e de Assistência Legal Gratuita é fixada em dois mil cruzeiros (Cr$ 2.000,00), observado, quando fôr o caso, o disposto no parágrafo 1.º do artigo 140, do Código de Processo Civil.

§ 2.º — A Taxa Judiciária e de Assistência Legal Gratuita é limitada, no mínimo e no máximo, respectivamente, em dois mil cruzeiros (Cr$ 2.000,00) e vinte mil cruzeiros (Cr$ 20.000,00).

§ 4.º — Nos desquites por mútuo consentimento o valor da causa será o dos bens do casal, salvo se não exceder êsse valor, o "quantum" de cem mil cruzeiros (Cr$ 100.000,00), pois nessa hipótese e, também não existindo bens, a taxa é fixa e invariável de dois mil cruzeiros (Cr$ 2.000,00)".

Art. 38 — Os Procuradores do Estado são pessoalmente responsáveis, na forma da legislação em vigor, por danos causados ao erário e às partes que representar em ações que ajuizarem, decorrentes de negligência no acompanhamento das mesmas, sem prejuízo do processo administrativo.

Art. 39 — Nenhum Procurador poderá ser deslocado da Procuradoria Geral do Estado para outro órgão da Administração Estadual, Federal ou Municipal salvo para provimento em Comissão de Confiança do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 40 — Fica instituído um Fundo Rotativo na Procuradoria Geral do Estado, no montante de hum milhão e quinhentos mil cruzeiros (Cr$ 1.500.000,00), destinado a cobrir tôda e qualquer despesa a ser realizada com a movimentação dos Procuradores do Estado, quando em objeto de serviço.

Art. 41 — Fica criado o Cartório dos Feitos da Fazenda Pública Estadual e o dos Feitos da Assistência Judiciária do Estado, desmembrado o primeiro do atual Cartório dos Feitos da Fazenda Pública com tôdas as atribuições relativas ao movimento Judiciário das ações em que fôr interessada a Fazenda Estadual.

Art. 42 — O item 7.º art. 130 da Lei n.º 956, de 13 de novembro de 1953, Código Judiciário, passa a ter a seguinte redação:

"Inciso 7 — Dois Cartórios privativos da Fazenda Pública, sendo:

a) — Um Cartório privativo da Fazenda Pública Estadual e que terá a seu cargo o processo de todos os feitos da Fazenda Pública Estadual, inclusive autarquias e outras entidades paraestatais, onde forem autores, réus, assistentes ou oponentes, e as que delas forem dependentes, acessórios ou preventivos, excluídos os processos de falências, inventários ou outros em que as entidades já citadas intervenham de forma não especificada acima;

b) Um Cartório privativo da Fazenda Pública Federal e Municipal e autarquias da União, que terá a seu cargo o processo de todos os feitos em que a Fazenda Pública Federal, Municipal e autarquias da União forem autores,, réus, assistentes ou oponentes e as que delas forem dependentes acessórios ou preventivos, excluídos os processos de falências, inventários ou outros em que as entidades já citadas intervenham de forma não especificadas acima.

Art. 43 — O Escrivão do Cartório dos Feitos da Fazenda Pública Estadual, além das atribuições especificadas na letra "a" do artigo anterior, terá, ainda, como competência, as atribuições constantes do artigo 159, da Lei nº 956, de 13 de novembro de 1953 (Código Judiciário do Estado).

Art. 44 — Ficam criados cargos de Escrivão dos Feitos da Fazenda Pública Estadual e dos Feitos de Assistência Judiciária do Estado, cujo provimento será feito na forma do disposto na Constituição do Estado e Código Judiciário do Estado, sendo um para cada Cartório criado.

, § 1.º — O titular do Cartório dos Feitos de Assistência Judiciária terá vencimento fixo, equiparado aos Escrivães do Crime da Comarca de Goiânia.

§ 2.º — Ficam também, por esta Lei, criados três (3) cargos de Escreventes, que integrarão, na forma da legislação vigente o Quadro de Serventuários do Cartório dos Feitos de Assistência Judiciária do Estado, que terão também vencimentos fixos.

Art. 45 — O titular do Cartório dos Feitos da Fazenda Pública Estadual terá direito a custas e emolumentos outros na forma estipulada no regimento de custas do Estado.

Art. 46 — Os titulares dos Cartórios criados por esta lei funcionarão com tôdas as VETADO Varas do Juizado da Comarca de Goiânia, cujos feitos serão distribuidos de acôrdo com a lei que rege a matéria.

Art. 47 — VETADO.

Art. 48 — O Chefe do Poder Executivo baixará, dentro de noventa (90) dias, a contar da publicação desta lei, o Regulamento da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 49 — Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a aproveitar nos cargos criados pelos artigos 31 e 32 da presente Lei, mediante proposta do Procurador Geral do Estado, mantidas as condições atuais de provimento os funcionários com

exercício, atualmente na Consultoria Jurídica do Estado, Procuradoria Fiscal e Serviço de Assistência Judiciária do Estado.

Parágrafo único — Os funiconários de que trata o presente artigo serão submetidos a concurso interno no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da vigência da presente lei.

Art. 50 — Fica mantida a competência do Ministério Público nos feitos judiciários em que o Estado ou o IDAGO seja parte, como autor ou réu, em andamento até 31 de dezembro do exercício de 1964, bem assim nas ações que nesse período forem propostas.

Art. 51 — Até que hajam dotações próprias para atender às despesas decorrentes das transformações operadas por esta lei, os servidores por ela aproveitados perceberão os seus vencimentos pelas dotações orçamentárias vigentes.

Art. 52 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 18 de novembro do ano de 1964, 76.º da República.

Mauro Borges Teixeira
Ary Demósthenes de Almeida
Alcides Coelho Rosauro
Cid Albernaz de Oliveira
Clotário de Freitas
Deusdedit Kunigel Cardoso D'Avila
Irineu Borges do Nascimento
José Sebba
Leone Teixeira de Vasconcelos
Rivadávia Xavier Nunes
Rubens Carneiro dos Santos
José Morato
Sebastião Arantes
Silvio Gomes de Melo Filho

LEI N.º 5.586 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sôbre a instituição e concessão de prêmios honoríficos e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Ficam instituídos prêmios honoríficos, anuais, pelo Govêrno, a cidadãos residentes do Estado de Goiás e que, de qualquer maneira, hajam contribuído para o desenvolvimento do Estado.

Art. 2.º — Os prêmios serão em número de três, assim denominados: "Prêmio Federação das Indústrias do Estado de Goiás", "Prêmio Federação do Comércio do Estado de Goiás" e "Prêmio Federação Rural do Estado de Goiás". Cada um dos contemplados receberá um diploma alusivo ao acontecimento e um troféu, oferecidos pelo Govêrno do Estado, devendo tudo ficar constando dos anais da Assembléia Legislativa, por ocasião da entrega dos títulos acima referidos.

Art. 3.º — O Júri que escolherá, anualmente, os contemplados, será composto da seguinte maneira: um representante da Federação das Indústrias; um representante da Federação do Comércio; um representante da Federação Rural; um representante da Scretaria do Comércio e Indústria do Estado; um representante de cada sindicato de classe patronal, que seja devidamente registrado na Delegacia do Ministério do Trabalho em Goiás, uma das Associações das Agências de Publicidade; e, finalmente, um representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

Art. 4.º — Os candidatos serão apontados por associações de classe que tenham vida jurídica devidamente legalizada no Estado de Goiás, podendo cada associação apontar apenas um candidato e, no ato, justificar, por escrito, a sua indicação, traduzindo o trabalho que, de qualquer modo tenha contribuído para o desenvolvimento do Estado, seja no setor da publicidade, arte, ensino, indústria, comércio, agricultura pecuária etc.

Art. 5.º — Caberá à Secretaria do Comércio e Indústria entrar em contacto com tôdas as entidades de classe patronais do Estado, no sentido de regulamentar e orientar a realização do concurso, que deverá ser promovido a cada mês de dezembro.

Art. 6.º — O dia da eleição dos candidatos será devidamente marcado, via de três editais consecutivos, publicados na Imprensa local, indicando dia, hora e local, sendo que a eleição será realizada com qualquer número de representantes das entidades de classe, devidamente credenciados, e por escrutínio secreto. Os três primeiros colocados serão considerados simplesmente "primeiros colocados", fazendo jus aos prêmios referidos, sem distinção de um para o outro, em tudo iguais pelo merecimento do cidadão.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 4 de janeiro de 1965, 76.º da República.

Carlos de Meira Mattos, Coronel Interventor Federal

Geraldo Rosa

LEI N.º 5.735 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1964

Estabelece, em obediência ao artigo 42 da Constituição do Estado, normas para o processo de julgamento do Governador do Estado, nos crimes de responsabilidade, define os casos de vacância e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — A presente Lei regula as normas para o processo e julgamento do Governador e Secretários de Estado, pelos crimes de responsabilidade enumerados no artigo 41 da Constituição Estadual, na Lei Federal n. 1.079, de 10 de abril de 1950, e no Art. 151 do Regimento Interno da Assembléia.

Parágrafo único — São, ainda, definidos por esta Lei os casos de vacância (Art. 37, C. E.) e regulada a forma de sua declaração.

Art. 2.º — A denúncia deverá ser assinada pelo denunciante, com firma reconhecida, instruída com documentos que a fundamentem, ou com a declaração do local onde se possa suprir a sua falta.

§ 1.º — Dentro de quarenta e oito horas, improrrogáveis, deverão ser arroladas, na denúncia, pelo menos cinco testemunhas.

§ 2.º — Não será recebida a denúncia depois que o Governador, por qualquer motivo, houver deixado definitivamente, o cargo.

Art. 3.º — Recebida a denúncia contra o Governador ou Secretário de Esta-

do, por crime de responsabilidade, será lida como expediente e despachada para a Comissão de Justiça.

§ 1.º — Dentro de quarenta e oito horas, improrrogáveis, a Comissão de Justiça opinará sôbre a denúncia declarando, conclusivamente, se é ou não objeto de deliberação.

§ 2.º — Submetido logo à apreciação do plenário, êste parecer será considerado aprovado se obtiver voto de maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa.

§ 3.º — Na discussão dêste parecer, além do relator, só poderão falar dois deputados de cada partido, pelo prazo, cada um, de dez minutos.

§ 4.º — Se houver voto divergente do parecer da Comissão, o seu autor terá o prazo de vinte minutos para discussão em plenário.

Art. 4.º — Encerrada a discussão do parecer se a denúncia for considerada objeto de deliberação, será remetida, por cópia autêntica, ao denunciado que terá o prazo de dez dias para contestá-la, arrolando, se desejar, testemunhas.

Art. 5.º — Findo o prazo para a contestação, A Comissão de Justiça realizará as audiências necessárias para a instrução do processo.

Parágrafo único -- No exercício de suas atribuições, a Comissão poderá determinar as diligências que reputar necessárias, requerer a convocação de Secretários de Estado, tomar depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas, sob compromisso, requisitar, de repartições públicas e autárquicas informações e documentos.

Art. 6.º — O prazo para a realização das audiências de instrução será de dez dias, contando a partir do último aberto para a contestação. O acusado poderá estar presente ou fazer-se representar em todos os atos da instrução.

Art. 7.º — Finda a instrução, o relator terá setenta e duas horas para oferecer o seu parecer sôbre a procedência ou improcedência da denúncia.

Art. 8.º — Apreciado o parecer pela Comissão, será publicado no órgão oficial e incluído na ordem do dia da sessão imediata, para ser submetido a uma única discussão e votação.

Parágrafo único — Nas discussões do parecer, além do relator que disporá de meia hora, só poderão falar dois representantes de cada partido, pelo prazo de vinte minutos cada um.

Art. 9.º — Encerrada a discussão do parecer será êle imediatamente votado, logrando ser aprovado, no caso de condenação, se obtiver o voto favorável de dois terços dos deputados da Assembléia Legislativa.

Parágrafo único — Neste caso, não haverá encaminhamento de votação, podendo ser formuladas, à Mesa, no momento, por escrito, declarações de voto que serão publicadas no Diário da Assembléia.

Art. 10 — O relator, na Comissão de Justiça, concluirá o seu parecer com um projeto de resolução, declarando ou não a procedência da denúncia.

§ 1.º — Se fôr declarada a procedência da denúncia, deverá ser decretada a condenação do acusado e estabelecida a pena, nos têrmos do Art. 78, da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950.

§ 2.º — Se fôr reconhecida a improcedência da denúncia, deverá a resolução declarar a sua rejeição.

Art. 11 — Nos casos omissos nesta Lei, o processo, a instrução e o julgamento dos crimes de responsabilidades, no que lhe fôr aplicáveis, obedecerão às normas do processo penal.

Art. 12 — Os Secretários de Estado serão julgados por crime de responsabilidade, de acôrdo com as normas estabelecidas por esta Lei.

Art. 13 — Dar-se-á a vacância do cargo de Governador do Estado:

a) — Pela morte;

b) — pela renúncia;

c) — Pelo abandono de cargo;

d) — Pela ausência do Estado, sem licença da Assembléia Legislativa, por mais de quinze dias, sem motivo justificado, que lhe impossibilite o regresso dentro dêste prazo (Art. 37. C. E.);

e) — Pelo estado de necessidade;

f) — Pela condenação, por crime comum ou de responsabilidade.

§ 1.º — Dar-se-á o abandono do cargo quando o Governador do Estado, injustificadamente e sem conhecimento da Assembléia Legislativa, deixar de exercer as suas funções por mais de quinze dias; e a ausência, quando sem licença da Assembléia Legislativa, ausentar-se do Estado, por mais de quinze dias (Art. 37 C. E.).

§ 2.º — O estado de necessidade se caracteriza:

1 — Pela ameaça à incolumidade das condições necessárias para o desempenho da direção do Poder Executivo;

2 — Por motivos permanentes, inescusáveis e irremovíveis, que possam impedir o exercício normal das funções de Governador; e

3 — Pela permanência em lugar incerto e não sabido durante crises políticas, por mais de quinze dias.

§ 3.º — Nos casos dos itens "a", "b" e "f", a vacância será automática, tão logo ocorra a morte ou a renúncia ou a condenação, comprovada legalmente.

Art. 14 — Qualquer um dos fatos discriminados no artigo anterior, quando ocorrido, poderá ser trazido ao conhecimento da Assembléia Legislativa por um deputado ou pela Comissão de Justiça.

Art. 15 — A vacância só poderá ser declarada, nos casos das letras "c", "d" e "e", do art. 13, pelo voto de dois terços da Assembléia Legislativa.

Art. 16 — Verificada a vacância dos cargos de Governador e Vice-Governador, na primeira metade do mandato do Presidente da República, o Presidente da Assembléia comunicará o fato ao Tribunal Regional Eleitoral para convocação de eleições diretas, dentro de sessenta dias, caso o Vice-Governador também esteja impedido de assumir o Govêrno.

Art. 17 — Se a vacância dos cargos de Governador e Vice-Governador se declarar na segunda metade do mandato do Presidente da República, o Presidente da Assembléia procederá imediatamente à eleição para o preenchimento das vagas, nos têrmos do § 5.º, do art. 34, da Constituição Estadual.

Parágrafo único — Se, dentro de dez dias, a partir da data da abertura da última vaga, não houver a Assembléia Legislativa preenchido aquêles cargos, o Presidente fará a comunicação ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral para a convocação de eleições diretas.

Art. 18 — O julgamento do Vice-Governador e a declaração de vacância de seu cargo, quando fôr o caso, se processarão de acôrdo com esta Lei.

Art. 19 — A aprovação dos pareceres referentes à renúncia e a eleição decorrente das vagas dos cargos de Governador e Vice-Governador se fará pelo processo de votação secreta.

Parágrafo único — Na apreciação dos pareceres, a cédula-sim aprova, e a cédula-não rejeita. Na eleição a cédula deverá conter o nome do candidato que o votante deseja eleger, sendo uma para cada cargo.

Art. 20 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, 31 de dezembro de 1964, 76.º da República.

Carlos de Meira Mattos, Coronel Interventor Federal

Epitácio Cardoso de Brito, Ten. Cel.

Jaime Silveira Peixoto, Tte. Cel. Av.

José Fleury

José Luiz Bittencourt

Geraldo Rosa

Joaquim Francisco Sepúlveda

Vicente Benjamin de Albuquerque

Publicado no D.O., de 31-12-64

LEI N.º 5.703 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1964

Institui gratificação de risco de vida às autoridades policiais da Secretaria de Segurança Pública.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — À autoridade policial, quando no desempenho de funções estritamente inerantes ao cargo e ligadas às finalidades da Secretaria da Segurança Pública, será concedida uma gratificação mensal, por risco de vida, fixada em 20% (vinte por cento) sôbre os respectivos vencimentos.

Art. 2.º — São consideradas autoridades policiais, para efeito do benefício previsto no artigo anterior, os servidores estaduais que exercem os seguintes cargos: VETADO, VETADO, Delegados de Polícia, Comissários de Polícia, Inspetores de Polícia, Detetives, Investigadores, elementos componentes da Guarda Civil e de Trânsito, Peritos Criminais Assistentes, Escrivães de Polícia, Carcereiros, Auxiliares de Necrotério e Motoristas.

Art. 3.º — O Poder Executivo fica autorizado a abrir, no próximo exercício financeiro, o crédito especial necessário ao cumprimento da presente Lei.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 28 de dezembro de 1964, 76.º da República.

Carlos de Meira Matos, Coronel Interventor Federal

Jaime Silveira Peixoto, Tte. Cel. Av.

Iberê Gilson

Publicado no D. O. de 28-12-1964.

DECRETO N.º 10.490-A — DE 25 DE SETEMBRO DE 1942

Bol. Res. do Exército n.º 16 de 22 de outubro de 1942.

Define e delimita a Zona de Guerra.

O Presidente da República, usando de suas atribuições que lhe conferem os arts. 74, letra E e 163 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — É definida e delimitada a Zona de Guerra abrangendo, inicialmente, as águas do Atlântico Sul, compreendidas nas faixas de segurança estabelecidas na declaração do Panamá (decisão XIV), aprovada em 3 de outubro de 1939 e os seguintes municípios:

a) — No Estado do Amazonas — Manaus, Itacoatira, Itapiranga, Urucará, Parintes e Urucurituba.

b) — No Estado do Pará — Fafá, Oriximina, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Prahinha, Almerim, Marzagão, Macapá, Amapá, Igurupá e mais todos os situados entre o litoral e os de Portel, Curralinho, Mocajuba, Moju, Acará, São Domingos do Capim, Irituia, Ourem e Vizeu (todos inclusive).

c) — No Estado do Maranhão — Todos os situados entre o litoral e os de Caradapera Turiassu, Curupu, Guimarães, São Bento, Santa Helena, Pinheiros, Viana, Anajutuba, Itapicuru, Mirim, Morros, Brejo e Urbano dos Santos (todos inclusive) e mais ainda os de Murity, Coelho, Caxias e Flôres.

d) — No Estado do Piauí — Todos os situados entre o litoral e os de: Terezinha, Altos, Alto Longa e Marante (todos inclusive).

e) — No Estado do Ceará — Todos os situados entre o litoral e os de São Benedito, Santa Cruz, Santa Quiteria, Canindé, Quixadá, Morada Nova e Limoeira (todos inclusive).

f) — No Estado do Rio Grande do Norte — Todos os municípios.

g) — No Estado da Paraíba — Todos os municípios situados entre o litoral e os de Taperoá e Monteiro (êstes inclusive).

h) No Estado do Pernambuco — Todos os situados entre o litoral e os de Rio Branco, Burique e Águas Belas (todos inclusive) e mais os municípios cortados pelo Rio São Francisco.

i) — No Estado de Alagoas — Todos os municípios.

j) — No Estado de Sergipe — Todos os municípios.

k) — No Estado da Bahia — Todos os situados entre o Litoral e os de Geremoabo, Euclides da Cunha, Tucano, Santa Luíza, Conceição do Coité, Riação de Jauipe, Itaperaba, Maracás, Boa Nova, Poções Conquista, Encruzilhada (todos inclusive) e mais os de Belmonte, Santa Cruz de Cambralia, Pôrto Seguro, Prado Alcobaça, Caravelas, Mucuri, os municípios cortados pelo Rio São Francisco.

l) — No Estado do Espírito Santo — Todos os municípios.

m) — No Estado do Rio de Janeiro — Todos os municípios.

n) — No Distrito Federal — Todo o Distrito Federal.

o) — No Estado de São Paulo — Todos situados entre o litoral e os de: Queluz, Cruzeiros, Pinheiro, Cachoeira, Guaratinguetá, Jucupiranga, Lorena, Ipirá, São Bento de Sapucai, São José dos Campos, Santa Izabel, Guarulhos, São Paulo, Cotia, São Roque, Sorocaba, Campo Largo, Boituva, Tatuí, Itapetininga, Buri, Itapeva, Itagaré (todos inclusive), compreenderá ainda a região limitada ao sul pelo Rio Paranapanema, a Se. pelos municípios de Boiatuva, Tatuí, Itapetininga, Buri, Itapeva, Itaragé, a Oeste pelo Rio Paraná e ao Norte pelos municípios de Tietê, Avanhadava, Penápolis, Glicério, Coroados, Birigupi e Araçatuba (todos inclusive).

p) — No Estado de Minas Gerais — Matias Barbosa, Santos Dumont, Barbacena, Bias Fortes, Carandaí, Conselheiro Lafaiete, Congonhas do Campo, Etaberim, Sabará, Nova Lima, Brumadinho, Belo Horizonte, Santa Luíza, Pedro Leopoldo, Sete Lagoas, Cordisburgo, Curvelo, Paraopeba, Corinto, Pirapora (todos inclusive) mais os cortados pelo Rio S. Francisco.

q) — No Estado de Mato Grosso — Todos os situados ao sul: Três Lagoas, Herculânea e Corumbá (êstes inclusive).

r) — No Estado do Paraná — Todos os municípios.

s) — No Estado do Rio Grande do Sul — Todos os municípios.

Art. 2.º — A delimitação da Zona de Guerra na conformidade do presente decreto poderá ser modificada, pela exclusão ou inclusão de outros municípios, conforme o indicarem os acontecimentos ou as necessidades impostas da execução da Lei.

Art. 3.º — A zona de guerra é subdividida em subzonas correspondentes aos seguintes teatros de operações:

Teatro A (Amazônico) compreendendo: Amazonas-Pará, Acre e no de Mato Grosso.

Teatro NE. — E (Nordeste-Este) compreendendo: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, até o Rio Jequitinhonha exclusive.

Teatro C.M. (Centro Meridional) compreendendo o Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, e parte da Bahia, até o Rio Jequitinhonha (inclusive).

Teatro R (Meridional) compreendendo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Teatro M (Mato Grosso) compreendendo Mato Grosso, exclusive a parte pertencente ao teatro A.

Art. 4.º — Os Comandantes-em-Chefe dos teatros de operações, além das fôrças terrestres, terão sob seu comando as Formações Navais e Aéreas da cooperação que foram postas à sua disposição.

Art. 5.º — O presente Decreto entrará em execução na data do Dec. Lei de mobilização do Exército Nacional.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1942, 121.º da Indepen.dência e 54.º da República.

Getúlio Vargas

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem

J. P. Salgado Filho

DECRETO N.º 77-A — DE 26 DE JULHO DE 1963

Fixa normas para as cessões ou transfrências de direitos sôbre requerimentos de terras ou benfeitorias.

O Governador do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições constitucionais e com fundamento no § 4.º, do artigo 16, da Lei n.º 4.039, de 6 de julho de 1962, decreta:

Art. 1.º — Sem prejuízo ao disposto nos artigos 3.º e 4.º do Decreto 77, de 26 de julho de 1963, estão os preços nêle estipulados sujeitos também a acréscimos, quando ocorrerem cessões ou transferências de direitos sôbre requerimentos de terras ou benfeitorias, nas seguintes bases:

I — Quando a gleba tiver área de 30 (trinta) hectares, até o limite de 500 (quinhentos) hectares, o preço estipulado será acrescido de 5% (cinco por cento).

II — Do que exceder a área de 500 (quinhentos) hectares, até o limite de 1.000 (mil) hectares, o acréscimo sôbre o preço excedente será de 15% (quinze por cento).

III — Do que exceder a área de 1.000 (mil) hectares, até o limite de 2.000 (dois mil) hectares, o acréscimo sôbre o preço excedente será de 25% (vinte e cinco por cento).

IV — Do que exceder a área de 2.000 (dois mil) hectares, até o limite de 5.000 (cinco mil) hectares, o acréscimo sôbre o preço do excedente será de 50% (cinqüenta por cento).

V — Do que exceder a área de 5.000 (cinco mil) hectares, até o limite de 7.500 (sete mil e quinhentos) hectares, o acréscimo sàôbre o preço excedente será de 75% (stenta e cinco por cento).

VI — Do que exceder a área de 7.500 (sete mil e quinhentos) hectares, até o limite de 10.000 (dez mil) hectares, o acréscimo sôbre o preço do excedente será de 100% (cem por cento).

Art. 2.º — Este decreto regula as transferências de direitos, com efeito retroativo, de 1.º de setembro de 1963 a 20 de fevereiro de 1964.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 26 de julho de 1963, 75.º da República.

Mauro Borges Teixeira

Ary Demósthenes de Almeida

Sílvio Gomes de Melo Filho

DECRETO N.º 230 — DE 10 DE JANEIRO DE 1964

Dispõe sôbre expedição de certidões de tempo de serviço público e sua apuração para efeito de aposentadoria e reforma, e dá outras providências.

O Governador do Estado de Goiás, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 38, item I, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1.º — As certidões de tempo de serviço público, destinadas à obtenção de direitos e vantagens de servidores públicos, inclusive para efeito de aposentadoria e reforma, obedecerão às prescrições dêste decreto, sem prejuízo da observância de outras normas contidas na legislação vigente.

Art. 2.º — Sòmente o Departamento Central do Pessoal da Secretaria da Administração poderá passar certidões de tempo de serviço de servidores estaduais diretamente subordinados ao Poder Executivo.

Parágrafo único — As certidões relativas a membros do Ministério Público e da Polícia Militar do Estado, a servidores de entidades autárquicas e sociedades de economia mista sujeitas a contrôle estatal e a pessoal de obra, serão fornecidas pelos respectivos órgãos.

Art. 3.º — As certidões de tempo de serviço público prestado por servidor estadual à União, Distrito Federal, Territórios e demais Estados da Federação, suas autarquias e Municípios, obedecerão, na forma e contexto, ao que dispuser a respectiva legislação, devendo conter expressa sanção dos dispositivos regulamentadores do órgão correspondente e trazer reconhecidas, por notário público, as firmas nelas apostas.

Art. 4.º — Observado o disposto no artigo anterior, as certidões de tempo de serviço público prestado aos Municípios do Estado de Goiás deverão ser passadas pela autoridade competente, à vista das fichas financeiras ou fôlhas de pagamento e delas constarão com clareza e precisão:

a) — o número do livro e das fôlhas, se houver, em que foram registrados os atos de admissão e dispensa;

b) — o número e a data do ato de nomeação ou admissão;

c) — a data do início do exercício do cargo ou função;

d) — o vencimento, salário ou remuneração mensal e suas alterações em todo o período de serviço público;

e) — as faltas, justificadas ou não, e as datas ou períodos em que se verificaram;

f) — as licenças e os motivos por que foram concedidas e as épocas e períodos de sua concessão;

g) — o número e a data do ato de dispensa e a data da cessação do exercício;

h) — o número, em algarismos e por extenso, de dias de efetivo serviço público prestado;

i) — a assinatura, por extenso e legível, do funcionário que encerrar a certidão;

j) — a autenticação ou "visto" do Prefeito ou Presidente da Câmara Municipal, conforme o caso, com a indicação do nome por extenso.

Parágrafo único — As certidões de que trata êste artigo deverão ser ratificadas pelo Coletor Estadual e representante do Ministério Público da localidade, após verificação de sua autenticidade, nos arquivos respectivos.

Art. 5.º — Para fins de aposentadoria ou reforma, bem como para a obtenção de outras vantagens, será dispensada a juntada, pelo servidor, de certidões de tempo de serviço público prestado a órgãos diretamente subordinados ao Poder Executivo.

§ 1.º — O servidor deverá declarar, no requerimento, a prestação de serviço público, se houver, em repartição ou serviços já extintos e em outros órgãos estagens a reconhecimento de direitos, dêle períodos e respectivo cargo ou função.

§ 2.º — Quando faltar ao órgão informante elementos para a apuração do tempo de serviço público estadual, será o processo convertido em diligência para efeito de sua instrução regular pelo órgão competente.

§ 3.º — A apuração do tempo de serviço público estadual, que, por fôrça de leis especiais, deva ser contado para mais, inclusive licença-prêmio, poderá ser feito no próprio processo de aposentadoria ou reforma, desde que o requeira o interessado.

Art. 6.º — As certidões de tempo de serviço público, passadas por qualquer autoridade e que fizerem prova ou processo de obtenção de quaisquer benefícios, vantagens a reconhecimento de direitos, dêle não poderão ser desentranhadas em época alguma, sob pena de responsabilidade.

Art. 7.º — Sòmente depois da liquidação final é que se faz a contagem ou cômputo geral dos resultados das operações da apuração do tempo de serviço público, para produzir os seus efeitos legais.

§ 1.º — O número de dias do tempo de serviço será convertido em anos, considerando o ano sempre como de trezentos e sessenta e cinco dias.

§ 2.º — Feita a conversão de que trata o parágrafo anterior, os dias restantes, até cento e oitenta dias, não serão computados, arredondando-se para um ano, quando excederem êsse número, mas apenas para efeito de cálculo na aposentadoria.

Art. 8.º — O ato da aposentadoria ou reforma de qualquer servidor público estadual especificará, obrigatòriamente, o tempo de serviço prestado a entidades de direito público estranhas ao Estado de Goiás, se fôr o caso.

Parágrafo único — Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a Secretaria da Administração expedirá cópia do ato de aposentadoria ou reformas às entidades referidas neste artigo, para seu conhecimento e contrôle.

Art. 9.º — O disposto neste decreto se aplica, no que couber, aos processos de aposentadoria de servidores estaduais, vinculados aos Podêres Legislativo e Judiciário.

Art. 10 — Êste decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 10 de janeiro de 1964, 76.º da República.

Mauro Borges Teixeira
Ary Demósthenes de Almeida
Archimedes Pereira Lima
Irineu Borges do Nascimento
José Sebba
Pe. Ruy Rodrigues da Silva
Rivadávia Xavier Nunes
Sebastião Árantes
Walteno da Cunha Barbosa
Wison da Paixão

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1964.

DECRETO N.º 250 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1964

Dispõe sôbre codificação das Coletorias Estaduais e dá outras providências.

Art. 1.º — Fica instituída a codificação numérica de zero, zero, um (001) a duzentos e trinta e seis (236), na ordem rigorosamente alfabética, para as Coletorias já existentes e as que forem instaladas nos municípios recêm-criados.

§ 1.º — A codificação numérica, para as fichas de inscrição de contribuintes do impôsto sôbre Vendas e Consignações e da Taxa de Desenvolvimento Econômico, precederá à numeração de inscrição que fôr atribuída ao contribuinte na Coletoria de seu distrito fiscal.

§ 2.º — A codificação das Coletorias, que forem criadas após a publicação dêste decreto, executadas as previstas neste artigo, obedecerão sòmente ao critério de ordem numérica.

Art. 2.º — As fichas de inscrição serão impressas de acôrdo com modelos elaborados pelo Departamento da Receita e autenticadas por chancela do Diretor dêste órgão, obedecendo, quanto à distribuição, ao mesmo contrôle adotado para os blocos de cónhecimentos de cobrança de impostos e taxas.

Parágrafo único — As fichas de que trata êste artigo serão codificadas, mecânicamente, ao serem distribuídas às Coletorias.

Art. 3.º — A substituição das atuais fichas de inscrição, por fôrça dêste decreto, não acarretará ônus ao contribuinte, desde que permaneçam inalteradas as informações já anteriormente prestadas.

Art. 4.º — Os blocos de documentos fiscais previstos no artigo 27 do Decreto número 36, de 15 de junho de 1961, serão autenticados, sem ônus para o contribuinte, por processo mecânico de perfuração com o código numérico da respectiva Coletoria.

Art. 5.º — Haverá em locais a serem escolhidos pelo Departamento da Receita, postos de autenticação e contrôle de carga e descarga de documentos fiscais.

Art. 6.º — No lado direito e superior dos documentos fiscais a que se refere o artigo 27 do Decreto n.º 36, de 15 de junho de 1961, será reservado um retângulo, em branco, no mínimo de três (3) por sete (7) centímetros, em sentido horizontal no qual se procederá a autenticação mecânica.

Art. 7.º — As terceiras (3as.) vias das Notas Fiscais e as segundas (2as.) vias das Notas de Compra, nos locais em que forem instalados postos de autenticação mecânica, serão recolhidos ao respectivo pôsto, de acôrdo com instruções expedidas pelo Departamento da Receita.

Art. 8.º — O sistema de autenticação de documentos fiscais instituído por êste decreto será implantado, por etapas, nos locais de maior movimento, levando-se em conta a necessidade do serviço e os recursos disponíveis.